

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

**A Antropização do Território.
O caso da Lezíria Grande**

Vasco André de Carvalho Rosa Tomaz

Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo, na
especialidade em Arquitectura dos Territórios
Metropolitanos Contemporâneos

Orientador:

Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor
Associado, ISCTE-IUL

Abril, 2021



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

**A Antropização do Território.
O caso da Lezíria Grande**

Vasco André de Carvalho Rosa Tomaz

Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo, na
especialidade em Arquitectura dos Territórios
Metropolitanos Contemporâneos

Orientador:

Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor
Associado, ISCTE-IUL

Abril, 2021

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

**A Antropização do Território.
O caso da Lezíria Grande**

Vasco André de Carvalho Rosa Tomaz

Doutoramento em Arquitectura e Urbanismo, na
especialidade em Arquitectura dos Territórios
Metropolitanos Contemporâneos

Júri:

Doutora Maria Rosália Guerreiro, Professora Auxiliar do
ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)
Doutora Adriana Conceição Veríssimo Serrão, Professora
Associada com Agregação, Universidade de Lisboa
Doutora Aurora Conceição Parreira Carapinha, Professora
Auxiliar, Universidade de Évora
Doutor Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva, Professor
Auxiliar, Universidade de Lisboa
Doutor Bernardo d'Orey Manoel, Professor Auxiliar,
Universidade Lusíada de Lisboa
Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar, ISCTE -
Instituto Universitário de Lisboa
Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor
Associado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Abril, 2021

Agradecimento

Ao Professor Doutor Arquitecto José Luís Possolo de Saldanha, a quem jamais poderei retribuir o muito que lhe fico a dever pela preciosa orientação e constante incentivo.

Aos meus pais pela paciência e confiança.

À minha mulher pela solidariedade.

Resumo

Este trabalho é uma busca pela identidade do território da Lezíria Grande, uma pequena ilha fluvial, com aproximadamente catorze mil hectares, situada na foz do Tejo, cuja paisagem predominantemente agrícola, configura a essência da província Ribatejana.

Nele se apresentam, de maneira sucinta, alguns dos seus elementos mais característicos - etnografia, sociologia, arquitectura, economia e agricultura - que ao longo dos anos configuraram a sua paisagem.

Naturalmente, o percurso fluido e relacional da nossa investigação, ampliou-lhe o sentido, impondo uma reflexão sobre a constante transformação dos territórios e como essa mutabilidade constrói a arquitectura do campo e das cidades.

Procura ainda entender como as realidades urbana e rural interagem entre si e com os paradigmas do seu tempo, influenciando a construção de valores culturais e paisagísticos.

Para além da introdução e das conclusões a tese estrutura-se em duas partes. A primeira encontra-se dividida em cinco capítulos e aborda os contextos sociopolíticos que caracterizaram o Vale do Tejo ao longo do tempo. Após um olhar genérico, a tese centra-se no aproveitamento territorial estrito e aplicado à Lezíria Grande. A segunda parte delibera algumas considerações sobre a realidade actual e futura do lugar. No final, é incluído um ensaio que relata de modo ficcional, o processo do nascimento e amadurecimento da cidade de Lisboa.

Palavras-chave: Lezíria Grande; Paisagem; Agricultura; Antropização; Rural

Abstract

This work is a search for the identity of Lezíria Grande territory, a small river island, with approximately fourteen thousand hectares located at the mouth of the Tagus, whose predominantly agricultural landscape configures the essence of the Ribatejo province.

It briefly presents some of its most characteristic elements - ethnography, sociology, architecture, economics and agriculture - that have shaped its landscape over the years.

Naturally, the fluid and relational path of this study has amplified the scope of this reflection extending to the continuous transformation of territories and how this mutability constructs the architecture of both countryside and cities.

It also attempts to understand how urban and rural realities interact with each other and with the paradigms of their time, influencing the construction of cultural and landscape values.

In addition to the introduction and conclusions, this thesis is structured in two parts. The first part is divided into five chapters and addresses the socio-political contexts that have characterized the Tagus Valley over time. After a general view, the territorial use of Lezíria Grande is analysed. Some considerations about the current and future reality of the place are discussed in the second part of this study. This study also includes an essay on the process of the genesis and development of Lisbon in a fictional way.

Keywords: Lezíria Grande; Landscape; Agriculture; Anthropization; Rural

Este trabalho é escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

Índice

Agradecimento	
Resumo	iii
Abstract	v
Índice	ix
Índice de figuras	xiii
Glossário de siglas	xxi
Introdução	1
Definição do Problema e Objectivos Propostos	4
Actualidade da Questão	4
Estado da Questão e o Elemento de Novidade	6
A Apologia do Generalista	8
Metodologia Aplicada	11
Capítulo 1. O Contexto Geomorfológico	13
1.1. Introdução	13
1.2. Situação Geográfica	15
1.3. O Clima	17
1.4. O Solo	20
1.5. O Tejo	24
1.6. O Estuário	29
1.7. Introdução à História da Rega e seus Fundamentos	35
1.8. Notas Finais	40
Capítulo 2. O Contexto Histórico	43
2.1.A Humanização do Território	43
2.1.1. A Pré-História	43
2.1.2. Fenícios e Gregos	47
2.1.3. A Logística Romana	50
2.1.4. As invasões das Tribos Germânicas na Península	57
2.1.5. A presença árabe na Península Ibérica	60
2.1.6. A Reconquista Cristã	63
2.1.7. Notas Finais	70
2.2. A Questão das Elites Urbanas e da Governação	72
Capítulo 3. O Aproveitamento Territorial da Lezíria Grande	79

3.1. Introdução	79
3.2. O Iluminismo	82
3.2.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico	84
3.2.2. A Herdade da Barroca D'Alva	90
3.2.3. As Ermidas de Nossa Senhora de Alcamé e de São José	100
3.3. O Liberalismo	121
3.3.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico	123
3.3.2. A Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado	133
3.4. A República	150
3.4.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico	151
3.4.2. O Projecto de Irrigação da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	159
3.5. O Estado Novo	167
3.5.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico	168
3.5.2. A Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	185
3.6. O PREC	193
3.6.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico	194
3.6.2. A Nacionalização da Companhia das Lezírias	200
3.7. A PAC	205
3.7. 1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico	206
3.7.2. A Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	212
3.8. Notas Finais	217
Capítulo 4. A Pequena Habitação Rural na Lezíria Ribatejana	219
4.1. Introdução	219
4.2. A Casa dos Camponeses	221
4.3. A Casa dos Avireiros	226
4.4. Notas Finais	244
Capítulo 5. A Lezíria Grande e o Futuro	247
5.1. Introdução	247
5.2. Sustentabilidade Agrícola	249
5.3. Ética Alimentar	253
5.4. Turismo	257
5.5. Notas Finais	261
Conclusões	263
Referências Bibliográficas	269

Anexo A. Ensaio: O Campo Que Se Fez Cidade	281
A1.1. Introdução	281
A1.2. O Berço da Origem	283
A1.3. O Mundo Metropolitano	285
A1.4. A Reforma Agrária	287
A1.5. O Manifesto	288
A1.6. Final da História	289

Índice de figuras

Figura 1 - Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	1
Figura 2 - Ponte sobre o Tejo. Casa Branca. Valada do Ribatejo (s/d. Fonte: Arquivo da Família Ribeiro)	4
Figura 3 - David Ribeiro Telles. Possivelmente o último Lavrador do Ribatejo (©Larrea, K., 2016)	8
Figura 4 - Península Ibérica	13
Figura 5 - Província do Ribatejo (Desenho do Autor, 2017)	15
Figura 6 - Lezíria Grande (Fonte: Google Maps)	15
Figura 7 - Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	17
Figura 8 - Figueira da Índia - Planta Xerófita (Fotografia do Autor, 2017)	19
Figura 9 - Lezíria do Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2018)	20
Figura 10 - Perfil Pedológico (Desenho do Autor, 2018)	21
Figura 11 - Carta militar de Alverca do Ribatejo, 2009 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)	22
Figura 12 - Carta militar de Vila Franca de Xira, 2009 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)	23
Figura 13 - Vista das Portas do Sol em Santarém (Fotografia do Autor, 2017)	24
Figura 14 - Morfologia da Península Ibérica (Adaptado de: Daveau, S., 2005)	25
Figura 15 - Portos fluviais do Tejo no séc. XVII (Adaptado de: Gaspar, J., 1970)	27
Figura 16 - Muleta do Tejo. Museu da Marinha, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)	27
Figura 17 - Muleta do Tejo. Vala da Azambuja. Excerto do documentário <i>Os toiros na faina agrícola</i> , 1939 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	28
Figura 18 - Muleta do Tejo. Vala da Azambuja. Excerto do documentário <i>Os toiros na faina agrícola</i> , 1939 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	28
Figura 19 - Tejo e os seus afluentes (Almeida, J.R., 1919)	29
Figura 20 - Fluxo de enchente e fluxo de vazante (Adaptado de: Dias et al., 1999)	30
Figura 21 - Distribuição da salinidade nos três tipos de estuários (Adaptado de: Dias et al., 1999)	31
Figura 22 - Batimetria do estuário (Adaptado de: Calvário, J., 1982)	33
Figura 23 - Carta náutica de Alhandra a Vila Franca de Xira, 2019 (Fonte: Instituto Hidrográfico Português)	34
Figura 24 - Contração de um canal de rega. Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	35
Figura 25 - Nossa Senhora dos Avieiros. Azambuja (Fonte: Jornal Mirante, 5.6.2019)	37
Figura 26 - Praia Grande. Portugal (Fotografia do Autor, 2017)	40
Figura 27 - "A Criação de Adão". Tecto da Capela Cistina, Roma (Michelangelo, 1508 - 1515)	43
Figura 28 - Figura rupestre (Foz Coa)	44
Figura 29 - Figura rupestre (Gião)	44

Figura 30 - Ulisses fugindo da caverna de Polifemo (Jacob Jordaens, s/d)	47
Figura 31 - O apogeu do Império Romano e as suas principais cidades (117d.C) (Desenho do Autor, 2018)	50
Figura 32 - Arco Romano da Bobadela (Vasconcelos, J.L.,1936)	52
Figura 33 - Mecanismo romano para a elevação de água. Barragem de Cornalvo. Arredores de Mérida (© José Luis Saldanha, s/d)	54
Figura 34 - Nora Romana. Córdoba (Fotografia do Autor, 2020)	54
Figura 35 - Picota ou cegonha. Alfragide, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)	55
Figura 36 - Nora. Mação. Santarém (©Domingos Dias da Moita Ricome, s/d)	55
Figura 37 - Ponte romana de Muge. Salvaterra de Magos (Fotografia do Autor, 2019)	56
Figura 38 - Ponte romana de Muge. Salvaterra de Magos (Fotografia do Autor, 2019)	56
Figura 39 - Mapa da ocupação germânica da Península Ibérica (Desenho do Autor, 2018)	57
Figura 40 - Arcos Visigóticos (Adaptado de: Vasconcelos, J.L., 1936)	58
Figura 41 - Cancela de Altar (Séc. VII - IX). Período Visigótico (Museu Municipal de Santarém)	59
Figura 42 - Capitel Árabe (© Museu Municipal de Santarém)	60
Figura 43 - Estátua de D. Afonso Henriques, Portas do Sol, Santarém (Fotografia do Autor, 2017)	63
Figura 44 - Jardim Medieval, séc. XV (Isla, J.M., 1993)	65
Figura 45 - Horto do Convento de Cristo. Tomar (Fotografia do Autor, 2018)	66
Figura 46 - Carta da Correição de Santarém, séc. XVII (Cota: D. 96 R., Fonte: Biblioteca Nacional Portuguesa)	69
Figura 47 - Lezíria de Vila Franca (Fotografia do Autor, 2017)	70
Figura 48 - Os vencidos da vida (P. Marinho, 1900, Fonte: Brasil-Portugal, a. II.)	72
Figura 49 - Vista aérea da Lezíria Grande (Anónimo, s/d, Fonte: Arquivo ABLGVFX)	79
Figura 50 - Legislação produzida sobre agropecuária (Rodrigues, A., 1983)	81
Figura 51 - D. José montando um cavalo peninsular (Manuel Carlos de Andrade, 1790, Fonte: Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria)	82
Figura 52 - Jácome Ratton (Sir Thomas Lawrence, MNAA, s/d)	90
Figura 53 - Levantamento topográfico dos terrenos adjacentes ao rio das Enguias, 1767 (Ratton, J., 2007)	93
Figura 54 - Levantamento topográfico dos terrenos adjacentes ao rio das Enguias, Marinhas da Bela Vista, Portugal (Desenho do Autor, 2017)	94
Figura 55 - Sapal de Pancas (Fotografia do Autor, 2018)	95
Figura 56 - Rio das Enguias (Fotografia do Autor, 2018)	97
Figura 57 - Barroca D´Alva (©Lupi, M. 2018)	98
Figura 58 - Barroca D´Alva. Cena do filme <i>A Herdade</i> (Guedes, T., 2019)	99

Figura 59 - Barroca D'Alva. Cena do filme <i>A Herdade</i> (Guedes, T., 2019)	99
Figura 60 - Ermida de Santo António da Ussa, Barroca D'Alva. Cena do filme <i>A Herdade</i> (Guedes, T., 2019)	99
Figura 61 - Santuário de Nossa Senhora de Alcamé (Fotografia do Autor, 2017)	100
Figura 62 - Páginas da obra <i>Jornada pelo Tejo</i>	102
Figura 63 - Palácio Agenja, Lumiar (Fotografia do Autor, 2020)	104
Figura 64 - Palácio Agenja, Lumiar, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)	105
Figura 65 - Palácio Agenja, Lumiar, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)	106
Figura 66 - Exterior do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)	106
Figura 67 - Exterior do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fonte: palaciogrilo.com)	107
Figura 68 - Interior do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fonte: palaciogrilo.com)	107
Figura 69 - Alçados do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fonte: palaciogrilo.com)	108
Figura 70 - Alçado frontal das Ermidas de São José e Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira (José Manuel de Carvalho Negreiros, Fonte: Arquivo do MNAA)	109
Figura 71 - Capela-mor com campanário (José Manuel de Carvalho Negreiros, Fonte: Arquivo do MNAA)	110
Figura 72 - Exterior de Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira (Fotografias do Autor, 2017)	111
Figura 73 - Interior de Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira (Fotografias do Autor, 2020)	112
Figura 74 - Interior de Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira (Fotografias do Autor, 2020)	113
Figura 75 - Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira. Plantas de Cobertura, 1º Piso e 2º Piso, s/e (Desenho do Autor, 2020)	114
Figura 76 - Exterior de Ermida de São José, Vila Franca Xira (Fotografias do Autor, 2018)	115
Figura 77 - Interior de Ermida de São José, Vila Franca Xira (Fotografias do Autor, 2020)	116
Figura 78 - Ermida de Nossa São José, Vila Franca Xira. Plantas de Cobertura e 1º Piso, s/ e (Desenho do Autor, 2020)	117
Figura 79 - Nossa Senhora de Alcamé, Lezíria Grande (Fonte: Arquivo da ABLGVFX, s/d)	118
Figura 80 - Planta de localização de edifícios notáveis construídos nas margens do Tejo ao longo do século XVIII. s/escala (Desenho e fotografias do Autor, 2020)	120
Figura 81 - Carta Constitucional Portuguesa, 1826	121
Figura 82 - Estudo para a construção do dique dos vinte (Muge, 1853, Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo)	127

Figura 83 - Estátua de Passos Manuel junto à sede do Governo Civil, Santarém (Fotografia do Autor, 2020)	129
Figura 84 - Casa de Passos Manuel, Santarém (Fotografia do Autor, 2020)	129
Figura 85 - Quinta de Vale de Lobos, onde morreu Alexandre Herculano em 1877, Azoia de Baixo (Fotografia do Autor, 2020)	130
Figura 86 - Ruína do Palácio da Quinta do Comendador. Casa de Luís Augusto Rebelo da Silva, Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2020)	130
Figura 87 - Cartaz Publicitário (Neves, F., 1992)	132
Figura 88 - Mapa das terras do Patriarcado (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	133
Figura 89 - Decreto de constituição da Companhia das Lezírias (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	134
Figura 90 - Campinos na lezíria da Golegã em meados do século XIX (Relvas, C., s/d)	139
Figura 91 - Lezíria da Golegã em meados do século XIX (Relvas, C., s/d)	140
Figura 92 - Lezíria da Golegã em meados do século XIX (Relvas, C., s/d)	141
Figura 93 - Lezíria de Vila Franca no final do século XIX (Anónimo, s/d, Fonte: ABLGVFX)	142
Figura 94 - Bomba de rega eólica e bebedouros para o gado, Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	143
Figura 95 - Máquina de debulha a vapor (Relvas, C., s/d)	145
Figura 96 - Boi Indiano usado no cruzamento com vacas bravas (Relvas, C., s/d)	145
Figura 97 - Lezíria de Vila Franca (Anónimo, s/d. Fonte: Arquivo ABLGVFX)	147
Figura 98 - Planta da Lezíria Grande levantada em 1907 (Alves, J.F., 2003)	149
Figura 99 - José Relvas anunciando a República (Benoliel, J., 1910, PT/AMLSB/JBN/000484, AML)	150
Figura 100 - Marcha com a bandeira da Carbonária na Rotunda (Benoliel, J., 1910)	152
Figura 101 - Diploma Atribuído à Companhia União Fabril. I década do Século XX (Barros, J.L., Horta, A.F.S., 2002)	154
Figura 102 - Instituto de Agronomia e Veterinária. Anónimo, s/d (Fonte: Faculdade de Medicina Veterinária)	157
Figura 103 - Instituto Superior de Agronomia. Anónimo, s/d (Fonte: BISA)	157
Figura 104 - Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia. Postal ilustrado, 1920 (Fonte: BISA)	158
Figura 105 - Salão Nobre da Reitoria do ISA. Sessão presidida pelo director fundador, José Veríssimo de Almeida. Anónimo, s/d (Fonte: BISA)	158
Figura 106 - Vala Mar de Cães, Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)	159
Figura 107 - Escarificador. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)	160
Figura 108 - Máquina de lavar a vapor. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)	161

Figura 109 - Projecto de Irrigação da LGVFX (Almeida, J.R., 1919)	164
Figura 110 - Detalhe das disposições da rega num talhão. Escala 1:5.000 (Almeida, J.R., 1919)	166
Figura 111 - Propaganda do Estado Novo, 1933) (https://grupo400.webnode.pt/banco-de-imagens/)	167
Figura 112 - Cartaz comemorativo da Campanha do Trigo, 1949 (Fonte: http://campanhatrigo.blogspot.com/)	169
Figura 113 - Arredores da Guarda, 1960. Antes da florestação (Afonso et al., 2004)	172
Figura 114 - Rancho de Ceifeiras. Lezíria Grande (Mário Morais, s/d, Fonte: Arquivo Biblioteca Calouste Gulbenkian)	174
Figura 115 - Campinos na Lezíria Grande. Excerto do documentário <i>Os campinos: estudos dos costumes portugueses</i> , 1923 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	175
Figura 116 - Campinos na Lezíria Grande. Excerto do documentário <i>Os campinos: estudos dos costumes portugueses</i> , 1923 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	176
Figura 117 - Campinos na Lezíria Grande. Excerto do documentário <i>Os campinos: estudos dos costumes portugueses</i> , 1923 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	176
Figura 118 - Fotografia aérea da Lezíria Grande, 1944 (Fonte: Direcção Geral do Território)	178
Figura 119 - Sistema de irrigação/drenagem melhorado (Fonte: Arquivo ABLGVX)	179
Figura 120 - Abertura de valas na Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	180
Figura 121 - Construção de uma comporta, Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	180
Figura 122 - Abertura de valas na Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	181
Figura 123 - Construção do dique da Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	182
Figura 124 - Construção do dique da Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	182
Figura 125 - Construção de uma comporta. Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	183
Figura 126 - Fotografia aérea da Lezíria Grande, 1955 (Fonte: Direcção Geral do Território)	184
Figura 127 - Canal de Rega. Vale do Sorraia, 2003 (Fonte: Arquivo da ARBVS)	185
Figura 128 - Vala de Salvaterra de Magos (Fotografias do Autor, 2020)	187
Figura 129 - Carta militar de Alhandra, tiragem de 1936. Escala 1:25.000 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)	188
Figura 130 - Carta militar de Vila Franca de Xira, tiragem de 1937. Escala 1:25.000 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)	189
Figura 131 - Canal de Rega. Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	192
Figura 132 - Quinta da Torre Bela, 1974 (Fonte: Arquivo RTP)	193
Figura 133 - Antigo celeiro da Companhia das Lezírias. Vila Franca de Xira (Fotografia do Autor, 2018)	200
Figura 134 - Cavalos lusitanos (Alves, 2003)	202

Figura 135 - Morangueiros (Alves, 2003)	202
Figura 136 - Assinatura do acto de Adesão (12.6.1985, Fonte: European Commission Audiovisual Services)	205
Figura 137 - Mapa da ocupação cultural de 2015 e do aproveitamento hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (Fonte: Arquivo ABLGVFX)	211
Figura 138 - Abertura de valas na Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)	212
Figura 139 - Fotografia aérea da Lezíria Grande, 1982 (Fonte: Direcção Geral do Território)	214
Figura 140 - Mapa dos canais e dos caminhos da Lezíria Grande (Fonte: Arquivo ABLGVFX)	216
Figura 141- Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)	217
Figura 142 - Vala do Carregado, Vila Franca de Xira (Afonso et al., 2004)	219
Figura 143 - Arredores do Cartaxo, s/d (Afonso et al., 2004)	221
Figura 144 - Reguengo, Cartaxo, s/d (Galhano et al., 1994)	223
Figura 145 - Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	223
Figura 146 - Azervadinha, Coruche, s/d (Galhano et al., 1994)	224
Figura 147 - Coruche, s/d (Galhano et al., 1994)	224
Figura 148- Couço, s/d (Galhano et al., 1994)	225
Figura 149 - Coruche, s/d (Galhano et al., 1994)	225
Figura 150 - Aldeia do Patacão, Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)	226
Figura 151 - Vila Franca de Xira, s/d (Galhano et al., 1994)	227
Figura 152 - Vila Franca de Xira, s/d (Galhano et al., 1994)	228
Figura 153 - Vila Franca de Xira, s/d (Galhano et al., 1994)	229
Figura 154 - Aldeia Avieira. Excertos do filme <i>Um homem do Ribatejo</i> , 1946 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	230
Figura 155 - Excertos do documentário <i>Os toiros na faina agrícola</i> , 1939 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)	231
Figura 156 - Planta de Localização das Aldeias Avieiras (Desenho e Fotografias do Autor, 2020)	232
Figura 157 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografias do Autor, 2017)	233
Figura 158 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografias do Autor, 2017)	234
Figura 159 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografias do Autor, 2017)	235
Figura 160 - Praia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)	235
Figura 161 - Praia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)	236
Figura 162 - Casa tipo (Adaptado de: Afonso et al., 2004)	236
Figura 163 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)	237
Figura 164 - Praia do Patacão em 1853, na qual não se encontram referências a núcleos habitacionais de Avieiros, s/e (Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo)	238

Figura 165 - Fotografia aérea da praia do Patacão de 1944, na qual é possível identificar a presença do núcleo habitacional 1. Escala 1:8.000 (Fonte: Direcção Geral do Território)	239
Figura 166 - Fotografia aérea da praia do Patacão de 1962, na qual é possível identificar os núcleos habitacionais 2 e 3. Escala 1:15.000 (Fonte: Direcção Geral do Território)	240
Figura 167 - Fotografia aérea da praia do Patacão de 1982, na qual é possível identificar os núcleos habitacionais 2 e 3. Escala 1:15.000 (Fonte: Direcção Geral do Território)	241
Figura 168 - Estudo da evolução histórica da aldeia do Patacão (Desenho do Autor, 2020)	242
Figura 169 - Planta e Alçado do núcleo 3 da Aldeia do Patacão (Desenho do Autor, 2020)	243
Figura 170 - Gouxaria. Alpiarça (Fotografia do Autor, 2019)	244
Figura 171 - Claude Perrault, 1683; Eugène Viollet-le-Duc, 1875; William Chamber, 1759; Francesco Milizia, 1823 (Marques, C.A., 2012)	245
Figura 172 - Agricultura Industrial. Almeria, Espanha (Yann Arthus Bertrand, s/d)	247
Figura 173 - Vacada brava na Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	249
Figura 174 - Cena da vida rural (Fotografia do Autor, 2017)	253
Figura 175 - "Rotunda do forcado", Santarém (Fotografia do Autor, 2020)	257
Figura 176 - Papa-ratos, Lezíria Grande (Fonte: Arquivo do EVOA)	260
Figura 177 - Cena difícil de descrever (Fotografia do Autor, 2017)	261
Figura 178 - Cena da vida rural, Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2015)	263
Figura 179 - Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)	268
Figura 180 - Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2015)	281

Glossário de siglas

ABLGVFX - Associação de Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira

AML - Arquivo Municipal de Lisboa

ARBVS - Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia

BISA - Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia

BNP - Biblioteca Nacional Portuguesa

CEE - Comunidade Económica Europeia

ECU - Unidade de Conta Europeia

EVOA - Espaço de Visitação e Observação de Aves

CIC - Comissões de Intensificação Cultural

ISA - Instituto Superior de Agronomia

IPE - Instituto de Participações Empresariais

JAOHA - Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola

JCI - Junta de Colonização Interna

MFA - Movimento das Forças Armadas

MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC - Organização Mundial de Comércio

PAC - Política Agrícola Comum

PCP - Partido Comunista Português

PREC - Processo Revolucionário em Curso

QCA - Quadro Comunitário de Apoio

RFE - Rendimento Fundiário e Empresarial

RTP - Rádio Televisão Portuguesa

UCP - Unidade Colectiva de Produção

ZIRA - Zona de Intervenção da Reforma Agrária

Introdução



Figura 1 - Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)

A Agricultura foi o motor que esteve na origem da conversão de inúmeros territórios estéreis em cenários verdejantes que frequentemente associamos a realidades idílicas que gostaríamos de habitar. Pela sua acção, construíram-se em ambientes improváveis, habitats onde Homens, animais e plantas prosperaram. Lugares artificiais onde a criatividade e o engenho se substituíram à Natureza para criarem *paisagens* ricas em biodiversidade (*Figura 1*).

Foi a invenção do engenho agrícola que ofereceu ao Homem a possibilidade de permanecer no território. A partir desse momento, a circunstância imperativa de continuamente perseguir os recursos fundamentais para a sua sobrevivência, cessou. A sedentarização lançou a semente da arquitectura e dela brotaram as raízes do urbanismo.

Os aglomerados urbanos surgiram complementares ao espaço rural. O campo oferecia o sustento e a aldeia a protecção.¹ Um não podia existir sem o outro. Foi sempre assim e na verdade, ainda é assim. O sustento continua a vir do campo e embora o conceito de protecção não seja propriamente o mesmo, uma vez que o risco já não vem do mundo natural, a cidade continua a ser o espaço por excelência onde se enfrentam os perigos do preconceito.

¹ De acordo com Eugénio Castro Caldas (Caldas, 1998, p. 37), relativamente às cidades romanas: "os campos de Opidum seriam bastante lucrativos, devido à sua importância no abastecimento das forças militares aquarteladas e à exportação para Roma Imperial, onde nada se produzia e tudo se importava (...)."

Com o passar do tempo, a vida urbana afastou-se do mundo rural e este perdeu centralidade na organização das comunidades. Paralelamente, as feiras e os mercados praticamente se extingiram e com elas os laços entre consumidores e produtores. Por fim, as gerações exclusivamente urbanas consolidaram-se e os avós da província desapareceram da filiação metropolitana.

O mundo dividiu-se em dois territórios e o entendimento das relações que os unia tornou-se menos óbvio. Como resultado, as cidades, tornaram-se lugares encerrados em si mesmos e sem a reflexão urbana, o campo tornou-se substrato para a produção de víveres.

O modo de vida contemporâneo, determinado em larga medida pelo progresso científico e uma economia global, introduziu o sector agrário num mercado fortemente concorrencial, que exigiu maior competência produtiva aos intervenientes. Esta situação veio configurar uma mudança de paradigma e a figura do agricultor foi substituída pelo empresário agrícola.

O território tomou a forma do mercado e ao invés de lavradores, passaram a existir empresários de tomate, de melão, de milho e de todos os artigos possíveis de produzir pelo sector. A par disto, os arquitectos, dividiram-se em paisagistas, urbanistas, de obras públicas, de obras privadas, interiores, exteriores e numa infinidade de outras especialidades. Por sua vez, a ciência agrária deixou de formar agrónomos e converteu-os em peritos da vinha, das árvores, do milho, das ervilhas e de muitas outras variedades agroindustriais.

O estudo da *paisagem* caiu nas mãos dos especialistas da economia, da antropologia, da arte, da arquitectura, da sociologia e da agronomia, vincando fronteiras disciplinares e carregando o discurso com noções amplas e polissémicas. Consequentemente, ao invés de um organismo vivo e complexo, constituído por elementos interligados, que se auto influenciam e gerem o mundo natural numa estratégia de complementaridade, a compreensão da *paisagem* desmembrou-se e com ela, uma parte do mundo rural.

A sabedoria distinguir-se-á profundamente da erudição, pelo facto de esta última estar completamente voltada para as coisas ao passo que a primeira só reside no pensamento. Ora, para que um pensamento seja capaz de extrair unicamente do seu próprio fundo todos os conhecimentos úteis ao homem, é necessário que esteja na posse dos primeiros princípios de onde esses conhecimentos se deduzem, que saiba que todas as ciências humanas estão rigorosamente encadeadas, e que seja capaz de efetuar a sua dedução. A unidade do corpo das ciências é evidente, visto que as ciências, todas juntas, não são mais do que o próprio espírito humano, que as constitui; aparentemente múltiplas quando nos situamos no ponto de vista dos objectos diferentes que estudam, são umas quando se atêm ao ponto de vista do sujeito pensante, já que este permanece sempre idêntico a si próprio, seja qual for o objecto que considere. (Descartes, 2006, p. 14)

A construção do território agrário decorre da formulação de estratégias conceptuais comprometidas com o estudo da vida, nas suas diferentes vertentes. Não obstante o facto de abordarem particularidades

próprias, cada uma delas é absolutamente estruturante para a consolidação de uma realidade física comum que ilumina o universo da poética.²

Deste ponto de vista, a construção da paisagem campesina é essencialmente um exercício de filosofia, uma vez que procura organizar todas as disciplinas do saber num único sistema. A *obra do campo* resulta então de um processo que se consolidou no tempo e cuja metafísica constrói a poética da *paisagem*.

Para Heidegger, a poesia é a ferramenta que clarifica o aberto que traz à luz e à ressonância, o indício da verdade. É antes de mais um instrumento de comunicação, que se expressa em vários suportes, nomeadamente a arquitectura e a agricultura.³

Ao longo do tempo, agrónomos, sociólogos, arquitectos, geógrafos, economistas, antropólogos, historiadores e muitos outros a quem as questões da *Paisagem Agrícola* dizem respeito passaram a disputar as fronteiras da sua influência disciplinar, fragilizando um sistema vivo que precisa de todas para sobreviver, mas sobretudo de uma estratégia global que as una e oriente na mesma direcção. Sem a ampla cultura do lugar, a que brota da interdisciplinaridade, poderão continuar a produzir-se bens agrícolas, mas não poderemos propriamente continuar a chamar *campo* ao espaço onde amadurecem, porque a esse, além da função acresce a poesia, ou seja, a verdade que emerge do espírito humano.

² “A arte, enquanto o pôr-em-obra-da-verdade, é poesia. Não é apenas a criação da obra que é poética, mas também é poética a salvaguarda da obra, só que à sua maneira própria; com efeito, uma obra só é real como obra na medida em que nos livramos do nosso próprio sistema de hábitos e entramos no que é aberto pela obra, para assim trazermos a nossa essência a persistir na verdade do ente.” (Heidegger, 2007, p. 60)

³ “O dizer projectante é poesia: a fábula do mundo e da terra, a fábula do espaço e do jogo do seu combate e, assim, do lugar de toda a proximidade e afastamento dos deuses. A poesia é a fábula da desocultação do ente. Cada língua é o acontecimento do dizer, no qual, para um povo emerge historicamente o seu mundo e se salvaguarda a terra como reserva. O dizer projectante é aquele que, na preparação do dizível, faz ao mesmo tempo advir, enquanto tal, o indizível ao mundo. Num tal dizer é que se cunham de antemão, para um povo histórico, os conceitos da sua essência, a saber, a sua pertença à história do mundo.” (Heidegger, 2007, p. 58)

Definição do Problema e Objectivos Propostos



Figura 2 - Ponte sobre o Tejo. Casa Branca. Valada do Ribatejo (s/d. Fonte: Arquivo da Família Ribeiro)

Actualidade da Questão

A agricultura é uma das actividades com maior impacto na transformação dos territórios. Associado a ela encontram-se hábitos alimentares, técnicas culturais e organizações sociais, que em larga medida configuraram as comunidades rurais.

Pese embora o espaço agrário seja invariavelmente modelado por agendas políticas concebidas para responder a circunstâncias de curto e médio prazo, elas acabam imprimindo no território marcas duradouras, cujo simbolismo constrói a identidade dos lugares que habitamos. O arroteamento das margens do Tejo, do Sado e do Vouga, a plantação do pinhal de Leiria, os eucaliptais que dominam as serras portuguesas, as obras de hidráulica agrícola, os vastos montados alentejanos, as vinhas do Douro ou as várzeas do Nilo são apenas alguns exemplos (*Figura 2*).

Até meados do século XVIII a ciclicidade dos paradigmas paisagísticos não era propriamente uma questão condicionante no que diz respeito à adaptação das comunidades aos lugares, por um lado, porque a transição fazia-se num tempo largo e flexível, e por outro, porque os agentes de mudança provinham de contextos regionais próximos das realidades pré-existentes, o que em larga medida promovia um ajuste cultural progressivo e sem rupturas.⁴

⁴ Ver (Baptista, 2001)

A partir da segunda metade do século XVIII, muito por efeito do progresso tecnológico e da força que ele introduziu nos mecanismos agrícolas, mas também pelo estabelecimento de novos enquadramentos políticos, a imagem dos territórios rurais, mais susceptíveis à transformação, passou a alterar-se abruptamente, prejudicando a consolidação de laços afectivos entre as comunidades e os lugares que habitam. Consequentemente, o espaço resvalou para a abstracção e os indivíduos deixaram de o ver como seu. Sem essa condição, a realidade ontológica do mundo rural transfigurou-se e no lugar do campo começaram a surgir parques industriais. Naturalmente, as marcas continuam lá, no entanto sem a capacidade de as ler e interpretar, a identidade do território agrário esbateu-se e a *paisagem* arrisca-se a ser reduzida a uma composição de formas e cores.

O século XXI trouxe o desafio de segurar os símbolos e o seu sentido, para que os Homens do futuro possam continuar lendo o território do passado. Numa Europa dividida entre o entusiasmo nacionalista e a federalização do continente, desejamos que o nosso trabalho possa contribuir para compreender mais profundamente o fenómeno da *paisagem* agrária e a sua relação com um mundo que se renova a todo o instante.

Os perigos da poluição dos solos e dos rios, a consolidação de práticas culturais, muitas vezes mais próximas da indústria de extração de minério que da produção de bens alimentares, o abandono de práticas tradicionais, com forte sentido comunitário, a monotonia das paisagens agrárias e a desumanização do mundo rural ameaçam destruir o palimpsesto que esconde as marcas da nossa cultura, pelo que é fundamental desenvolver estratégias a longo prazo, que envolvam todos os agentes da sociedade, com o objectivo de segurar um património imaterial, que nos enriquece a todos.⁵ Nesse sentido, esta investigação pretende fornecer elementos que contribuam para a salvaguarda desse valor ao incluir a Lezíria Grande entre as grandes operações de transformação do território para fins agrícolas, das quais são exemplo o Vale do Nilo e os Polders Holandeses.

O presente trabalho tem ainda como objectivo clarificar o papel do agricultor enquanto "arquitecto"/construtor do território agrário e mediador de convénios que promovem o equilíbrio entre e a produção agroindustrial e a sustentabilidade ecológica.

⁵ Ver (Telles, 2016, p.27)

Estado da Questão e o Elemento Novidade

No panorama internacional, a partir dos anos 70 do século XX, o estudo da história *rural* abandona as grandes categorias de modelos sociais, como a economia e a ideologia, e incentiva a investigação da *pequena história rural*, mais focada na cultura e nos regionalismos. A nova filosofia, assente no movimento pós-moderno, substitui os métodos de investigação genéricos e de âmbito global pelo estudo dos povos, da paisagem, das relações de género, da arquitectura popular e de outras particularidades culturais. Trata-se essencialmente de uma mudança de escala, que irá favorecer os particularismos em detrimento dos universalismos.

Em Portugal, a historiografia acompanha as grandes tendências internacionais, porém com um pouco de atraso. Até aos anos 60 do século XX, as abordagens ao *mundo rural* foram feitas essencialmente por geógrafos e agrónomos, como Leite de Vasconcelos, Orlando Ribeiro, Eugénio Castro Caldas ou Lima Basto, enquanto os historiadores abordavam a *Idade Média* e a *Questão Cerealífera*.

Nos anos 80, surgiram novas linhas de investigação, nomeadamente ligadas à Faculdade de Economia. Porém, a partir da década seguinte, os grandes estudos sobre o *mundo rural* foram abandonados, só sendo retomados na primeira década do século XXI.

Daí em diante verificou-se um renovado interesse pelos estudos rurais, nomeadamente com a constituição da *Rural Report Network*, com o surgimento de algumas teses de doutoramento e com o desenvolvimento de alguns projectos transnacionais ligados ao Império Português, verificando-se assim uma evolução positiva do estudo do tema.⁶

Foram muitos os trabalhos que encontrámos referentes ao Mundo Rural, especialmente nas áreas da Antropologia, Arquitectura Paisagista, Arquitectura, Sociologia, Economia, História, Geografia e Agronomia. Entre os quais, alguns abordando o território da Lezíria de Vila Franca, como *Companhia das Lezírias - Sulcos de uma Empresa Centenária 1836 - 2003* de Jorge Fernandes Alves, *Arquitectura Popular em Portugal* do Sindicato dos Arquitectos, *Arquitectura Portuguesa Chã* de George Kubler, *Estuário do Tejo - O Seu Valor e Um Pouco da Sua História* de António Nunes Dias e José M. Silva Marques; *Agricultura e Territórios* de Fernando Oliveira Baptista ou *Agricultura e o Desenvolvimento Rural* de José Frazão - entre muitos outros.

Porém, não encontrámos uma única investigação que interligasse todos os temas, ou referisse expressa e directamente a questão da Arquitectura da Paisagem Agrícola no campo de Vila Franca de Xira em toda a sua plenitude, pelo que acreditamos que o nosso trabalho poderá contribuir para completar uma lacuna nas áreas disciplinares da Arquitectura, Paisagismo, Etnografia, Antropologia e Sociologia.

Face ao que foi dito anteriormente, quase se pode dizer que relativamente ao Estado da Questão, o assunto não existe. No entanto, destacamos quatro autores, que não obstante, as diferenças geográficas e temáticas, partilham connosco o mesmo desejo de amplitude, inclusão e interdisciplinaridade. São eles, o Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, cujo esforço para sintetizar a essência da paisagem traduziu na ideia de Paisagem Global, o Geógrafo Orlando Ribeiro (Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico), o Agrónomo Eugénio Castro Caldas (A Agricultura na História de Portugal) e o Arquitecto José Luis Possolo de Saldanha, por

⁶ Ver (Serrão, 2019)

intermédio da sua Tese de Doutoramento *Arquitectura Tradicional Dispersa no Olival do Alentejo Interior*. Mais recentemente o projecto do *Museu da Paisagem* desenvolvido pela Escola de Comunicação Social de Lisboa, deu igualmente um forte impulso nesse sentido.

Um dos esforços que desenvolvemos ao longo do percurso desta investigação, foi procurar ler e ouvir o que foi dito e o que tratam na actualidade as diferentes disciplinas que estudam a *Paisagem*, razão que nos levou às suas bibliotecas e a participar em várias conferências por elas organizadas, dentro e fora de Portugal, subordinadas a este tema. Surpreendentemente, devemos dizer, constatámos que invariavelmente os acervos bibliográficos são pobres em informação relevante, fora do seu âmbito disciplinar específico, e que os congressos são participados quase exclusivamente por titulares da mesma orientação académica. Ou seja, os estudiosos da *Filosofia da Paisagem* escrevem e organizam conferências para os seus congéneres, assim como os antropólogos, os sociólogos, os paisagistas, os arquitectos, os historiadores e os agrónomos.

A nós pelo contrário, interessou-nos aproximar as diferentes áreas do conhecimento, promover a sua interacção e objectivar o discurso, procurando sistematizar a informação e ampliar a audiência.

O estudo assenta na ideia de que os territórios são a obra esculpida pela charrua do agricultor, pelos edifícios do arquitecto, pelos canais dos engenheiros, pelas tradições dos povos, pela reflexão dos filósofos e pelo olhar dos artistas. Uma matéria moldada pelo Homem ao longo do tempo numa sobreposição de camadas que configuram a história da humanidade.

Assim, o que propomos é um estudo que cruza as diferentes actividades humanas levadas a cabo na região, transpondo a fronteira disciplinar da arquitectura e posicionando-nos na intersecção desta com a antropologia, sociologia e história.

A Apologia do Generalista



Figura 3 - David Ribeiro Telles. Possivelmente o último Lavrador do Ribatejo (©Larrea, K., 2016)

O fim do lavrador consolidou a figura do empresário agrícola, que se vinha já anunciando desde meados do século XX (*Figura 3*). Ao contrário do seu antecessor, este actua sobre o território de modo segmentado e especializado, o seu ofício raramente traduz arte, ou poética, nem se ajusta aos ciclos da natureza. Tudo se resume a técnica. Pese embora da sua acção resultem igualmente bens agrícolas, a sua função não compreende a paisagem nem os sistemas que lhe dão vida. As variedades que escolhe para plantar já não se relacionam com o carácter edafoclimático do território, respondem meramente à procura do mercado global.

Para ilustrar o que acabámos de dizer, olhemos uma situação que se tornou comum no campo de Vila Franca de Xira: como consequência da ausência de rotações culturais e do uso constante dos mesmos fitofármacos e herbicidas, os produtores de tomate e melão começaram a experimentar uma forte resistência por parte de ervas infestantes e de alguns fungos. Perante essa situação, que aconselha à rotação das cultivares, a solução encontrada foi a troca de solos com os produtores de milho. Reféns de um conhecimento profundo, mas estreito, os empresários não tiveram alternativa senão mudar o assento da lavoura, inaugurando assim um paradigma fundiário que deixa de parte a relação afectiva que une os homens à terra. Se para o lavrador o campo era a sua casa e o seu sustento, para o empresário a paisagem agrícola é substrato para a produção de víveres.

A maioria dos cientistas, dos técnicos, dos artífices, dos Homens em geral, trabalha num determinado campo de acção mais ou menos restrito, mas sempre bem definido; este facto motiva, por deformação ou mesmo por necessidade profissional, a perda do sentido de conjunto e o desvio das linhas gerais de produção.

Uma vez perdido o equilíbrio geral, por ausência de directriz definida, o interesse humano deixou de existir em toda a sua plenitude, para se tornar apenas no interesse particular de alguns ou de uma geração. (Telles, 2016, p.22)

Segundo Richard Buckminster Fuller, com o advento da *modernidade* e a afirmação das sociedades industriais, foi-se aceitando progressivamente a normalização da especialização e a sua inevitabilidade, não obstante esta ser contrária ao comportamento que encontramos naturalmente nas crianças, caracterizado pelo desejo de tudo apreender e integrar.⁷

Já que o novo ser manifesta sempre tendências globais, gostaria de saber porque razão desprezamos toda a curiosidade significativamente espontânea e global da criança, e na nossa educação formal instituímos processos conducentes apenas a estreitas especializações? (Fuller, 1998, p. 6).

Ao contrário das outras espécies, que parecem ter sido concebidas exclusivamente para o desempenho de funções específicas, o Homem é capaz de entender dinâmicas locais e estendê-las a diferentes contextos. Desse ponto de vista, talvez um dos maiores fracassos da sociedade contemporânea seja precisamente a aprovação dos benefícios da especialização, ainda que seja evidente que o seu efeito anula o pensamento universal e integrador.⁸

A *arte do relacionamento*, como lhe chamou Gordon Cullen na sua obra *Paisagem Urbana*, é precisamente a qualidade que nos distingue das outras espécies que habitam o planeta. É pelo seu intermédio que acedemos à visão, ou seja, à possibilidade de perspectivar cenários futuros, equacionar realidades paralelas, antecipar acontecimentos e moldar o território com a forma da nossa ambição.

A identificação destas ligações e a sua interpretação, tem sido precisamente o ofício do arquitecto e do agricultor no decorrer do tempo. Todavia, a tendência que se tem verificado para a sua especialização, compromete os princípios geradores do olhar vasto e ameaça arrastar a paisagem urbana e rural para composições homogéneas que espelham a uniformização dos territórios e dos Homens que os habitam. Deste ponto de vista, a nossa herança e vocação inclusiva continua a ser a melhor garantia para desfrutarmos de cidades e campos livres de monotonia.

Em primeiro lugar há que afastar a ideia de que a emoção e a animação que procuramos nas cidades surgem automaticamente das soluções científicas fornecidas pelos homens da Técnica (ou parte técnica do cérebro). Aceitam-se naturalmente, essas soluções, mas sem permitir que actuem como vínculo. Aliás nem isso seria possível, já que qualquer solução científica se baseia no aproveitamento óptimo de factores médios: há médias de comportamento humano, médias

⁷ Ver (Fuller, 1998)

⁸ Idem

climatéricas, de segurança, etc., seu carácter flutuante, não poderá nunca fornecer soluções taxativas - tanto podem ser acomodáticas como antagónicas. (Cullen, 2008, p.10)

Até à chegada da cultura industrial, a cidade e o campo eram caracterizados por um panorama mais consentâneo com a nossa predisposição neurológica, reactiva a estímulos rápidos, diversos e contrastados. Essa tendência traduz as experiências da cidade e do campo medieval em acontecimentos marcantes, que resultam precisamente do seu vigor e dramatismo, alcançado por intermédio de uma unidade, que poderíamos apontar como sendo a sua alma ou espírito.

Por oposição, a cidade e o campo modernista divididos por ruas que se prolongam em linhas rectas, ordenados por edifícios e searas de alturas e estilos concordantes, originam com a sua simetria, equilíbrio e perfeição, impactos relativamente pequenos e facilmente assimiláveis, dando azo a experiências monótonas e amorfas.⁹

Camillo Sitte, no seu estudo para encontrar na construção urbana, leis que não dependessem exclusivamente de factos técnicos para descrever a beleza da cidade, alertou para o seguinte:

Nós temos hoje três sistemas principais para construir a cidade: o sistema ortogonal, o sistema radial e o sistema triangular. As variantes resultam geralmente da combinação dos três métodos. Todos estes sistemas têm um valor artístico nulo; a sua finalidade exclusiva é a regulamentação da rede viária; é, portanto, uma finalidade puramente técnica. Uma rede viária; serve unicamente para a circulação, não é uma obra de arte, porque não é captada pelos sentidos e não pode ser abarcada de uma só vez senão no papel. É por isso que nas páginas precedentes nunca incluímos em jogo a rede viária; nem ao falar de Atenas ou da antiga Roma, nem de Veneza ou de Nuremberga. Sob o ponto de vista artístico, é-nos absolutamente indiferente. (Sitte *apud* Rossi, 2016, p. 46)

Não devemos, portanto, esquecer que a cidade e o campo representam um todo e esse resulta precisamente da *arte do relacionamento*, que por sua vez se deve colocar ao serviço da imaginação para formar uma unidade coerente e dramática.

A estatística, por muito que possa servir a normalização da vida, é uma coisa redutora. Dá origem a meros esquemas tridimensionais que se pretendem ver habitados por pessoas. O Homem sente a todo o momento a sua posição relativa e por isso tem necessidade de se identificar com os lugares. Porém isso só é possível se eles forem constituídos por singularidades capazes de representar a natureza viva que resulta de uma visão global e integradora.¹⁰

⁹ Ver (Cullen, 2008, p. 11 - 13)

¹⁰ Ver (Cullen, 2008, p. 14)

Metodologia Aplicada

A investigação foi organizada em duas partes distintas:

- Na primeira, analisámos e inventariámos todo o tipo de investigações que, de algum modo, cruzassem os objectivos do nosso estudo.

Procurámos publicações e teses de doutoramento e mestrado sobre o tema, e outras fontes que versassem a relação dos territórios com a sua gente. Para o efeito foram consultados os Arquivos da Torre do Tombo; da História Militar; do Patriarcado de Lisboa; da Companhia das Lezírias; da ABLGVFX; dos Municípios de Vila Franca de Xira, Alcochete, Palmela; Montijo e Setúbal; do Instituto da Ciências Sociais e as bibliotecas Nacional; do Instituto Superior de Agronomia; do Instituto Geográfico Cadastral, do Palácio da Ajuda e do Museu de Arte Antiga.

Ao elencar um caso paradigmático, tornou-se necessário ir ao local, contactar e falar com usuários e outros, tendo em vista uma avaliação subjectiva sobre as realidades em causa e a sua integração no lugar.

Foram ainda nesta parte, eleitos os elementos arquitectónicos e contextos espacio-temporais nos quais procurámos ancorar o raciocínio.

- A segunda estabeleceu a fundamentação teórica, na qual se definiu o suporte conceptual da Tese que assenta em duas abordagens complementares. Uma apresentada por Martin Heidegger no ensaio *A Origem da Obra de Arte* e a outra por Christian Norberg-Schulz em *Genius Loci - Towards a Phenomenology of Architecture*.

Em ambos os textos, é proposto um sistema para acedermos à essência da obra, que consiste em separar a arte do suporte. Ou seja, são colocadas em evidência as qualidades do objecto passíveis de serem medidas e simultaneamente a natureza divina da obra, que é tudo aquilo que existe além da matéria e da forma que a configura.

Por um lado, a "*coisa*" matéria - definida no nosso estudo pelos elementos físicos que dão forma e cor à Lezíria Grande. Ou seja, todas as acções de manipulação do território levadas a cabo pelo Homem. Nelas se incluem a construção de aterros, pontes, valas, estradas, diques, furos, habitações rurais, celeiros, currais, silos, moinhos, portos de rio, lagares, hortas, pomares, searas, tapadas, ermidas, estações e caminhos ferroviários.

Por outro, a "*coisa*" imaterial - definida aqui pelos elementos subjectivos que lhe atribuem carácter. Neles se incluem os objectos de estudo da sociologia, economia, antropologia, entre outras.

Por fim, a última parte consiste numa análise crítica focada na correlação entre a "*coisa*" material e a "*coisa*" imaterial, com o propósito de identificar fluxos biofísicos e humanos, estruturantes para a invenção do paradigma paisagístico e para a salvaguarda da identidade do território, num mundo que se renova a todo o instante.

CAPÍTULO 1

O Contexto Geomorfológico

1.1. Introdução



Figura 4 - Península Ibérica

Ao findar a Era Primária passaram-se durante, o Antrocolítico, na Península Ibérica como em toda a Europa, importantes movimentos geológicos - ditos hercínios - que enrugaram e alteraram profundamente os materiais originários da primeira parte do Paleozóico, no Pré-Câmbrico. Estas formações, constituídas por rochas sedimentares, eruptivas e metamórficas, dada a fase de estabilidade que atravessaram durante milhares de anos, ficaram sujeitas a uma acção erosiva prolongada, que necessariamente conduziu a um importante nivelamento.

Entretanto, na periferia deste núcleo central, designado por Meseta Ibérica ou Maciço Hespérico, os mares do Secundário e do Terciário, por força de oscilações rítmicas, foram depositando materiais, ora finos ora mais grosseiros, consoante se encontravam numa fase

transgressiva ou regressiva. Estas formações post-paleozóicas, de origem marinha, constituem hoje as orlas mesocenozóicas da Península e as depressões periféricas do Tejo e Sado, Ibérica e Bética. (Cunha, 1999, p.3)

Muito antes da humanização, as forças modeladoras da crosta terrestre foram as primeiras ferramentas utilizadas na construção do território agrícola e a elas se deve o início da formação dos solos da Lezíria Grande (*Figura 4*).

Durante milhares de anos, o clima, os sismos, os vulcões e as acções metamórficas a eles associadas, a acção do ar, da água e do gelo empenharam-se no desgaste da rocha mãe e na produção de solo arável. A eles se deve a água dos rios, a planura da estepe, e a fertilidade do solo. A sua importância para a vitalidade do feito agrícola foi e continua a ser de tal forma fundamental, que importa conhecê-los e compreendê-los bem.

1.2. Situação Geográfica



Figura 5 - Província do Ribatejo

Figura 6 - Lezíria Grande (Fonte: Google Maps)

Este sítio, bem como toda a margem direita do Tejo, até Vila Franca, é muito fértil e aprazível: prados perfeitamente cultivados alternam-se com volumptuosos jardins e estendem-se sobre pequenos outeiros ao longo do Tejo. Começam aí os terrenos baixos, que são designados pelos nomes de lezírias de Vila Franca; ocupam uma superfície de 68 milhas inglesas e são formados por algumas ilhas rasas, banhadas pelo Tejo e ricas especialmente na produção de trigo e vinho. Muitas aldeias, algumas delas consideráveis, casas de campo destacadas e uma população a que não falta nenhuma das necessárias comodidades da vida dão a esta margem direita uma aparência afortunada, que não oferecem as charnecas arenosas e os bosques de folhagem acicular do lado esquerdo do rio. (Lichnowsky, 1990, p.93)

A Lezíria Grande é um território insular no concelho de Vila Franca de Xira, em pleno Estuário do Tejo, situado a 25Km Nordeste de Lisboa, e ladeado a Norte e a Oeste pelo rio Tejo e a Este pelo rio Sorraia. A sua área estende-se por uma superfície aproximada de 13.500 hectares e é atravessada por dois eixos viários nacionais, a N10 que liga Vila Franca de Xira ao Porto Alto e a A10 que une o Carregado a Benavente (*Figuras 5-6*).

Localizado junto à foz do maior rio Ibérico, o nosso território insere-se na província tradicional do Ribatejo e é representativo de uma das unidades de paisagem mais emblemáticas da bacia hidrográfica do Tejo, o Baixo Vale do Tejo, conhecida pela sua vasta planície aluvial¹¹ e pela invulgar largura do leito, que aí pode chegar aos 10 km.

¹¹ Situação bem diferente é a que encontramos a montante de Abrantes, onde o curso do rio é apertado por margens altas e escarpadas.

1.3. O Clima



O salto é grande, mas o tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada. Nada em cima de invisível é a mais subtil obra deste mundo, e acaso do outro. (Machado de Assis, Esaú e Jacó, cap. XXII)

Segundo José Custódio de Morais,¹² *o clima é a combinação de todos os elementos metereológicos que afectam o nosso organismo ao longo do ano*. O facto da Península Ibérica se encontrar afastada da Europa Central, confere-lhe condições especiais, dado que só por si, é um pequeno continente cercado de mares. É exemplo disso a presença dos ventos alísios, que se formam na sua costa Atlântica e resultam da conversão dos ventos de Oeste, soprados pelo Anticiclone dos Açores, em ventos de Nordeste.

No que diz respeito ao campo de Vila Franca, o *clima* é vincadamente mediterrânico e abundam os verões quentes e secos, e invernos com temperaturas moderadas¹³ e uma precipitação atmosférica relativamente baixa.¹⁴ Porém, a presença do rio funciona como um elemento mediador, influenciando o *clima*

¹² Ver (Morais, 1966)

¹³ A temperatura varia ao longo do ano, verificando-se o máximo em Agosto e o mínimo em Janeiro.

¹⁴ A precipitação anual média situa-se entre os 600mm e 700mm (Reis, 1988).

em vários aspectos, principalmente a temperatura, que atinge máximas de 40°C no Verão e mínimas de 1°C no Inverno.¹⁵

O Outono é marcado pela passagem de nuvens negras e altas que se dissipam em aguaceiros no calor da planície e dão início aos trabalhos agrícolas, as sementeiras. O ar enche-se de humidade e confere à luz os característicos tons do Outono. No Inverno, em virtude da aragem húmida e quente que sopra do mar, o céu enche-se de nuvens que descarregam chuvas intermitentes ou duradouras. O mês mais chuvoso normalmente é Dezembro, podendo, no entanto, em anos particulares, alternar com Março (*Figura 7*).¹⁶

Verão sem chuva, solarengo e quente, em alternância nítida com uma estação fresca durante a qual se sucedem desordenadamente os dias de chuva e as abertas: o ritmo anual do tempo que caracteriza os países mediterrâneos é francamente original à escala mundial.

É o único tipo climático em que o pino do calor e a maior secura coincidem no tempo. Em todo o resto do globo, a precipitação reparte-se quase igualmente entre todos os meses do ano ou, então, a estação chuvosa coincide com o momento em que o Sol sobe mais alto no céu. (Daveau, 2005, p. 24)

O vento apresenta uma velocidade média praticamente constante ao longo do ano, dominando os ventos que sopram do quadrante NW. Todavia, são os ventos do quadrante N, os que atingem a maior velocidade média.¹⁷

As geadas são praticamente inexistentes devido à baixa altitude do território e ao efeito regulador do rio.¹⁸

Os mesmos factores favorecem a formação de nevoeiros matinais, no entanto são menos frequentes aí do que mais a montante, por exemplo em Abrantes, onde o vale é mais encaixado.¹⁹

Estas características climáticas determinam a fisionomia das plantas, dispensando a vegetação de repouso hibernar e privilegiando as que se encontram bem adaptadas ao repouso vegetativo imposto pelo estio longo e seco, que as primeiras águas outonais fazem renascer.²⁰

O Verão rigoroso atribui à vegetação herbácea o seu carácter estépico e justifica a dominância de árvores e arbustos de folha perene. A mesma circunstância explica ainda a boa adaptação de inúmeras plantas xerófitas (*Figura 8*).²¹

¹⁵ Informação obtida pela Estação meteorológica de Sacavém no período de 1970 a 1990.

¹⁶ Ver (Ribeiro, 2011)

¹⁷ Idem

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

²⁰ Idem

²¹ Xerófitas são plantas adaptadas para viverem em climas semi-áridos e desérticos. Entre aquelas que figuram na fisionomia da planície ribatejana, a Figueira da Índia – *Opuntia ficus-indica* (L.) Mill – também conhecida por piteira, figueira-do-diabo, tabaio ou tabaibo é a mais comum e podendo ser encontrada facilmente bordejando caminhos ou delimitando propriedades. Não obstante ser uma espécie exótica, oriunda do continente Americano, foi introduzida na Europa por volta do século XVI e a sua propagação foi de tal forma eficaz, que poderá ser vista como um indicador da secura do Verão mediterrânico.



Figura 8 - Figueira da Índia - Planta Xerófita (Fotografia do Autor, 2017)

1.4. O Solo



Figura 9 - Lezíria do Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2018)

O solo é o produto da desintegração das rochas por intermédio de fenómenos físicos, químicos e biológicos (*Figura 9*). Estes dividem-se essencialmente em seis categorias: o clima, a rocha mãe, a vegetação, o relevo, o Homem e o Tempo. Após a meteorização das rochas, os elementos minerais misturam-se com a matéria orgânica e dão origem ao solo propriamente dito. Com o passar do tempo o solo evolui e adensa-se em estreitas camadas que poderão demorar milénios a consolidar.

Sob a acção de agentes internos e, até variável profundidade, de agentes externos, a crosta terrestre sofre modificações complexas que abrangem misturas de massas e deformações, e transformações destas resultantes.

Além de flutuações de nível, tremores de terra, dobras e fracturas, vulcanismo e acções metamórficas com eles relacionadas, verificam-se até variável profundidade, fenómenos de alteração, desagregação e transporte, provocados pelo ar, pela água ou pelos gelos, os quais afectam extraordinariamente a configuração da superfície da Terra. (Costa, 2011, p.13)

No que diz respeito ao clima, a temperatura e a humidade são os elementos que mais influenciam o desgaste da rocha mãe, que uma vez sujeita à acção do sol e da água, vai sofrendo alterações, tanto na sua forma física como química.

Com o surgimento das primeiras fissuras na rocha, surgem as primeiras plantas, que aí se instalam e cujas raízes vão contribuindo progressivamente para a dilatação das fendas. Mais tarde, após a sua decomposição, novas plantas irão surgir e continuar o processo de alargamento e aprofundamento das fissuras.

O relevo determina a incidência solar, o escoamento das águas pluviais, a acção dos ventos e o arrastamento ou a deposição dos sedimentos.

A acção humana faz-se sentir essencialmente por intermédio da agricultura, que dependendo das práticas utilizadas, poderá contribuir para a formação de mais ou menos solo.

O tempo condiciona a formação do solo, na medida em que será a maior ou menor exposição da rocha aos elementos de desgaste que irá determinar a espessura do mesmo.

Da interacção dos factores acima mencionados, forma-se o perfil pedológico do solo. Este é definido por uma sobreposição de camadas que se designam por *Horizontes*, caracterizados por cores, composições e espessuras próprias.

O – Horizonte com predominância de restos orgânicos.

A – Horizonte mineral escurecido pela acumulação de matéria orgânica.

E – Horizonte de cores claras, de onde as argilas e outras partículas finas foram lixiviadas pelas águas percolantes.

C – Horizonte constituído por material não consolidado.

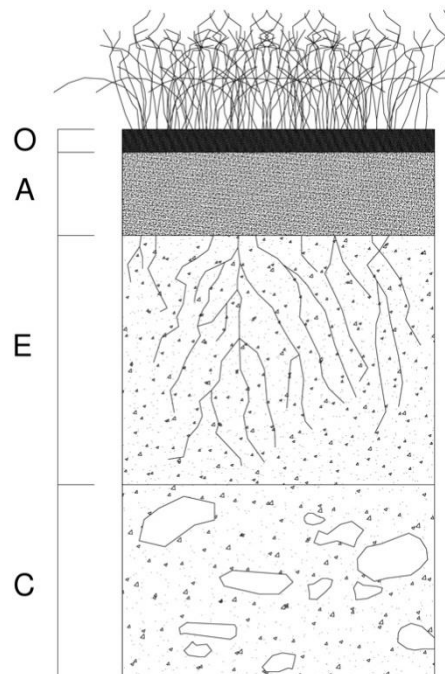


Figura 10 - Perfil Pedológico (Desenho do Autor, 2018)

No que diz respeito à Lezíria Grande, os solos são formados por aluviões²² salgados de textura pesada, com e sem calcário. Fundamentalmente, são solos resultantes da deposição de sedimentos clásticos, arrastados pela corrente fluvial, que se acumularam nas margens, ao longo do tempo (Figura 10). A ausência de curvas de nível é reveladora da imensa planura da Lezíria Grande (Figuras 11-12).

²² Como a Figura 10 indica, o perfil pedológico dos solos de aluvião é formado quase exclusivamente pelo Horizonte A.



Figura 11 - Carta militar de Alverca do Ribatejo, tiragem de 2009. Escala 1:25000. Folha 404 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)

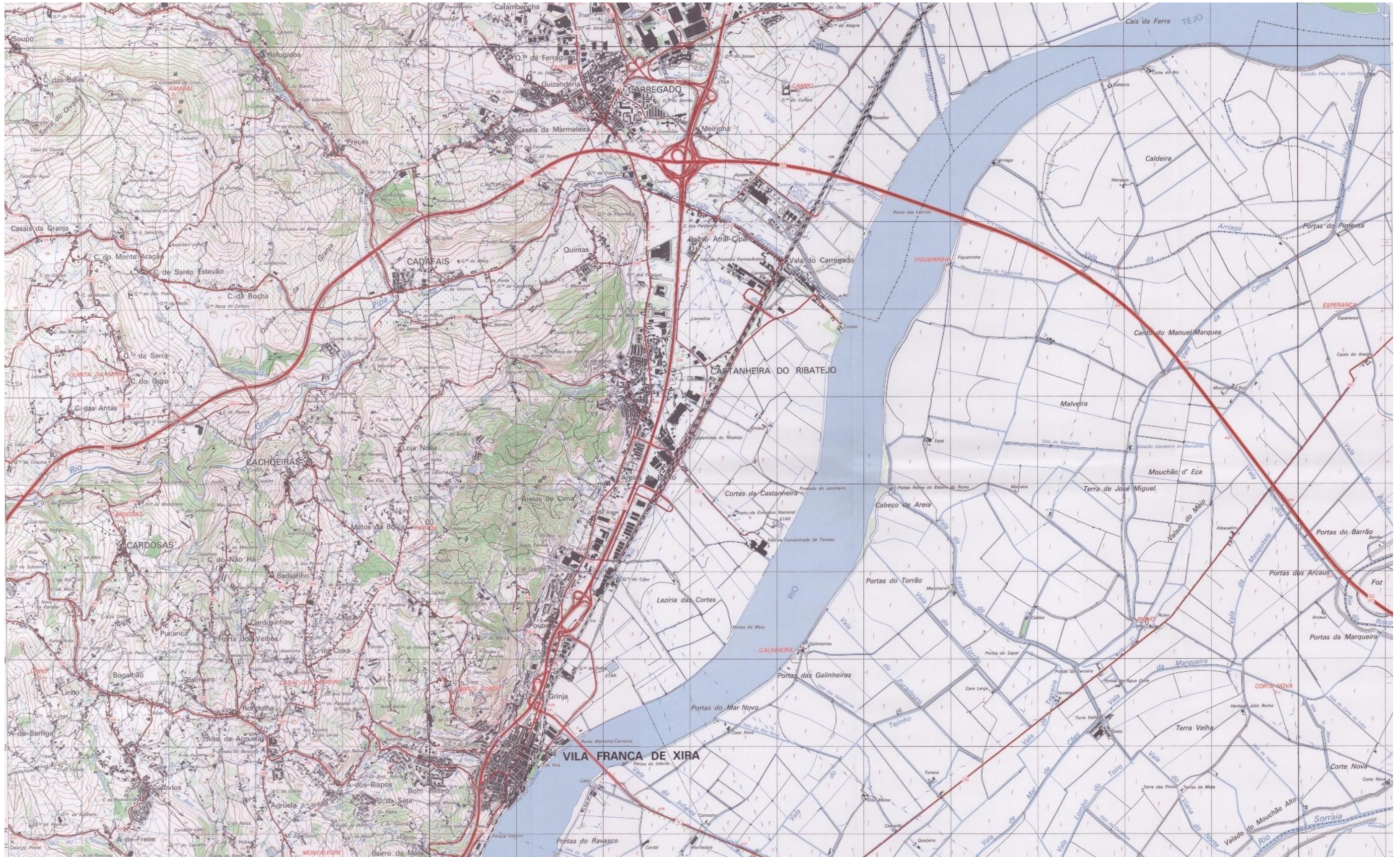


Figura 12 - Carta militar de Alverca do Ribatejo, tiragem de 2009. Escala 1:25000. Folha 390 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)

1.5. O Tejo



Figura 13 - Vista das Portas do Sol em Santarém (Fotografia do Autor, 2017)

O Ribatejo deve ser visto das Portas do Sol de Santarém, num dia de cheia, ou da bancada duma praça de toiros, numa tarde de Verão. Num dia de cheia, porque o Tejo hipertrofiado marca-lhe exactamente a extensão, e os contornos que a geografia nunca encontrou; numa tarde de Toiros, porque é no redondel que se precisa a sua profunda significação. (Torga, 2000)

Com 1070 Km de comprimento e uma orientação dominante nascente-poente, o Tejo é o maior rio da Península Ibérica. Nasce encaixado na serra de Albarracín a 1600m de altitude e atravessa dois terços da Península Ibérica²³ até chegar a Lisboa, onde encontra o mar. A sua bacia hidrográfica ocupa 81000 Km² e em termos de área ocupa o 3º lugar da península, a seguir ao Douro (97682 km²) e ao Ebro (86000 Km²). Em Espanha, atravessa as serras da Cordilheira Central e dos montes de Toledo, banhando respectivamente as províncias de Castela, Madrid e Estremadura. Depois de entrar Portugal o seu curso começa por separar a Beira Baixa do Alto Alentejo, para logo unificar o grande anfiteatro do Ribatejo (*Figuras 13-14*).²⁴

²³ Cerca de 69% localiza-se em território Espanhol e 31% em Portugal.

²⁴ Ver (Cunha, 1999)



Figura 14 - Morfologia da Península Ibérica (Adaptado de: Daveau, S., 2005)

No decorrer da Fase Sávica²⁵, o abaulamento da Cordilheira Central e a abertura de importantes fissuras dominaram a geomorfologia da região e acentuaram o desnivelamento dos blocos. Nas zonas sem vazão acumularam-se junto aos taludes materiais grosseiros de origem continental e lacustre, ao passo que nas regiões centrais acumularam-se essencialmente argilas. Posteriormente, num período de menor actividade do processo erosivo, depositaram-se sobre estas camadas, calcários e margas. Foi assim, que no final do Miocénio, se formaram os limites montanhosos da Meseta, respectivamente a Cordilheira Central e as depressões Castelhanas.²⁶

No entanto, a fase que se seguiu prolongou-se o suficiente para limar os pontos mais elevados e preencher os vales, originando vastas planícies que permaneceram até um novo enrugamento ter surgido. Na última fase do Pliocénio, uma onda de estabilidade deu origem a um novo ciclo erosivo, dominado por chuvas escassas mas muito concentradas, que escavaram a encosta, formando relevos do tipo montes-ilhas.²⁷

Já no quaternário, a rede hidrográfica evoluiu progressivamente em virtude do aumento da humidade, encetando novos ciclos de erosão que se prolongaram até aos períodos glaciares. O degelo que ocorreu a

²⁵ Final do período Mesozóico, no qual ocorreram os movimentos orogénicos alpidicos, cuja acção foi determinante para a formação da morfologia actual da Meseta.

²⁶ Ver (Cunha, 1999)

²⁷ Idem

seguir provocou a subida do nível do mar e em função disso, os rios geraram vastos depósitos de material rolado, conhecidos por serem as marcas mais importantes do Atropozóico.²⁸ Sucintamente, foram estes os movimentos que ao longo de milhares de anos geraram a mais extensa planície aluvial do nosso país.

As formas de relevo que hoje se podem observar dependem da tectónica e da geologia, mas também dos sistemas morfogénicos que actuaram ao longo dos tempos geológicos, sobretudo dos mais recentes. Na área em estudo, estes sistemas variam com o tempo mas também, para o mesmo período geológico, com o espaço. Actualmente predomina em toda a região o sistema de erosão dito normal, próprio dos climas temperados, com pluviosidade suficiente para assegurar um escoamento das águas através dos rios, agentes erosivos que assumem importância fundamental. (Cunha, 1999, p. 11)

O mesmo rio que moldou a paisagem, foi ainda a principal ligação entre o litoral e o interior da Península Ibérica, numa dinâmica que promoveu invasões, reconquistas e comércio. Não obstante os esforços desenvolvidos ao longo tempo para assegurar a sua navegabilidade²⁹, hoje não é possível ir além de Valada do Ribatejo (*Figuras 14-18*).

²⁸ Idem

²⁹ Entre os vários melhoramentos, destacamos as obras desenvolvidas no reinado de Filipe II (1582 - 1621).

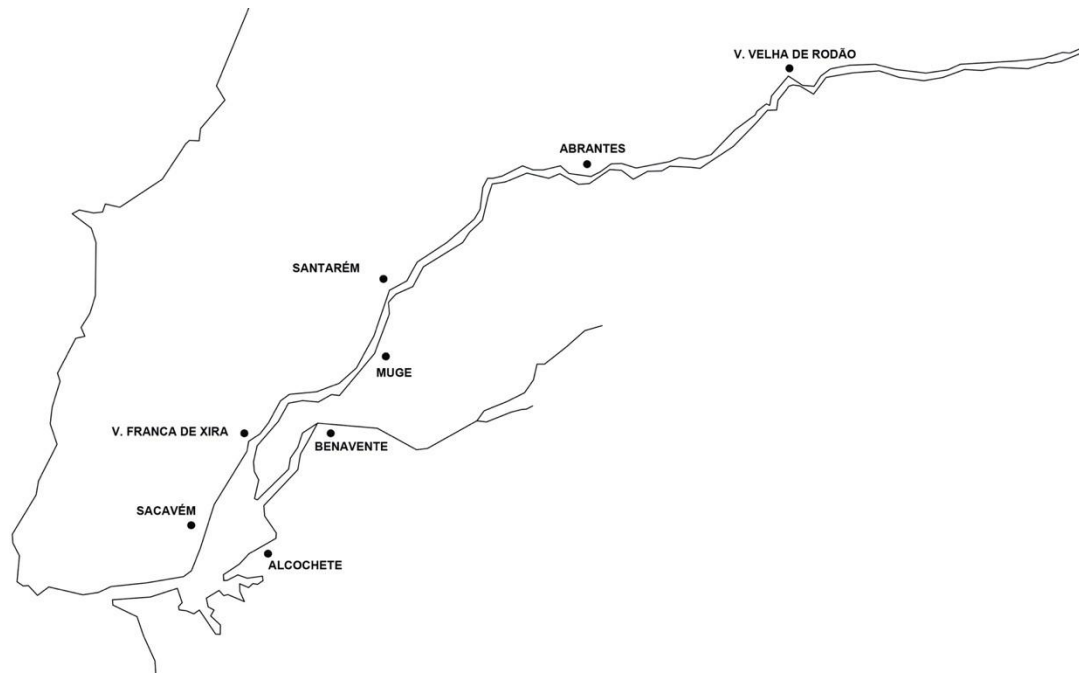


Figura 15 - Portos fluviais do Tejo no princípio do séc. XVII (Adaptado de: Gaspar, J., 1970)



Figura 16 - Muleta do Tejo. Museu da Marinha, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 17 - Muleta do Tejo. Vala da Azambuja. Excerto do documentário *Os toiros na faina agrícola*, 1939
(Fonte: Cinemateca Portuguesa)



Figura 18 - Muleta do Tejo. Vala da Azambuja. Excerto do documentário *Os toiros na faina agrícola*, 1939
(Fonte: Cinemateca Portuguesa)

1.6. O Estuário

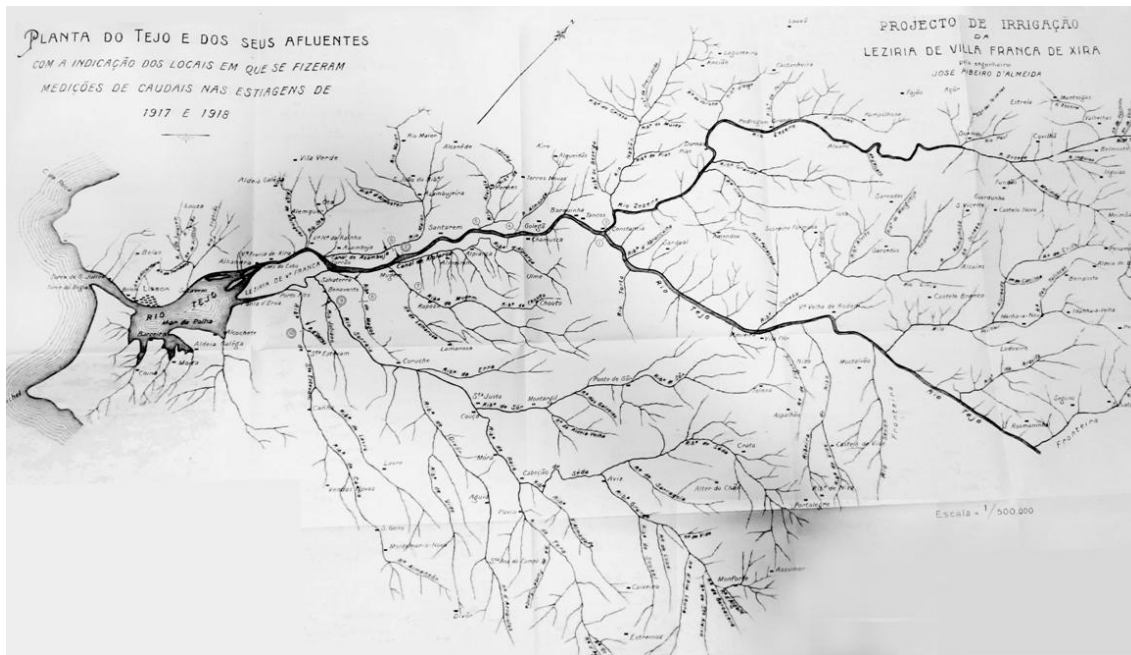


Figura 19 - Tejo e os seus afluentes (Almeida, J.R., 1919)

Segundo a convenção Ramsar, um estuário define-se como uma "*Extensão de pântanos, de charcos, de turfeiras ou de águas naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, onde a água é estática ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo extensões de águas marinhas cuja profundidade em maré baixa, não excede 6m.*"

Essencialmente são apontados três aspectos básicos na caracterização de qualquer estuário: espaço de encontro entre os sistemas doce e salgado; definição clara dos limites da barra; presença dos parâmetros intermédios e troca de ingredientes entre o meio doce e salgado. A isto, podemos e devemos acrescentar ainda a acção das marés cujo ritmo dinamiza tanto a entrada como a saída de água por intermédio da sua ligação ao mar (Figura 19).³⁰

A combinação de águas doces e salgadas é a garantia da riqueza do estuário, porém isso por si só não explica o surgimento das biocenas estuarianas. Para que tal aconteça é preciso ainda que a foz dos rios apresente condições geológicas favoráveis à deposição dos sedimentos arrastados pela corrente formando assim as lamas que servirão de substrato para o desenvolvimento dos seres vivos associados aos ambientes estuarinos.³¹

O substrato dos estuários é formado por finas partículas coloidais que se encontram em suspensão nas águas dos rios, designadas por *vasa*, cuja mistura com as águas do mar, origina um casamento eléctrico do qual resulta a sua floculação e consequente deposição no fundo do estuário. A acumulação sucessiva dessas

³⁰ Ver (Dias, 1999)

³¹ Ver (Dias, 1999)

partículas, juntamente com os solos aluvionares, dá origem aos sapais, dos quais depende inteiramente o bom funcionamento dos ecossistemas.³²

Apesar da sua aparente estabilidade, os estuários são estruturas relativamente recentes³³ e encontram-se sujeitas a grandes mudanças resultantes essencialmente de alterações na amplitude das marés e dos fundos ribeirinhos e das variações pluviométricas. Delas dependem a extensão da língua salina, a deposição de lamas e consequentemente o desenvolvimento dos seres que aí habitam.³⁴

Segundo McLusky³⁵ os estuários dividem-se em três tipos: *Positivos*, quando a água que sai em cada ciclo de maré, é maior do que a que entra. *Neutros*, quando a água que entra é igual à que sai; *Negativos*, quando a água que sai é menor do que a que entra (Figura 20).

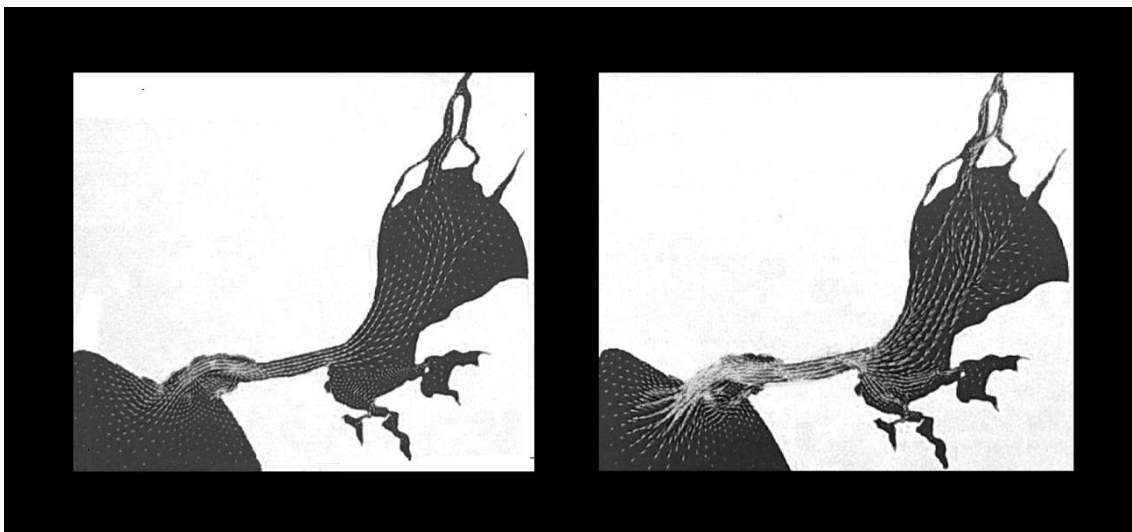


Figura 20 - Fluxo de enchente (esquerda) e fluxo de vazante (direira) (Adaptado de: Dias et al., 1999)

Do ponto de vista da salinidade, K. R. Dyer³⁶ classificou-os assim: *Fortemente Estratificados*, quando a água doce desliza sobre a água da maré. *Semi-Estratificados*, quando ocorre a mistura da água salgada com a doce. E *Verticalmente Homogéneos*, quando a circulação dominante é imposta pela maré.

Para P. Adam, os estuários também se dividem em três categorias: Em *Cunha Salina*, quando apresentam uma corrente de água salgada rasante ao fundo e uma de água doce à superfície. *Parcialmente Misturados*, quando o gradiente salino vertical exhibe sentidos opostos da direcção da corrente e *Misturados* quando a salinidade decresce de jusante para montante sem existir um gradiente vertical de estratificação das águas.³⁷

³² Idem

³³ Terão surgido com a subida do nível do mar originada pelo degelo das calotes polares há cerca de 10000 anos.

³⁴ Ver (Dias, 1999)

³⁵ Ver (McLusky, 1989)

³⁶ Ver (Dyer, 1979)

³⁷ Ver (Adam *apud* Dias, 1999)

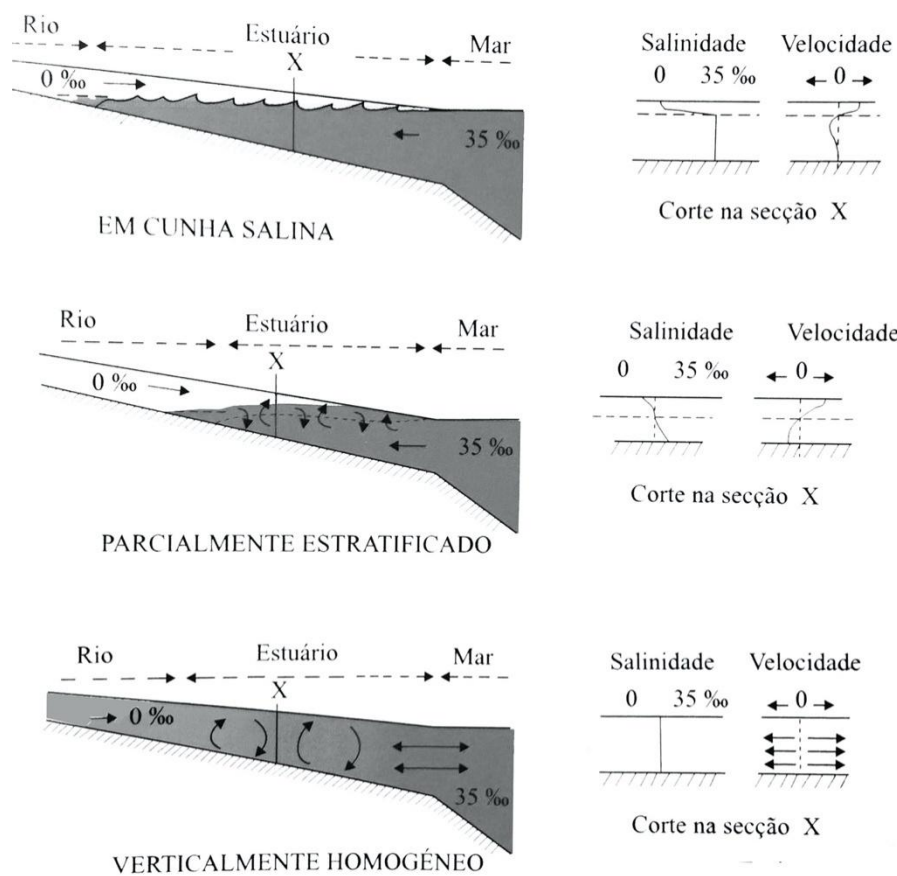


Figura 21 - Distribuição da salinidade nos três tipos de estuários (Adaptado de: Dias et al., 1999).

Entre as qualidades apontadas aos sapais encontram-se as suas capacidades depuradoras. Este mecanismo tem uma destacada importância porque frequentemente situam-se em lugares onde ocorrem descargas poluentes impregnadas de metais pesados (Figura 21).³⁸

Os efeitos tóxicos de concentrações elevadas de alguns metais pesados podem, deste modo, ser consideravelmente minimizados pois que, através das condições referidas, a sua disponibilidade para os organismos fica reduzida. Podem assim permanecer indisponíveis nos sedimentos, através da absorção e complexação com substâncias orgânicas ou, em condições redutoras, imobilizados sob a forma de sais insolúveis (sulfuretos).

Os sedimentos com raízes possuem, relativamente aos sedimentos não colonizados por vegetação, uma mais baixa concentração de formas químicas móveis de metais pesados, determinada por um mais elevado teor em matéria orgânica, uma maior acidez e um maior potencial redox. (Dias, 1999, p. 15)

³⁸ Ver (Dias, 1999)

Relativamente aos microrganismos, estes desempenham um papel fundamental na decomposição dos detritos arrastados pelas marés e pela corrente dos rios. Em camadas mais superficiais, onde ainda é possível a acção de bactérias, fungos e protozoários devido à presença de oxigénio, a decomposição faz-se de forma mais acelerada, ao contrário do que acontece em maiores profundidades, onde o ambiente anaeróbio dificulta a decomposição e esta se faz com maior lentidão.³⁹

Além dos recursos minerais, os estuários são ainda lugares onde abundam bivalves⁴⁰, crustáceos, peixes e aves, razões que fomentaram desde cedo uma estreita relação com o Homem.

O estuário do Tejo é uma das dez zonas húmidas mais importantes para a avifauna aquática na Europa. Um ambiente de riqueza natural que se desenvolve não só nos caniçais, nas salinas, nos sapais, mas também nos campos de arroz, no restolho do milho e nas sementeiras do trigo e da aveia.

Pese embora algumas aves permaneçam no estuário ao longo de todo o ano, a maioria insere-se num movimento migratório que liga o norte da Europa a África, em busca das temperaturas amenas do inverno meridional (*Figuras 22-23*).

Segundo António Dias e José Silva Marques⁴¹, o estuário do Tejo pode dividir-se em quatro zonas distintas:

- A zona mais a montante, que se prolonga desde Vila Franca de Xira até Alcochete. Caracterizada pela sua forma deltaica, onde abundam mouchões, esteiros e espreiados de maré. É a zona de nidificação mais importante do estuário e por isso, quase todo o seu território se encontra englobado na Reserva Natural do Estuário do Tejo. É ainda aí que desaguam o rio Trancão e o Sorraia.

- O Mar-da-Palha é a zona que se segue e vai da anterior até ao Cais do Sodré. É a maior de todas e nela desaguam o rio da Moita, o rio Coina, e o rio Judeu. Aí têm assento grandes equipamentos industriais e a maior parte das travessias fluviais que ligam Lisboa à Margem Sul.

- A terceira é um canal delimitado a Norte por uma faixa que vai de Lisboa a Paço de Arcos e a sul pelas rochas detríticas do Mioceno.

- Por fim a quarta, é o lugar onde a água salgada começa definitivamente e estende-se da anterior até ao Bugio.

³⁹ Ver (Dias, 1999)

⁴⁰ Eram especialmente famosas as ostras do Tejo, que até aos anos setenta do século XX, representavam um importante recurso económico para a região. Porém, devido à poluição, tanto por resíduos domésticos como por agroquímicos, hoje não resta senão a sua memória evocada pelo posto de depuração de ostras do Tejo, situado na Moita do Ribatejo.

⁴¹ Ver (Dias, 1999)

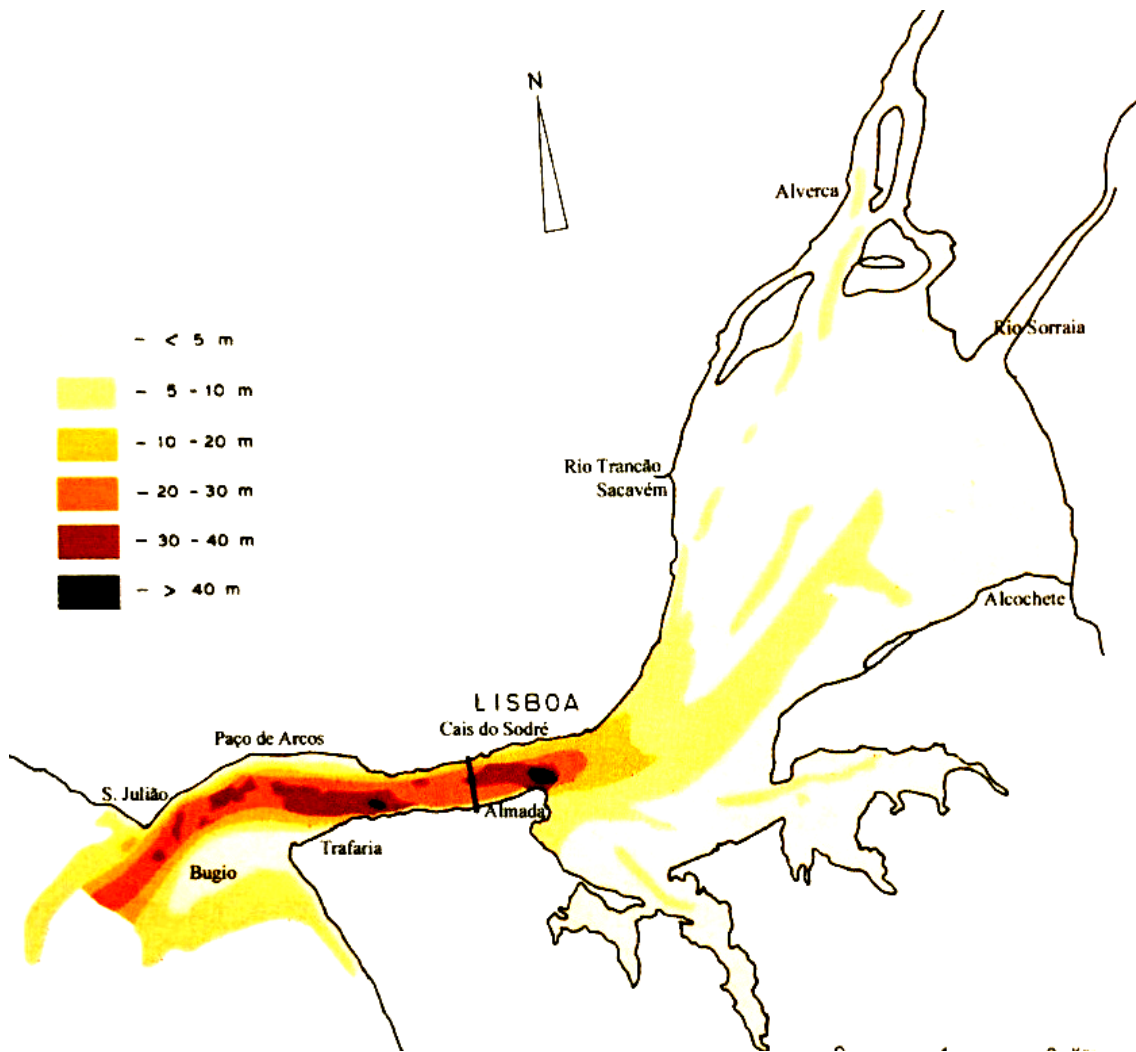


Figura 22 - Batimetria do estuário (Adaptado de: Calvário, J., 1982)

1.7. Introdução à História da Rega e seus Fundamentos



Figura 24 - Construção de um canal de rega. Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

Em Agosto de 1490, Martim Gil, Capataz da Rainha D. Joana de Castela, Pedro Catalão, barbeiro de D. João II, e outros, requerem privilégios porque sabem construir artifícios com que se pode tirar água dos poços e lagoas e doutras quaisquer partes onde a haja (...). E D. João II passa-lhes carta de privilégio, a 24 de Agosto, por 40 anos. (Casimiro, 1940, p. 54)

A utilização da água tem respeitado ao longo do tempo vários padrões, porém, paralelamente têm surgido formas desviantes, associadas a diferentes contextos históricos, distinguidos pela evolução das culturas e pelo quadro socioeconómico dos povos. Desde cedo que a sua presença assumiu um papel central na vida das civilizações, razão pela qual todas se empenharam na construção de canais, diques e reservatórios (Figura 24).⁴² Provavelmente, de entre os objectos sagrados no Mundo Antigo a água seria o mais venerado. Essa crença terá originado a lenda dos quatro rios da vida, cujo culto foi amplamente difundido pelos Vedas indianos e pela Bíblia judaica. Em virtude disso a água tornou-se uma característica comum a todas as culturas posteriores que eficazmente souberam explorar o seu duplo significado de utilidade e simbolismo. *"El agua es*

⁴² Ver (Underwood, 1950)

*símbolo de vida, al discurrir por los canales su sonido nos da idea de recorrido, movimiento, sus acequias llenas hasta el borde reflejan el azul del cielo. El agua es así mismo utilizada para las abluciones.*⁴³

En Mesopotamia, en tiempos de Hamurabi, los babilonios llevaron a cabo un fabuloso sistema de canales y embalses. Com Semiramis, Babilonia tuvo seis canelas com esclusas, embalses, presas y diques. Para aumentar la presión del agua, se realizó una tolva grandiosa, desviando el curso del Eufrates. Las plantas estuvieron relacionadas con la religión y recibían adoración como pequeños dioses. Deificaron la palmera datilera e hicieron de su emblema el señor de la vegetación. (Isla, 1993, p. 9)

Na qualidade de protagonista dos jardins e das paisagens da antiguidade, a água notabilizou-se pela capacidade de viabilizar a vida em territórios hostis, como tão bem testemunham os refrescantes oásis dos desertos babilónicos. A sua composição paisagística e qualidades estéticas moldaram o ambiente urbano das grandes civilizações promovendo a fundação de cidades e espaços de lazer. Segundo Catherine Spellman, citada por Márcio Severino, a água traz consigo o lastro da história qualificando o carácter dos lugares e moldando as mais diversas expressões arquitectónicas, nomeadamente chafarizes, tanques, fontes, cisternas e reservatórios.⁴⁴

Foram as necessidades hídricas que condicionaram o estabelecimento das primeiras civilizações junto a superfícies da água, fundamentalmente junto aos vales férteis dos rios Nilo, Tigre, Eufrates e Indo, originando as grandes cidades da antiguidade. Desde essa época que a sociedade tem valorizado os rios através de múltiplas perspectivas. Os rios e a água, têm sido considerados ao longo dos tempos como bens preciosos, como elementos de organização do espaço, associados aos conceitos de unificação e separação do território. Assim, o rio tem funcionado como o elo de ligação entre a Natureza e o Homem, como fronteira entre os sistemas naturais e os sistemas humanizados. (Monteiro, 1998, p. 9)

A constante interacção entre o Homem e a água despoletou um mundo imaginário, simbólico e poético que remonta às religiões animistas da pré-história, cuja crença associava o poder do precioso líquido aos espíritos dos lugares. Com a evolução da cosmogonia religiosa, os rituais adquiriram novos significados, consolidando o banho lustral nas práticas iniciáticas. A imersão do Homem na água fá-lo renascer puro e preparado para uma nova existência. Esta concepção, comum às grandes religiões, fez proliferar por todo o mundo os mitos dos rios e dos lagos sagrados, marcando inevitavelmente o carácter da paisagem. *"Viajar ao longo do Ganges desde a nascente até à embocadura e depois em sentido inverso na outra margem, é um dos actos de maior devoção que um hindú pode praticar."*⁴⁵

⁴³ Ver (Isla, 1993, p. 8)

⁴⁴ Ver (Severino, 2015)

⁴⁵ Ver (Guiné, 2000, p. 4)

Simultaneamente, esta conjuntura fundiu a medicina aos mitos, configurando práticas que permanecem vivas na cultura popular portuguesa e ribatejana, ainda que travestidos de rituais cristãos. São disso exemplo, os banhos santos no dia de São Bartolomeu, os populares banhos de ano novo e as procissões ribeirinhas em homenagem à Senhora dos Avieiros (*Figura 25*).



Figura 25 - Nossa Senhora dos Avieiros. Azambuja (Fonte: Jornal Mirante, 5.6.2019)

Indícios seguros mostram que a rega terá começado a ser praticada na região do *Crescente Fértil* por volta de 5500 a.C., associada ao amadurecimento das civilizações suméria, babilónica e assíria e que a partir daí se terá difundido por todo o globo terrestre, com excepção da América Central, onde as civilizações maia e asteca, terão encontrado *per si* métodos próprios de o fazer.

Os primeiros modelos de aproveitamento dos recursos hídricos para fins agrícolas terão acompanhado o domínio das cheias e a distribuição de água por intermédio de diques, reservatórios e canais, uma vez que só muito mais tarde terão surgido os primeiros dispositivos para elevação de água. Em virtude do quadro temporal que nos separa desses tempos, é curioso verificar que muitas dessas técnicas continuam a ser praticadas em vastas regiões do planeta como por exemplo a irrigação por canteiros, tão popular no Egipto e no sudeste asiático, a rega subterrânea dos Astecas ou as nossas regadeiras de nível.⁴⁶

Em Portugal, segundo Orlando Ribeiro os primeiros hábitos de irrigação terão surgido no seio das comunidades castrejas, nomeadamente para regar culturas hortícolas e cerealíferas, num modelo que o

⁴⁶ Ver (Raposo, 1996)

próprio chamou de carência, por ser praticada apenas na época estival, durante a qual escasseiam chuvas regulares.⁴⁷

Com base nos registos do geógrafo grego Estrabão, Jorge Dias e Fernando Galhano⁴⁸, afirmaram mais tarde que a rega no nosso país era seguramente praticada pela tribo dos Lusitanos e que esses a usavam para regar o linho, "*uma planta que exigia uma irrigação abundante no nosso País*".

Posição análoga é a de José Rasquilho Raposo, para quem o início da rega na Península Ibérica coincidiu com a chegada dos Celtas, antecessores do Lusitanos, que já a praticavam na Europa Média para regar pastagens. Este tipo de distribuição de água, conhecido por *rega em linha*, ainda hoje pode ser encontrado no Norte de Portugal, sobretudo nas regiões de montanha, onde se revela particularmente eficaz contra as baixas temperaturas e geadas.⁴⁹

Progressivamente, estas técnicas ter-se-ão expandido, sobretudo nas parcelas mais pequenas, circunstância que terá aperfeiçoado os mecanismos e consolidado o costume. Primeiramente por intermédio de dispositivos do tipo *cabaço*, lançando a água directamente sobre as plantas e mais tarde pelo escoamento natural de água proveniente de ribeiros, nascentes, fontes e minas.⁵⁰

Genéricamente, a água no solo encontra-se em três formas: *higroscópica, capilar e gravitacional*. A primeira resulta da força de atracção entre as partículas do solo e o vapor de água que se condensa sobre a sua superfície revestindo-as por uma fina película de água que resiste à influência da capilaridade. A segunda surge quando se adiciona água ao solo para lá do *coeficiente de emurchimento*⁵¹, desencadeando desse modo uma progressiva diminuição da retenção de energia e simultaneamente induzindo um estado em que a água pelicular se desloca com facilidade de partícula para partícula. Por último, se continuarmos a adicionar água ao solo, a força que solicita as camadas exteriores das películas irá reduzir-se ainda mais, até atingir um novo ponto crítico⁵², acima do qual a espessura das películas não pode aumentar. Nesse momento, se juntarmos mais água, ela deslizará sob a acção da gravidade. Ou seja, já não falamos de água capilar, mas sim de gravitacional.⁵³

No que diz respeito aos sistemas de regas, os mais populares são as regadeiras de nível, regadeiras inclinadas, planos inclinados, cavaletes, faixas, canteiros, caldeiras, sulcos, rega subterrânea, gota-a-gota, miniaspersão e aspersão, divididos respectivamente por dois grandes grupos: rega por gravidade e rega por pressão. O primeiro é composto por técnicas energeticamente autónomas ao passo que o segundo é caracterizado pela dependência de mecanismos de pressão e redes de tubagens desenvolvidas para o efeito.⁵⁴

Relativamente à sua finalidade, de um modo geral, considera-se que a rega "*consiste no fornecimento de água ao solo com o objectivo de melhorar as condições em que vegetam as plantas cultivadas,*"⁵⁵ mas

⁴⁷ Ver (Ribeiro, 2011)

⁴⁸ Ver (Dias e Galhano, 1986)

⁴⁹ Ver (Raposo, 1994)

⁵⁰ Idem

⁵¹ Ver (Mayer, 1945)

⁵² Ponto de máxima capacidade capilar.

⁵³ Ver (Mayer, 1945)

⁵⁴ Ver (Raposo, 1996)

⁵⁵ Ver (Raposo, 1996, p. 96)

também podem ser consideradas regas de humedecimento, protecção, fertilização, distribuição de pesticidas e qualitativas.

Além das técnicas de irrigação, um plano de rega eficiente depende igualmente das necessidades hídricas das plantas cultivadas, dado que a insuficiência de água afectará tanto as produções como o seu excesso. Para esse efeito, é importante identificar os seguintes parâmetros: dotação de rega; intervalo de tempo entre regas; intensidade de rega e tempo e tempo útil de rega.

1.8. Notas Finais



Figura 26 - Praia Grande, Portugal (Fotografia do Autor, 2017).

O mundo antes da intervenção divina era o Caos, uma massa informe dentro da qual lutavam os quatro elementos, sem que um conseguisse distinguir-se dos outros. Um deus desconhecido separa os elementos e assim ordena o universo. Em seguida, cria os seres vivos, que vão desde os deuses e estrelas até os menores animais e plantas. Para coroar a vida terrestre, inventa a partir de uma fagulha divina o homem, e se inicia a Era de Ouro. Porém, Saturno é desbancado por Júpiter, que destrói a primavera eterna, criando quatro estações. Seguem-se as demais Eras do mundo, com diversas raças de homens. A raça de ferro parecia a pior, pois com a sua ambição e infidelidade corrompera a natureza e levava os deuses a abandonar a Terra, mas do sangue de gigantes nasce uma raça ainda mais feroz. (Ovídio, 2016 p. 36)

A zona do Baixo Tejo é o resultado de um processo longo e complexo, decorrente de movimentos tectónicos, das oscilações do nível do mar e das variações climáticas. O processo ter-se-á iniciado há 80 milhões de anos, logo depois das grandes erupções vulcânicas que moldaram as colinas de Lisboa, Sintra e Mafra.

Desde então, a bacia do rio começou a afundar-se na falha do Tejo⁵⁶, que lhe esculpiu o recorte das margens e formou progressivamente a planície onde se depositaram os sedimentos de granito, xisto e quartzito que rolaram das cordilheiras montanhosas do interior da península.

A evolução geofísica do território promoveu ao longo do terciário, do mesozóico e do paleozóico ambientes paisagísticos diversificados, onde prosperaram, com a subida do nível do mar⁵⁷, animais tão exóticos quanto corais, tubarões, tartarugas, cetáceos ou peixes tropicais e com a retirada do mar, crocodilos, rinocerontes, mastodontes ou cavalos primitivos.

No quaternário, em consequência das glaciações, surgiram novas alterações climáticas e marinhas, protagonizadas por acentuadas descidas da temperatura e do nível do mar, que deram origem a uma vasta planície povoada de mamutes, bois e cabras selvagens, que cativaram tanto a fome como o instinto dos humanos que habitavam a região.⁵⁸

Por fim, os primeiros povoados surgiram há cerca de 5000 anos, na zona de Muge e foram gradualmente descendo, acompanhando a retirada do mar, cujo efeito cobriu de vastas dunas toda a bacia do Tejo (*Figura 26*).⁵⁹

⁵⁶ A falha do Tejo é a causa da diferença de relevo tão acentuada entre a margem direita e a margem esquerda e de importantes sismos, entre os quais, o que ocorreu em 1909 e que destruiu por completo a vila de Benavente.

⁵⁷ Houve épocas em que o mar chegou a Santarém e as colinas da Arrábida e de Sintra foram ilhas.

⁵⁸ Os últimos Neandertais viveram nas grutas da Arrábida.

⁵⁹ Ver (Dias, 1999)

CAPÍTULO 2

O Contexto Histórico

2.1. A Humanização do Território

2.1.1. A Pré-História



Figura 27 - "A Criação de Adão". Tecto da Capela Cistina, Roma (Michelangelo, 1508 - 1515)

E disse Deus: Produza a terra erva verde, erva que dê semente, árvore frutífera que dê fruto segundo a sua espécie, cuja semente está nela sobre a terra; e assim foi. (Génesis, 1:11)

Provavelmente, a selva, que ocupava as zonas menos elevadas do planeta, como seria o caso da Lezíria Grande, terá permanecido durante milénios distante, por abrigar a hostilidade de animais ferozes, obrigando o Homem a habitar as zonas altas. Porém, a enorme beleza do estuário do Tejo, a riqueza dos seus recursos, o clima ameno, terão continuado a atrair as populações humanas e a alimentar-lhes o desejo de conquista. No fim, o Homem venceu. Tomou o território para si e nele escreveu a sua história.

No decorrer dos últimos anos, a descoberta e a redescoberta de inúmeras estações arqueológicas nas margens do Tejo, como o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira), os concheiros de Muge (Muge) ou o Vale do Forno (Alpiarça), atraíram à província ribatejana grupos de investigadores empenhados em desdentar o modo de vida dos povos que aí habitaram. Entre outros resultados, o seu trabalho permitiu aceder às dinâmicas quotidianas dessa gente e situar no tempo os diferentes níveis da ocupação.⁶⁰

⁶⁰ Recorrendo a técnicas como análises de carbono, foi possível datar as peças descobertas durante as escavações.

Embora não haja sido possível ainda datar com rigor todos os artefactos arqueológicos encontrados junto ao estuário do Tejo⁶¹, presume-se que a aventura humana na região terá começado na Pré-História, há cerca de um milhão de anos.⁶²

Admite-se que o quotidiano dos primeiros hominídeos fosse dominado quase exclusivamente pelo ímpeto de vencer a fome e a sede. Contudo, com a evolução do neocortex, há 250 mil anos⁶³, as ambições dos primatas ampliaram-se, e naturalmente, a paisagem, ajustou-se à ousadia.

São poucos os testemunhos da vida Paleolítica, porém devemos imaginar que os homens primitivos viveriam em espaços abertos, em vales, em montes, recorrendo a abrigos que não seriam mais do que grutas, árvores caídas ou pedras soltas, cobertas de ramagem, situados maioritariamente junto à orla costeira, onde o clima seria mais temperado. Para se alimentarem, terão permanecido fiéis à *Recolocção Alimentar* utilizada por primatas e hominídeos caçadores.⁶⁴

Não obstante a pouca informação, a descoberta de alguns elementos arqueológicos como os encontrados nas estações arqueológicas do *Gião* e *Foz-Coa*, onde predominam figuras geométricas, antropomórficas e cenas de caça gravadas na rocha, permitiram traçar um perfil mais rigoroso dos seus hábitos e modos de vida. Em todo o caso, nenhuma das circunstâncias apontadas apresenta ainda sinais de religiosidade, como assinala Leite de Vasconcelos em "*Religiões da Lusitânia*".

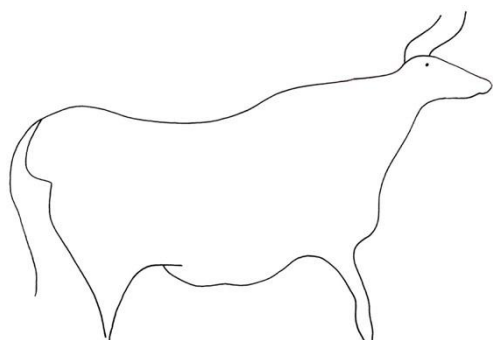


Figura 28 - Figura rupestre (Foz Coa)

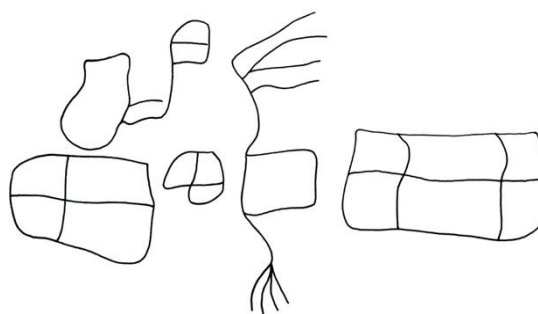


Figura 29 - Figura rupestre (Gião)

O adoçamento do clima glacial permitiu que muito lentamente, o Paleolítico que precede a Agricultura, mantivesse povos recolectores e caçadores, abrigados nas cavernas e nas grutas, até se desencadearem migrações que a luta pela sobrevivência, na busca ecológica, determina e comanda. (Caldas, 1998, p.19)

⁶¹ Trata-se de uma dificuldade acentuada pelo fenómeno da descontinuidade presencial dos primeiros hominídeos. Problema observado de resto em toda a Europa.

⁶² Ver (Raimundo, 2012)

⁶³ Ver (Andraus, 2006)

⁶⁴ Ver (Caldas, 1998)

Na região do estuário do Tejo, são referidos com frequência os povos dos concheiros de Muge, mas certamente outros grupos, que arrastados pela fome, aí acorreram atrás de peixes, bivalves, madeiras, pedras e ossos, quer fosse para saciar a fome, produzir armas, abrigos ou ferramentas.⁶⁵

Naturalmente, o comportamento pré-agrícola dos homínídeos, constituído essencialmente pela recollecção de produtos da natureza, ter-se-á arrastado por um longo período de tempo, durante o qual se terão criado as bases para o florescimento da agricultura, tais como o domínio do fogo, a preparação de instrumentos e a arte de domesticar animais. Inevitavelmente a agricultura terá chegado ao território ibérico, e com ela, além das alterações na paisagem, vieram também os *dolmens* e inúmeros vestígios materiais e toponímicos.

Presume-se que a causa que terá levado o Homem a sair da condição de caçador-recolector e a desenvolver a agricultura, esteja ligada à alteração climática que ditou o fim da última glaciação, há cerca de 12.000 anos. A diminuição da precipitação terá seguramente comprometido a abundância dos produtos bravios, tais como bagas, frutas, raízes e folhas. Perante a escassez de recursos naturais, o Homem terá procurado como alternativas a agricultura e a pastorícia, fenómenos que marcam o início do Neolítico.⁶⁶

Como seria de esperar, a agricultura não surgiu simultaneamente em todos os pontos do planeta. Pelo contrário, no princípio o seu impulso inovador não se terá feito sentir em mais de três regiões distintas, conhecidas por *zonas nucleares agrícolas* (Médio Oriente, China e Planalto Mexicano) a partir das quais se difundiu por todo o planeta.

O *Crescente Fértil*, como ficou conhecida a zona do Médio Oriente, seguramente a mais antiga e a que mais influenciou a cultura agrária da Península Ibérica, era formada por um vasto território que se estendia do Norte do Egipto ao Oeste Iraniano. Aí terão sido cultivados pela primeira vez o trigo, a cevada, o grão-de-bico, a lentilha, a fava e a ervilha.⁶⁷

Além das marcas agrárias deixadas pela abertura de clareiras na selva densa, pelo pastoreio e pelas queimadas, surge a arquitectura e o urbanismo, que se apresentaram ao mundo sob a forma de pequenas aldeias de carácter provisório, necrópoles (assinaladas por imponentes dolmens ou simples orcas), santuários, menires, cromeleques e altares talhados na rocha.

Com o progresso da técnica agrícola, os povos passaram a controlar o desgaste do solo e a diminuição da fertilidade imposta pela intensificação do uso, permitindo-lhes permanecer por mais tempo e ultrapassar o carácter provisório das suas edificações.

A agricultura mostrava clareiras abertas na floresta climace, formando campos abertos de cultura cerealífera itinerante que conferia aos locais povoados a instabilidade da dependência dos níveis de fertilidade dos solos que, ao fim de cultura sobre cultura, se apresentavam exaustos. Assim, as instalações agrárias, que eram a essência da vida, assumiram o carácter de estrutura provisória sobre a qual pendia a fatalidade do abandono à natureza, cuja flora, numa

⁶⁵ Ver (Caldas, 1998)

⁶⁶ Ver (Raposo, 1996)

⁶⁷ Idem

orgia de expansão de raízes, caules e gavinhas, tentaria repor a ordem "eterna" apagando os traços dramáticos da presença humana. De qualquer modo, o abandono à natureza, da terra esgotada correspondia à prática que mais tarde se tornaria sistema ou técnica de "pousio", ao fim do qual a cultura de novo se instala, "em rotação. (Caldas, 1998 p. 23)

Relativamente ao estuário do Tejo, todas as evidências apontam para que o povoado do Monte dos Castelinhos, na Castanheira do Ribatejo, tenha sido um dos primeiros locais habitados pelos Lusitanos, a partir do qual se poderia facilmente controlar as principais vias de acesso ao interior do território.⁶⁸

Não oferece dúvida que o sistema agro-pastoril dos Lusitanos, a tribo mais forte do ocidente ibérico, se apoiava nas terras férteis do Tejo, do Mondego e do Vouga. (...) Navegava-se do mar até ao interior nos rios. Por isso somente seria explorada pequena parte dos vales e estuários destes rios, onde a selva tivesse sido abatida. (Caldas, 1998, p. 34)

É com a descendência celta, que a região evolui do comunitarismo primitivo para as orgânicas tribais, que determinaram entre outras medidas, a institucionalização dos baldios e de estruturas agrárias que haviam de perdurar no tempo. Com eles, chegou também ao Vale do Tejo a couve, os nabos, o linho e um novo tipo de fundição de metais que muito terá contribuído para o desbaste da floresta.⁶⁹ Tendo por base estas influências, a paisagem agrícola mudou radicalmente, passando as culturas arbustivas e cerealíferas a configurar parcelas distintas. Este modelo de organização do espaço rural marca a passagem da itinerância agrícola ao sedentarismo.⁷⁰

⁶⁸ Ver Raimundo, 2012)

⁶⁹ Ver (Caldas, 1998)

⁷⁰ Idem

2.1.2. Fenícios e Gregos



Figura 30 - Ulisses fugindo da caverna de Polifemo (Jacob Jordaens, s/d)

A localização privilegiada da Alcáçova de Santarém, do ponto de vista estratégico-defensivo, a fertilidade das terras que ladeiam o rio Tejo e a excelente via de comunicação que o próprio rio constitui, foram factores dominantes na ocupação deste território desde a Idade do Ferro. O projecto de investigação arqueológica deste local revelou a existência de algumas habitações de planta rectangular, com pavimentos e lareiras associadas. Foi igualmente possível obter-se a sequência de ocupação neste local, remonta ao séc. VIII a.C., notando-se diferentes fases de ocupação, de acordo com as importações de cerâmicas, marcadas pelo mundo mediterrânico orientalizante e pelos contactos comerciais com os fenícios e gregos. (Custódio, 1996, p. 63)

Entre o final do séc. IX e o início do séc. VIII a.C., a vida no estuário do Tejo, tal como noutras regiões da fachada atlântica da Península Ibérica, foi marcada por uma cultura de matriz oriental, que lhe mudou para sempre a estrutura da paisagem.⁷¹

Como aponta Orlando Ribeiro na sua obra, "*Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*", a chegada dos Fenícios, Gregos e Cartaginenses à Península Ibérica ocorreu com naturalidade uma vez que os "*mediterrâneos se deslocaram de uns lugares para os outros sem alterarem a substância dos seus modos de existência.*"⁷²

A semelhança de raça, a unidade de civilização agrária, a identidade dos modos de vida não pode ser estranha ao convívio em lugares que a Natureza criou afins. (Ribeiro, 2011, p. 54)

⁷¹ Ver (Sousa, 2013)

⁷² Ver (Ribeiro, 2011 p. 54)

Com base em estudos realizados no Paul dos Patudos em Alpiarça, concluiu-se que a partir de 3000 a.C., a acção humana sujeitou a paisagem natural do Baixo Tejo a alterações que converteram a floresta dominante numa vasta estepe. Tudo indica, que a desflorestação terá ocorrido em virtude da necessidade de alargamento das áreas agrícolas. Os estudos efectuados indicaram ainda, que o processo se intensificou no início do I milénio a.C., momento em que se verificam os primeiros contactos com Fenícios.⁷³

Em primeiro lugar, parece-me indesmentível que os grupos fenícios que atingiram o espaço hoje português no início do 1º milénio a.n.e. foram responsáveis pela introdução de um amplo conjunto de tecnologias, espécies vegetais e animais, hábitos sociais, práticas e rituais funerários. Mas a verdade é que tudo indica que, num espaço de dois séculos, esses componentes foram manipulados por grupos autóctones, com um relativo à vontade. (Arruda, 2008, p 19)

Presume-se que tenha sido o florescimento da indústria dos metais, que terá levado os navegadores Fenícios ao Vale do Tejo aí instalarem pequenas feitorias, com objectivos comerciais. O contacto que se estabeleceu entre os visitantes e as populações agro-pastoris que habitavam o território terá seguramente impulsionado o avanço da agricultura e introduzido na região inovações como as culturas da videira, da oliveira, da alfarrobeira, o moinho de cereais, lagares de fermentação de vinho e de extracção de azeite. A nova ordem que se instalou, deu origem à formação de grandes povoados, como Lisboa, Almada e Santarém, todos eles implantados em posições sobranceiras e com amplas vistas sobre o Tejo.⁷⁴

Na zona de Vila Franca, os recentes trabalhos desenvolvidos por João Pimenta e Henrique Mendes, permitiram aferir a existência de alguns povoados nas zonas da Quinta da Marquesa e na Quinta da Carapinha, com ligações intensas aos povoados orientais de Lisboa e Santarém.⁷⁵

A mesma onda orientalizante trouxe também ao Vale do Tejo os navegadores Gregos, que instalaram colónias junto das populações indígenas, influenciando ainda mais o desenvolvimento agrário. Com eles, chegou à lezíria ribatejana a figueira, a amendoeira, a amoreira e o loureiro. Do ponto de vista da organização do território, a eles se deve a introdução de alguns sistemas institucionais ligados à posse da terra e dos Homens.⁷⁶

À vista disso, o simbolismo da Lezíria Grande estende-se assim muito para lá do regionalismo dos costumes e da produção agrária. Os seus corpos físico e conceptual dão conta de uma herança civilizacional que consubstancia a universalidade da região e a colocam numa cadeia cultural que

⁷³ Ver (Arruda, 2008)

⁷⁴ Ver (Caldas, 1998)

⁷⁵ Ver (Sousa, 2013)

⁷⁶ Ver (Caldas, 1998)

remonta à Antiga Pérsia. Talvez inesperadamente, este ponto de vista coloca a Lezíria Grande mais próxima do Mito do Paraíso do que da mística dos campinos.

De entre todas as referências, explícitas e implícitas, que ligam a Lezíria Grande aos paraísos persas, os muros altos que limitam o espaço e enfatizam o contraste com o mundo exterior, a rede de canais que assegura a frescura do ambiente, a simbologia do traçado e a sacralização do lugar, assinalada na forma de templos e imagens dedicadas às divindades locais, são as mais evidentes.

2.1.3. A Logística Romana



Figura 31 - O apogeu do Império Romano e as suas principais cidades (117d.C.)
(Desenho do Autor, 2018)

A descrição de Estrabão mostra-nos que se podia obter ouro pela lavagem das areias do Tejo, sendo as lezírias especialmente férteis para cultivo de cereais e da vinha, produzindo-se igualmente azeite e criando-se cavalos. (Custódio, 1996, p. 65)

A chegada dos romanos à Península Ibérica inaugurou um período de seis séculos, marcados essencialmente pelo avanço civilizacional - Filosofia, Arte, língua latina, Direito - e pela influência urbana na configuração da paisagem agrícola. Importa lembrar que Roma foi criada por uma minoria cidadina, que submeteu pela força, vastas populações rurais.⁷⁷

A partir de 218 a.C., o Vale do Tejo passou a integrar a maior comunidade política e económica da Antiguidade. A nova administração, com objectivo de unir e abastecer as cidades do império, implementou uma vasta rede de comunicações que asseguravam a distribuição tanto de escravos como de bens agrícolas. Em função disso, a procura tradicional ampliou-se e os agricultores, passaram a abastecer comunidades distantes além das locais. O interesse comercial sobrepôs-se à geografia e na hora de semear, era ele quem determinava a escolha das culturas. Os cereais dominavam genericamente a paisagem.

Depois a ocupação romana passou a assumir aspetos que revelam o envolvimento de poderosos interesses comerciais. Seria lucrativo o abastecimento das forças militares aquarteladas e a exportação para Roma Imperial, onde nada se produzia e tudo se importava, como é típico dos grandes impérios coloniais integrados. (Caldas, 1998, p 37)

⁷⁷ Ocorrência que se verificou igualmente com a administração Grega e Cartaginesa. Ver (Caldas 1998).

O território produtivo cresceu devido à construção das Villas⁷⁸, que se espalharam um pouco por todo o interior⁷⁹, numa dupla função de espaço de lazer para as elites e de quintas agrícolas para a produção de bens alimentares.⁸⁰

Foi assim que nasceu a freguesia rural, que não é mais do que a reconstituição popular, forjada ao longo de muitos séculos, a partir das antigas relações de proximidade entre cultivadores das mesmas propriedades, que remontam ao tempo da ocupação romana, que lhes ensinou as suas leis e civilização.⁸¹

Se suprimos o mais, cuja introdução é do tempo português, e em volta das glebas lavradas, a orla das uveiras, que antes eram macieiras ou outras árvores de fruto, se substituirmos o campanário pelo paço era tudo quase como hoje, com menos população, manchas sem culturas um pouco mais extensas, mas em todo o caso o aspecto não mudaria muito. (Sampaio, Alberto, *apud* Beires, 2013, p. 94)

⁷⁸ As Villas (em latim: *villae*; singular: *villa*) eram originalmente, no tempo do império Romano, moradias rurais cujas edificações formavam o centro de uma propriedade agrícola. Portanto, era uma propriedade ou residência de campo de um patrício, ou de um plebeu de grandes posses, ou de uma família campestre romana, onde normalmente se centravam as explorações agrárias de maior vulto.

⁷⁹ "As antigas superfícies agrárias são ainda na maior parte visíveis: as relações de parentesco e amizade que se estabeleceram durante séculos entre cultivadores de cada uma não permitiram o desaparecimento das demarcações primitivas; fraccionadas e deixando de ser o *dominium* de um único indivíduo, as vilas não perderam por isso a sua individualidade histórica; o tempo tinha-lhes dado coesão moral necessária para persistirem como núcleos sociais, apesar de todas as transformações jurídicas. (...) Por isso que as vilas, quando se deu a sua desmembração, se converteram em freguesias e lugares, cujas superfícies são aproximadamente as mesmas (...)." (Sampaio, 1923 p. 65 e 95)

⁸⁰ Ver (Saldanha, 2002)

⁸¹ Ver (Beires, 2013)



Figura 32 - Arco Romano da Bobadela (Vasconcelos, J.L., 1936)

A presença romana foi determinante no que diz respeito à transformação do território agrário e provavelmente a ela se deve a destruição da floresta primitiva que ocupou por completo o Vale do Tejo até neolítico. Em contrapartida, terão sido implementadas novas espécies florestais como o plátano, o castanheiro e a noqueira (*Figuras 32-38*).

Tendo como objectivo o vasto mercado do império, a cultura cerealífera proliferou, acentuando o desgaste dos solos mais fracos e condenando alguns à ruína, como foi o caso do campo de Mértola, hoje transformado num território branco e erosionado.⁸²

De qualquer modo, os Romanos, dispendo de conhecimento agrícolas bem aprofundados, não deixaram de instalar, mais no Sul do que no Norte, uma agricultura progressiva, de orientação mercantil muito aprofundada. (Caldas, 1998, p. 43)

A vinha também cresceu significativamente, assim como os pomares de macieiras e de pereiras. Foram ainda introduzidas pelos romanos as culturas da ameixeira, da cerejeira, da gingeira, do pessegueiro, do damasqueiro e da cidreira.

⁸² Ver (Caldas, 1998)

Apesar da hidráulica agrícola só se vir a consolidar com a chegada dos árabes, presume-se que a área de regadio terá verificado por essa altura um incremento assinalável. Para isso terá contribuído o notável desenvolvimento da técnica construtiva, cujos avanços ainda hoje podemos observar nas extraordinárias obras de hidráulica construídas para acolher barragens, açudes, poços, tanques, cisternas, aquedutos e canais.

No domínio dos empreendimentos hidráulicos, os romanos foram responsáveis também pela introdução de diversos tipos de aparelhos de elevação de água, como a picota, as rodas hidráulicas, as rodas de tirar água movidas pelo homem, alguns tipos de nora e engenhos de buchas. Não obstante, a competência que mais contribuiu para o progresso agrícola da região, foi certamente, a capacidade de enxugar paus e solos pantanosos.⁸³

⁸³ Ver (Raposo, 1994)



Figura 33 - Mecanismo romano para a elevação de água. Barragem de Cornalvo. Arredores de Mérida. (© José Luís Saldanha, s/d)



Figura 34 - Nora Romana. Córdoba (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 35 - Picota ou cegonha. Alfragide, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 36 - Nora. Mação. Santarém (Domingos Dias da Moita Ricome, s/d)

Tão importante quanto as técnicas agrícolas implementadas pelos romanos foi a instituição da Agronomia enquanto ciência. Ao novo paradigma se deve a elaboração de inúmeros compêndios, tratando e sistematizando temas como o rompimento do solo, saneamento, sucessão e distribuição de culturas,

observações lunares, estrumações, sementeiras, grangeios e ceifas. A pecuária também foi tratada, descrevendo-se técnicas de manejo e cuidados sanitários.⁸⁴



Figura 37 - Ponte romana de Muge. Salvaterra de Magos (Fotografia do Autor, 2020).



Figura 38 - Ponte romana de Muge. Salvaterra de Magos (Fotografia do Autor, 2020)

⁸⁴ Ver (Caldas, 1998)

2.1.4. As invasões das Tribos Germânicas na Península

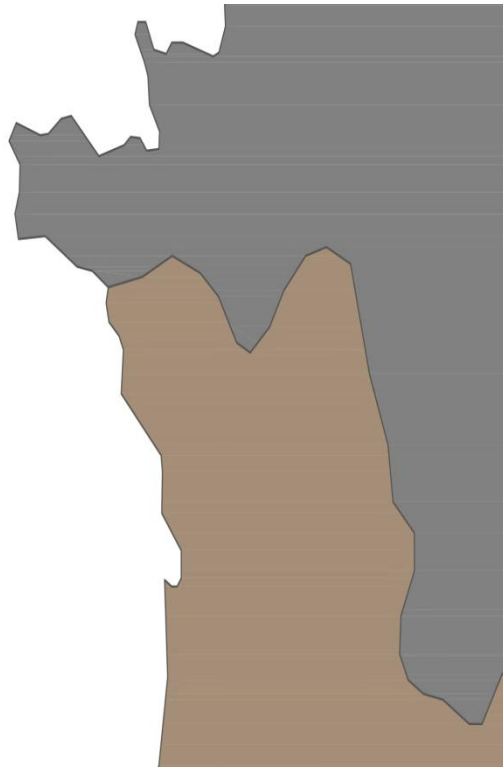


Figura 39 - Mapa da ocupação germânica da Península Ibérica (Desenho do Autor, 2018)

No período da migração dos povos "bárbaros", os Alanos motivaram um clima de temor e anarquia (até 411), reflectindo-se em Scallabis e os Visigodos (460), comandados por Suerico conquistam a civitas, com arrasamento e ocupação, impondo, doravante, a hegemonia visigoda sobre a cidade do Tejo. (Custódio, 1996, p. 67)

Com a queda do império romano, a matriz comercial que sustentava as exportações e importações perdeu eficiência, reduzindo drasticamente o rendimento rural. Verificou-se um período de grande instabilidade política, onde Suevos e Visigodos se bateram com frequência por mais de um século, fomentando um clima pouco favorável ao desenvolvimento da agricultura e da pastorícia. Em virtude disso, muitos solos agrícolas são abandonados e a produção passou a orientar-se essencialmente para o consumo interno.

Daí por diante, a guerra não era ocupação dos vencidos, mas empenhamento de dois grandes grupos vencedores. Os Suevos corriam a assaltar em Toledo os Visigodos e estes vinham em correria destruir Bracara. É certo que, na passagem, os exércitos semeavam desolação e morte, enquanto os povos básicos, resíduo humano no processo histórico, se escondiam em refúgios, para retomarem nas pausas da luta, os ritmos da agricultura, ajudando as plantas a germinarem e a frutificarem e os animais a cumprirem a promessa fértil dos seus partos. (Caldas, 1998, p. 47)

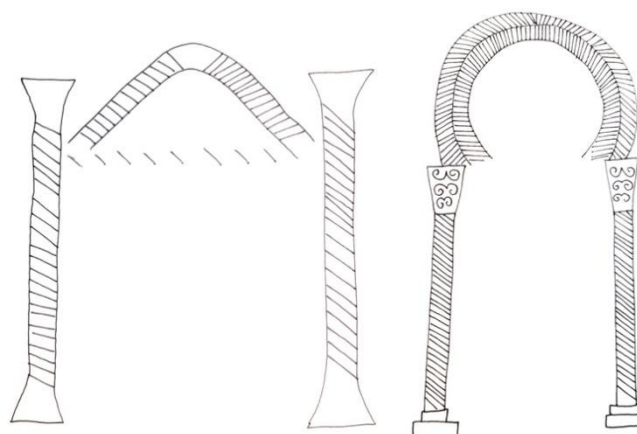


Figura 40 - Arcos Visigóticos (Adaptado de: Vasconcelos, J.L., 1936)

As constantes eleições e destituições de governantes⁸⁵ consolidaram o ambiente de insegurança, empurrando a população urbana para as zonas rurais. Assim "*nasceu o contrato feudal: direito de habitar no feudo, com terra imune ou coutada, e dever de nela trabalhar, em troca do direito à protecção do senhor, com o dever de o auxiliar a pé ou a cavalo, em caso de guerra.*"⁸⁶

Com o fim do domínio da vida urbana, a pastorícia e os sistemas de agricultura itinerantes foram recuperados, fortalecendo os costumes da vida familiar patriarcal. Agrupados em clãs e empunhando tanto o arado como a espada, os neo-godos, fundaram a Nobreza medieval⁸⁷ e estabeleceram o *Código Visigótico*, assente nos princípios do Direito Romano. A gestão do território foi entregue às *autoridades eclesiásticas*, que aplicaram as suas deliberações por intermédio de uma extensa rede de paróquias, que substituiu a administração romana.⁸⁸

Relativamente à tecnologia agrícola, permaneceria essencialmente a herança romana, registando-se poucos progressos e inovações - o arado *romano*, conhecido por *dental* ou de *garganta*, deu lugar ao arado *quadrangular* - todavia, o mercantilismo externo do período anterior desapareceu e a produção virou-se novamente para a subsistência regional.

Com a invasão germânica, os Suevos teriam implantado o seu arado *quadrangular* em todo o Norte e Centro Litoral. Para certos trabalhos em que se pretendia melhor mobilização da terra, os arados teriam aiveca fixa. Estando generalizada a tracção animal foi adoptada a *carreta dianteira* e, para as terras pesadas, a sega, e também as *rabiças laterais*, duplas ou triplas desde que se conservasse a central. Na tecnologia dos equipamentos de preparação do solo, estabelecia-se a distinção fundamental entre os arados de rasgar ou romper a terra e os arados de volver a terra,

⁸⁵ "Os reis suevos eram eleitos por uma assembleia magna, que agregava a nobreza e o clero; eram, pois, uma monarquia electiva e aristocrática." (Amaral, 2018, p. 40)

⁸⁶ Ver (Amaral, 2017, p. 46)

⁸⁷ Ver (Caldas, 1998)

⁸⁸ Ver (Amaral, 2017)

assimétricos e com aiveca fixa. Revolver a terra ou virar a leiva ainda seria trabalho imperfeito, mas a descoberta da charrua não se encontrava longe. (Caldas, 1998, p. 51)

No que diz respeito a outras marcas na paisagem, as tribos germânicas deixaram-nos pouco mais do que algumas igrejas, erigidas muitas vezes sobre os escombros de estruturas outrora pertencentes a Vilas romanas, que continuaram sendo, ainda que de forma vaga e confusa, o suporte da alma e do trabalho dos camponeses. De um modo geral, a paisagem afigurar-se-ia bastante informal, predominando as pastagens naturais e as plantas de sequeiro - essencialmente cereais - com excepção do linho, cuja cultura era praticada em larga escala perto de nascentes.⁸⁹



Figura 41 - Cancela de Altar (Séc. VII - IX). Período Visigótico (Museu Municipal de Santarém)

⁸⁹ Ver (Caldas, 1998)

2.1.5. A presença árabe na Península Ibérica



Figura 42 - Capitel Árabe (Museu Municipal de Santarém)

A profunda crise da Hispânia visigótica e a expansão dos interesses islâmicos no Mediterrâneo Norte trouxeram à Península Ibérica os exércitos árabes e norte-africanos. A conquista do extenso território peninsular decorreu entre 711 e 716, pelo que se deve acentuar o carácter pacífico desse domínio, mais do que a sua vertente agressiva. (Custódio, 1996, p. 69)

A invasão muçulmana atingiu a Península Ibérica no ano de 711, após a derrota dos visigodos na Batalha de Guadalete (*Figura 42*). Porém, contrariando as expectativas dos vencidos, o novo regime não desmantelou a civilização *hispano-goda*, que permaneceu fiel às línguas latinas, ao Direito Visigótico, ao cristianismo, ao feudalismo agrário e aos valores da família: por exemplo, a poligamia, reconhecida no Alcorão, nunca foi consagrada no regime jurídico português.⁹⁰

⁹⁰ Ver (Amaral, 2017)

A chegada do exército muçulmano não abriu a porta a grandes massas populacionais, tratando-se "*sobretudo de uma ocupação militar das principais cidades existentes (de Silves, Faro, Lisboa, Coimbra, Porto, e Viana do Castelo).*"⁹¹

A versatilidade dos colonos na hidráulica agrícola introduziu eficiência no enxugo dos solos, captação, canalização e elevação de linhas de água, alterando definitivamente o paradigma fundiário precedente, muito condicionado pelas cheias frequentes que devastavam culturas e formavam chaboucos que permaneciam por todo o período estival. Assistiu-se ainda à abertura de uma rede de canais que estendeu a irrigação a terrenos afastados da margem.

Durante a ocupação Árabe o regadio conheceu um extraordinário progresso, circunstância que permitiu alargar substancialmente a área regada. Entre as suas técnicas mais apuradas destacam-se a abertura de poços e açudes de derivação, em cursos de água com caudal adequado para o efeito. Para tirar água destes equipamentos, foram introduzidos também aparelhos de elevação de água como por exemplo, as noras de eixo curto. Foi ainda de inspiração Árabe a utilização das correntes ribeirinhas para a produção de energia por intermédio de azenhas de roda vertical, significativamente mais potentes do que os moinhos de água de rodízio horizontal do tipo romano.⁹²

Segundo o célebre escritor sevilhano do século XII Abu Zacaria (autor de um notável Livro de Agricultura), os Árabes abriram, em determinados locais, vários poços afastados uns dos outros, os quais ligavam entre si por meio de galerias subterrâneas, de modo a conduzir toda a água assim obtida para uma represa. Supomos que se trataria de dispositivos hidráulicos semelhantes aos qanats, em que os Árabes eram peritos. (Raposo, 1994, p. 53)

Eugénio Castro Caldas, citando um cronista árabe conta: "*O terreno da região de Santarém é de excelente qualidade. O Tejo inunda periódicamente as planícies que o bordejam à maneira do Nilo no Egipto. Os habitantes, depois da cheia semeiam grão sobre o lodo que ficou depositado, isto quando no resto da região o tempo das sementeiras passou já. A colheita obtida é muito abundante e não há atraso na formação das espigas e na sua maturação. Por fim, o cronista remata dizendo: é o terreno mais fértil do mundo.*"⁹³

Com os Árabes vieram ainda ferramentas de cultivo, que substituíram a força humana pela tração animal. As novas tecnologias não só tiveram impacto no desenvolvimento agrário, como na estrutura pecuária da região. Desde logo a introdução de variedades equinas domesticadas, adaptadas ao trabalho no campo e variedades ovinas e caprinas destinadas à produção de lã, peles e carne. Conseguia-se assim por intermédio desta concepção fundiária um aproveitamento completo da lezíria⁹⁴, que passava a ser explorada num sistema agro-pastoril. A lógica de um regime integrado, onde a agricultura e a pecuária desempenham papéis complementares consolidar-se-ia numa espécie de emblema cultural que permaneceria até meados do século XX.

⁹¹ Idem

⁹² Ver (Raposo, 1994)

⁹³ Ver (Caldas, 1998, p. 60)

⁹⁴ A palavra *lezíria* deriva do termo árabe *al-jazira* que significa literalmente, "a península".

A estrutura defensiva construída há mais de mil anos no Alto do Monte do Senhor da Boa Morte, sobranceiro a Povos, é um dos grandes legados da passagem dos mouros pelo território de Vila Franca. O outro terá sido a arte de domar os cavalos selvagens, e bem assim de lidar com os touros, incorporada na tradição dos campinos. (Raimundo, 2012, p. 38)

Para o futuro, mais do que a arquitectura e a paisagem, a toponímia e a matemática, tornar-se-iam as marcas incontestadas da ocupação árabe. Nomes como Alverca, Alhandra, Alpriate, Alpiarça, Almeirim e Alfarrobeira, são disso prova.

A chegada ao Vale do Tejo de cultivares oriundas do norte de África, do médio e próximo oriente, enriqueceu a dieta regional que passou a incluir, entre outras variedades, o melão, a abóbora, a cabaça, os cominhos, o aniz, o manjeriço, o pepino, a cenoura, o trigo rijo, o arroz, o açafraão e a fava.⁹⁵

⁹⁵ Ver (Caldas, 1998)

2.1.6. A Reconquista Cristã



Figura 43 – Estatua de D. Afonso Henriques, Portas do Sol, Santarém (Fotografia do Autor, 2017)

O concelho de Santarém surge organizado, já no terceiro quartel do séc. XII, com base numa elite de homens-bons, a quem eram conferidas as principais tarefas governativas e consultivas. Era do seio deles que surgia o Senado do concelho, cuja composição patenteia ainda vestígios da administração islâmica (alvazis, almotacés). (Custódio, 1996, p. 75)

Após a tomada de Santarém e Lisboa aos mouros, o Vale do Tejo foi entregue a Ordens Religiosas e a famílias que apoiaram o esforço de guerra. Porém, o potencial agrícola da região não passou despercebido a D. Afonso Henriques, que reservou para si a lezíria da Alcoelha.

Foram instaladas comarcas em todo o território nacional, representando a estrutura do Estado, e atribuídas cartas de foral, nas quais o rei assumia o compromisso de respeitar a competência das comunidades

para elegerem os seus próprios representantes e magistrados, à troca de ver reconhecido o seu poder por intermédio do Alcaide - nomeado pela Coroa - e pela cobrança de impostos. Ao rei cabia ainda autorizar a realização de feiras, não obstante, o seu agendamento ser da inteira responsabilidade dos concelhos, que viam assim nascer uma nova receita, no seio de uma economia dominada pelos donos da terra.⁹⁶

Numa época em que quase toda a população vivia curvada sobre a terra, o instinto de sociabilidade inerente a todo o homem deve ter encontrado nessas reuniões a única forma de se expandir. (Rau, 1982, p. 53)

A autoridade do Estado foi-se consolidando progressivamente no território, e com a chegada ao poder de D. Afonso III, surgiram medidas legislativas que muito beneficiaram a ordem e a organização do reino. Entre elas, é de destacar a criação do *conselho régio* (governo), do *meirinho-mor* (comandante geral da polícia), dos *corregedores* (delegados locais do rei) e a concessão de cartas de privilégios aos mouros do Algarve (D. Afonso Henriques também já o havia feito, *Figura 43*), entre outras.⁹⁷

Por essa altura, o ofício agrário foi alvo de um considerável avanço tecnológico, operado sobretudo pela chegada de comunidades monásticas, especialmente de Beneditinos⁹⁸ e pela introdução da *charrua*, cuja eficácia e rendimento, suplantou definitivamente o arado e influenciou a forma do campo e do cadastro, favorecendo o sentido longitudinal e a distribuição em comprimento das parcelas cultivadas.⁹⁹

Simultaneamente, estas comunidades religiosas introduziram alterações nos jardins cristãos sobretudo no que diz respeito ao modo como a vegetação era encarada. Ao carácter utilitário, expresso na forma dos característicos *Herbaria*, *Pomeria* e *Vineae*, juntou-se a riqueza do simbolismo cuja influência deu origem a uma linguagem própria, comum a todos os campos do saber. A iconologia específica de cada planta passou então a incluir tanto as suas propriedades químicas como mágicas. Consequentemente as plantas medicinais converteram-se numa disciplina autónoma, separando-se da agricultura extensiva que ficava fora das muralhas.¹⁰⁰

⁹⁶ Ver (Beires, 2013)

⁹⁷ Ver (Amaral, 2018)

⁹⁸ Os Beneditinos surgiram da reforma operada na Ordem de Cister e celebrizaram-se pela difusão das artes e preceitos agronómicos.

⁹⁹ Ver (Caldas, 1998)

¹⁰⁰ Ver (Isla, 1993)



Figura 44 - Jardim Medieval, séc. XV (Isla, J.M., 1993)

Las plantas son devueltas a una primitiva relación con ele cuerpo humano. Las protagonistas del jardín monacal son las hierbas aromáticas, condimentarias o medicinales, dando entrada selectiva a algunos frutales, hortalizas y excepcionalmente flores. Una selección de la agricultura. (Isla, 1993, p. 21)

As hortas muradas distribuíam-se sobretudo pelas áreas fechadas das cercas novas, marcando o carácter dos burgos medievais com traços da paisagem rural. As dimensões das parcelas eram variadas, oscilando entre os grandes recintos dos conventos e os quintais das casas humildes. Por razões de funcionalidade a sua organização obedecia a uma matriz reticulada que dividia as áreas de cultivo onde se lavravam os canteiros, normalmente descritos por geometrias quadrangulares, rectangulares e circulares, consoante as características específicas de cada cultura. A repetição destes elementos introduzia um dinamismo que agitava a imobilidade do espaço e reforçava o ciclo natural das culturas (Figura 44).¹⁰¹

Ainda no século XVI, no tombo das demarcações do termo de Évora, encontramos referenciadas duas hortas: a de D. Francisco de Sousa, na Rua do Raimundo e outra, propriedade do concelho, entre a porta da Lagoa e de Alconchel. Em Lisboa, no século XVI, o Convento de S. Vicente de Fora era proprietário de uma grande horta intra-muros, com assentamento de casas, poço, nora e chão de sequeiro, junto ao Mosteiro de S. Domingos. (Carapinha, 1995, p. 44)

¹⁰¹ Ver (Carapinha, 1995)



Figura 45 - Horto do Convento de Cristo, Tomar (Fotografia do Autor, 2018)

É possível que no início o encerramento fosse composto por sebes vivas, valados e vedações de canas, e só mais tarde houvesse evoluído para formas construídas e permanentes. No entanto, tudo indica que a sua origem esteja associada a causas económicas e à procura de autonomização em relação ao meio envolvente, constantemente ameaçada pela intromissão de outros homens e animais silvestres. *"Esta definição anula uma anterior relação de continuidade, reforça o facto de que o espaço, que agora se define, se rege por leis próprias. Esta transformação não tem apenas reflexos na figura da paisagem de campo aberto, em que se inscreve, e que se transmuta em campo fechado. Ela revela e introduz novas relações com o sítio e determina-lhe novas características."*¹⁰²

Com D. Dinis, surgiram medidas importantes de apoio à agricultura e às florestas, entre as quais os contratos de enfiteuse, que ofereciam a possibilidade de exploração da terra a elementos do povo, que se candidatavam à posse útil, por intermédio do pagamento de uma renda aos proprietários. *"Esta medida contribuiu imenso para a produtividade do solo e para a elevação do estatuto social dos rurais: muitos deles, em cerca de 200 anos, tinham passado de escravos a servos da gleba e, por último, a donos do domínio útil da terra - e, portanto, em certa medida, a possuidores de meios de produção."*¹⁰³

¹⁰² Ver (Carapinha, 1995, p. 53)

¹⁰³ Ver (Amaral, 2018, p. 100)

Já em 1286 D. Dinis fizera entrar em vigor a lei da desamortização dos bens das chamadas corporações de mão morta, que vinha de D. Afonso II e que procurava contrariar a concentração fundiária, e mandara dividir em casais vários terrenos na margem sul do Tejo os quais entregou, em regime de aforamento, a famílias de agricultores. Os foros de Salvaterra e de Muge assim tiveram origem. (Varela, 1992, p. 18)

Além da agricultura, D. Dinis promoveu a actividade florestal, num claro interesse pela boa gestão do território, prevenindo dessa forma o desmantelamento das dunas, expostas aos efeitos erosivos do vento. Medida que muito contribuiu para a preservação dos solos agricultáveis junto à linha de costa.

Quarenta anos após a morte do rei Lavrador, D. Fernando, confrontado com o declínio da produção agrícola, publicou a Lei das Sesmarias, procurando atrair trabalhadores rurais e coagindo os proprietários de terras incultas a arroteá-las, sob pena de serem expropriados.

Mais adiante, a vaga dos Descobrimentos consumiria a totalidade dos recursos económicos, condenando uma vez mais, o território agrícola ao abandono. Em virtude disso, a paisagem do Vale do Tejo desumanizou-se¹⁰⁴ e o território adensou-se em matos quase só penetráveis através dos cursos de água.¹⁰⁵

Consolidada a independência do País, entrou-se num período de paz e seria chegado o momento de pôr em ordem a nossa economia agrícola se entretanto, não viessem o ouro do Brasil e as riquezas da Índia, com todo o seu rosário de tentações. O País viveu então um período de ostentação, no aspecto agrícola, de ociosidade. As terras continuavam incultas, a gente rareava e tudo era importado e pago com o ouro tão facilmente conseguido e tão desbaratado em artigos de luxo e géneros de primeira necessidade que poderíamos perfeitamente produzir dentro de casa. (Varela, 1992, p. 19)

Relativamente à povoação de Vila Franca de Xira, a sua origem está associada à ocupação da Vila de Cira por cruzados Ingleses, que aí estabeleceram uma feira franca, ou seja, livre de impostos e portagens. Medida que visava atrair comerciantes e desse modo fomentar o desenvolvimento da região. No entanto, só no século XV se registaram as primeiras melhorias significativas, muito por efeito da sua situação privilegiada nas rotas comerciais marítimas e terrestres.¹⁰⁶ Naturalmente, a qualidade dos campos, excelentes para a produção de trigo, milho e cevada, os extraordinários coutos de caça e a vasta estepe, muito apreciada para a criação de gado, também terão contribuído para o progresso da região.¹⁰⁷

¹⁰⁴ No século XVI existem apenas 1700 moradores nos concelhos de Benavente, Salvaterra, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Coruche. (Cunha, 1999, p. 41)

¹⁰⁵ Ver (Caldas, 1998)

¹⁰⁶ Nessa altura o Tejo encontrava-se ligado a vários afluentes e cursos de água, situados no interior, até onde era possível navegar. Essa circunstância explica a existência dos três portos fluviais existentes nessa época em Alverca. (Raimundo, 2012, p. 55)

¹⁰⁷ Ver (Raimundo, 2012)

No que diz respeito à Lezíria Grande, assinala-se o interesse de D. Dinis pela defesa do território agrário contra os efeitos da cheias e das marés, por intermédio de medidas como a isenção do serviço militar a cultivadores dispostos a trabalhar as terras, a levantarem diques e a abrirem valas.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Ver (Madaleno, 2006)



Figura 46 - Carta da Correição de Santarém. Século XVII. s/e (Fonte: Biblioteca Nacional Portuguesa)

2.1.7. Notas finais



Figura 47 - Lezíria de Vila Franca (Fotografia, do Autor, 2017)

A noção de que Santarém fora obra da natureza e do engenho encontra-se em muitos excertos de viajantes e autores locais. De facto, a natureza, antes da existência do Homem, juntou naquele lugar os montes, que os homens depois elegeram em habitações, cabendo à mitologia a consagração sagrada das colinas, a eleição do mítico fundador protohistórico, as formas de vencer o desnível entre a Ribeira do Tejo e os chões da parte alta, a escolha da ocupação e a designação adequada ao tipo de relação de domínio atmosférico sobre as planícies de aluvião. (Custódio, 1996, p. 37)

Até ao século XVI o Homem não é decididamente o principal motor da transfiguração do território. Quando comparado com as forças da Natureza, o seu legado é incipiente. Porém, as marcas que introduziu na paisagem são o pronúncio de uma nova Era.

Antes da entrada do Homem no teatro da vida, as acções conjuntas do clima e da geologia foram suficientes para mudar a silhueta do planeta incontáveis vezes. No entanto, parece claro, que a revolução paisagística que surgiu no Neolítico com a descoberta da agricultura acentuou essa tendência, nomeadamente com a introdução de geometrias ordenadas pela ambição, pelo entalhe das ferramentas e pela evolução do

pensamento. Subitamente, sobre o território desordenado, ergueram-se axiomas arquitectónicos, alamedas, superfícies niveladas, florestas regulares e procedimentos normalizados. Com o tempo, a matriz cartesiana dominou a paisagem natural e nela implementou políticas culturais, tecnológicas e económicas. Em função disso, a paisagem, até aí abstracta, converteu-se num corpo simbólico. A difusão do seu significado alargou-se e deu origem a uma linguagem que acompanhou o progresso da civilização.

A reunião de comunidades em torno de uma gramática comum deu origem às nacionalidades e às relações afectivas com os lugares. O novo paradigma que se instalou com a sedentarização humana não produziu alterações na imagem do território verdadeiramente assinaláveis, desse ponto de vista, as mudanças operadas pela natureza foram bem mais dramáticas. A verdadeira transformação operada pelo homem foi a atribuição de significado à natureza, que até aí vivia exclusivamente na abstracção da paisagem.

2.2. A Questão das Elites Urbanas e da Governação



Figura 48 - Os vencidos da vida. P. Marinho, 1900 (Fonte: Brasil-Portugal, a. II.)

Em primeiro lugar examinei os homens e pensei que nesta infinita diversidade de leis e costumes, eles não eram unicamente conduzidos pelas suas fantasias. (Montesquieu, *De l'esprit des lois*, 1748)

Segundo António Marques Bessa, a participação das massas humanas na determinação do seu próprio destino é menos garantida do que à partida gostaríamos de acreditar. Para o autor de "*Quem nos governa?*", é um erro assumir que o simples envolvimento das sociedades no processo político, assegura *per si* a concretização da vontade popular. No fundo, ao longo da sua notável tese, o historiador mostra-nos que ainda que todo o colectivo social se pronunciasse, nomeadamente através do voto, isso valeria de muito pouco para alterar o domínio de uma classe dirigente ávida por servir os seus próprios interesses e os da sua clientela.¹⁰⁹

Platão terá sido o primeiro a formular uma teoria explicativa sobre a formação de classes dominantes e a introduzir a utopia no coração e no pensamento político da civilização judaico-cristã.¹¹⁰ Esta circunstância estimulou a "*construção modelar do futuro, com intencionalidade e programa, com tecnologia e uma doutrina prévia sobre a natureza do homem e do seu comportamento, um filão que atravessou todo o pensamento ocidental até ao nosso tempo, com impacto não raras vezes testemunhado sobre a realidade sociopolítica.*"¹¹¹

Em a *República*, o filósofo explora as relações entre a classe decisora e a restante população, por intermédio de uma lógica que haveria de consolidar a tendência do pensamento utópico e o ideário de um mundo dirigido pelos mais justos e sábios. A proposta de Platão é clara: "*Enquanto não forem, ou os filósofos*

¹⁰⁹ Ver (Bessa, 1993)

¹¹⁰ Ver (Bessa, 1993)

¹¹¹ Ver (Bessa, 1993, p. 41)

*reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que actualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidas forçosamente de o fazer, não haverá tréguas dos males, meu caro Gláucon, para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o género humano, nem antes disso será possível e verá a luz do sol a cidade que há pouco descrevemos."*¹¹²

No século XV, alinhado com o pensamento platónico, Thomas More (1478 - 1535), expôs uma perspectiva moral do mundo, que consolidou a teoria das elites governantes. Trata-se de um livro de cariz político-filosófico dedicado à exploração das relações de poder. Tal como no livro do filósofo ateniense, também em *Utopia*, encontramos a recusa do imobilismo social, a presença de um rei sábio, cuja sabedoria ilumina a vida de todos os homens, e o poder centralizado na Cidade.¹¹³

Cem anos depois Campanella (1568 - 1639) escreveu *Civitas solis*¹¹⁴, um extraordinário ensaio que dá conta de uma República global, inspirada no sonho de paz e concórdia do autor. Nela a ciência é o elixir que estrutura o poder e articula os homens. Também aí o poder é controlado por cidadãos urbanos, devidamente esclarecidos pelos saberes científicos e empossados pela dignidade da função. "*O Metafísico, figuração da Cidade, tem um poder absoluto, dominando a esfera temporal e a espiritual.*"¹¹⁵

Contemporâneo de Campanella, Joahan Andreae (1586 - 1654), publicou *Christianopolis*¹¹⁶, uma utopia dominada por uma matriz espiritual que aspirava alcançar o coração da cidade, lugar onde o homem, finalmente encontraria a sua natureza mais pura e nobre. Tal como nos textos anteriores, o campo e a periferia são espaços de ignorância e decadência moral. "*A Cidade aparece assim também como um espaço de peregrinação do homem, onde cada um escala até onde pode, na bemfazeja paz e felicidade de um grande parque de construções.*"¹¹⁷

Será, no entanto, preciso chegar ao século XVIII, para o campo surgir no coração de uma utopia social e política. O feito coube a Restif de la Bretonne (1734 - 1806), que ao longo de cinco livros¹¹⁸, descreveu um modelo ideal inspirado na construção de uma sociedade rural tradicional e no planeamento de uma economia agrária. "*É o mito da aldeia edénica que domina as criações de Réstif, que forçosamente a pinta numa aura de comunismo primitivo, com as cores da sua infância. A moralidade implícita nesses verdes anos estende-se na obra: o vício separa-se da virtude por regras pormenorizadas que não admitem excepção. A vida virtuosa consegue-se pela vigilância: nada é adquirido, tudo depende de uma trágica dimensão que temos de colocar nas esferas da repressão.*"¹¹⁹

Ainda no mesmo século, Jean-Jaques Rousseau (1712 - 1778), deu início a um movimento naturalista, reforçando assim o estatuto da paisagem silvestre no palco do humanismo universal. O regresso ao paraíso por

¹¹² Ver (Platão, 1972, p. 252)

¹¹³ Ver (Morus, 2016)

¹¹⁴ Ver (Campanella, 2014)

¹¹⁵ Ver (Bessa, 1993, p. 66)

¹¹⁶ Ver (Andreae, 2007)

¹¹⁷ Ver (Bessa, 1993, p. 77)

¹¹⁸ Andrographe (1782); Gymnographes (1777); Tesmographie (1789); La Mimographe (1770) e Pornographe (1769).

¹¹⁹ Ver (Bessa, 1993, p. 95)

oposição à força corruptora da cidade, expressa na figura do intelectual depravado, abriu o caminho à vida brilhante e livre que se esconde por baixo da sociedade pervertida. *"A natureza trata todos os animais abandonados aos seus cuidados com uma predilecção que parece mostrar quanto é ciumenta deste direito."*¹²⁰

Entre outros, a entrada das utopias históricas no século XIX fez-se pela mão de Charles Fourier (1772-1837) que introduziu a teoria dos Falanstérios. A sua fantasia era caracterizada pelo estabelecimento de pequenas comunidades autónomas, vincadamente rurais e distante do mundo industrial em franco crescimento. O que a visão de Fourier tem de inovador é que nela são abolidas tanto as cidades como as aldeias. O mundo que Fourier propõe é urbano, no entanto é a agricultura que dita as regras.

Pese embora as diferenças conceptuais e filosóficas que separam os casos apresentados, é possível identificar em todos um conjunto de indivíduos que se esforçam por assegurar a acção governativa, bem como traços de um cosmopolitismo comum e dominante. Em nenhum deles se encontra um projecto político-filosófico ancorado no peso da charrua ou na voz do camponês. A força da caneta e do intelectual, que se substituem à vontade popular, ocupam sempre um papel preponderante na vida da restante população. Mesmo quando a tónica da fantasia aborda o mérito da vida rural, o campo continua sendo uma formulação urbana.

Segundo António Marques Bessa, ainda não conseguimos materializar uma sociedade de iguais. Mesmo em projectos minunciosamente pensados para a implementação de sociedades sem núcleo, o poder acabou por se extravasar e cair na mão de elites unidas em torno dos seus interesses. Alguns críticos utópicos do século XX, como Orwell, Ziamiatine, Huxley, Bradbury, Ira Levin, K. Dick, entre outros, opuseram-se à institucionalização dessas sociedades, obcecadas pela organização da vida quotidiana pela ciência e pela economia, retratando distopias que haveriam de ganhar a forma de advertências contra os riscos do ordenamento totalitário e das tiranias burocráticas e tecnocráticas.¹²¹

Por elite social entendemos o conjunto das minorias dirigentes das dimensões sociologicamente relevantes. Trata-se de um articulado de elites sectoriais, sem homogeneidade, e frequentemente competitivas. Nas sociedades simples a elite social tem grandes probabilidades de ser a minoria governante, pois a comunidade carece de funções complexas que exijam especialização e organização próprias. É o desenvolvimento económico e social que opera a especialização da elite social, levando-a a cindir-se numa diversidade de elites, que são minorias influentes nos principais sectores da vida colectiva: religião, produção, trabalho, cultura, política, finanças, defesa, técnica, ensino, enfim, áreas funcionais com impacto cuja elite variará sempre no tempo e no espaço.

A diversidade da elite social explica-se não só pela diversificação da sociedade em que emergem novas funções, como também pela adaptação de determinados indivíduos às novas exigências, que coordenam e dirigem aparentemente melhor que outros. A institucionalização das grandes necessidades num esquema de complexidade crescente implantou uma organização em cada

¹²⁰ Ver (Rousseau, 1988, p. 195)

¹²¹ Ver (Bessa, 1993)

dimensão, estrutura burocrática que pela sua própria lógica solicita um grupo dirigente, criando canais formais de autoridade, isto é, poder legitimado.

Portanto, a diversidade da elite social e a sua heterogeneidade são dados suficientes para dar uma certa base à noção de «categorias dirigentes», cunhada por Raymond Aron. Mas a proliferação destas categorias, que podem ser descritas como minorias dirigentes institucionais, abarca campos sociais muito para lá do estrito círculo do poder, ainda que a muitas delas se reconheça alguma influência naquele sector específico. Deste modo, a expressão elite política conviria para designar os grupos de indivíduos que usam o poder político e o disputam entre si num quadro conhecido e tacitamente aceite. A noção coincide com a designada classe política de Mosca e integra todos quantos tiveram êxito em monopolizar as instituições que de modo formal e informal, mas sempre diretamente, se relacionam com a conquista e o uso do poder político nacional. Esta minoria marcada pelas posições institucionais e pelo seu comportamento admite uma divisão: uma elite governante que integra todos quantos exercem de facto o poder nas instâncias superiores para a tomada das decisões que afetam a colectividade; e uma elite não governante, composta por aqueles que podem alternativamente usar o poder, no quadro vigente e que têm expectativas a esse respeito. A elite alternativa à elite governante pode ter estatuto reconhecido, colaborar em pontos concretos com a elite governante ou lutar na marginalidade, pois o traço que a caracteriza, pelo menos aos nossos olhos, é o conformismo em relação ao Sistema. (Bessa, 1993, p. 562)

Como explica André Canhoto Costa em *As Cinco Grandes Revoluções da História de Portugal*, o poder político foi sempre dominado por uma elite urbana consolidada por laços de sangue ou corporativos totalmente impermeável a investidas externas. Desde logo, após a morte de D. Fernando em 1383, teve início um movimento liderado por homens ricos, cavaleiros, bispos e letrados, dispostos a tomarem o poder e a substituir a estrutura governativa precedente por um sistema semelhante ao inglês. Surgia assim um certo entusiasmo pela liberdade cívica, conduzido pela oligarquia urbana das quatro maiores cidades do reino, Lisboa, Évora, Coimbra e Porto. Segundo Fernão Lopes, aparentemente, era o triunfo dos "*cidadãos e dos homens honrados de boa fazenda.*"¹²²

Habitantes do burgo, agora enriquecidos pelo comércio e pelas operações financeiras, capazes de pagar luxos e prazeres. São proprietários de terras mercadorias e barcos. Querem ter direito de atividade e movimento. Direito de compra e venda de terras. Querem abolir as imposições fiscais que atrapalham o comércio. Direito de autogoverno através de um conselho eleito: administrar impostos, legislar sobre o comércio e controlar a vida das cidades que ajudaram a erguer. Burguesia ou oligarquia municipal (conforme lhes chama a mais recente moda historiográfica), esses novos-ricos vão ditar o ritmo do reino. (Costa, 2019, p. 98)

¹²² Ver (Costa, 2019)

Porém, não obstante os mercadores terem apoiado a refundação da monarquia portuguesa e haverem abalando a estrutura política instituída, as Cortes de 1385 haviam de estabelecer uma nova elite militar, a partir dos ilegítimos e filhos segundos da aristocracia nacional, representados desde logo pelo rei e pelo novo senhor da guerra, Nuno Álvares Pereira, o irmão mais novo de Diogo e Pedro Álvares Pereira, herdeiros da Casa Pereira, que em má hora escolheram o lado de Castela.¹²³

Entre 1828 e 1834, uma nova contenda familiar voltou a desestabilizar o equilíbrio social e político. Dois irmãos, Pedro e Miguel, dão a cara por um conflito familiar que se estende a todas as Casas nobres de Portugal. Uma vez mais seria no seio das famílias influentes que se disputaria o futuro. Também aí, como anteriormente, tomariam o poder os filhos segundos e os bastardos da aristocracia portuguesa.

Onde a monarquia em fuga, acossada por Napoleão agoniza no Rio de Janeiro e os cidadãos do Porto e Lisboa impõem uma Constituição, numa longa guerra contra o conservadorismo político. Neutralizados por velhas famílias, pela nova burguesia e ameaçados pelas potências internacionais, os revolucionários acabam derrotados, triunfando a Monarquia Liberal, essa grande concentração de elites políticas, industriais e financeiras. (Costa, 2019, p. 173)

Perto do século XX Portugal voltou a agitar-se. Como refere André Canhoto Costa, a monarquia portuguesa viveu nesse período uma mistura de relações domésticas e alta política, muito por conta dos impulsos de uma nova geração de intelectuais que partilhando a mesa com a aristocracia, se ocupava simultaneamente de a destruir.¹²⁴

Com a vitória liberal chegou também uma maior mobilidade social, circunstância em parte facilitada pela atribuição de títulos nobiliárquicos à burguesia e pela difusão da educação, que abriu as portas a muitos doutores e engenheiros. Esta situação misturou as classes tradicionais – republicanos filhos de aristocratas, fidalgas casadas com comerciantes ricos, lavradores abastados casados com descendentes da nobreza, etc. – e definiu novas categorias, que para lá do aparente transvestimento se mantiveram ajustadas ao poder económico e à natureza urbana dos titulares.

O rei D. Carlos – numa posição desconfortável – abriu a sessão das Cortes a 19 de abril de 1890, com um discurso vago e anémico: «Entre o meu governo e o de sua majestade britânica suscitou-se um conflito que foi sensível ao meu coração, como ao de todos os portugueses, e daí se originaram negociações diplomáticas.» O príncipe de Gales apressou-se a lembrar D. Carlos de que em Inglaterra também existia uma opinião pública que, «apesar de melhor instruída, é igualmente exigente». A referência à «opinião pública instruída» era uma farpa lançada à ignorância dos portugueses. O rei e os políticos da Corte aproveitavam para criticar as «elites», consideradas donas da opinião pública e sempre dotadas de más intenções e apetite voraz pelos rendimentos públicos. Mas continuavam a recorrer às elites para governar e, apesar das palavras

¹²³ Idem

¹²⁴ Ver (Costa, 2019)

elogiosas ao «bom povo, trabalhador e ordeiro», a situação social era miserável. (Costa, 2019, p. 293)

Em 1910 a monarquia caiu e a república tomou-lhe o lugar. Mas quem eram os republicanos? Como sugere Vasco Pulido Valente, eram subretudo *"homens da cidade a trajarem como monárquicos. E deles se supunha, com inteira razão, que vinham pedir votos com o objectivo principal de tirar uns do emprego e irem para o lugar deles."*¹²⁵ Ou ainda, *"a expressão ideológica da vontade revolucionária da burguesia urbana."*¹²⁶ Concretamente, eram filhos de aristocratas, fidalgos, ricos comerciantes e grandes lavradores. Novamente, o poder mudava entre pares e em muitos casos no seio da mesma família. Dentre muitos casos paradigmáticos que poderíamos apontar, destacamos a título de exemplo, o facto de a República haver sido proclamada por José Relvas, amigo de infância do rei D. Carlos e filho do ilustre aristocrata golganense, Carlos Relvas, por sua vez amigo pessoal do rei D. Luís.

É verdade que entre os revolucionários, também haviam os rufias da carbonária, a quem coube o trabalho sujo e braçal, mas esses, nunca passaram de peões nas mãos dos outros e nunca tiveram efectivamente poder.

E, contudo, a ironia final do 5 de Outubro esteve em que a própria Carbonária perdeu a República em benefício das personalidades do Partido. Não apenas uma pequena parte da nação, os republicanos de Lisboa, que conquistara um poder político sem proporção com o seu poder social, económico e ideológico, mas uma pequena parte dessa pequena parte acabou por se apossar do Estado sozinha. Como Machado Santos disse depois, em 5 de Outubro tivera de abandonar «o campo aos notáveis» e, com ele, a Carbonária foi definitivamente afastada. (Valente, 2004, p. 149)

Apesar do acerto de imagem, mais adequado às modas do tempo, tal como acontecera em todas as revoluções anteriores aclamadas em Portugal, o poder haveria de continuar nas mãos dos mesmos.

Na completa confusão que se seguira ao 5 de Outubro, as autoridades locais haviam mudado por quase todo o país. No entanto, depressa se percebeu que isso não queria dizer que tivessem mudado para as mãos dos republicanos. Na maior parte dos casos, os novos funcionários eram políticos monárquicos com vagas pretensões a «liberais» ou simplesmente, como se dizia «gente honrada». Nalguns sítios apareceram mesmo franquistas e ultramonárquicos à frente dos municípios e freguesias pela duvidosa razão de que também eles eram inimigos do governo Teixeira de Sousa. De maneira geral, o advento da República «não significara mais do que a queda de um gabinete monárquico». (Valente, 2004, p. 152 -153)

¹²⁵ Ver (Valente, 2004, p. 29)

¹²⁶ Ver (Valente, 2004, p. 31)

A 25 de Abril de 1974, em nome do povo, a história volta a repetir-se e mais uma vez serão os filhos da elite governativa a ocupar os lugares deixados vagos pelo regime deposto. Para entendermos esta realidade, bastará olhar a genealogia dos políticos, que imediatamente após a queda do Estado Novo, desencadeada pelo descontentamento popular, tomaram nas mãos o poder da nação. Certo é que no decorrer desta investigação não encontramos um único filho de um camponês ou de um assalariado rural na cúpula do poder político instituído na sequência da Revolução de Abril. Segundo António Barreto, *"Só muito gradualmente é que, depois da revolta militar e do golpe de Estado, os problemas agrários surgiram na cena política. São sinais dos tempos, quer dizer, da subordinação da agricultura à economia industrial e à civilização urbana, mas também da mais fraca disposição dos agricultores, camponeses e assalariados rurais para a intervenção política."*¹²⁷ Por fim, impõe-se a pergunta: continuamos a viver hoje, a hegemonia de uma elite governativa urbana assente no cosmopolitismo da Cidade?

Governo para o aldeão é sinónimo de Estado e de tudo o que dá leis, uma quadrilha do olho vivo. Já lhes levavam coiro e camisa em contribuições, tributos, posturas, alcavalas de vária ordem, e vinham ainda esbulhá-los da serra! Hoje as serras, amanhã, por uma razão análoga, corriam-nos de casa para fora. Ah, cachaporra dum santo! O que todos queriam era viver à custa da barba longa, mãos brancas com bons anéis, bom automóvel, amigas para o gozo e criadas para todo o serviço que vinham buscar os viveiros da plebe, cabritos gordos que se criavam nos ferregiais, e trutas que eles serranos estavam proibidos de pescar nos seus rios. Que maiores carrascos e ladrões!?

Esta era a noção que tinham do Governo. O Governo não era formado por um corpo de homens bons e sábios, com função directiva, reguladora e distribuidora dos bens comuns, e atentos à promulgação e defesa do direito? Qual o quê? Bandoleiros das encruzilhadas e gorgulhos silenciosos das arcas e larvas da carne é o que eles são! (Ribeiro, 1958, p. 196)

¹²⁷ Ver (Barreto, 2017, p. 137)

CAPÍTULO 3

O aproveitamento territorial da Lezíria Grande

3.1. Introdução



Figura 49 - Vista aérea da Lezíria Grande (Anónimo, s/d, Fonte: Arquivo ABLGVFX)

O conhecimento do local, que o homem habita, deve preceder ao do mesmo homem: esse local, debaixo de infinitas relações, tem uma directa influência na saúde, e na sua vida, e mesmo até no seu carácter e costumes (Santos Cruz em Topografia Médica de Lisboa, II, 6)

No ano de 1130, D. Afonso Henriques outorga a Guimarães o privilégio de que ninguém possa construir dentro da Vila sem consentimento dos moradores¹²⁸, inaugurando assim o ordenamento do espaço português e introduzindo a autoridade das elites urbanas na gestão do território. Daí até ao século XVIII, altura em que se acentua a regulamentação da pecuária e da agricultura, a matriz legal cresceu progressivamente por intermédio de noções concisas, dominadas por princípios práticos e imediatos, como os apontados na Carta de Foral de Beja, onde se refere que "*quem matar porco para vender dê o lombo ao Alcaide. Assim como deverá ser entregue ao mesmo, o úbere da vaca; quando não, dêem por ele 6 dinheiros*". Ou no foral de Torres Novas, onde se "*autoriza a quem encontrar nas suas vinhas porcos alheios a matá-los e cortar-lhes a cabeça, quanto tanger o bico da orelha pelo pescoço, deixando o resto ao dono.*"¹²⁹

Para entendermos melhor a conjuntura da época, lembramos que até ao século XVIII, tanto a Casa Real como as elites urbanas, constituídas pelo Clero e pela Nobreza, além de legisladores, eram simultaneamente os titulares dos direitos fundiários, circunstância que muito terá influenciado a substância

¹²⁸ Ver (Rodrigues, 1983)

¹²⁹ Ver (Azevedo, 1973, p. 30)

dos decretos legais. É neste quadro que devemos entender a regulamentação do território, cujo principal objectivo era converter em numerário os rendimentos agropecuários, pois esse era o verdadeiro intuito da lei estabelecida quer pelo rei, quer pelos senhores da terra.

O rei, principal lavrador da nação, tinha por toda a parte celeiros e adegas, onde por seus mordomos recolhia o produto dos foros e rendas. Estas últimas com frequência opressivas, montando em geral, nos dois géneros mais abundantes, o vinho e o pão, naquele à metade, no outro à terça parte da colheita, além do mais em produtos diferentes ou dinheiro.

Sem embargo, gozavam os ocupantes da liberdade pessoal, havendo-se transformado nesta espécie de escravidão económica a servidão legal antecedente. Do mesmo modo, nas terras doadas, as duas classes de cultivadores, foreiros e rendeiros, existiam. Em torno da igreja rural, erigida pelo senhor ou por vizinhos piedosos; nos mosteiros, enriquecidos por liberdades régias e dádivas particulares, em que exprimia a fé; do castelo, de onde emanava a lei, e sítio de refúgio em ocasiões de perigo; aglomeravam-se os fogos, formando o centro de uma unidade económica, que com poucas falhas bastava a si própria. (Azevedo, 1973; p. 14)

A *Figura 50* apresenta de modo sucinto o crescimento da carga legal incidente sobre a actividade agropecuária desde a fundação do nosso país até meados do século XX e dão o mote para a nossa análise cuja intenção é esclarecer as motivações e os conflitos que daí surgiram e como eles marcaram a forma da paisagem campesina portuguesa.

Período	Número de Anos	Número de Leis Promulgadas
1130 - 1750	622	143
1750 - 1910	160	392
1910 - 1929	19	478
1929 - 1974	45	862
1974 - 1976	2	277
1976 - 1980	4	608

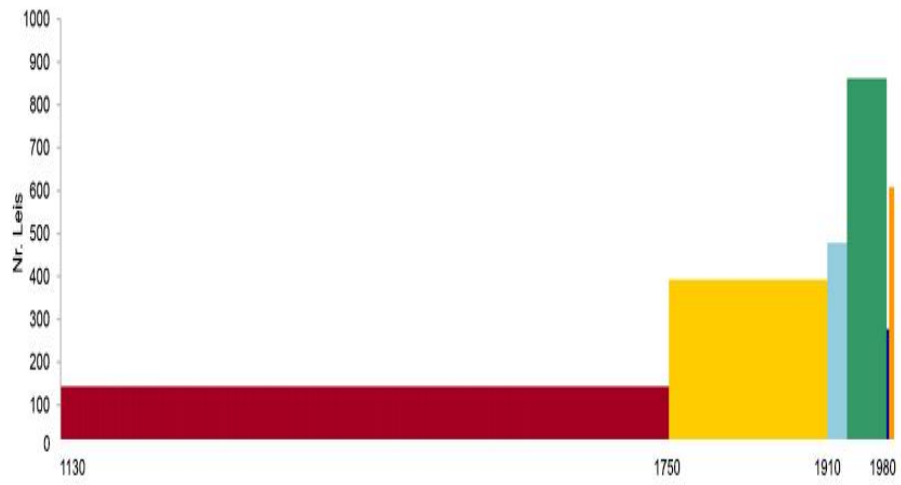


Figura 50 - Legislação produzida sobre agropecuária (Rodrigues, A., 1983)

3.2. O Iluminismo



Figura 51 - D. José I montando um cavalo peninsular
(Fonte: *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*, Manuel Carlos de Andrade, 1790)

Foi S.A.¹³⁰ summamente aplicado á Nobre Arte da Cavallaria, e era o melhor modêlo das virtudes, as mais heroicas de seu Augusto Avô o Senhor Rei D. José I. Foi outro semelhante amator das Virtudes, das Sciencias, e das Artes: era dotado de huma viva penetração de discurso, de memoria muito feliz, de huma figura, e presença Magestosa, e Gentil. E elle se applicava tanto a esta bella Arte, porque conhecia na sua origem as suas interessantes utilidades.

¹³⁰ O autor refere-se a D. João VI.

Eu vi em Salvaterra o Senhor Rei D. José I pôr a cavallo pela primeira vez a S.A.: que tendo apenas sete annos, quando todos se persuadião que estaria fatigado, querendo Sua Magestade fazello apeiar, mostrou S.A. tanto gosto de continuar, que Sua Magestade se viu precisado a deixallo andar a cavallo hum grande espaço do dia; e daquele tempo até ao seu sempre lamentavel falecimento, continuou com o mesmo fervor, e gosto neste exercicio verdadeiramente proprio dos Principes, com a mais assidua applicação, e de tal sorte, que os mais abalizados dos Professores o chegarão a ver manejar esta Nobre Arte com pública, e geral aclamação de todos; pois S.A. era sem dúvida mais applicado a ela, do que entre os Persas, Gregos, e Romanos o forão aquelles Principes, que nella se distinguiram mais famosos. (Andrade, 1790, p. 222)

3.2.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico

Em meados do século XVIII, com as fronteiras nacionais praticamente consolidadas, o debate em torno do ordenamento do território altera-se introduzindo profundas mudanças na paisagem meridional portuguesa, dominada até aí por feudos, morgadios e uma economia agrária desactualizada.

Na Europa, era o tempo do racionalismo, da burguesia culta, dos ideais iluministas, da identidade cultural dos povos e do humanismo. Entre as classes intelectuais, discutiam-se teses de justiça social, desenvolvimento industrial e mecanismos financeiros. Os camponeses ascendiam gradualmente ao estatuto de pessoas, os comerciantes e os industriais conquistavam o poder dos aristocratas e o mundo rural afirmava-se como símbolo da identidade nacional. Em virtude disso, as ideologias das elites urbanas projectavam-se sobre a paisagem e moldavam-lhe a forma: fomento agrário, leis de protecção à lavoura nacional, incentivos à indústria, flexibilização da propriedade, entre outras.¹³¹

Por essa altura, Lisboa tinha cerca de 250 mil habitantes¹³², uma densidade bastante elevada, sobretudo para um país cuja população, incluindo ilhas e colónias, não chegava aos 4 milhões¹³³. Pese embora fosse o centro urbano mais populoso de Portugal e palco do comércio internacional, onde abundavam os exotismos característicos da Corte de D. João V, em muitos aspectos a nossa capital continuava sendo uma cidade de província. O campo entrava dentro das muralhas e pouca diferença se podia encontrar nos modos de vida do camponês e do habitante da cidade.

Imaginaí uma extensão marginal considerável ao longo de um rio espaçoso, capaz de conter toda a qualidade de navios e que lança as suas águas imediatamente no vasto Oceano Atlântico. Considerando a sua posição, bem melhor do que a de nenhuma outra no continente europeu, seu extenso comércio com todo o continente americano, e ainda a salubridade do clima, a variedade infinita de frutas, e de quase todas as espécies de produções naturais (que a terra pode dar em abundância, do momento que a cultivem), fica-se embaraçado sobre que mais se há-de admirar, se o muito que a natureza fez para tornar os habitantes felizes ou o pouco cuidado que eles têm para o serem (...). Os campos erguem-se em colinas, logo na parte de trás da cidade, mas dentro também os há. (...). O que há de verdade, é que as alturas, dentro ou fora da cidade, são todas inteiramente ocupadas por capelas, igrejas, conventos imensos, que com suas hortas, vinhas e pomares, constituem um quinto ou pelo menos um sexto da cidade. Os seus preguiçosos habitantes são sustentados inteiramente por conta dos restantes. (Costigan, 2007, p.162)

¹³¹ Ver (Serrão, 1989)

¹³² Ver (França, 1983)

¹³³ Ver (Lichnowsky, 1990)

Contudo, a tragédia de 1755 veio alterar a ordem dos acontecimentos revelando-se uma extraordinária oportunidade para transformar a imagem da cidade e satisfazer as ambições de uma classe social culta e conhecedora da realidade urbanística das grandes metrópoles europeias.

O entusiasmo pela construção do mundo urbano marcaria o início da separação conceptual entre Lisboa e o território campesino. Nascia assim em Portugal, adoptando a arquitetura como emblema, a idealização de duas culturas autónomas: a rural e a urbana. Dos escombros da velha capital surgiu uma sociedade vincadamente urbana e como resultado, o campo e a sua gente ficaram mais longe, simbolizando a ignorância, a pobreza e o misticismo.¹³⁴

Foi na cidade que se elaborou a estética das Luzes, ou mais profundamente um cenário de beleza que torna a vida humana, um pouco mais digna de ser vivida, por um povo mais numeroso de escapados à morte. A atenção das ideias às coisas e à vida foi lá que se procurou apreendê-la. Revela-se toda a civilização nas formas que ela criou, nas suas cores e nos seus sons. (Chaunu, 1985, p. 54)

Pese embora, a reconstrução de Lisboa ter efetivamente acentuado o limite físico entre o campo e a cidade, seria a consolidação destes conceitos e da sua diferenciação, a marca mais significativa do nosso Iluminismo. Rural e urbano, não voltariam a designar simplesmente espaços onde ocorrem actividades específicas, respetivamente agricultura e comércio, passariam ainda a carregar atributos políticos, ideológicos e sociais.¹³⁵

Assim fazendo, os portugueses criaram uma obra que se insere numa nova conjuntura europeia, ou seja, num gosto que se transformava e numa estética que procurava adaptar-se a um novo pensamento - o pensamento do Iluminismo. A cidade que nasceu depois de 1755 constitui, com efeito, um exemplo do alastramento das ideias e da sensibilidade, ou da mentalidade da época. Lisboa, cidade *moderna* desposava de certo modo o espírito Iluminista, trazendo-lhe uma contribuição cuja importância deve ser necessariamente valorizada. Porque as proporções da obra que se realizou não sofrem comparação com outros congéneros factos sociais e artísticos contemporâneos." (França, 1983, p.12)

Não obstante o anacronismo da vida campesina, foi ainda no século XVIII, no governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, que se deram os primeiros passos rumo ao desenvolvimento agrário e à transformação do território, por intermédio de uma reforma geral na estrutura do estado, destinada a reforçar

¹³⁴ (França, 1983)

¹³⁵ Idem

as contribuições fiscais e a estimular o mercado imobiliário, através de receitas provenientes da produção fundiária e da compra e venda de propriedades.¹³⁶

Entre as medidas implementadas pelo governo do Marquês de Pombal destaca-se o Decreto de 26 de Outubro de 1765, que ordenava o arranque de todas as vinhas dos campos de Valada, Santarém e Golegã, com o objectivo de estimular a produção de cereais, matéria-prima que nos víamos obrigados a importar todos os anos, a fim de colmatar o défice produtivo. A malograda situação era atribuída pela classe política à crescente popularidade dos vinhos do Douro e ao conseqüente abandono da *lavoura do pão* em diversos campos do país para benefício da cultura vitícola. É dito ainda que os proprietários que não se achassem competentes para produzir cereais, deviam ser coagidos a plantar arvoredos nas margens do Tejo, com o propósito de lhe segurar as margens e o nateiro.¹³⁷

Numa carta que dirigiu ao seu irmão a propósito da sua passagem por Lisboa em 1779, Arthur William Costigan, referindo-se ao protecționismo do Marquês de Pombal, declarou:

Ele tinha estabelecido, na intenção de impedir a procura no estrangeiro das mercadorias que ali deviam ser fabricadas, procura que tornava sempre para os portugueses a balança tão desfavorável e tirava tanto dinheiro ao país. Existe uma importante fábrica de seda estabelecida há muito tempo em Lisboa, e por consequência uma severa proibição de importar-se esse artigo. Asseveram-me que, no entanto, durante o governo do último ministro (Pombal) aconteceu mais do que uma vez que os teares tiveram de parar por falta de dinheiro, de maneira que o grande armazém da fábrica encontrava-se frequentemente sem mercadorias para corresponder aos pedidos do público. Então o ministro ordenou, em segredo e em contravenção da sua própria lei, que passassem fraudulentamente para Lisboa, durante a noite, sedas tomadas nos navios franceses, surtos no rio, e fossem levadas para os armazens, sendo depois vendidas ao público, em proveito da fábrica; e isto com um lucro considerável para as partes interessadas, porque foi sempre impossível fornecer sedas manufacturadas no país tão baratas como as de França, que são de igual beleza, e esta verdade aplica-se a todas as outras fábricas de Portugal." (Costigan, 2007, p. 164)

Até então, os direitos fundiários, previamente outorgados à Igreja e à nobreza, dificultavam a transacção e a exploração de inúmeras propriedades que se encontravam abandonadas ou muito abaixo da sua capacidade produtiva. Assim, com o objectivo de inverter essa situação, foram promulgadas leis como as que *"restringiam as transferências patrimoniais para a Igreja pelos dispositivos sucessórios (leis de 1766, 1769 e 1775) nas quais se proibiam as consolidações enfiteuticas nos bens eclesiásticos e se determinou a sua alienação (1768), tendo-se mesmo iniciado um processo de desamortização efectiva, depois de 1769,*

¹³⁶ Ver (Serrão, 1989)

¹³⁷ Ver (Oliveira, 2006, p.16)

confiscando-se a favor da Coroa os bens de raiz que se encontrassem indevidamente nos corpos de mão-morta"¹³⁸. Foram ainda proibidas a instituição de novas capelas e a redução dos *encargos pios* dos vínculos.

O sistema dos morgados foi revisto, dificultando a sua instituição e foi "*determinada a abolição de todos os vínculos de baixo rendimento, medida que gerou um movimento de desvinculação absolutamente extraordinário - 15 mil vínculos abolidos entre 1771 e 1777.*"¹³⁹

A partir daí o mercado imobiliário alargou-se, contudo iriam persistir algumas contrariedades relativas aos vínculos que foram finalmente ultrapassadas com a Lei de 9 de Julho de 1773 que impôs a venda de propriedades contíguas a outras de rendimentos seis vezes superior.¹⁴⁰

Do ponto de vista do Pombalismo, tratava-se de racionalizar a ocupação cultural de solos agrícolas, de acordo com a suposta aptidão natural desses mesmos solos, mas sobretudo de acordo com um proclamado "interesse público". O que significava, em termos reais, a maximização da produção de cereais, a expensas da redução de uma cultura excedentária - a vinha - e de uma atividade considerada subalterna - a pecuária. Esta foi consideravelmente limitada, em especial pela legislação referente ao Alentejo, posterior a 1764. O arranque de vinhas e a sua substituição imediata por sementeiras cerealíferas foram compulsivamente ordenados para várias regiões do país a partir de 1765. (Serrão, 1989, p. 3)

Esta marca do Iluminismo português desferiu um duro golpe no poder da nobreza e da Igreja e abriu a porta a novos actores, nomeadamente, a industriais e comerciantes, que levaram para a administração da paisagem lógicas urbanas, mecanismos financeiros, tecnologias inovadoras e modos de produzir intensivos.

Esta prática intensificou-se à medida que o acesso à posse plena da terra, ou mesmo ao domínio útil "pleno", se tornou particularmente difícil devido à escassez da oferta de terrenos nessas condições, aumentando, por sua vez, a procura por bens fundiários por parte de indivíduos que procuravam ascender socialmente por meio do investimento na agricultura de capital proveniente da indústria ou do comércio colonial. Esta situação evidenciou-se com a legislação pombalina que premiou quem se destacasse no desenvolvimento da agricultura ou da indústria com o privilégio de vinculação de terras em morgadio. (Neto, 2007, p. 19)

Estes empresários, formados em ambientes cosmopolitas e conhecedores das tendências da época, ajustaram a fisionomia do território ao interesse dos consumidores, construindo para esse fim canais de rega e diques de maré, redesenhando o curso dos rios, aprofundando lavouras e otimizando as terras mais frágeis

¹³⁸ Ver (Serrão, 1989, p. 11)

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ Ver (Serrão, 1989)

por intermédio da fertilização e da floresta, numa operação que moldou a paisagem campesina aos desejos da cidade.

Como nos sugere a documentação que encontramos no Arquivo Histórico Militar, fruto dessa mudança política, a partir da segunda metade do século XVIII, surgiu um inesperado interesse pela preservação e construção das valas e diques do campo de Vila Franca de Xira, nomeadamente na figura de inventários, despachos e pareceres técnicos, dando conta da utilidade e relevância do território para efeitos produtivos e acções militares. A título de exemplo, destacamos o *Plano geral das obras grandes das lezírias do Tejo*, elaborado entre 1785 e 1788 a pedido do Conde de Valladares, reportando a urgência de reabilitar as infraestruturas de suporte do território, valas e diques, destruídas pela cheia de 4 de janeiro de 1785.

A correspondência oficial, consultada nessa fonte, ajudou-nos a definir o enquadramento paisagístico da época, que seria dominado por ambientes agro-pastoris, onde se cultivavam essencialmente cereais de pravana e gado cavalar, destinados à remonta do exército português que, embora criasse animais de reconhecida qualidade, se via forçado a comprar cavalos em Espanha para satisfazer as necessidades. Observou-se ainda que o assento urbano responsável pela administração deste território rural não era Vila Franca de Xira, que à data não passaria de um pequeno aglomerado, mas sim Alhandra.

Consequentemente, a política de apoio à produção introduziu a necessidade de importar trabalhadores rurais de outras zonas do país, nomeadamente das Beiras e da região Saloia, alterando definitivamente a configuração social do Ribatejo que se encheu de *caramelos*, *ratinhos* e *gaibéus*¹⁴¹, atraídos ao Vale do Tejo por altura das grandes operações agrícolas, com o objectivo de reforçar os fracos rendimentos auferidos nas suas aldeias. Com o tempo, estas ondas migratórias consolidar-se-iam, convertendo-se num *modus operandi* que marcaria o futuro da vida meridional.

Elle mesmo me inculcou o mestre de Vallas, chamado Manoel Marques, o ruivo, que também o era das obras de D. Christovão Manoel de Vilhena, e o havia, sido das terras da grande quinta da Granja pertencente à Excellentissima casa de Pombal, por quem tambem foi recommendado, como muito eminente na factura da vallas, vallados, guardamatos, e sargetas dos paues, tanto para os preservar das agoas de fora, como para dar sahida ás agoas de dentro; no que empreguei cousa de duzentos valladores, que me vieraõ dos campos de Coimbra, e de Leiria, mediante a protecção do Governo. E com effeito romperaõ-se os ditos paues, esse semeou, logo naquelle outono de 1767, e primavera seguinte, a parte destes que foi possivel. (Ratton, 2007, p.56)

¹⁴¹ Nome pelo qual eram conhecidos na gíria rural os camponeses que se dirigiam ao Ribatejo e ao Alentejo para trabalhar no campo, oriundos das Beiras e da região Saloia.

Por fim, num tempo em que a agropecuária se encontrava bastante polarizada entre produtores agrícolas e pecuaristas¹⁴², os novos gestores agrários inovaram, promovendo a gestão integrada do território, ou seja, usando os estrumes do gado para fertilizar as terras e os subprodutos da agricultura para alimentar o gado.

¹⁴² A administração pombalina veio reforçar a legitimidade dos agricultores relativamente às pecuaristas, que passaram a ter um papel subalterno. Esta clivagem entre as duas classes iria afastá-las, promovendo uma certa resistência à aproximação de um sistema produtivo integrado.

3.2.2. A Herdade da Barroca D´Alva



Figura 52 - Jácome Ratton (Sir Thomas Lawrence, MNAA, s/d)

Se o terreno da Provincia fosse cultivado, como hé o das outras Provincias do Reyno, bastaria elle para sustentar a Corte, porem a cultura é tão diminuta, por falta de brasos que apenas a Quinta ou Sexta parte da Provincia, está reduzida a Cultura e ainda esta parte cultivada, se semeia de tres em tres annos. (Silveira, 2003, p. 127)

É no contexto antes descrito que em 1767, Jácome Ratton, industrial e deputado da Real Junta do Comércio, com apenas trinta anos de idade, adquire à Coroa portuguesa, por intermédio de um contrato de

enfiteuse¹⁴³ as terras da Barroca, desmembradas pela extinção do morgadio de Ximenes e pertencentes os dízimos à comenda de São Tiago de Alcochete.¹⁴⁴

A curta distância da herdade a Lisboa e o facto de lhe ser fácil aceder por via fluvial, projectaram na mente do empresário a possibilidade de ali produzir matérias-primas para abastecer a capital e o vasto mercado externo de que a cidade era palco destacado.¹⁴⁵

Tendo occasião de observar, nos principios do anno de 1767, os predios incultos da Barroca d'Alva, projectei realizar a minha tenção; e posto que apenas contasse naquelle tempo trinta annos de idade, e sem nenhuma pratica de agricultura, com tudo a grande extensão de terreno da Barroca d'Alva, sua proximidade a Lisboa, e o ser accessivel por agoa; pois que as marés ali chegam pelo rio da Enguias me conduziraõ a tomar de arrendamento os ditos predios pelo preço annual de hum conto de reis; obrigando-me a abrir as vallas dos paues, e roteallos. (Ratton, 2007, p.52)

A primeira forma de contrato estabelecida entre o industrial e a Coroa previa um arrendamento mediante um pagamento anual de um conto de reis, obrigando-se o arrendatário a abrir as valas dos paus e arroteá-los. Pese embora o contrato houvesse sido aprovado pelo rei, as duas partes concordam mais tarde que seria do interesse de ambas optarem por um modelo de arrendamento perpétuo, dada a natureza dos encargos com as obras necessárias para o aproveitamento da propriedade.¹⁴⁶ Após a concretização do negócio, o titular da terra, mandou fazer o levantamento da propriedade e as condições em que esta se encontrava, descreveu-as da seguinte maneira:

Esta propriedade de mais de uma légua quadrada de superficie, consta pouco mais ou menos, de uma quarta parte de terras baixas, pantanosas, e fortes, e três partes de terreno enxuto de diversas naturezas, mas particularmente arenoso. Estes terrenos eram tão nus, que em todas as direcções, abstracção feita aos altos e baixos, se podia descobrir, em toda a distância, qualquer res que nelles andasse, coberto somente de mato maninho, abandonado a quem o queira roçar ou aos fogos que os pastores e viandantes lhe lançavam casualmente ou de propósito; á excepção contudo de alguns sobreiros por eu lhes obstar o corte, que achei principiado por um credor: perda que felizmente embarcei; e por isso ainda existem alguns com outros muitos que depois mandei plantar. Os paues, e sapaes se achavão alagados pelas agoas nativas, pelas que

¹⁴³ A enfiteuse é um conceito jurídico proveniente do Direito Romano e pode ser descrito com um arrendamento por prazo longo ou perpétuo, em que o proprietário atribui ao enfiteuta, mediante o pagamento de uma pensão ou foro anual, o domínio útil e o pleno gozo do bem. Esta instituição jurídica foi abolida do Código Civil português em 1974 - Decreto-Lei nº 195-A/76 - por se considerar que atribuía aos pequenos agricultores "*encargos e obrigações que correspondem a puras sequelas institucionais de modo de produção feudal.*" (Neto, 2007, p. 18 - 20)

¹⁴⁴ Ver (Graça, 1998)

¹⁴⁵ Ver (Ratton, 2007)

¹⁴⁶ Idem

desciam dos altos, e pelas marés vivas; por não haver vallas que lhes dessem escoante, nem guardamatos, que os preservassem; de sorte que taes paues e sapaes só produziam junco, palha carga, espadana, e alguns amieros, e salgueiros. (Ratton, 2007, p. 54)

*Planta topographica dos Terrenos adjacentes ao Rio das Enguias,
e curso deste desde o porto da Barra da Barra até a Sua embocadura no Rio Tejo.*

EXPLICAÇÃO

Em cujo curso por ter o de Sapal Salgado, desde os termos de Alcochete e Santa Coroa, sendo pelo seu abro das vazias no Tejo as aguas nascentes e da chuva sobre huma superficie reputada em não menos de vinte leguas quadradas. Malta escorriamente maior que aquella a que o seu dito abro pode de hum pricinar a outro, das pafingem, como assim se faz necessario para se poderem aproveitar tais pricinas como extensos terrenos, obtendo somente para isto as crepas e amudadas convenientes do actual abro, as quaes, junto com a prodigiosa produçãõ de camisas no mesmo, a que dai occasiãõ, o obtem e demora as aguas. O que somente se pode remediar abrindo se hum novo abro pelo sapal de Panças, como a sãõ se obriga Carlos Francisco Tejo, na mesma largura que tras do ponto (A) para o outro ponto (4). Seguindo as linhas pontilhadas até o ponto (X) pagando por aquelles 5 R. 6. 7. como seve do documento 5º 16. e outros huma Villa de 20 palmos de largo, cujas extremidades sãõ os pontos (m) e (n) pagando por cada palmo, ficando ao cuidado do proprietario da Barra de S. Ana a factura de aquella pontilhada de (X) para (4) e os ramos que se lhe aquilãõ de (2) e (3) para desaguãõ o seu Tal de Terraõ.

O Sapal abrindo por Tejo, hi aquella perçãõ, junta ao Rio, e dividida do resto do terreno pela linha - - - - - que principia em h, seguindo por c, d, e, f, g, h, i, k, l, X.

A outra linha - - - - - que principia na boca do Rio no ponto F, paga por q, orvis a X, hi a direçãõ que por esta parte do Tejo se tem proposto dar ao projectado Canal de unãõ do Rio com aquelle do Salo, segundo se publicou com authoridade do governo. Mas S. Ana mais bem convem aproveitar o proprio rio das enguias desde a Sua embocadura até o ponto - - - - - pagando se em X, como se firma nos dias, no que se pensaria muita despesa. Contrariãõ pela Villa de que X, hi a ponto de embocadura, até a travessa a estrada Real no Sítio das Fibras, e proseguir pelo Tal de Caparica e Rio Frio.

Os limites das terras da Barra de S. Ana, Terraõ e Caparica do mesmo proprietario se achãõ marcadas pela linha - - - - -

São S. Ana os diferentes Terros de embarque e desembarque que ha no Rio das enguias, marcados por: A, aquelle da Barra de S. Ana publico; B, Outro particular da Casa; C, Outro do Povo publico; D, Outro da Barra publico; E, Outro do Voo particular a Panças; F, Outro da Carta publico.

Tejo de 1000 Braças de 10 palmos cada braça. 1000 Braças

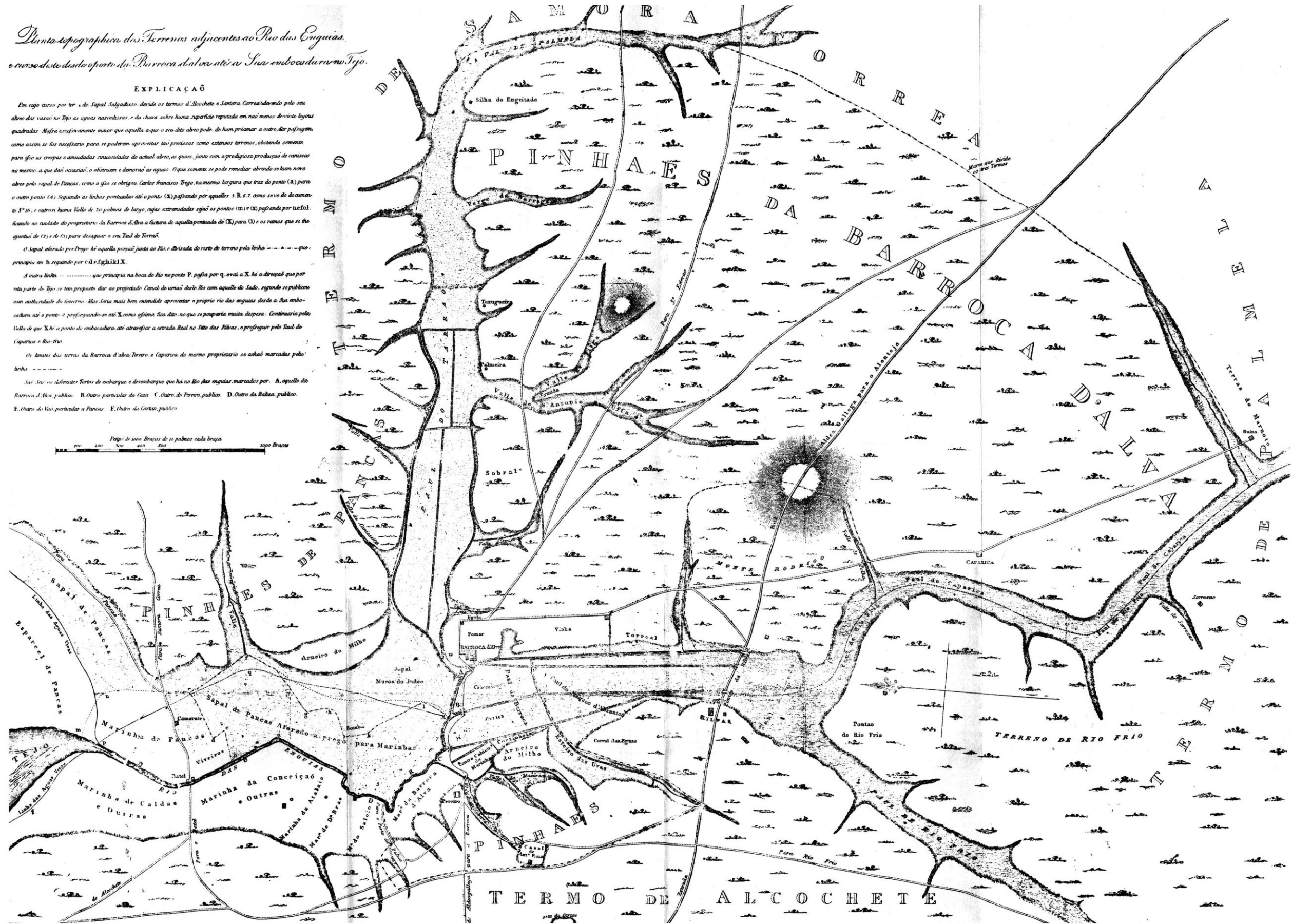


Figura 53 - Levantamento topográfico dos terrenos adjacentes ao rio das Enguias, 1767 (Ratton, J., 2007)

Planta topográfica dos terrenos adjacentes ao Rio das Enguias e curso deste desde o porto da Barroca dalva ... embocadura no Tejo

Explicação

Em cujo curso por ter o de Sapal Salgadisso, devido os termos d'Alcochete e Samora Correa, devendo pelo seu abreo dar vasaõ no Tejo as aguas ... e da chuva sobre huma superficie reputada em naõ menos de vinte legoas quadradas. Massa excessivamente maior que aquella a que o seu dito abreo pode de hum ... a outro, dar passagem, como assim se faz necessario para se poderem aproveitar ... preciosos como extensos terrenos, obstande somente para isso as crespas amiudadas sinuosidades do actual abreo, as quaes, junto com aprodigiosa produçõ de canissas no mesmo, a que daõ occasiã, o obstruem e demoraõ as aguas. O que somente se pode remediar abrindo-se hum novo abreo pelo sapal de Pancas, como a isso se obrigou. Carlos francisco Trego, na mesma largura que trz do ponto (a) para o outro ponto (4) Seguindo as linhas pontuadas até o ponto (x) passando por aqueles 5.R.6.7 como se ve do documento N°16, e ... huma Valla de 20 palmos de largo, cujas extremidades sejaõ os pontos (m) e (X) passando por ... ficando ao cuidado do proprietario da Barroca d'Alva a ... de aquella pontuada de (X) para (l) e os ramos que se ... de (2) e de (3) para desaguar ao seu Taul do Torraõ.

O Sapal aforado por Prego he aquella porçãõ junta ao Rio e dividida do resto do terreno pela linha ----- que, principia em b seguindo por c.d.e.f.g.h.i.k.l.X.

A outra linha ----- que principia na boca do Rio no ponto P, passa por q, e vai a X, he a direcção que por ... parte do Tejo se tem proposto dar ao projectado Canal de uniaõ dete Rio com aquelle do Sado, segundo se publicou com autoridade do Governo. Mas seria mais bem entendido aproveitar o proprio rio das enguias desde a Sua embocadura até ao ponto ... prosseguindo-se até X como assim fica dito. no que se pouparia muita despesa: Continuaria pela Valla de que X he o ponto de embocadura, até atravessar a estrada Real no ... das Rivas, e prosseguir pelo Taul da Caparica e Rio-fino.

Os ... das terras da Barroca d'Alva: ... e Caparica do mesmo proprietario se achãõ marcadas pela linha -----

São seis os diferentes ... de embarque e desembarque que há no Rio das Enguias, marcados por. A, aquelle da Barroca d'Alva, publico. B, Outro, particular da caza. C, Outro, do ..., publico. D, Outro da Baliza, publico. E, Outro do ... particular a F, Outro da ..., publico.

... de 1000 Braças de 10 palmos cada braça

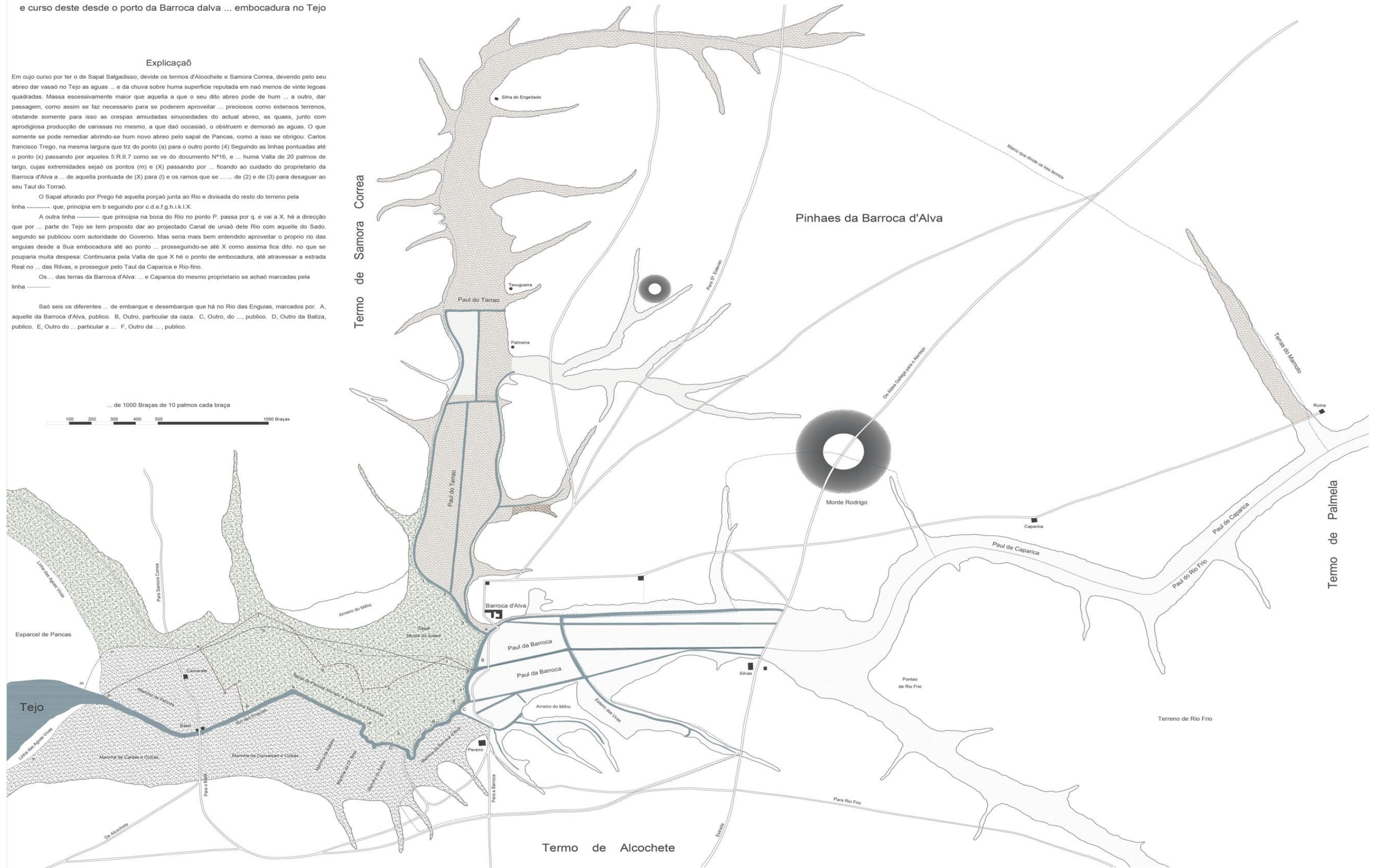


Figura 54 - Levantamento topográfico dos terrenos adjacentes ao rio das Enguias, Marinhãs da Bela Vista, Portugal (Desenho do Autor, 2016)

Perante as difíceis circunstâncias e a falta de experiência agrícola, o jovem empreendedor contratou o Capitão-mor de Alhandra, Diogo José Palmeiro, um prestigiado lavrador da época, para o ajudar na demanda. Logo depois mandou construir infraestruturas de apoio à lavoura - alojamento para os criados, uma casa senhorial, celeiros, palheiros, lagares, fornos, currais, cocheiras, tanques e um chafariz - enquanto planeava simultaneamente as parcelas destinadas a cada cultura e as obras necessárias à sua implementação: diques, represas, valas e o arroteamento de matos. Entre as matérias-primas que decidiram produzir, destacavam-se a carne, a seda, a lã, o cânhamo, o linho, o eucalipto, madeiras nobres, lenha e tojo para os fornos das indústrias, o olival, o sal e a vinha.¹⁴⁷



Figura 55 - Sabal de Pancas (Fotografia do Autor, 2018)

Perfeitamente alinhado com as políticas do Marquês de Pombal, Jácome Ratton empenhou-se particularmente na *lavoura do pão*, cuja totalidade dos paus ambiciona ver cultivados nos primeiros quatro anos, de modo a amortizar em pouco mais de doze, os investimentos efectuados.¹⁴⁸ As suas contas preliminares tinham como objectivo a colheita de setenta moios¹⁴⁹ de trigo por ano, a fim de conseguir sustentar a quantidade suficiente de gado que lhe permitisse fertilizar as terras altas e consequentemente nelas abrir lavoura. Porém, a drenagem natural dos solos, insuficiente para dar vazão às águas das chuvas, obrigaram o empresário a refazer os cálculos e a implementar medidas de fundo destinadas a resolver os problemas de excesso de água que ali se acumulavam no inverno. Lamentavelmente, no dia 17 de Abril de

¹⁴⁷ Ver (Ratton, 2007)

¹⁴⁸ Ver (Ratton, 2007, p. 56)

¹⁴⁹ Equivalente a 560 litros

1770, uma grande cheia destruiu por completo o sofisticado mecanismo, assim como a estrutura dos valados e de outras infraestruturas.¹⁵⁰

Após estudar e identificar minuciosamente as razões da trágica ocorrência, Jácome Ratton, considerou alterar o curso do rio das Enguias, anulando-lhe a sinuosidade por intermédio de um novo curso, mais directo e menos exposto ao refluxo ribeirinho. Porém, a obra nunca chegou a ser realizada, por oposição da Casa de Pancas, titular das terras por onde se projectou a passagem do novo canal.¹⁵¹

Ao mesmo tempo que eu cultivava mais, ou menos as baixas, que ficão entre a valla chamada Ponte-nova, e o lado do Pereiro, para ter as palhas, e fenos precisos para o sustento dos muitos bois indispensáveis para o costeamento de toda a fazenda, cuidei em aproveitar, quando me foi possível, os terrenos de charneca, os quaes correspondem, pouco mais, ou menos, a tres quartas partes da total superfície de toda a fazenda, entãõ ocupadas de mato rasteiro, fazendo-as semear de penisco, que mandei vir durante vinte anos do Pinhal de El Rei. (Ratton, 2007, p. 61)

Não tardou muito para que o espírito curioso e empreendedor de Jácome Ratton descobrisse entre as actividades agrícolas, oportunidades para servir o interesse das suas indústrias. Assim, além do aproveitamento directo da floresta para a produção de vigamentos, madeiramentos e soalhos, mandou construir fornos de cal, de tijolo e de telhas, que serviam simultaneamente para queimar a rama das podas e produzir materiais de construção. Um tempo depois, mandou plantar uma vinha, um olival, pomares e uma larga horta, assistidos respectivamente por uma adega, um lagar e vasilhas para armazenar os produtos transformados.¹⁵²

Paralelamente ao crescimento das espécies cultivares, o assento da lavoura foi equipado com oficinas, armazens, acomodações para os convidados, uma estalagem e depósitos para o comércio entre Lisboa e o Alentejo.

Enquanto isso, em Lisboa, era anunciada a abertura de uma ligação fluvial entre o Tejo e o Sado, projecto que Jácome Ratton celebrou com grande entusiasmo, mas que nunca chegou a ser principiado.¹⁵³

Grande foi por certo a minha satisfação quando vi anunciado com emphase em periodicos, o projecto da uniaõ do Tejo ao Sado, por meio de um canal: projecto que chegando a realizar-se seria de grandissima utilidade publica, tanto para a Provincia do Alemtejo, e Capital como para os terrenos, que ficassem nas margens do imaginado canal.

(...) Com tudo, a emprehender-se esta grande obra, se deveria aproveitar, pelo lado do Tejo, o proprio rio das enguias, desde a sua embocadura; e prosseguir na forma assima já indicada athé á ponte nova, como parte já existente, e que fará mui pouca despeza em se alargar onde necessario seja; aproveitando se igualmente a valla da Ponte-nova que já achei entulhada, e que mandei abrir por estar no meu territorio, a qual o Conde de Villa nova continuou até á estrada

¹⁵⁰ Ver (Ratton, 2007)

¹⁵¹ Idem

¹⁵² Ver (Ratton, 2007)

¹⁵³ Idem

Real da Rilvas; e nisto se pouparia grande despeza, e se preencheria o grande objecto das minhas infructiferas diligencias, durante tantos annos successivos. (Ratton, 2007, p. 65)



Figura 56 - Rio das Enguias (Fotografia do Autor, 2018)

Além das actividades já enunciadas, por intermédio da Real Fábrica da Seda, o empresário adquiriu também amoreiras brancas com o intuito de alargar a sua produção de bicho-da-seda, no entanto, o facto de as plantas terem estado expostas a condições de humidade e temperatura inadequadas, ditou a falência da experiência e revelou a dificuldade de transplantar árvores importadas, pelo que decidiu, ao invés de importar sementes, fazer ele mesmo o seu viveiro, naturalmente com o intuito de comercializar as plantas e simultaneamente favorecer a oferta de seda no mercado nacional, matéria-prima fundamental para o funcionamento de algumas das suas indústrias, que muito beneficiariam com a diminuição dos preços no mercado.¹⁵⁴

A vulnerabilidade a que estão sempre sujeitas as demandas pessoais, condicionou o futuro da empresa agrícola fundada por Jácome Ratton, que acabou por se perder nas vicissitudes da sucessão, todavia o seu empreendedorismo deu início a um processo de reconversão paisagístico que iria influenciar a vida e a imagem do concelho de Alcochete, qualificando um território antes conhecido pela abundância de pântanos e que por essa causa os seus habitantes *"não podiaõ ter gados, nem sementeiras; e que podendo ser elles ricos, e abundar de tudo, que ásvevas tudo lhes faltava, e eraõ obrigados a viver do trabalho miseravel de apanhar mato, alegando alem disto, que a falta de cultivaçaõ no seu territorio era prejudicial ao Estado em varios milhares de moios de Trigo, e de Milho."*¹⁵⁵ As suas inovações foram de tal modo surpreendentes que motivaram a curiosidade de figuras ilustres da Corte, tais como o Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro e o Dr. Miguel Franzini, professor jubilado da Universidade de Coimbra, que se deslocaram à Barroca d'Alva para as apreciarem pessoalmente (*Figuras 57-60*).¹⁵⁶



Figura 57 - Barroca D'Alva (© Lupi, M., 2018)

¹⁵⁴ Ver (Ratton, 2007)

¹⁵⁵ Ver (Ratton, 2007, p. 322)

¹⁵⁶ Ver (Ratton, 2007)



Figura 58 - Barroca D'Alva. Cena do filme *A Herdade* (Guedes, T., 2019)



Figura 59 - Barroca D'Alva. Cena do filme *A Herdade* (Guedes, T., 2019)



Figura 60 - Ermida de Santo António da Ussa, Barroca D'Alva.
Cena do filme *A Herdade* (Guedes, T., 2019)

3.2.3. As Ermidas de Nossa Senhora de Alcamé e de São José



Figura 61 - Santuário de Nossa Senhora de Alcamé (Fotografia do Autor, 2017)

O ser humano é, como todos os entes finitos, marcado pelo espaço e pelo tempo. Sê-lo-á, possivelmente, de modo diferente de todos os outros entes finitos - como os animais, ou as coisas - mas não deixa de o ser. É, por isso, habitante de um tempo limitado pelo início e pelo fim, e de um espaço igualmente limitado pelos incontornáveis contornos de tudo que é. Por mais que empreenda, no sentido de superar - ou iludir - esses limites, a experiência extrema e paradoxal da morte, pelo menos, não lhe permite esquecer essa condição que, mais tarde ou mais cedo, se manifesta de forma brusca. (Duque, 2004, p. 85)

Em 1751, nasce José Manuel de Carvalho Negreiros. Filho do engenheiro militar Eugénio dos Santos (1711 - 1760) e neto de Manuel da Costa Negreiros (1702 - 1750), destacado projectista do período anterior ao terramoto de 1755. Quer isto dizer, que Lisboa, manifesto iluminista, "*que torna a vida humana, um pouco mais digna de ser vivida, por um povo mais numeroso de escapados à morte*"¹⁵⁷, foi, portanto, o cenário de amadurecimento do jovem arquitecto.

¹⁵⁷ Ver (Chaunu, 1985, p. 54)

Em virtude disso, as primeiras influências a marcar-lhe a vida terão naturalmente surgido da rua e do contexto familiar, porém ter-se-ão expandido muito para lá desse horizonte, possivelmente por intermédio de viagens que terá realizado, ainda no decurso da sua formação, a Itália e França.¹⁵⁸

Não obstante a escassez de referências biográficas, a partir da obra *Jornada pelo Tejo*, na qual o autor apresenta a sua posição sobre diversos assuntos, foi-nos possível recriar o ambiente cultural em que terá vivido. Nela, são evidentes referências explícitas e implícitas, a Vitruvius, a quem se refere como seu "Mestre", Pierre Patte, Soufflot, Claude Perrault, Bernini, Palladio, Filippo Juvarra, Scamozzi, Vignola, Blondel, Adam Smith e Babeuf.¹⁵⁹

Ao longo dos comentários que profere multiplicam-se as alusões a obras nacionais e internacionais, demonstrando estar a par da actualidade técnica e erudita do final do século XVIII. São citados por exemplo António Henriques da Silveira¹⁶⁰, Joaquim Soares de Barros¹⁶¹, Domingos Vandelli, o canal do Midi, o canal de Murça, a hidráulica Holandesa e a engenharia egípcia.

Negreiros começou a sua educação viajando por França e Itália, entre cerca de 1768 e 1776, provavelmente a expensas do pai. Depois de regressar, tornou-se arquitecto da câmara de Lisboa e, em 1788, segundo arquitecto dos Paços Reais. Promovido a sargento-mor em 1805, recebeu o título de primeiro arquitecto do palácio (*Primeiro Arquitecto das Obras dos Paços e do Convento da Batalha*). (Gomes, 2004, p. 133)

¹⁵⁸ Ver (Gomes, 2004)

¹⁵⁹ Idem

¹⁶⁰ "*Discurso sobre Agricultura e população da província do Alentejo*"

¹⁶¹ "*Memórias de Joaquim Soares de Barros a respeito da causa das diferentes populações de Portugal em diversos tempos da Monarquia*"

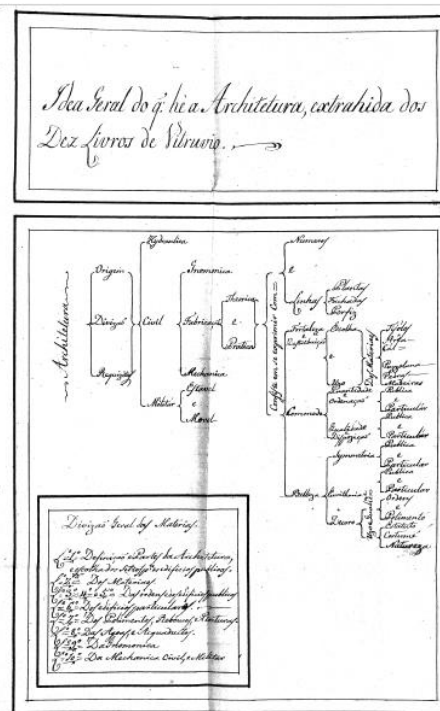
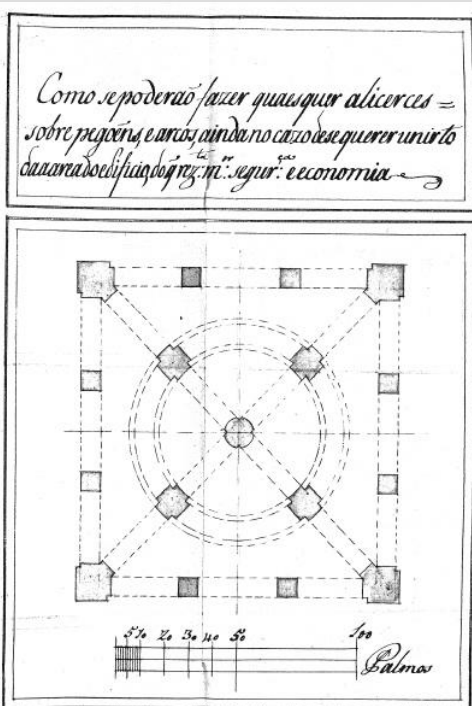
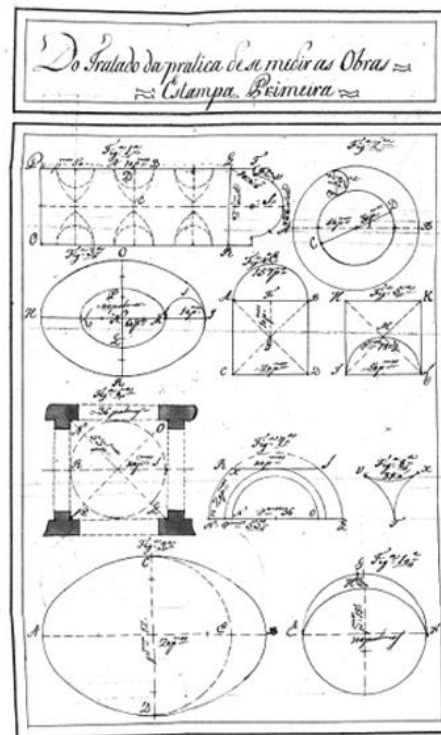
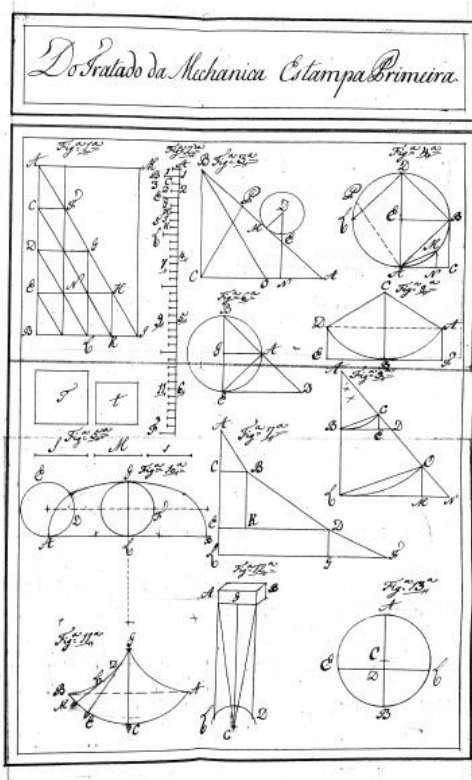


Figura 62 - Páginas da obra *Jornada pelo Tejo*

Em *Jornada pelo Tejo*, Negreiros divide em doze capítulos o seu objecto de estudo, tratando cada um deles de forma minuciosa e detalhada, num registo que procura aproximar a teoria da prática, revelando desse modo um profundo domínio que tinha de ambas (Figura 62). Os primeiros capítulos, dedicados à actividade

fundiária, versam a técnica da lavoura, a preparação do solo, a economia agrícola e as questões sociais a ela associadas. Entre outras, são apontadas soluções para a irrigação dos campos, limpeza de valas, drenagem de chaboucos¹⁶² e abastecimento de água potável para as populações.

A experiência tem mostrado o encontrarem-se três principais motivos que concorrem em grande parte para a decadência da agricultura e são a ignorância dos camponeses, a sua pobreza e a falta de povoação, além de outras circunstâncias que depois serão ponderadas sem que tenha havido até ao presente em Portugal uma positiva resolução para se proporem as soberanias tal com muita clareza e muita erudição. (Negreiros, 1793, p. 2)

Analizando o conteúdo das suas propostas, foi possível estabelecer um paralelismo com as preocupações urbanas da época, dominadas pela higiene, saneamento, subnutrição e habitação condigna.¹⁶³ Tal como o projecto de seu pai para Lisboa uns anos antes, as propostas de Negreiros para a Lezíria de Vila Franca apresentavam um carácter inovador, na medida em que determinavam uma disciplina urbanística que o campo ainda não havia experienciado. Por fim, acaba dissertando sobre a exploração dos incultos à volta de Lisboa e de outras localidades sugerindo estratégias para os tornar mais produtivos.¹⁶⁴

Para se poder fazer uma ajustada ideia dos meios como se pode facilitar a agricultura, recorrendo à indústria e à arte, consideremos como os holandeses fazem fertilizar as desagradáveis situações pantanosas das suas terras, não só conseguindo a abundância dos seus povos de todos aqueles produtos que podem colher nos seus ingratos países, alcançando tudo à força de uma excessiva indústria, por meio da qual chegam a fazer um negócio exportativo de ponderável consideração das suas super abundantes produções, e igualmente quase todo o Norte se tem aproveitado dos nossos descuidos, introduzindo-nos muitos mantimentos e géneros, que Portugal não necessitaria, havendo uma correspondente indústria em um clima tão singular. (Negreiros, 1793, p. 3)

Embora se saiba pouco sobre a sua obra construída, o prestígio dos seus clientes comprova a boa reputação de que desfrutava em Portugal. Além da autoria da remodelação das ermidas da Lezíria Grande¹⁶⁵, atribuída por Paulo Varela Gomes, com base num conjunto de desenhos pertencentes ao espólio do

¹⁶² Apresenta argumentos quer de aproveitamento do solo, quer de natureza higiénica - a malária era um problema tão grande ou maior do que a falta de água para regar.

¹⁶³ Ver (Argan, 1995)

¹⁶⁴ Ver (Assunção, 2015)

¹⁶⁵ As Ermidas da Lezíria Grande - São José e Nossa Senhora de Alcamé - foram mandadas erguer em 1747 por D. Tomás de Almeida, 1º Patriarca de Lisboa. Posteriormente seriam alvo de uma intervenção conduzida por José Manuel de Carvalho Negreiros, que lhes imprimiu a configuração actual.

arquitecto, foram-lhe ainda atribuídos por Ayres de Carvalho, a autoria dos projectos do "*Palácio Angeja no Lumiar, uma casa de campo construída em 1780, combinando a simplicidade pombalina com uma elegante decoração rococó*"¹⁶⁶, a reabilitação da Sala dos Cisnes do Palácio da Vila de Sintra, o Palácio dos Condes da Ericeira e o Palácio do Grilo para o Duque de Lafões¹⁶⁷ (*Figuras 63-65*).



Figura 63 - Palácio Angeja, Lumiar, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)

¹⁶⁶ Ver (Gomes, 2004, p. 141)

¹⁶⁷ Ver (Assunção, 2015)



Figura 64 - Palácio Angeja, Lumiar, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 65 - Palácio Angeja, Lumiar, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 66 - Exterior do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 67 - Exterior do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fonte: palaciogrilo.com)

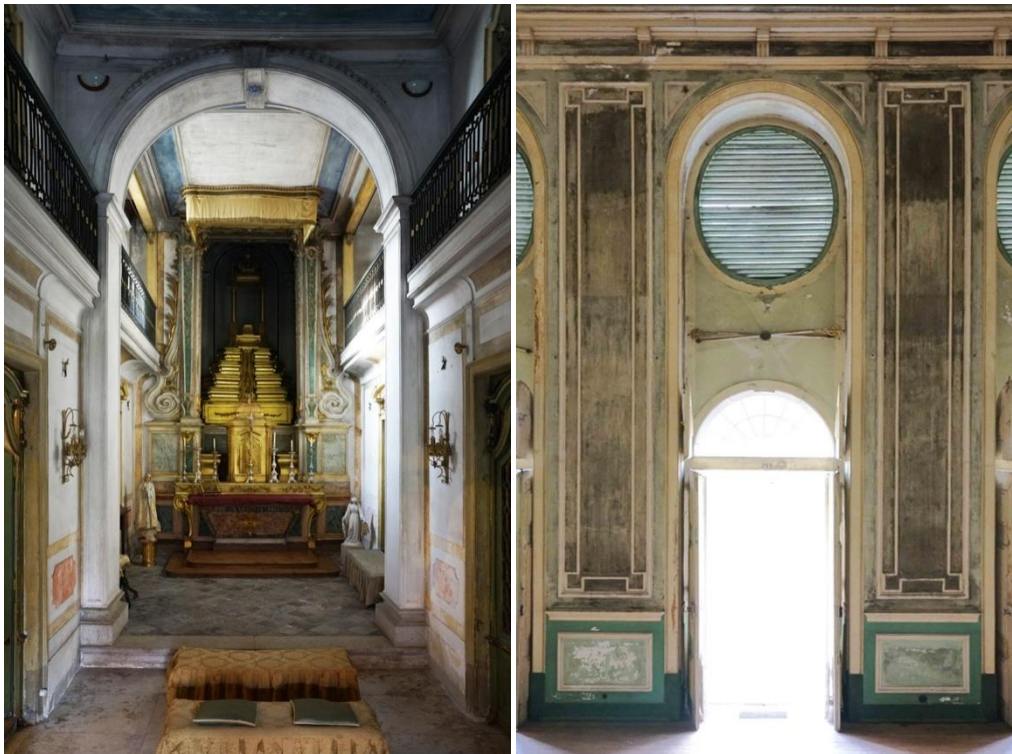


Figura 68 - Interior do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fonte: palaciogrilo.com)

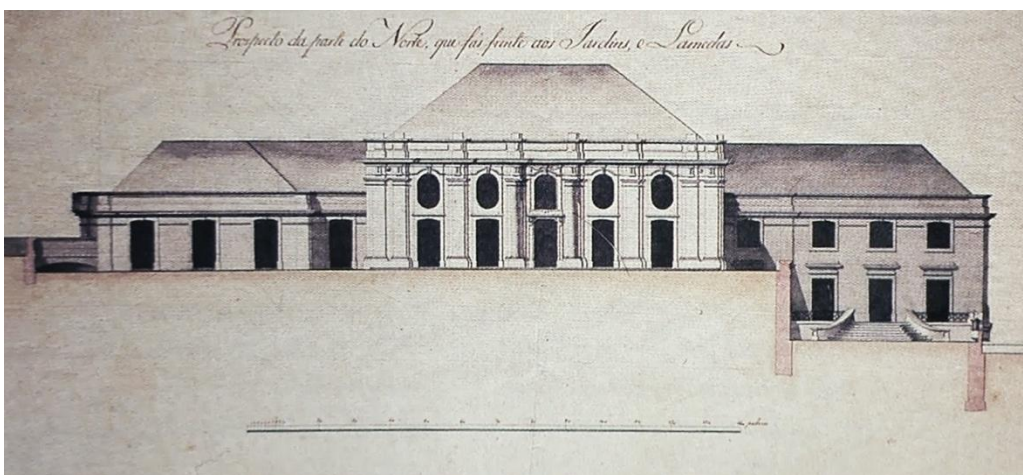
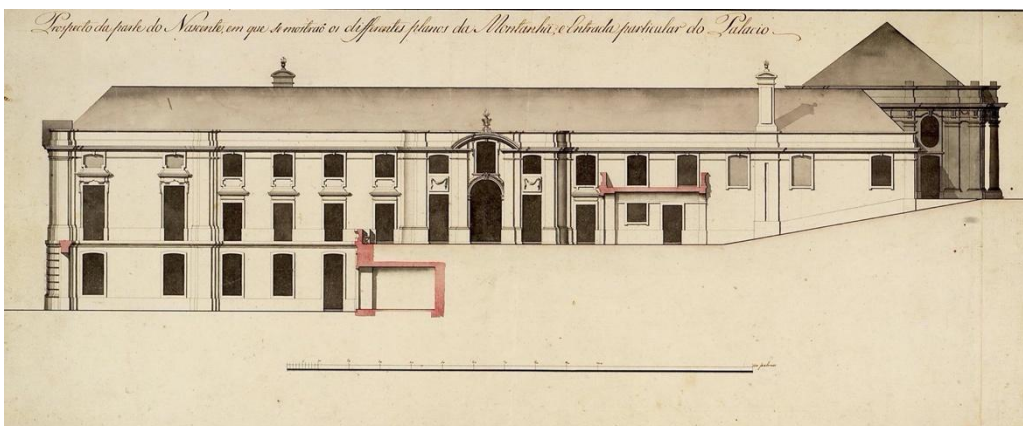
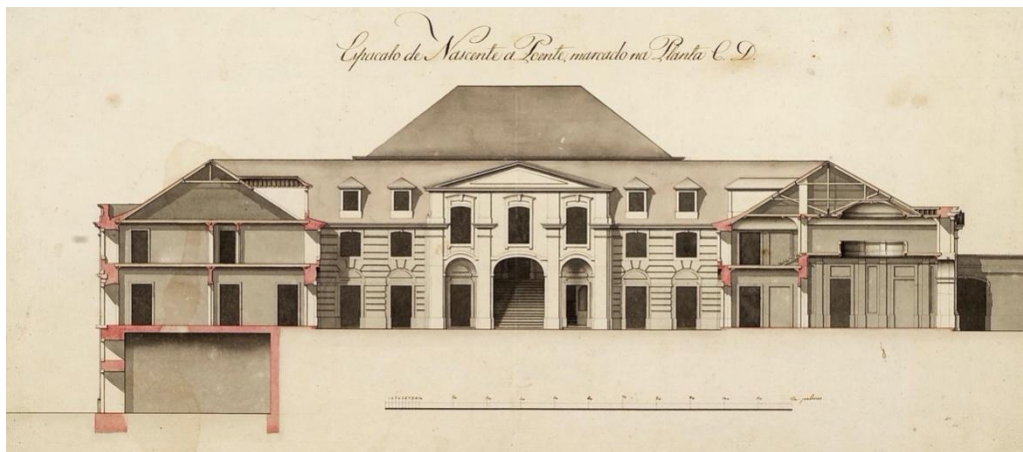


Figura 69 - Alçados do Palácio do Grilo, Beato, Lisboa (Fonte: palaciogrilo.com)



Figura 70 - Alçado frontal das Ermidas de São José e Nossa Senhora de Alcamé (José Manuel de Carvalho Negreiros, Fonte: Arquivo do MNA)



Figura 71 - Capela-mor com campanário
(José Manuel de Carvalho Negreiros, Fonte: Arquivo do MNA)



Figura 72 - Exterior de Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira
(Fotografias do Autor, 2017)



Figura 73 - Interior de Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira
(Fotografias do Autor, 2020)



Figura 74 - Interior de Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira
(Fotografias do Autor, 2020)

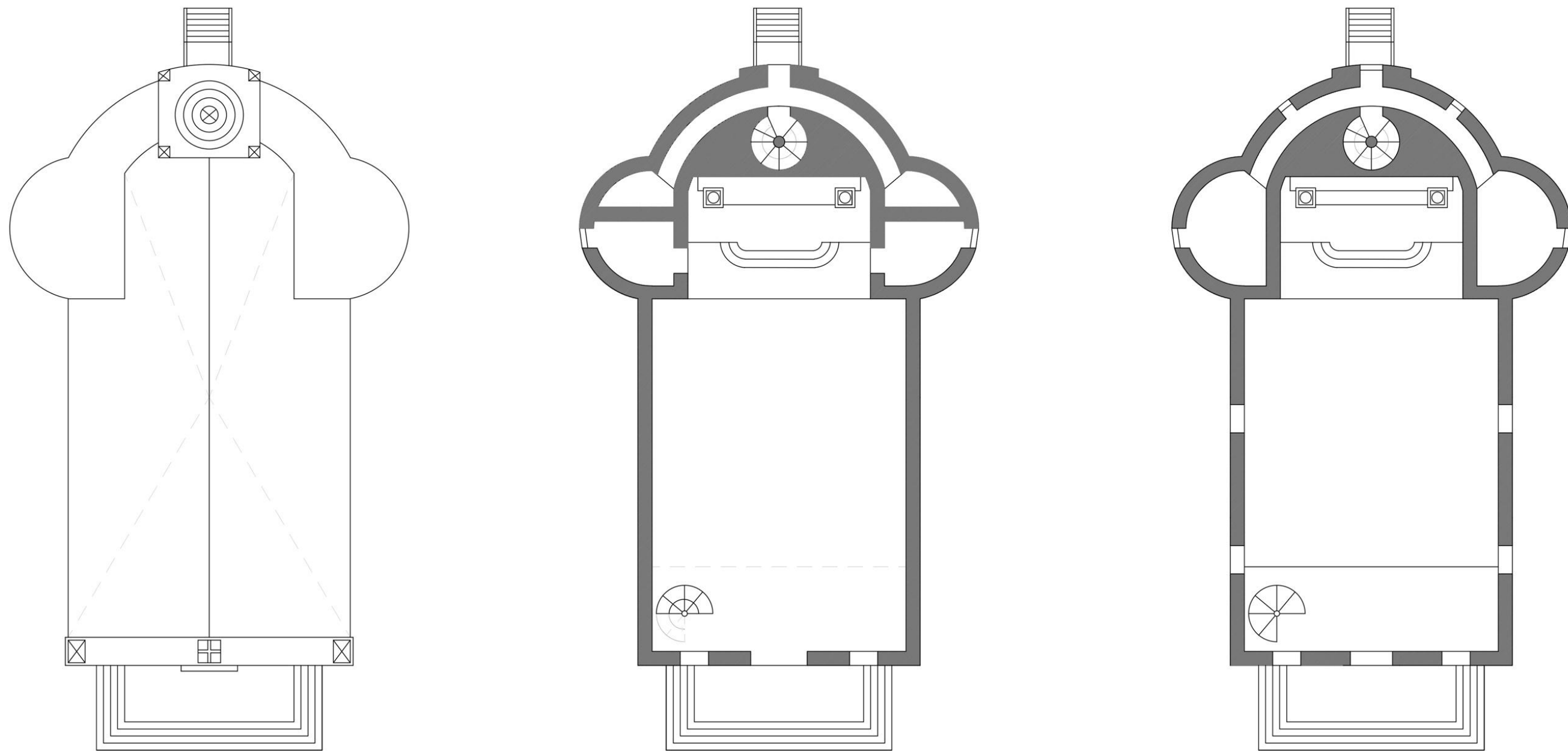


Figura 75 - Ermida de Nossa Senhora de Alcamé, Vila Franca de Xira. Plantas de Cobertura, 1º Piso e 2º Piso, s/e (Desenho do Autor, 2020)



Figura 76 - Exterior de Ermida de São José, Vila Franca Xira (Fotografias do Autor, 2018)



Figura 77 – Interior de Ermida de São José, Vila Franca Xira (Fotografias do Autor, 2018)

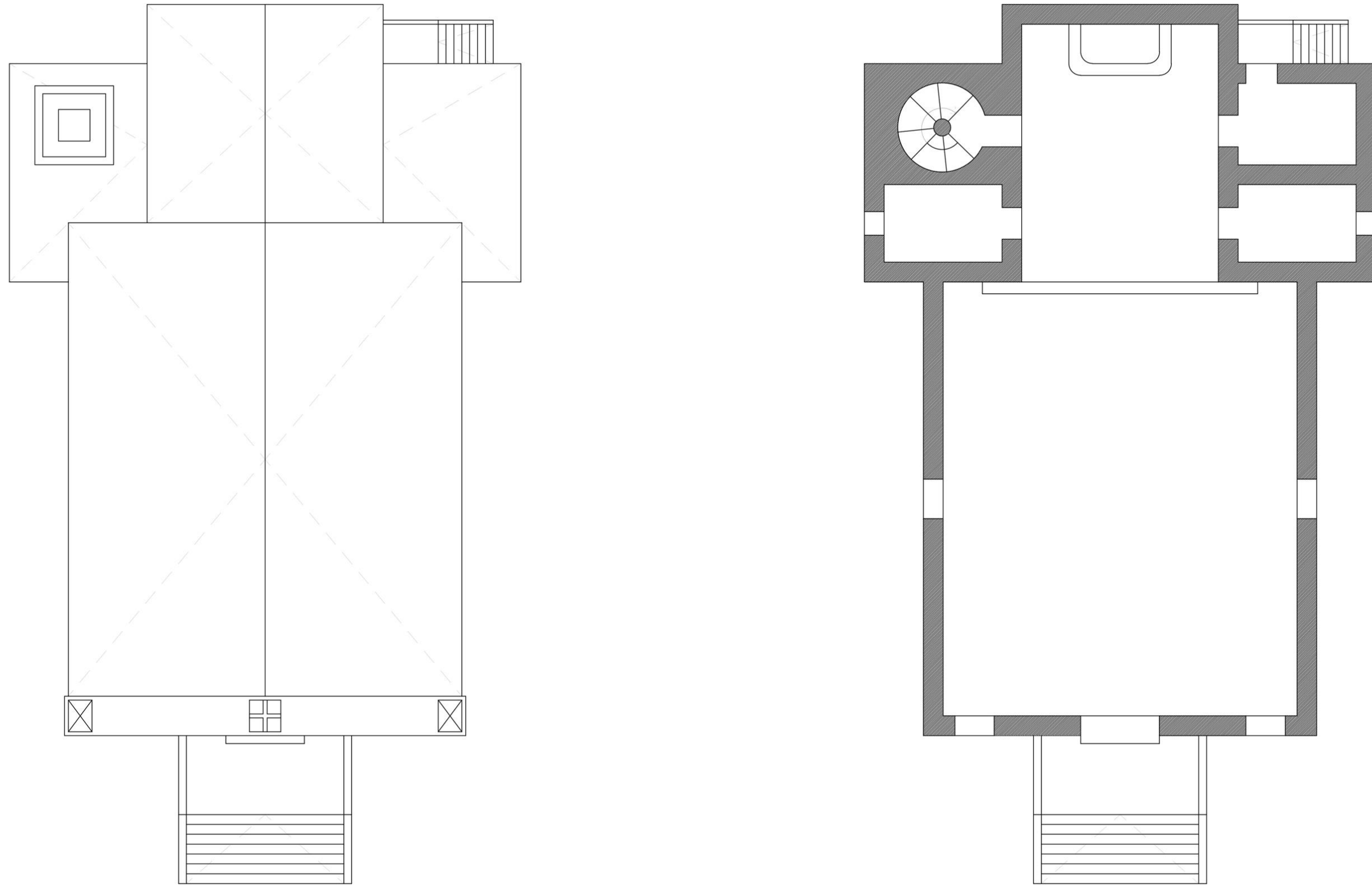


Figura 78 - Ermita de São José. Plantas de cobertura e 1º piso, s/e (Desenho do Autor, 2020)

Presume-se que os templos tenham sido construídos com o propósito de fundar duas povoações e assim promover a colonização da campina. A tendência para o Homem viver no sagrado coincide com a vontade de habitar a realidade objectiva, ou seja de não se intimidar pela realidade inesgotável das experiências subjectivas. É a conversão do caos em cosmos, através da estruturação do indeterminado, que define a consagração dos lugares. A passagem do espaço meramente existencial ao espaço sagrado acontece por intermédio da geometria e do número, replicando um acontecimento primordial que fecunda a ideia do mito.¹⁶⁸ No tempo em que a ciência pouco ou nada tinha para dizer sobre os milagres e as tragédias da vida humana, o sagrado explicava os enigmas do universo e confortava as aflições das comunidades que se exprimiam por intermédio de procissões repletas de crentes no sobrenatural (*Figuras 79-80*).



Figura 79 - Nossa Senhora de Alcamé, Lezíria Grande (Fonte: Arquivo da ABLGVFX, s/d)

Do ponto de vista construtivo, a elevação do embasamento e a robustez das ermidas realça o pragmatismo conceptual e aproxima os edifícios do modelo iluminista e do legado dos engenheiros militares de que Negreiros era herdeiro. Na verdade, mais do que abrigos espirituais as ermidas revelam-se refúgios contra a subida súbita das águas do Tejo, contra as chuvas e contra os ventos fortes. Além disso, os elementos construtivos exibem ainda um profundo domínio da geologia e da arte de construir, uma vez que dão conta da instabilidade dos solos, circunstância que justifica também a espessura dos alicerces.

A principal circunstância da segurança de qualquer edifício, de toda a qualidade, ou natureza, que for, são os alicerces, sobre que se devem segurar, ou estribar. Os muros seguros e desenganados, são em rochas, mas como esta nem sempre se acha, deve-se adoptar o

¹⁶⁸ Ver (Brazinha, 1989)

Arquitecto às circunstâncias dos terrenos que se oferecem, adoptando toda a Ciência e Arte para edificar seguramente e sem receio algum de ruína. (Negreiros, 1793, p. 31)

Concebidas num modelo barroco, influenciado mais pela arquitectura espanhola do que italiana, as ermidas, com aspecto de paralelepípedos elevados *"e de uma só nave, vivem subretudo dos painéis de pedra esculpida "pendurados" com molduras nas janelas e sobre as portas. Este gosto pela decoração exterior appliqué ou accroché, concebido para disfarçar e mascarar a austeridade da arquitectura, assemelha-se ao gosto pela talha, executada para enriquecer o interior das igrejas."*¹⁶⁹

A lógica dos edifícios é comum, tanto na pequena como na grande escala o que lhes atribuiu coerência e integridade. A pedra utilizada é da melhor qualidade, havendo sido provavelmente importada de um lugar distante, dado que a sua presença é escassa na região. A sua escala eleva-se muito acima do visitante, procurando assim impor uma ordem superior associada à divindade a que foram dedicados.

A geometria dos monumentos baseia-se num módulo que é exclusivo dos próprios, enfatizando a sua unicidade perante a paisagem envolvente. Na qualidade de casas divinas, as ermidas não contemplam nenhuma necessidade específica para os seus utentes, elas são completas em si mesmas.¹⁷⁰ A sua natureza inesperada, fruto do encontro da retórica citadina com a adversidade rural, impõe-se e projecta sobre a paisagem os valores e a estética da vida urbana, sinalizando com veemência a transfiguração do território.

¹⁶⁹ Ver (Kubler, 2005, p. 188)

¹⁷⁰ Ver (Pires, 2013)

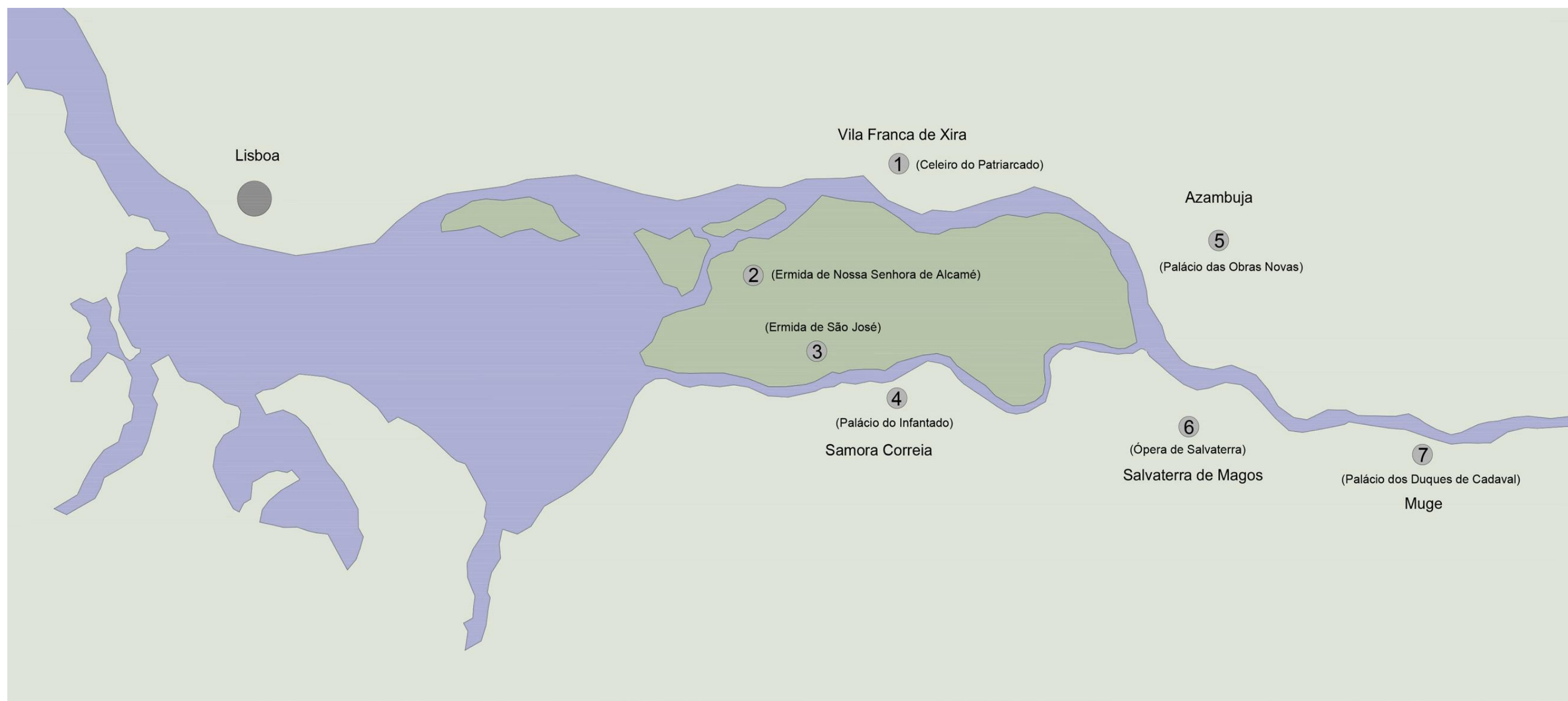


Figura 80 - Planta de localização de edifícios notáveis construídos nas margens do Tejo ao longo do século XVIII. s/e (Desenho e fotografias do Autor, 2020)

3.3. O Liberalismo

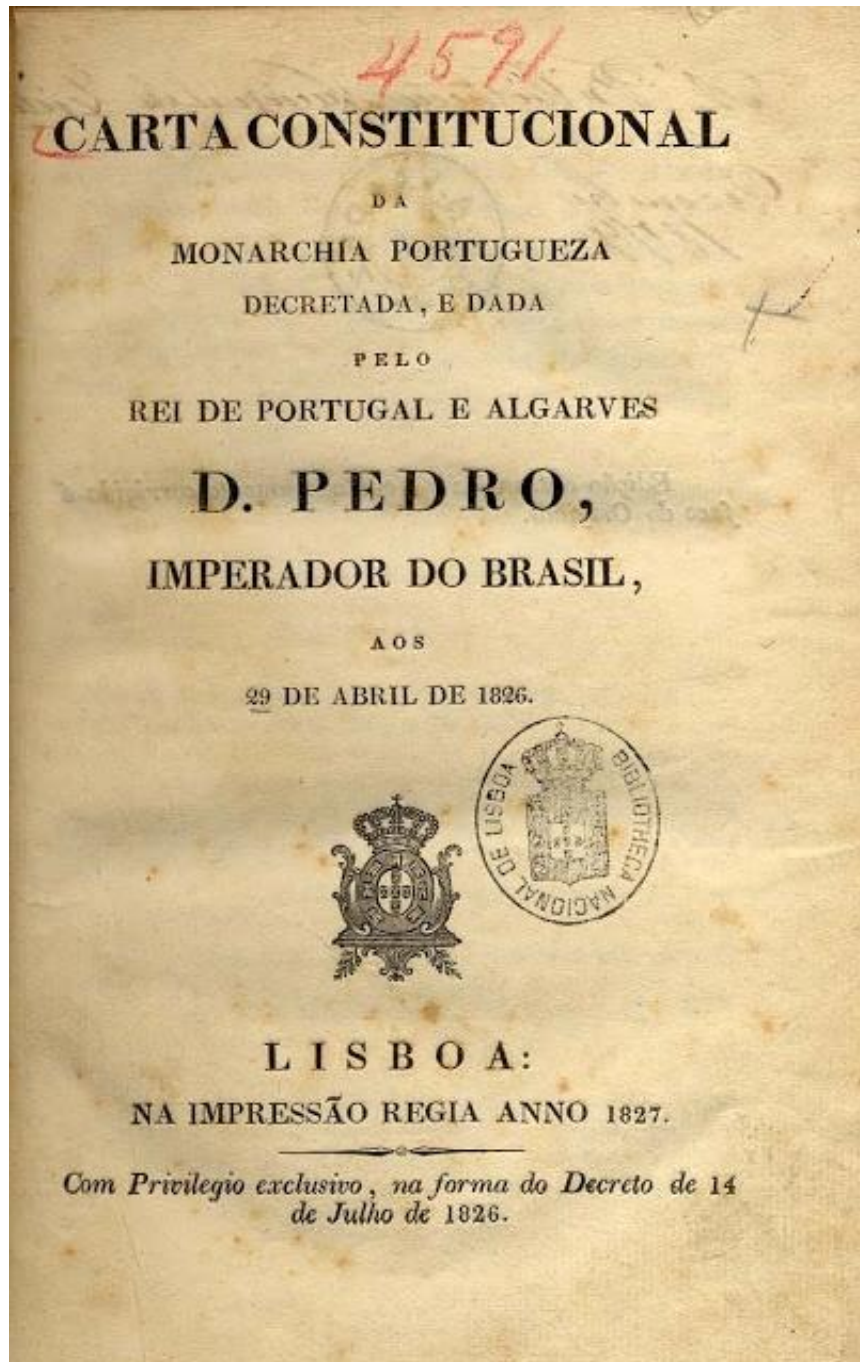


Figura 81 - Carta Constitucional Portuguesa, 1826

Desde 1877 que, no cemitério de Azoia de Baixo, em «campa da Misericórdia», Herculano repousava. Tinham que decorrer onze longos anos para chegar a consagração nacional nos Jerónimos.

Entretanto, os rurais da Azoia, como preito de saudade e de gratidão, cobriam com ramos de oliveira a sepultura de seu irmão-camponês. Este gesto demonstra a integração rural de quem viera da Cidade, à procura do Campo, sem título algum, nem Comenda ou, sequer, Bacharelato de Coimbra, que justificasse o tratamento de «Senhor Doutor». De capote, ou «gabão de picotilho», podava a vinha e, nas fainas do lagar, assistia ao decantar do azeite seguindo amorosamente preceitos de Ferreira Lapa, seu Amigo e «professor». Discutia o tempo, as pragas, o comércio, os impostos, as maleitas de familiares e amigos, as preocupações aldeãs. Nas pausas do trabalho de escritor, que teria sido o principal motivo do seu refúgio, contemplava os horizontes, até ao infinito, na mágoa de quem julgou, a mensagem liberal, para sempre atraíçoada.

Talvez, os camponeses da Azoia tivessem entendido, melhor do que ninguém, aquela presença em seu mundo, que fez de Vale de Lobos símbolo de retorno a raízes abandonadas, mas não traídas." (Caldas, 1998, p. 359)

3.3.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico

O século XIX acentuou a tendência cosmopolita de Lisboa, marcada por iniciativas como a instalação de candeeiros, com o objectivo de promover a mobilidade e a segurança na via pública. Naturalmente, o combustível usado para o efeito foi o azeite¹⁷¹, circunstância que reforçou os laços entre a cidade e o campo.¹⁷²

Lisboa acompanhava então o entusiasmo da burguesia, plenamente seduzida pela emergência da actividade industrial, cujo dinamismo fez crescer exponencialmente a população. Esta conjuntura alterou-se com as invasões francesas, que fixaram uma tendência recessiva da qual Portugal só começaria a recuperar após o fim da guerra civil em 1834. No entanto, seria um regresso à normalidade lento, porque o quadro macroeconómico do país, era francamente grave.

Após as invasões francesas o estado da agricultura portuguesa era tão deplorável, os estragos provocados pela guerra haviam sido tantos, o abandono das terras era tão evidente, que em 1815 o Príncipe Regente D. João mandou lavrar alvará com força de lei, no Rio de Janeiro, que determinava:

- I) A isenção de “Direitos, Imposições e Dízimos” por 10 anos, aos vassallos que rompessem charnecas e baldios incultos de todas as províncias do reino, à excepção da do Minho por estar bem cultivada;
- II) Por 20 anos, aos que abrissem pauis junto ao Tejo, e em toda a Estremadura;
- III) Por 30 anos, aos que arroteassem terras de maré como sapais, areais, em todos os rios e costas.

Estas disposições eram, portanto, particularmente benéficas para aqueles que se ocupassem da lavoura no Baixo Tejo e Sado. (Legislação sobre as Lezírias apud, Madaleno, 2006, p. 8)

O fim da guerra que opôs liberais a absolutistas encerrou um período de profunda turbulência, mas não resolveu as lutas no seio do movimento Liberal¹⁷³ que se alongaram, adiando os sonhos de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. No entanto já ninguém defendia o regresso ao autoritarismo do passado e o liberalismo mostrava-se disposto a ficar.

Genericamente, do ponto de vista do ordenamento do território, poderá dizer-se que o século XIX se dividiu em duas frentes. A primeira, de carácter vincadamente ideológico, caracterizou-se pela extinção do pagamento de dízimos, dos direitos banais, das corveias¹⁷⁴ e das Ordens Religiosas¹⁷⁵, pela abolição dos

¹⁷¹ Jácome Ratton no seu livro de memórias, sugeria a substituição por óleo de baleia, cuja queima considerava ser mais limpa.

¹⁷² Em 1840 a rede de iluminação pública contava já com 2328 candeeiros que consumiam entre 12000 a 13000 almudes de azeite por ano. (Maduro, 2007, p. 526)

¹⁷³ A divisão opunha partidários dos modelos Inglês, jacobino e napoleónico. (Amaral, 2018, p. 287)

¹⁷⁴ No enquadramento feudal, é um tipo de pagamento por intermédio de serviços nas terras do senhor ou do Estado.

¹⁷⁵ Decreto de 28 de Maio de 1834.

Morgadios e pela nacionalização dos Bens da Coroa.¹⁷⁶ No fundo, por medidas destinadas a acabar com a estrutura agrária do regime anterior e a abrir as portas à colonização do Sul, entregando as terras a quem as produziu.¹⁷⁷

Fundado portanto nestes princípios, e na informação do longo desejo dos Povos, já manifestado em mil oitocentos e vinte, e mesmo antes desse ano, fundado sobretudo no quadro de horror, que oferece um Cidadão laborioso, quando cheio de fadigas de um ano inteiro vê levantar sua colheita a mil agentes de avidez do Clero, e dos Donatários, e fica reduzido ao miserável resto, que deixa à mendicidade laboriosa, para fazer à porta dos Claustros, e das cocheiras alardo daquelas esmolas, com que se alimentam nas Cidades os filhos mendicantes daqueles mesmos trabalhadores, que sem Forais, e Dízimos fariam deles Cidadãos industriosos, e de bons costumes: fundado finalmente no quadro, em que se mostra como no Porto há gente edificando, e outrem recebendo vinte e cinco por cento da venda da edificação; proponho a V. M. I. um Decreto de uma transcendência superior, enquanto às terras dos Forais, ao de trinta de Julho deste ano, que extinguiu os Dízimos. (Mouzinho da Silveira apud Caldas, 1998, p. 281)

A segunda, de carácter mais tecnocrático, empenhou-se sobretudo na regulamentação das actividades fundiárias e na criação de instrumentos que favorecessem o progresso do sector. Entre elas destacavam-se o apoio ao crédito agrário, a instalação de um curso de agronomia e outro de veterinária nas Universidades do Porto e Coimbra, a constituição de Celeiros Comuns e a regulamentação dos ofícios de ferrador, castrador e negociante de cereais.¹⁷⁸

Decreto de 13.1.1837. Aprova o Regulamento pelo qual a antiga Academia Real da Marinha e Comércio, do Porto, passa a designar-se Academia Politécnica do Porto, em cujo ensino fica compreendida a cadeira ou curso seguinte: 10º. Botânica; Agricultura; Economia Rural; Veterinária. (Rodrigues, 1983, p. 31)

Todavia, muitas destas reformas não sobreviveriam aos grandes interesses económicos, defendidos pela burguesia e pela nobreza, que tirando partido da convulsão política engendraram formas de contrariar a fragmentação das propriedades nacionalizadas, organizando-as em consórcios agrícolas ainda maiores. Estes

¹⁷⁶ Decreto de 13 de Agosto de 1832.

¹⁷⁷ Estas reformas foram protagonizadas por Mouzinho da Silveira e "*destinavam-se a melhorar a condição das classes laboriosas e produtoras, aquelas em que verdadeiramente reside a força vital da sociedade. (...) Tendo por fim principal desmorronar os alicerces do antigo sistema, e tornar impossível a sua restauração. Era uma ideia grandiosa, implacável como o destino, que presidia à redacção de todas elas; mas, em quase todas, ao pensamento da lei e às suas provisões ligava-se a ideia de um alívio ou de um incitamento à quase única indústria do País – a agricultura.*" (Alexandre Herculano apud Caldas, 1998, p. 284)

¹⁷⁸ Ver (Rodrigues, 1983)

esquemas arditos acabaram ditando em muitos casos a expulsão dos colonos, que nelas viviam há longos anos e na maior prosperidade.¹⁷⁹

No plano tecnológico e científico, vivia-se o nascimento da agronomia moderna, que após séculos de empirismo, se submeteu ao filtro da crítica, impulsionando a construção de paisagens que ao longo do século XIX haveriam de reformular a identidade ribatejana: "*a agronomia portuguesa oitocentista tem a marca da novidade, não da tradição.*"¹⁸⁰ Porém, como assinala Maria Baptista, esta mudança não determinou por completo o fim das estruturas agrárias do Antigo Regime, ainda assim, o debate em torno do tema, muitas vezes sem consequências práticas, foi alimentando o desejo de mudança e a esperança de uma transformação mais radical.¹⁸¹

O movimento das ideias em torno das técnicas agrárias caracteriza-se por uma notável vivacidade. Folhetos, brochuras, revistas, jornais, guias, compêndios, tratados multiplicam-se numa produção de literatura agronómica que se torna progressivamente massiva, que acelera ao longo do século.

Aparentemente, nem uma partícula temática foi excluída dos debates. Adubos, máquinas, motores, regas, drenagens, podas, enxertias, moléstias das plantas, e dos animais; cultura cerealífera e cultura da vinha, cultura agrícola e florestal, culturas tradicionais e culturas novas; fabricos do vinho, do azeite, do vinagre; pecuária e lacticínios, tudo foi passado em revista, mesmo se de forma desigual. O leque temático é aberto, embora a distribuição do interesse, na época, resulte desequilibrada. (Baptista, 1987, p. 7)

É interessante observar o quanto a luta ideológica influenciou o debate técnico, com figuras da ciência agrária exaltando o progresso tecnológico, ao passo que outras, do mundo rural, opondo-se a ele.¹⁸² Esta situação destaca o domínio das classes urbanas na configuração do território, que embora contestada, acaba por definir a imagem do campo. Deste ponto de vista, são paradigmáticas as palavras de Silva Beirão quando diz que "*o ceifador mecânico foi introduzido em Portugal por lavradores de luva de pelica.*"¹⁸³

Ainda do ponto de vista do progresso agrícola, foi criado no século XIX o Instituto Agrícola de Lisboa, que se apresentou ao país com o objectivo de aperfeiçoar e desenvolver a agricultura portuguesa, por intermédio do exemplo e assessoria aos agricultores. Tratou-se de uma medida com forte significado político, uma vez que rompeu com a longa tradição do ensino agrícola professado pela Universidade de Coimbra, que ficara amarrado à Reforma Pombalina.¹⁸⁴ Segundo José Maria Grande, primeiro director do I.S.A., "*a criação do Ensino Agrícola veio satisfazer uma necessidade social; veio marcar uma nova era à nossa indústria rural.*

¹⁷⁹ Ver (Casimiro, 1940)

¹⁸⁰ Ver (Baptista, 1987, p. 7)

¹⁸¹ Ver (Baptista, 1987)

¹⁸² Idem

¹⁸³ Ver (Beirão *apud* Baptista, 1987, p. 745)

¹⁸⁴ Ver (Caldas, 1998)

*Retardar por mais tempo a realização deste belo pensamento, continuar a deixar por mais tempo no abandono, e entregue a si mesma a arte, que nutre e abriga os Homens, seria um imperdoável desleixo.*¹⁸⁵

No Ribatejo, a nova conjuntura deu azo a melhorias significativas nas condições sanitárias dos terrenos mais expostos às cheias e à acumulação de águas, particularmente propícias ao desenvolvimento de doenças como a cólera ou a febre tifóidea. Entre as medidas tomadas, destacam-se a plantação de choupos e salgueiros em todas as propriedades confinantes com o Tejo e a construção do *dique dos Vinte* e outros paredões com o objectivo de segurar os nateiros nos solos mais fracos.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Ver (Grande *apud* Caldas, 1998, p. 322)

¹⁸⁶ Ver (Oliveira, 2006)

Porém, a paisagem rural não se construiu exclusivamente no campo. A literatura foi também uma ferramenta importante na definição do mundo agrícola do século XIX. Com a introdução da política parlamentar, os interesses do mundo rural passaram a ser defendidos por uma nova classe urbana, excessivamente corrupta e distante da realidade campestre. O desencanto com a representação dos constituintes conduziu ao afastamento de figuras destacadas do movimento Liberal, ficando assim aberto o caminho à defesa dos mais desvairados interesses. Em virtude disso, os dissidentes, entre eles célebres dramaturgos, voltaram-se para o passado em busca de redenção, numa tendência que iria alimentar um ideal de paisagem dominado pelas virtudes da vida campestre em detrimento dos vícios e promiscuidade da cidade.

À vista disso, Almeida Garrett viajou até Santarém, com o objectivo de glorificar os valores da província.¹⁸⁷ Pouco depois, Passos Manuel juntou-se a ele e por lá ficou até morrer. Alexandre Herculano retirou-se para a Azoia de Baixo, onde se tornou agricultor - a ele se deve a introdução da cultura da beterraba em Portugal e particularmente, o desenvolvimento da tecnologia do azeite.¹⁸⁸ E Luís Augusto Rebelo da Silva foi viver para o Vale de Santarém. Este fenómeno terá seguramente contagiado a produção literária dos anos porvir, contribuindo assim para construção de um imaginário que ajudou a talhar o quadro mental que haveria de popularizar as gentes e as paisagens ribatejanas.

Fazem ideia do que é o café do Cartaxo? Não fazem. Se não viajam, se não saem, se não vêem o mundo esta gente de Lisboa! E passam a sua vida entre o Chiado, a Rua do Ouro e o Teatro de São Carlos, como hão-de alargar a esfera de seus conhecimentos, desenvolver o espírito, chegar à altura do século?

Coroai-vos de alface, e ide jogar o bilhar, ou fazer sonetos à dama nova, ide, que não prestais para fazer mais nada, meus queridos Lisboetas; ou descuti os deslavados horrores de algum melodrama que fugiu assoviado da Porte Saint-Martin e veio esconder-se na Rua dos Condes. Também podeis ir aos toiros - estão embolados, não há perigo...

Viajar?... Qual viajar! Até à Cova da Piedade, quando muito, em dia que lá haja cavalinhos. Pois ficareis alfacinhas para sempre, cuidando que todas as praças deste mundo são como as do Terreiro do Paço, todas as ruas como a Rua Augusta, todos os cafés como o do Marrare.

Pois não são, não; e o do Cartaxo menos que nenhum. (Garrett, 1972, p. 34)

¹⁸⁷ Ver "Viagens pela minha terra"

¹⁸⁸ A esse respeito, Bulhão Pato refere: "Azeite de prato, como é notório, era coisa que não se conhecia em Portugal. Foi Herculano quem deu a iniciativa, fabricando o precioso azeite de Vale de Lobos. (...) Sem azeite fino não há maionese, e creio que ninguém duvidará que uma boa maionese vale um bom livro."



Figura 83 - Estátua de Passos Manuel junto à sede do Governo Civil, Santarém (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 84 - Casa de Passos Manuel, Santarém (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 85 - Quinta de Vale de Lobos, onde morreu Alexandre Herculano em 1877, Azoia de Baixo (Fotografia do Autor, 2020)



Figura 86 - Ruína do Palácio da Quinta do Comendador, Casa de Luís Augusto Rebelo da Silva, Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2020)

No plano político, em 1887, Joaquim Pedro de Oliveira Martins fez um último esforço para reabilitar politicamente o projecto Liberal, com o *Projecto de Lei do Fomento Rural*, que defendia entre outras medidas, a regulamentação do crédito agrícola, o associativismo, a florestação e o combate à emigração. Todavia o diploma nunca chegou a ser discutido na Câmara dos Deputados, arruinando definitivamente o ideal de "*implantar homens e implantar árvores, dando à terra quem a fecunde.*"¹⁸⁹

Enquanto isso, na Lezíria Grande um novo modelo de ganadaria, zootécnicamente apurada para o espectáculo de lide popularizava-se. Embora a criação de toiros tivesse aí longa tradição, a selecção da bravura coincidiu com a entrada de uma vacada espanhola, originária da conhecida ganadaria de Vicente José Vasquez, oferecida por Dona Carlota Joaquina¹⁹⁰ a seu filho Miguel, cuja fuga para a Alemanha em 1834, serviu de pretexto para Dom Pedro a dividir pelo Marquês de Belas e pelo comendador Dâmaso Xavier dos Santos, que logo de seguida venderam algumas vacas ao Marquês de Ponte de Lima, à Casa Cadaval e ao Dr. José Rafael da Cunha. Mais tarde, a dispersão de sangue "vasquenho" terá contribuído para purificar algumas vacadas moruchas. Todavia, tudo indica que a selecção propriamente dita, apenas se terá iniciado em 1871, através da persistente determinação de José Pereira Palha Blanco, o célebre ganadeiro de Vila Franca de Xira.¹⁹¹ Nascia assim a cultura do toiro de lide em Portugal e na Lezíria Grande.

¹⁸⁹ Ver (Martins, 1994, p. 22)

¹⁹⁰ Lembramos que D. Carlota Joaquina era irmã do rei de Espanha e uma assumida partidária do regime absolutista.

¹⁹¹ Ver (Neves, 1992)



D. Miguel I

Grande entusiasta do divertimento,
a quem se deve a construção da praça do Campo de Sant'Anna,
inaugurada em 1831

Pessanha, Bottino & Pessanha, L.^{da}

Rua 24 de Julho, 94-B, 94-C e 94-D

Teleph.: Central 2733 — End. telegr.: PETTINO

OLEOS DE LUBRIFICAÇÃO

Especialidade em oleos para lubrificação de
automoveis, motores maritimos e machinas de va-
pôr sobreaquecido, e em oleos de iluminação para
camiuhos de ferro e minas.

Consultas e Laboratorio para Analyses

Perfumaria Rosa d'Ouro 279, Rua do Ouro. 281
Telephone: Central 2638

A preferida pela Sociedadada Elegante

Figura 87- Cartaz Publicitário (Neves, F., 1992)

3.3.2. A Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado



Figura 88 - Mapa das terras do Patriarcado (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

Fundada em 1836, a então Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, pela capacidade empreendedora e inovadora dos seus primeiros dirigentes, soube aliar a sua enorme dimensão, mais de 40.000 hectares, a iniciativas pioneiras no domínio da exploração e gestão agrícola e florestal, potenciando o melhor aproveitamento dos recursos naturais ao seu dispor, introduzindo novas culturas e desenvolvendo novas tecnologias de cultivo que, constituindo-se como referência de boas práticas, em muito contribuíram para o desenvolvimento agrícola do país e particularmente da região do Tejo e Sado, desde a Golegã à Comporta de Alcácer do Sal. (...) Preservar e desenvolver este património único, pela sua história, mas também pela sua riqueza em termos ambientais, agrícolas e florestais, é um desafio e uma responsabilidade de quem hoje tem a honra de servir a Companhia das Lezírias. (Alves, 2003, p. 5)

Quando se iniciou o reinado de Dona Maria, em 1834, a situação financeira do Estado Português era tão frágil, que o executivo se viu forçado a vender uma parte do património da coroa para fazer face às suas responsabilidades. Assim, reuniram-se num só lote, a fim de preservar a integridade das propriedades, um conjunto de terras provenientes da Casa do Infantado, da Casa da Rainha e da Patriarcal, pouco antes declarados bens nacionais pelo espírito reformador de Mouzinho da Silveira. A medida tinha como principais

objetivos, equilibrar o *deficit* público e rentabilizar terras que se encontravam abandonadas e das quais não provinham receitas nem agrícolas nem fiscais.¹⁹²

Seguidamente preparou-se o concurso para a venda e a 13 de Maio de 1836, um consórcio designado por Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado, efectuou a compra por dois mil contos de reis.¹⁹³ No total, foram vendidos 48 mil hectares de terra, dos quais, 14 mil no campo de Vila Franca.¹⁹⁴

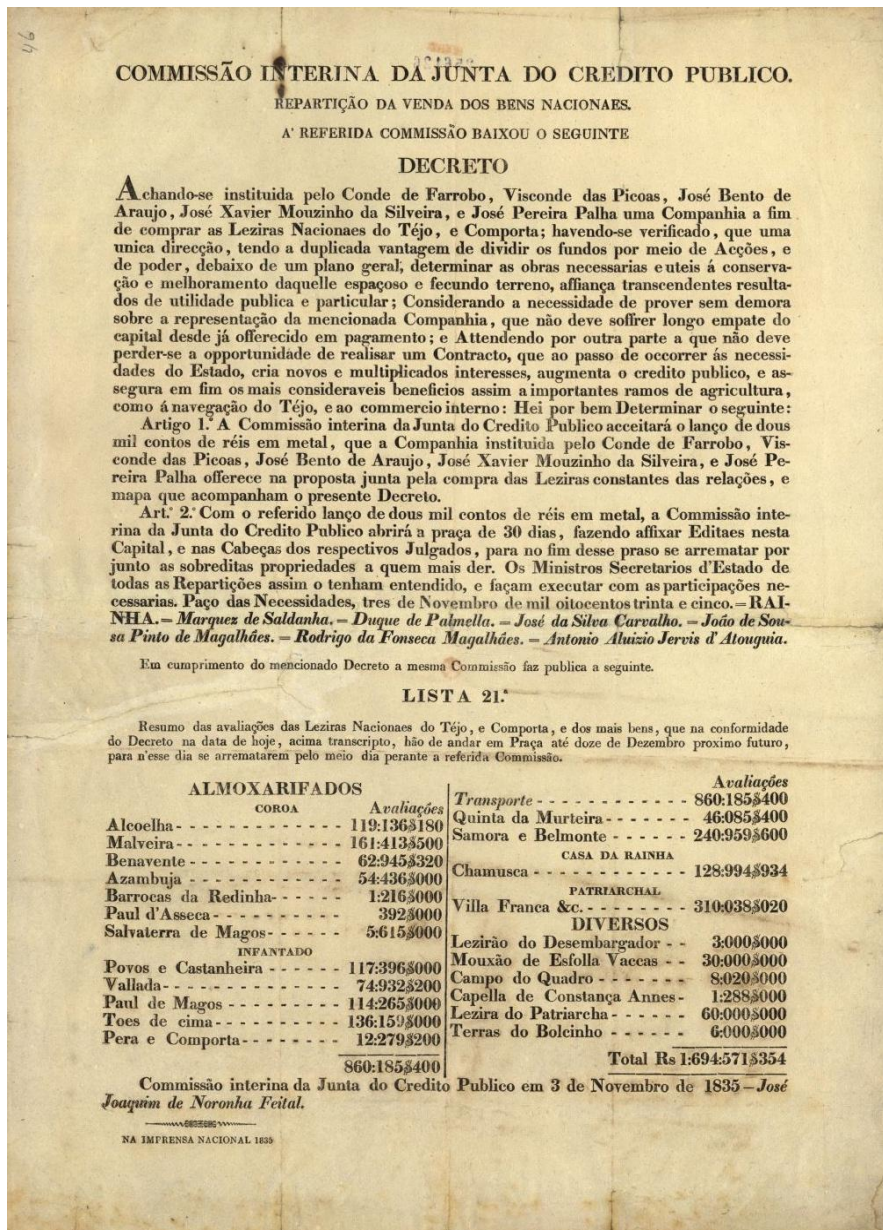


Figura 89 - Decreto constitutivo da Companhia das Lezírias (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

O negócio, profundamente contestado por uma franja da sociedade mais idealista, como Alexandre Herculano e Oliveira Martins, reforçou a ideia da imensa corrupção existente no seio da causa liberal, crítica

¹⁹² Ver (Alves, 2003)

¹⁹³ Ver (Henriques, 1979)

¹⁹⁴ Ver (Alves, 2003)

aparentemente justa, especialmente se considerarmos que o quadro de interessados era composto, entre outros, por ilustres capitalistas como o Conde de Farrobo, o Visconde de Picoas, o Marquês de Fronteira, o Marquês de Loulé, o Conde da Taipa e o Visconde de Sá da Bandeira.¹⁹⁵

A esse respeito João Maria da Costa, Vogal da Câmara Municipal do Cartaxo, numa carta dirigida à Rainha em que cita o Art.º 6º e 8º do Decreto de 15 de Abril de 1836, declara que *"para facilitar às classes industriosas e às pessoas menos abastadas a compra de bens nacionais de que trata esta lei, poderá também o pagamento delas ser feito a dinheiro descontado pela quinta parte do preço de arrematação, devendo os outros quatro quintos ser pagos em dezasseis prestações iguais de dezasseis anos consecutivos. Ora formando-se uma Companhia de cinco grandes capitalistas, como poderão Senhora, as classes menos abastadas chegar a afrontar um lanço de dois mil contos de reis? Não é possível, por isso esta arrematação é feita contra a Lei e contra as pessoas que possuem pequenos fundos, porque não podem chegar a tanto, e por tal razão esta Câmara protesta perante Vossa Majestade Fidelíssima e o fará perante as Cortes contra tal procedimento do Governo que nesta parte infringe a Lei."*¹⁹⁶ Efectivamente, estimou Renato Henriques e Tito Henriques, a venda dos bens nacionais, não terá chegado a mais de 2000 famílias.¹⁹⁷

A representação social negativa, em Portugal, sobre a grande propriedade, o latifúndio, associada à imagem tradicional de uma fertilidade quase espontânea da lezíria (evocações difusas do mito da fecundação de Ceres pelas divindades masculinas), trouxe, ao longo dos tempos, amargos de boca à Companhia, que muitos só imaginavam num papel meramente recolector. Aos crentes internos e externos na facilidade de produção, na abundância de rendimentos e no fluir de elevados lucros teve a administração da Companhia de recordar, de forma recorrente, o velho aforismo latino - *Do ut des* (dou para que me dê). Era uma forma de sublinhar esse velho segredo de que a terra precisa receber primeiro para produzir depois ou, se quisermos ainda, esse princípio elementar da economia de que o rendimento exige sempre um prévio investimento, muito embora os resultados assumam características muito aleatórias no domínio da agricultura. Dessa natureza excessivamente aleatória do rendimento agrícola resulta, aliás, a tendência para o afastamento dos capitais em relação à terra: «o capital é urbano, mas é preciso fazê-lo também rural», diria o economista e defensor da agricultura Anselmo Andrade. (Alves, 2003, p. 8)

A vinte e três de Junho de 1836, foi celebrado o contracto de venda, no qual as partes definiram as regras do acordo. Ei-las na forma original:

¹⁹⁵ Ver (Alves, 2003)

¹⁹⁶ Ver (Henriques, 1979, p. 31)

¹⁹⁷ Ver (Henriques, 1979)

1.^a – Aceitas, approvadas, e ratificadas as condições deste contracto não será mais reclamado de ambos, ou de algumas das partes estipulantes, debaixo de qualquer pretexto, ou dúvida sobre as mesmas.

2.^a – A Companhia, pelas pessoas de seus propostos, obriga-se a entrar dentro do prazo de trinta dias, depois d'aquelle da arrematação, com metade do seu valor, e ao restante entregar Letras pagaveis, ou Notas promissorias a doze e vinte e quatro mezes, passadas por cada um dos subscriptores, segundo o número das suas Acções, com a condição porem de que quando alguma das Letras deixe de ser paga no seu vencimento, o será pela Caixa da Companhia, à vista do respectivo protesto.

3.^a – São objecto deste contracto, não só as Lezírias do Tejo e Sado, mas também todos os terrenos e predios rusticos e urbanos, que lhes são annexos, e se acham avaliados, e bem assim aquelles que por qualquer Titulo pertençam, ou possam pertencer, e formem parte dos mesmos predios, ainda que indevidamente possuídos por terceiros, e aquelles que apesar de legitimamente desfructados, devam em qualquer tempo, ou por qualquer motivo, devolver à Fazenda Nacional. Esta por este contracto, transfere para a Companhia todos os seus direitos, para delles usar como proprios, quando entender que lhe competem.

4.^a – Tambem fazem objecto deste Contracto todos os accrescidos marginaes presentes, e que de futuro possam sobrevir dos predios nelle comprehendidos: a Companhia cede de qualquer indemnisação, no caso de córte, nos futuros accrescidos para o novo encanamento do Tejo, na conformidade, e com a excepção designada no artigo primeiro da Lei de desesseis de Março de mil oito centos e trinta e seis.

5.^a – À Companhia ficam pertencendo todas as propriedades, direitos e acções, que fazem objecto deste contracto, desde o dia da sua arrematação para tomar posse de tudo, e mais effeitos legaes.

6.^a – O Governo garante a plenitude dos direitos que vende à Companhia, acceitando desde já a Autoria para o cazo em que algum particular ou Corporação appareça já, ou de futuro a reclamar direitos, ou que se mostre offendida em sua propriedade, e quando for obtida sentença, o Governo indemnizará este particular ou Corporação ou a Companhia, se esta for obrigada a ceder alguma porção dos objectos comprados, pelo valor que tiverem ao tempo em que houver de fazer-se a indemnisação.

7.^a – O Governo indemnizará a Companhia da importancia de quaesquer encargos a que os Bens, que fazem objecto deste contracto, estiverem obrigados, tanto por fóros, como Laudemnios, ou outros quaesquer que façam diminuir o valor dos bens comprados como livres.

8.^a – O Governo cede e transfere para a Companhia o direito de receber todas as pensões, fóros, quotas certas e incertas, ora legitimamente existentes, ou que de futuro houverem de pertencer ao Governo, a que estão sujeitos aquelles que legitimamente devem continuar usufruir alguns dos terrenos comprehendidos neste contracto, como cousa propria, e com poderes sufficientes

para os haver de quem o dera pelo mesmo modo por que a Fazenda Nacional poder haver segundo a formalidade legal que lhe competia.

9.^a – As Acções da Companhia serão sempre negociáveis e correrão no giro do Commercio com o simples pertence d'aquelle em cujo nome estiverem averbadas, sem mais dependencia alguma, do mesmo modo e com a mesma natureza que as Acções das outras Companhias, ou pagáveis ao portador, conforme a Companhia entender, ficando tão somente sujeitas aos pagamentos de Siza os predios rústicos, e urbanos, que a Companhia houver que alienar, e o Governo a indemnizará por qualquer resolução, ou decisão, que de futuro se tomar contraria a esta condição, restituindo o abatimento do valor correspondente ao preço de venda.

10.^a – A Companhia continuará a gozar do beneficio das Leis vigentes, para se lhe não lançar contribuição directa, ou indirecta sobre aquelles terrenos incultos, ou infructiferos, que se comprehendam nas ditas Leis, e pelos prazos nestas marcados ou a cultura seja promovida directamente pela Companhia, ou pelos seus Rendeiros, feitores ou Administradores.

11.^a – A Companhia também gozará do beneficio das Leis vigentes, concedido às mais Fabricas do Reino, para o effeito de não pagar direitos dos utensílios, instrumentos, machinas, e mais misteres que houver de empregar na laboração das suas Fabricas ruraes, que tiver de importar, para novo ou mais perfeito methodo.

12.^a – A Companhia acceta a transferencia mencionada no artigo terceiro da Lei de desesseis de Março de mil oitocentos e trinta e seis, com os mesmos privilegios, e encargos de Fazenda Nacional, na Forma nelle designada.

13.^a – A Companhia reclamará toda a vantagem que possa deduzir-se da Lei de desesseis de Março de 1836, ainda que não designada nestas condições.

14.^a – O Governo authoriza desde já a installação da Companhia em Sociedade.

15.^a – Quando o Governo empreender o encanamento do Tejo, a Companhia das Lezírias, querendo fazê-lo, será preferida a outra qualquer Companhia com as mesmas condições com que essa se offerecer a tomar a empreza. (Henriques, 1979, p. 19 - 22)

Paralelamente foram emitidos decretos régios, destinados a promover a salvaguarda dos territórios agrícolas, oferecendo-se benefícios aos lavradores que tornassem produtivos os terrenos incultos da margem do Tejo.¹⁹⁸ Estes incentivos, juntamente com a criação de uma empresa moderna com escala para influenciar a política agrícola do país e uma estrutura accionista com capacidade de investimento, lançaram as bases para um novo ciclo na Lezíria Grande.

¹⁹⁸ "A lei de 15 de Abril de 1835 concentra na Administração Geral das Matas, a administração das propriedades florestais do Estado, das ordens religiosas extintas e da Casa do Infantado. Nova legislação foi publicada em 1847. Em 1852 a Administração das Matas do Estado passou para o Ministério das Obras Públicas, então criado. Mas é em 1866, (Carta de Lei de 22 de Junho de 1866) e no ano seguinte, por decreto de 21 de Setembro, que se tomam medidas tendentes a proteger as matas e florestas necessárias à defesa dos vales e regime dos rios, restringindo a sua alienação." (Casimiro, 1940, p.71)

Pese embora o entusiasmo tivesse marcado o espírito da Companhia desde o primeiro dia, o sucesso da agricultura no campo de Vila Franca, apresentava-se condicionado pela presença de circunstâncias pouco favoráveis, como lembrou a direcção, na altura formada por Afonso de Mello Pinto Veloso, Dr. Francisco Calheiros Lopes e Manuel Luís Alves Dinis, num texto que dirigiu em 1966 à Assembleia Geral (presidida pelo Professor Adelino da Palma Carlos):

Não é de mais relembrar que esta vossa Companhia foi das primeiras grandes empresas agrícolas a reagir contra a velha tendência monocultural que imperava na região transtagana, onde vastos tratos de terras apousiadas alternavam com aventurosas sementeiras de trigo, em regra mal seleccionadas e adubadas, do mesmo passo que extensas áreas de pascio, ora salgadiças, ora apauladas, ora tipicamente charnequeiras, se deixavam atabafar pela poderosa força invasora dos sapais ou infestar por ervas parasitárias de inferior qualidade.

Completava o quadro o deambular dos rebanhos e manadas que tosavam todos os rebentos nas suas longas e depauperantes caminhadas, em busca de se dessedentarem numa poça de água ou de se refrescarem à sombra de uma árvore que, de longe em longe, se divisava através de desolados matagais. Insistimos nesta evocação de velhos factos e aspetos que são do dia de ontem, mas que a marcha acelerada do tempo rapidamente pode obliterar. É que as novas gerações pouco se ocupam do passado.

É frequente encontrar quem faça o sumário juízo de que esta zona ribatejana se possa desenhar com dois traços fundamentais:

- Um vasto campo, sujeito às periódicas inundações do Tejo e do Sorraia, ao lado de uma enigmática charneca do Infantado de que perdura ainda a tradição dos fidalgos que ali iam montar lebres e raposas, enquanto nas zonas ribeirinhas nasciam e cresciam, em bravura e poder, os touros de lide e as manadas de equídeos, sempre prontas para atravessarem a velha e estreita ponte – de Porto Alto, espécie de funil por onde se escoava o gado para o refúgio da charneca, quando as cheias transpunham os deficientes valados de defesa. Há que reconhecer que o panorama é hoje bem diferente. Longo e largo foi o caminho percorrido, mercê da esforçada atuação da nossa Companhia desde há mais de um século e, só nos últimos anos, com a prestimosa colaboração da Associação de Defesa da Lezíria, criada pelo Decreto 33.210 de 4.4.1943. (...)

Esta actual e animadora perspectiva mostra que o progresso realizado essencialmente se deve à medida legislativa que sancionou a criação de um forte organismo económico – a vossa Companhia. Foi ela que, pagando a propriedade pelo preço fixado em sucessivas avaliações oficiais, tomou o encargo de se substituir a um Estado anquilosado por tradições e vícios difíceis de extirpar e depauperando por prolongadas lutas fratricidas que lhe consumiam recursos financeiros e energias administrativas, imperativamente solicitadas por outros graves aspetos internos e externos da conturbada vida nacional daquele tempo. (Relatório de 1966 *apud* Alves, 2003, p.9)



Figura 90 - Campinos na lezíria da Golegã em meados do século XIX (Relvas, C., s/d)

Perante o cenário encontrado, ainda em 1836, a Companhia inaugurou a sua gestão organizando o território em cinco administrações locais, ficando a Lezíria Grande entregue à representação de Vila Franca de Xira. Aí, as primeiras acções foram dirigidas à manutenção e reabilitação das valas e das margens, dando assim consequência ao compromisso assumido com a defesa dos campos.¹⁹⁹

Em harmonia com a sua capacidade económica, desde logo, a empresa concessionária introduziu o uso de máquinas e a instalação de granjas modelo, onde se podiam ensaiar novos métodos culturais e instruir os rendeiros. Além disso, deu início à plantação de oliveiras nas valas - em 1868 haviam já sido plantadas 1100 árvores, continuando o processo pelos anos seguintes. Foram também efectuandas obras para contrariar o fazer-refazer contínuo que os avanços destrutivos das cheias e das marés impunham aos frágeis diques que aqui e ali iam rompendo. Esta situação tanto dava conta de água em excesso numas zonas como em defeito noutras.²⁰⁰

As obras extraordinárias visariam, por outro lado, introduzir alterações estruturais que garantissem uma melhor exploração e as propostas eram múltiplas, dependendo a sua execução de existirem ou não planos de conjunto, das capacidades de investimento e da rentabilidade esperada pela sua execução. Fundamental era criar uma rede de escoamento para a lezíria de Vila Franca em direcção ao rio, que não se verificava em situações de grande cheia, ficando as terras longamente alagadas, bem como garantir a comunicação do Sorraia com o Tejo, assegurando a limpeza do canal, para o escoamento, de forma a evitar alagamentos laterais ao

¹⁹⁹ Ver (Alves, 2003)

²⁰⁰ Idem

longo do curso do Sorraia e criar condições para alguma navegação interior. Mas estes projetos eram encarados como “remotos”, pelo que a solução dos problemas passava no imediato por medidas mais pontuais. Por isso se sugeriam obras de fortificação em determinados pontos, sobretudo nas goivas, ou seja, nas situações de erosão pela parte inferior das margens, com um efeito devastador sobre os terrenos marginais, para cuja reparação se utilizava habitualmente a técnica de afundar nesses lugares embarcações obsoletas carregadas de pedra. Para além disso, pedia-se a abertura de “novas aberturas e portas de vazão” para os terrenos alagados, a criação de alguns cais empedrados para facilitar o acesso ao rio bem como a criação de bebedouros empedrados em zonas de lezíria (para evitar que o acesso do gado a zonas lodosas provocasse a cedência do terreno, atulhando o correr da água e originasse zonas pantanosas). Sugestões de arroteamento não faltavam: do Campo do Quadro, na zona de Azambuja, o paul das Lavouras, a ocidente de Samora, as terras da Murteira e Porto Seixo, o paul de Trejoito e a própria lezíria de Vila Franca. Todas estas terras estavam, na altura, sem cultivo algum ou pouco alagadas ou com “pobres pastos”, lembrando a comissão de visitas aos que descreiam das suas possibilidades agrícolas os exemplos dos Países Baixos e dos seus pólderes.” (Alves, 2003, p. 34)



Figura 91 - Lezíria da Golegã em meados do século XIX (Relvas, C., s/d)

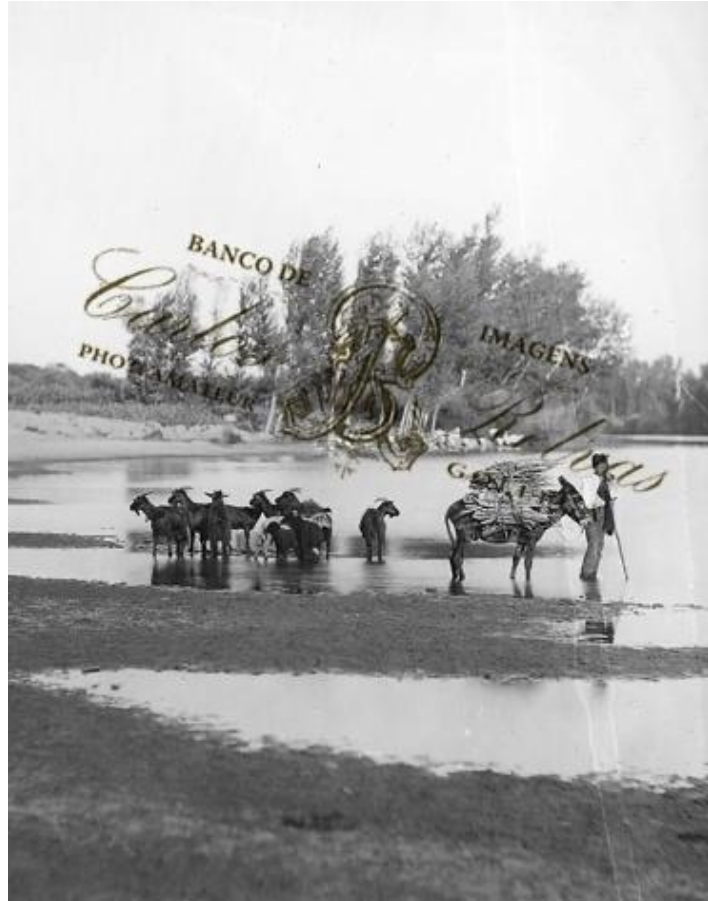


Figura 92 - Lezíria da Golegã em meados do século XIX (Relvas, C., s/d)



Figura 93 - Lezíria de Vila Franca no final do século XIX. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)

Em 1868 falou-se pela primeira vez em irrigação, avançando-se com a iniciativa na emposta da Malveira. Para o efeito, recorreu-se aos mesmos moinhos de vento, de modelo holandês, que cem anos antes serviram para drenar os pântanos da Barroca d'Alva. A ideia acabou por ser abandonada antes de ter consequências práticas, depois de se verificar a impossibilidade de o fazer através das *portas do mar do Pimenta*. A proposta surgiu pela mão do engenheiro George Wheelhouse²⁰¹, cuja actualidade técnica permitiu explorar alternativas às práticas tradicionais. Ao longo das décadas seguintes, o seu nome surgiria associado a todas as propostas de modernização que foram sendo apresentadas à Assembleia Geral.²⁰²

No entanto, a obra mais emblemática do século XIX, foi a construção de um canal que desviou o Sorraia, eliminando-lhe os meandros, por onde, em tempos de cheia, as águas transbordavam e se acumulavam nos campos. O canal, declarado de interesse público resultou da acção concertada da Companhia, da Câmara de Benavente e de A. J. Pereira Palha, que o viram concluído e aberto à navegação a 10 de Novembro de 1870.²⁰³

No início da década de 70 do mesmo século, começou-se a considerar a fertilização das propriedades com adubos minerais. Nesse sentido, formalizam-se relações com o Instituto Agrícola, que passou a prestar

²⁰¹ George Wheelhouse foi um agrónomo português formado na Alemanha, entusiasta da tecnologia agrária e responsável pela introdução de novas técnicas culturais, tanto nas propriedades da Companhia das Lezírias, como em Portugal. Além de técnico também foi accionista da referida empresa.

²⁰² Ver (Alves, 2003)

²⁰³ Ver (Alves, 2003)

assistência técnica quer ao nível das análises do solo, quer do aconselhamento aos agricultores. *"Esta preocupação derivava da perda gradual dos efeitos das cheias, pois as obras realizadas ao longo do tempo, se impediam a invasão das águas, implicavam, por outro lado, o empobrecimento da lezíria pela ausência dos nateiros, no jogo paradoxal exigido pelas práticas agrícolas."*²⁰⁴

Em 1871 a Companhia adquiriu a primeira bomba americana movida a vento, tanto para regar como para tirar água para o gado. Com o apoio da comissão fiscal, foi proposto à Assembleia Geral o alargamento do projecto a todo o território, com o objectivo de introduzir as culturas regadas nos hábitos dos ribatejanos.²⁰⁵



Figura 94 - Bomba de rega eólica e bebedouros para o gado, Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)

Foi igualmente um tempo caracterizado por inovações na gestão agrícola, promovendo-se o arrendamento de pequenas parcelas com vista a rentabilizar os terrenos mais alagadiços, como era o caso do Juncal Novo que até aí permanecera abandonado. Procurava-se assim fixar mão-de-obra que pudesse suprir a

²⁰⁴ Ver (Alves, 2003, p. 53)

²⁰⁵ Ver (Alves, 2003)

falta que dela havia na época das colheitas. Tal medida, defendia a direcção, além de representar o melhor interesse da Companhia, contribuía para o desenvolvimento do país, quer do ponto de vista social, quer económico, uma vez que enquadrava o melhor que o liberalismo tinha para oferecer.²⁰⁶

Convém nunca afrouxar nas diligências que as futuras direcções devem empregar para facilitar os arrendamentos dos lotes da propriedade. Estamos convencidos de que se deve, por todos os modos, promover a fixação dos pequenos rendeiros no Juncal Novo, não só para auferir maior soma de rendas elevadas, que só a pequena e intensiva cultura suportam, mas pelo grande bem que se faz ao Juncal e em geral à lezíria, criando um número considerável de braços, que, embora ocupados nas suas lavouras particulares, não deixarão de servir em outros empregos fora e não longe das suas casas.

São principalmente os jornaleiros, esses homens que não põem dúvida em mudar para lá as suas famílias e residências, aqueles a quem entendemos que se deve de todos os modos facilitar os arrendamentos, ajudando-os com alguns pequenos créditos, tais como a construção de cabanas modestas, o adiantamento de sementes ou de alguns instrumentos agrícolas indispensáveis. O nosso propósito é criar uma espécie de colónia de rendeiros, em tais condições que seriam de grande benefício para a Companhia, directamente pelo aumento das rendas, e indirectamente pelo aumento de braços nas lezírias, além de ser um importante melhoramento e benefício para as classes de trabalhadores que aceitassem este contrato. Pois se há, como todos sabemos, colonos que vivem e prosperam em terrenos áridos e areentos, que só a custo de grandes sacrifícios retribuem o trabalho neles empregado, quanto melhores não são, no nosso caso, as condições de fertilidade da terra para retribuir e remunerar o trabalho e capital dispendidos? (Relatório de 1873 apud, Alves, 2003, p.56)

Foi ainda em meados do século XIX, que se viu a primeira máquina de lavar a vapor no campo de Vila Franca, com o objectivo de alargar os arroteamentos e otimizar o trabalho que se entendia ser por este método, "*mais expedito, mais perfeito e porventura mais económico.*"²⁰⁷ Alternativamente, nas terras que ficaram por alugar, decidiu a Companhia plantar montados, eucaliptais, pinhais, olivais e pastagens com vista à produção de gado de carne.²⁰⁸

Nas décadas seguintes, o investimento em maquinaria continuou com a aquisição de uma debulhadora a vapor e ceifadores mecânicos. Abriram-se mais furos artesianos que juntamente com os valados de rega deram início às culturas de Primavera/Verão. Paralelamente foram ainda encomendados pareceres para o abastecimento de água potável, para o aprovisionamento dos cerca de 600 rendeiros e trabalhadores que ali residiam ou laboravam, sobretudo ao longo do período estival.²⁰⁹

²⁰⁶ (Henriques, 1979)

²⁰⁷ Ver (Alves, 2003, p. 56)

²⁰⁸ Ver (Alves, 2003)

²⁰⁹ Ver (Madaleno, 2006)



Figura 95 - Máquina de debulha a vapor (Relvas, C., s/d)



Figura 96 - Boi Indiano usado no cruzamento com vacas bravas (Relvas, C., s/d)

Lavoura a vapor em terras de pastagens passou a ser uma das palavras de ordem a partir de 1874. Previa-se mesmo que os arrendamentos de pastagens, cujas terras não fossem lavradas pelo menos uma vez em nove anos, pudessem ser lavradas obrigatoriamente a vapor, por imposição da Companhia, a preços tabelados. Em meados de 1876, chegava um novo aparelho de lavoura a vapor, pelo meio do ano, que foi montado por dois operários que os construtores, Barford & Perkins, mandaram para aquele fim e para ensinar o sistema de trabalhar com a

máquina. O aparelho começou a funcionar em Setembro, parece ter prestado um excelente serviço, tanto em relação à quantidade do trabalho realizado, 2,5 hectares por dia, como em qualidade, pois que a terra ficava perfeitamente lavrada e virada, fazendo-se lavoura a grande profundidade. Dois homens da Companhia (condutor e rabiador), ensinados pelos operários ingleses, passaram a trabalhar com a máquina. Foi um investimento relativamente elevado, pois o custo total, compreendendo despesas de transporte e montagem, foi de 5.030\$000 réis." (Alves, 2003, p. 58)

Simultaneamente foram surgindo os primeiros projectos de irrigação e colmatagem, inspirados na revolução agrícola desenvolvida no Norte da Europa, principalmente na Holanda, Inglaterra e Alemanha, com o objectivo de travar o avanço do trigo americano que entrava no mercado Europeu com mais qualidade e a melhor preço, o que viria a despoletar uma crise no sector cerealífero cujos efeitos se fariam sentir até ao final do século XIX.²¹⁰

A par da Companhia, o Estado envolveu-se também nas questões hidroagrícolas, mandando publicar em 1882 algumas disposições relativas ao tema, porém, só em 1885, pela mão do engenheiro Bento de Moura Coutinho de Almeida Eça surgiu um esforço mais decisivo com apresentação a uma comissão política de um parecer sobre o aproveitamento das águas no Alentejo.²¹¹ Dessa comissão nasceu a proposta de execução de obras de regularização do Sorraia, entre o Couço e Coruche, com o propósito de promover o tráfego fluvial e a irrigação do território. Pese embora a publicação da portaria de 16 de Abril de 1877, na qual se mandava a Junta Central dos Melhoramentos Sanitários estudar um canal com a extensão de 22895 metros, para se fazer a colmatagem de 180 hectares dos terrenos arenosos das margens e a irrigação de 800 hectares de terreno na várzea de Coruche, a obra não chegou a ser realizada.²¹²

A irrigação era agora considerada a base da nossa «regeneração agrícola», tendo em conta as promessas da cultura da beterraba, como alimento para gado e como base para a indústria do açúcar e do álcool. Água, gados, estábulos, estrume e fertilidade dos solos, eis a sequência para uma nova agricultura, segundo os pontos de vista agronómicos da comissão fiscal. Impunha-se, então, dividir as explorações, fazer afolhamentos e procurar a fertilização artificial, pois «o nateiro dá tudo o que pode dar; mas não dá o que é preciso que dê». Por isso era preciso aumentar artificialmente a sua «quota de fertilização», de forma a ultrapassar a «medida mesquinha das oito ou dez sementes, que em geral formam as nossas colheitas». O projecto, ainda vago, de irrigação seria centrado na «extensa planura de Vila Franca», aproveitando-se o antigo braço do Tejo que a atravessava - «o mar de Cães, onde despeja a aberta – Leito d’Aguião». Tratava-se de converter este braço em canal de irrigação, como base para a formação de prados naturais e artificiais, através de um «sistema de açudes ou diques eclusados, dispostos

²¹⁰ Ver (Alves, 2003)

²¹¹ Ver (Casimiro, 1940)

²¹² Idem

sucessivamente pela extensão deste leito, até à sua origem, onde podia receber água doce, no Vau de Grabulho», fazendo-se depois a distribuição das águas pelo interior das terras. A proposta de venda da Comporta visava financiar este projecto, ainda visionário, no convencimento de que resolvido o problema das culturas forraginosas, tudo viria por acréscimo, desde que houvesse preocupações de ensino prático, da instrução agrícola da escola e do campo, a resolver com o arrendamento privilegiado a um lavrador que se dispusesse a ensaiar as novas técnicas. Era o sonho do regadio para o Ribatejo, que haveria que dar muito que falar. (Alves, 2003, p. 64)



Figura 97- Lezíria de Vila Franca. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)

A entrada na primeira década do século XX assombrou a sustentabilidade económica da Companhia da Lezírias do Tejo e do Sado, que se viu afectada pela crise do trigo e catástrofes naturais, como as cheias que ocorreram em 1907, onde por oito vezes as águas do Tejo galgaram as margens e alagaram o campo. Não obstante estas contrariedades, a direcção procurou manter o empenho na dessalga de novas áreas, empreendendo *"uma dispendiosa instalação de lavoura a vapor, que lhe permitiu a arroteia e beneficiação dos importantes campos salgados da lezíria de Vila Franca, de que resultou o imediato lucro de muito maior e melhor aproveitamento das terras pelos nossos rendeiros."*²¹³

Referindo-se às obras de dessalamento a realizar no Juncal, que poderiam levar à cultura 289 hectares do 1800 hectares de terrenos salgados daquela zona a beneficiar, o Eng.º Almeida d'Eça concorda que

²¹³ Ver (Relatório de 1907 apud, Alves, 2003, p. 92)

para além da execução daquela obra existe *a conviniência de se estudar a possibilidade de um canal de irrigação e lavagem das terras salgadas por água elevada do Tejo ou do Sorraia.*

E quanto à necessidade dessa obra era peremptório quando afirmava: *A conviniência, porém, de fazer os estudos e porventura experiências práticas, se puderem fazer-se por forma decisiva e convincente, não carece de demonstração, justifica-se per si*" (Henriques, 1979, p. 85)

Finalmente, em 1909 foi criada uma comissão para o Melhoramento do Tejo, formada por Bernardino Camilo, Cincinato da Costa e José Palha Blanco, ficando os aspectos técnicos entregues ao cuidado do engenheiro José Ribeiro de Almeida, a quem competiu traçar um plano para converter o sequeiro da lezíria num regadio competitivo e actualizado.²¹⁴

²¹⁴ Ver (Alves, 2003)

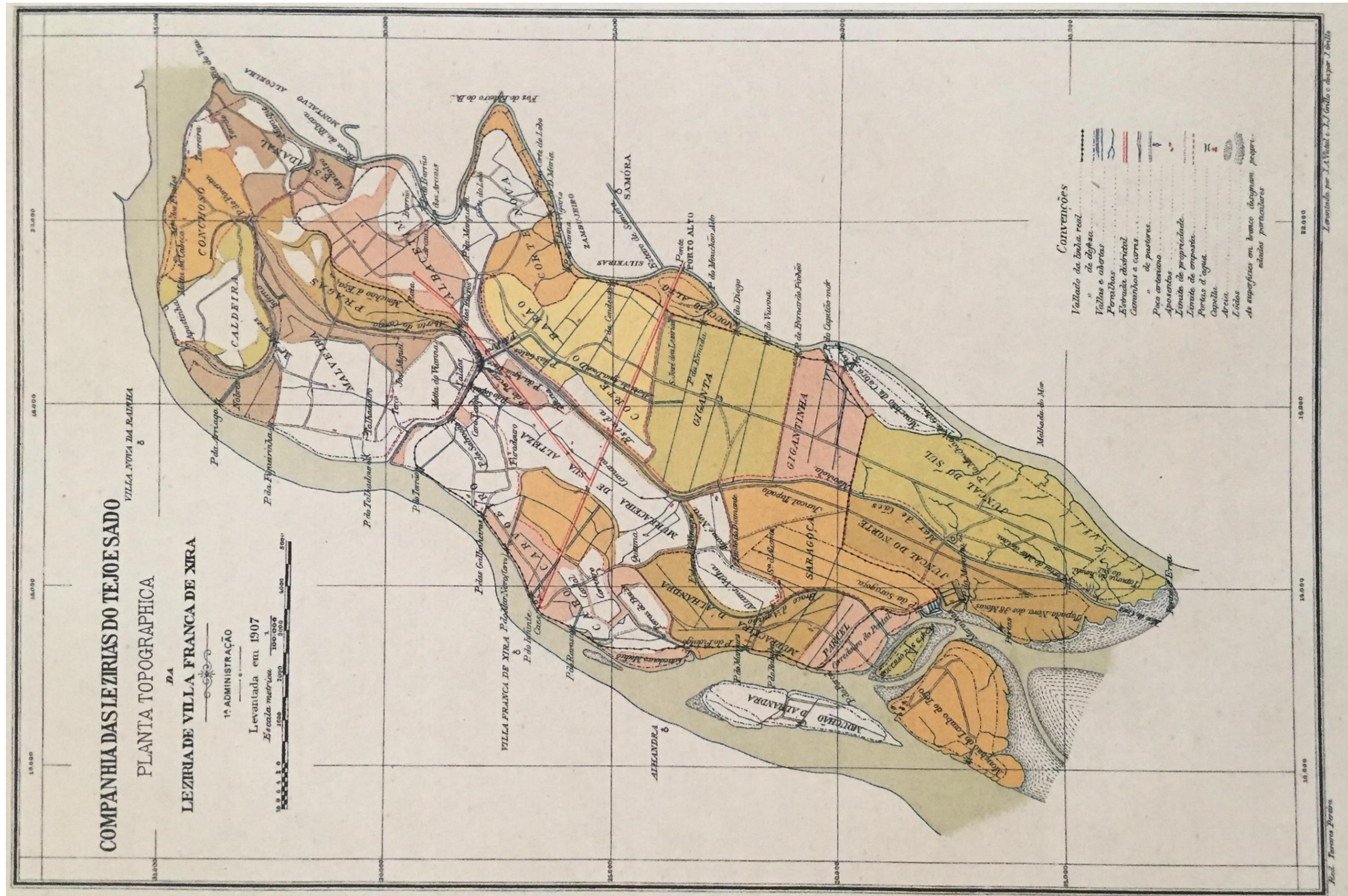


Figura 98 - Planta da Lezíria Grande levantada em 1907 (Fonte: BNP)

3.4. A República



Figura 99 - José Relvas anunciando a República
(Benoiel, J., 1910, PT/AMLSB/JBN/000484, AML)

"Se não aparecem mulheres, importam-se, que é em Portugal para tudo o recurso natural. Aqui importa-se tudo. Leis, filosofias, teorias, assuntos, estéticas, ciências, estilos, indústrias, modas, maneiras, pilhérias, tudo nos vem em caixotes pelo paquete. A civilização custa-nos caríssima, com os direitos de alfândega e é tudo em segunda mão, não foi feita para nós, fica-nos curta nas mangas." (Eça de Queiroz em *Os Maias*)

3.4.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico

Ao longo do primeiro quartel do século XX, o debate que opunha a cidade ao campo teve vários protagonistas. Desde logo, nas artes, um grupo associado ao movimento *Futurista Internacional*, encabeçado por Guilherme Santa-Rita, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Amadeu Sousa Cardoso e Mário Sá Carneiro, advogou a música dos motores e das fábricas, a velocidade dos automóveis e o cosmopolitismo da vida humana.

"Adubos, debulhadoras a vapor, progressos da agricultura!
Química agrícola, e o comércio quase uma ciência!
Ó mostuários dos caixeiros-viajantes,
Dos caixeiros-viajantes, cavaleiros-andantes da Indústria,
Prolongamentos humanos das fábricas e dos calmos escritórios!"
(Ode Triunfal, Álvaro de Campos)

Inspirados pelo manifesto de Filippo Tommaso Marinetti, publicado a 20 de Fevereiro de 1909 no jornal francês *Le Figaro*, uma renovada geração de artistas iniciou o caminho da modernidade portuguesa. A morte prematura de algumas figuras do movimento abreviar-lhe-ia a vida, porém, o seu legado, marcado pela legitimação da indústria, perduraria no tempo e ajudaria a moldar o pensamento do século XX. Naturalmente as Ciências Agrárias, instigadas por um espírito reformador análogo, aderiram ao entusiasmo, celebrando as conquistas da tecnologia nas áreas das máquinas, dos adubos e da rega.

A Agronomia tinha-se constituído com base científica na Europa do século XIX, com o objectivo de levar ao campo as luzes da cidade. Não é por acaso que quase todas as grandes escolas europeias de Agronomia surgiram nas cidades. Este simbolismo sublinha a herança de levar aos campos os frutos da Revolução Industrial, da ciência oitocentista. E a técnica, nascida e ensinada nas cidades, era o meio indiscutível para o progresso. (Baptista, 2001, p.174)

Concomitantemente, a República chega a Portugal. Embora não seja clara a sua origem, é do consenso geral que as raízes do nosso republicanismo se encontram em influências "*externas que os intelectuais, os estudantes de Coimbra e as camadas burguesas e operárias captaram, ao longo da atribulada radicação do liberalismo.*"²¹⁵

Estruturalmente, o novo regime não trouxe mudanças significativas. As conexões com o liberalismo monárquico foram preservadas, o que levou muitos historiadores a considerar que a República não terá começado nada de novo, mas antes, que terá sido a última fase de algo que se iniciara em 1820. Além do mais,

²¹⁵ Ver (Caldas, 1998, p. 431)

segundo Vasco Pulido Valente, a República não dispunha de apoio no mundo rural, mas apenas em Lisboa, no Porto e talvez em Coimbra.²¹⁶



Figura 100 - Marcha com a bandeira da Carbonária na Rotunda (Benoliei, J. 5/10/1910)

Enquanto na província, os rústicos viviam completamente alheados do desgaste da monarquia, na cidade um pequeno grupo de conspiradores organizava o assassinato do rei. Foi assim, sem o contributo dos camponeses, que uma magra população urbana aclamou a chegada da nova administração. Tal era a distância cultural que separava Lisboa do mundo rural, que *"durante muito tempo, nas aldeias, figuras destacadas do novo regime eram confundidas com os Reis de sempre."*²¹⁷

Não obstante a esperança de alguns, as condições de vida da população portuguesa não melhoraram. A Carbonária empenhou-se em semear o terror com atentados bombistas, os monárquicos tentaram recuperar o poder, grupos anarco-sindicalistas promoveram movimentos grevistas, paralisando vários sectores da economia e os republicanos envolveram-se em lutas domésticas. E para agravar a tragédia, em 1917 Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial.²¹⁸

Terminado o conflito a importação de cereais voltou à normalidade, contribuindo decisivamente para aliviar a tensão económica e social do país. No entanto, a acalmia durou pouco e em 1920, a crescente

²¹⁶ Ver (Valente, 2010)

²¹⁷ Ver (Caldas, 1998, p. 431)

²¹⁸ Ver (Valente, 2010)

inflação, desvalorizou a moeda, conduzindo ao aumento do custo de vida, à falência de vários bancos e ao agravamento da corrupção.²¹⁹

No contexto da indústria, durante a República, verificou-se um desenvolvimento abaixo do esperado, no entanto, registou-se um aumento na produção de superfosfato de cálcio (possivelmente o maior responsável pelo aumento da produção agrícola dos anos seguintes) e de cimento.²²⁰

A segunda década do século XX foi ainda marcada por índices de emigração a rondar um milhão de pessoas. Como seria expectável numa economia dominada pela força de braços, a situação afectou seriamente a produção industrial e agrícola, por si já debilitadas pelas greves.²²¹

²¹⁹ Ver (Raposo, 1994)

²²⁰ Idem

²²¹ Idem



Figura 101 - Diploma Atribuído à Companhia União Fabril. I década do Século XX (Fonte: Barros, 2002)

Do ponto de vista agrário, após a implantação da República, o Estado reforçou a propaganda hidro-agrícola, iniciada no final do século anterior, por intermédio de um conjunto de medidas destinadas a contrariar a carência de água nos meses de estio. Nesse sentido foram enviados em 1911, engenheiros portugueses ao estrangeiro a fim de assistirem a congressos internacionais da especialidade e visitarem obras hidráulicas. Do resultado dessa experiência surgiu em 1917, pela mão do engenheiro Ferreira da Silva, o prelúdio de um ante-projecto de obras hidráulicas.²²²

A questão para nós, consiste em aproveitar, para rega e lima, para enateiramento e colmatagem dos terrenos, toda a água que possa retirar-se do sub-solo e das correntes. Consiste

²²² Ver (Casimiro, 1940)

ainda, em reter e armazenar, por todos os meios da hidráulica florestal e agrícola, uma parte dos excessos prejudiciais da água do inverno, para a ceder metodicamente às culturas em épocas e quantidades por nós fixadas, segundo as necessidades de cada uma. Substituir, portanto, sistematicamente, a cultura de sequeiro, sempre medíocre e incerta, às vezes ruinosa, pela prática quando possível generalizada das culturas regadas. (Silva *apud* Casimiro, 1940, p. 80)

Dessa iniciativa, destaca-se o relatório²²³ elaborado pelo engenheiro Raul de Mendonça, no qual figuravam, entre outras medidas, a imposição legal da rega, por via da expropriação por utilidade pública, dos terrenos susceptíveis para esse efeito que os seus proprietários não quisessem ou não pudessem regar, assistência técnica e financeira ao regante e o estabelecimento de campos de experimentação, com o objectivo de alargar a produção agrícola e assim melhorar a eficiência da economia nacional.²²⁴

No plano político, a questão da hidráulica agrícola, apontada como uma alternativa à cultura mecanizada, que se considerava ser anti-económica devido aos elevados custos com energia e adubos, suportados unicamente pela grande propriedade, encaixava-se perfeitamente no quadro ideológico dos republicanos, que juntamente com a expropriação dos grandes latifúndios, viam na rega uma acção preparatória para a colonização do Sul.²²⁵

Não é um obstáculo da capacidade produtiva da terra do Sul, apesar de tantas gerações devastadoras da sua fertilidade, o que estorva a realização do novo abastecimento daquilo que é mais necessário a terra nos dê: é apenas um estorvo social. (Casimiro, 1940, p. 82)

Numa perspectiva semelhante, a questão dos incultos, considerados os responsáveis pelo fracasso da produção cerealífera nacional, foi retomada, nomeadamente por personalidades como Bazílio Teles e Anselmo de Andrade, que procuravam assim "*combater a concentração fundiária do Sul, a submissão dos Camponeses do Centro*"²²⁶ e garantir a auto-suficiência da produção de trigo. Não obstante as boas intenções, os argumentos eram meramente ideológicos e não contemplavam qualquer concepção técnica ou económica, essas encontravam-se subjugadas à pobreza dos solos, derivados de formações geológicas de xistos, rochas graníticas e quartzo-dioríticas no caso do Alentejo e areias pliocénicas nos casos das bacias terciárias do Tejo e do Sado.²²⁷

Tomado pelo entusiasmo do momento, em 1911, o então deputado da Assembleia Nacional, Ezequiel de Campos, apresentou um projecto de lei sobre a "*Utilização dos terrenos incultos*" com o objectivo de fixar no meio rural uma franja da população camponesa, condenada à fome ou à imigração. A iniciativa legislativa propunha o aproveitamento dos incultos pelo recurso às novas técnicas de irrigação, destacando-se a abertura

²²³ Relatório sobre "*As Obras de Rega em Espanha*"

²²⁴ Ver (Casimiro, 1940)

²²⁵ Idem

²²⁶ Ver (Caldas, 1998, p. 435)

²²⁷ Ver (Varela, 1992)

de canais de rega, o enxugo de sapais e a navegação fluvial. Apesar do bom acolhimento parlamentar, o diploma não ganhou forma de lei.²²⁸

Em face dos conceitos de reforma estrutural agrícola que dominavam entre os políticos da República, o reformismo de Ezequiel de Campos manifestava-se mais avançado do que o usual, sendo, no entanto, moderado. Na verdade, a generalidade das disposições legislativas posteriores a 1910 marcava como objectivo de intervenção os *incultos*, a que era dada também a designação de *pousios*, evidentemente longos, e os baldios. (Caldas, 1998, 445)

Em 1924, já na qualidade de Ministro da Agricultura, o mesmo Ezequiel de Campos, propôs a realização de um inventário das oportunidades de rega em Trás-os-Montes, no Centro e no Sul do país, argumentando o valor demonstrado pelas obras hidráulicas realizadas no Egipto, na Índia e nos Estados Unidos. Em virtude disso, foram decretadas a execução de obras de rega com o objectivo de beneficiar 200.000 hectares de terra. O seu mandato foi ainda marcado pela contratação do Engenheiro Hidráulico Sir Murdoch Mac Donald para estudar um projecto definitivo, que foi apresentado no ano seguinte, devidamente justificado com várias razões de ordem técnica e económica. No entanto, o curto mandato do ministro, a incapacidade dos lavradores ribatejanos se organizarem num Sindicato de Regantes e o conservadorismo da classe política, cuja mentalidade não acompanhou a mudança de regime, ditaram a falência da iniciativa.²²⁹

O esquecimento ou a ignorância dos responsáveis políticos urbanos quanto aos problemas e sofrimentos do mundo camponês em Portugal destruía e silenciava todos os esforços dos generosos intelectuais da época. (Caldas *apud* Frazão, s/d, p. 12)

Do ponto de vista do ensino agrícola, a República investiu largamente na formação de agrónomos e técnicos agrários. Como medida inicial, separou o Instituto Superior de Agronomia da Escola de Veterinária, privilegiando desse modo o ensino especializado em detrimento da formação generalista. Mas o apoio ao ensino agrícola não se ficou por aí, havendo sido criadas e reestruturadas durante a República, várias Escolas para aquele fim:²³⁰

- Escola Nacional de Agricultura de Coimbra;
- Escola de Agricultura de Santarém;
- Escola Profissional de Agricultura da Paiã;
- Escola Prática de Pomicultura, Horticultura e Jardinagem de Queluz;
- Escola Prática de Tabuaço;
- Escola Móvel Profissional de Vidago;

²²⁸ Ver (Raposo, 1994)

²²⁹ Ver (Casimiro, 1940)

²³⁰ Ver (Raposo, 1994)

- Colégio do Sagrado Coração de Jesus em Pinheiro de Cima.

No que diz respeito à tecnologia agrícola, foram introduzidas melhorias significativas ao nível da qualidade das sementes, dos fertilizantes e dos produtos fitossanitários. Além disso, acentuou-se a mecanização das culturas cerealíferas no Ribatejo e no Alentejo, nomeadamente, com a utilização de diversos tipos de charruas, grades, rolos, semeadores, cultivadores, gadanhadeiras, enfardadeiras, ceifeiras, ceifeiras-debulhadoras, etc... Não obstante os progressos, no panorama geral, o país continuava preso ao velho paradigma do arado de madeira, puxado por animais.²³¹



Figura 102 - Instituto de Agronomia e Veterinária. Anónimo, s/d
(Fonte: Faculdade de Medicina Veterinária)



Figura 103 - Instituto Superior de Agronomia. Anónimo, s/d (Fonte: BISA)

²³¹ Idem



Figura 104 - Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia. Postal ilustrado, 1920 (Fonte: BISA)



Figura 105 - Salão Nobre da Reitoria do ISA. Sessão presidida pelo director fundador, José Veríssimo de Almeida. Anónimo, s/d (Fonte: BISA)

3.4.2. Projecto de Irrigação da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira



Figura 106 - Vala Mar de Cães. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)

Teria sido uma atitude histórica a recordar para sempre o nome daqueles que nessa altura tinham nas mãos a administração da Companhia que, apesar de todas as reduções de área que lhe estavam fazendo, ainda havia de permanecer como a maior empresa agrícola do País.

Mas entretanto, com a amortização das acções, estas eram cada vez mais concentradas nas mãos de menos accionistas, a maior parte dos quais estariam mais interessados no valor dos dividendos a distribuir do que propriamente nas obras de fundo a a realizar.

Como já ia longe a filosofia dos primeiros directores da Companhia que visionavam o aumento das famílias lavradoras e a sua disseminação (quando for praticável) nesses campos, e nesse desejo tanto entra o do bem da Companhia como da prosperidade da nossa Pátria que por certo, igual interesse merece a todos nós! (Henriques, 1979, p. 128)

Como já foi referido, a implantação da República não teve a participação das gentes rurais, porém, os seus efeitos não passaram despercebidos na Lezíria Grande. Desde logo, as obras na vala *Mar dos Cães*, "o grande canal de irrigação com 10m de largura e 18m de extensão, que (...) se estava a construir em toda a

*extensão da lezíria, com o objectivo de trazer água doce do Sorraia e permitir a lavagem das terras salgadas*²³², foram afectadas por uma onda grevista que paralizou os cerca de 200 valadores que nela trabalhavam. O fenómeno acabou por se estender aos trabalhadores rurais, registando-se em virtude disso, acentuadas quebras no desempenho agrícola da região.

Paralelamente, a sucessão de episódios políticos que se seguiram ao dia 5 de Outubro de 1910 determinaram a falência do projecto que ficara a cargo da "*Comissão de Melhoramento do Tejo*", encarregada de elaborar e apresentar ao governo uma estratégia para maximizar o potencial hídrico do Tejo.

Ao impasse do Estado, a Companhia das Lezírias respondeu com a realização de um estudo na propriedade da Arriaga, que mostrou na prática os efeitos animadores da irrigação. Os ensaios efectuados registaram aumentos de produção superiores a 100%, tanto no milho como no trigo. Perante a evidência dos resultados a direcção decidiu adquirir novas máquinas para acelerar a abertura da vala *Mar dos Cães*. Não obstante o entusiasmo, uma involuntária sucessão de grandes cheias (1909, 1910, 1911, 1912), debilitou a tesouraria da empresa, adiando-se uma vez mais as grandes obras de irrigação no campo de Vila Franca.²³³



Figura 107 - Escarificador. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)

²³² Ver (Alves, 2003, p. 97)

²³³ Ver (Alves, 2003)



Figura 108 - Máquina de lavar a vapor. Anónimo, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVFX)

Porque se tornava indispensável ir à procura de novos rendimentos, não vemos meios de os aumentar mais prontamente e economicamente, senão obtendo condições para fornecer água de rega a grande parte das vossas terras e porventura às de propriedade de terceiros. (...) Para isso parecia desde longa data aconselhada, a obra do canal central da Lezíria, já indicado pelo grande eng^o francês Duponchel, na sua consulta de 1883. (Henriques, 1979, p. 111)

Em 1913, ultrapassados os constrangimentos financeiros, a Companhia das Lezírias voltou aos ensaios com culturas regadas, disponibilizando para o efeito 7 hectares. Área que foi subindo sucessivamente, primeiro para 54, depois para 480 e por fim, 2000 hectares em 1916. Os bons resultados apresentaram definitivamente as culturas irrigadas como uma alternativa ao sequeiro, razão que justificou o rápido predomínio da sua prática nas propriedades daquela empresa, tanto pela exploração directa como por intermédio dos seus rendeiros.²³⁴ A incontestável evidência traçou o futuro da Companhia, cuja direcção, mandatada pela Assembleia Geral, ordenou que se fizesse *"com a maior urgência o estudo completo das obras de irrigação, para apreciação do seu custo, bem como o estudo do plano financeiro a adoptar para obter os recursos necessários à realização da obra."*²³⁵

Depois de aprovado pela Assembleia Geral, o projecto foi entregue ao engenheiro José Ribeiro de Almeida, que iniciou os trabalhos preparatórios em Agosto de 1917, com a instalação de um pequeno

²³⁴ Ver (Alves, 2003)

²³⁵ Ver (Alves, 2003, p. 104)

laboratório para proceder à análise das terras, das águas e dos sedimentos, e paralelamente coordenar as medições dos caudais e os nivelamentos de terras.²³⁶

Dois anos mais tarde, deu-se início ao projecto propriamente dito, visando abastecer com água doce os campos da Lezíria Grande com altitudes até 5 metros acima do nível do mar. O trabalho, pioneiro em Portugal, teve várias referências, nomeadamente obras de rega em Espanha e Itália, porém, acabou seguindo as orientações do tratado de hidrologia de Sir William Willcocks, "*Egyptian Irrigation*."²³⁷

A Lezíria de Vila Franca é um vasto campo que muito se presta ao benefício da irrigação não só como seguro de boas colheitas, mas também como meio de proceder, rapidamente, à dessalga de perto de 3.000 hectares. Este campo foi formado pelos aluviões que as águas em cada maré banhavam, e está hoje defendido da entrada das marés pelos importantes valados que a abraçam, e cuja conservação tem de ser muito cuidada exigindo a mais vigilante atenção, porque eles constituem a defesa do campo. São estes valados que defendem também o campo das cheias, e, por isso, o manter estas obras em boas condições de resistência é, evidentemente, uma das despesas de exploração que tem primacial importância. (...) As cheias são prejudiciais aos campos, entrando pelas depressões, a que vulgarmente se chamam bocas, alvercas ou alverções, principalmente quando ocorrem nos meses de Maio a Outubro. (...) Sendo de 45.000 hectares a bacia inundável do Tejo, podemos dizer que, pelo menos, toda a parte inundável é suscetível de ser regada. (Almeida, 1919, p. 5 e 16).

Não obstante o facto da Lezíria Grande ser uma ilha plantada num leito fluvial, a sua proximidade ao mar acarretava a acumulação de elevadas concentrações de sais, tanto no rio, como nos níveis freáticos mais superficiais, razão pela qual o autor considerou várias opções para a captação e distribuição de água doce. Entre elas, foram apontadas possibilidades de barragens no Tejo, no Sorraia, nas ribeiras das Enguias e Santo Estevão, havendo-se no final optado pela elevação mecânica no lugar do Torrão, situado no limite norte da lezíria, por se considerar que aí a água seria doce todo ano e em todos os estados das marés.²³⁸

Em 1921 reforçaram-se os trabalhos de abertura e rectificação do canal *Mar dos Cães*, conforme o projecto do engenheiro José Ribeiro de Almeida, com valadores, mas rapidamente se verificou a insuficiência da prestação humana, razão pela qual se procedeu à sua substituição por máquinas escavadoras, mais eficientes, económicas e previsíveis.²³⁹ A obra orçamentada em 1.062.000\$00, tinha como objectivo beneficiar 14.276 hectares, dos quais, 10.609 pertencentes à Companhia das Lezírias e os restantes a outros particulares, de quem se esperava uma contribuição na proporção da área detida, ou o pagamento de uma renda pela água usada, uma vez que, dada a instabilidade política, não se previam ajudas por parte do Estado.²⁴⁰

²³⁶ Ver (Henriques, 1979)

²³⁷ Ver (Almeida, 1919)

²³⁸ Ver (Almeida, 1919)

²³⁹ Ver (Sado, 1921)

²⁴⁰ (Almeida, 1919)

Tratando de estudar a irrigação no vasto campo da Lezíria de Vila Franca, impunha-se um estudo de conjunto. A Companhia regando as suas propriedades, pode vender água aos particulares, cobrando também a parte que do benefício das obras eles alcancem, além de terem de fazer, nos seus terrenos, a construção dos respectivos canaes. (Almeida, 1919, p. 6)

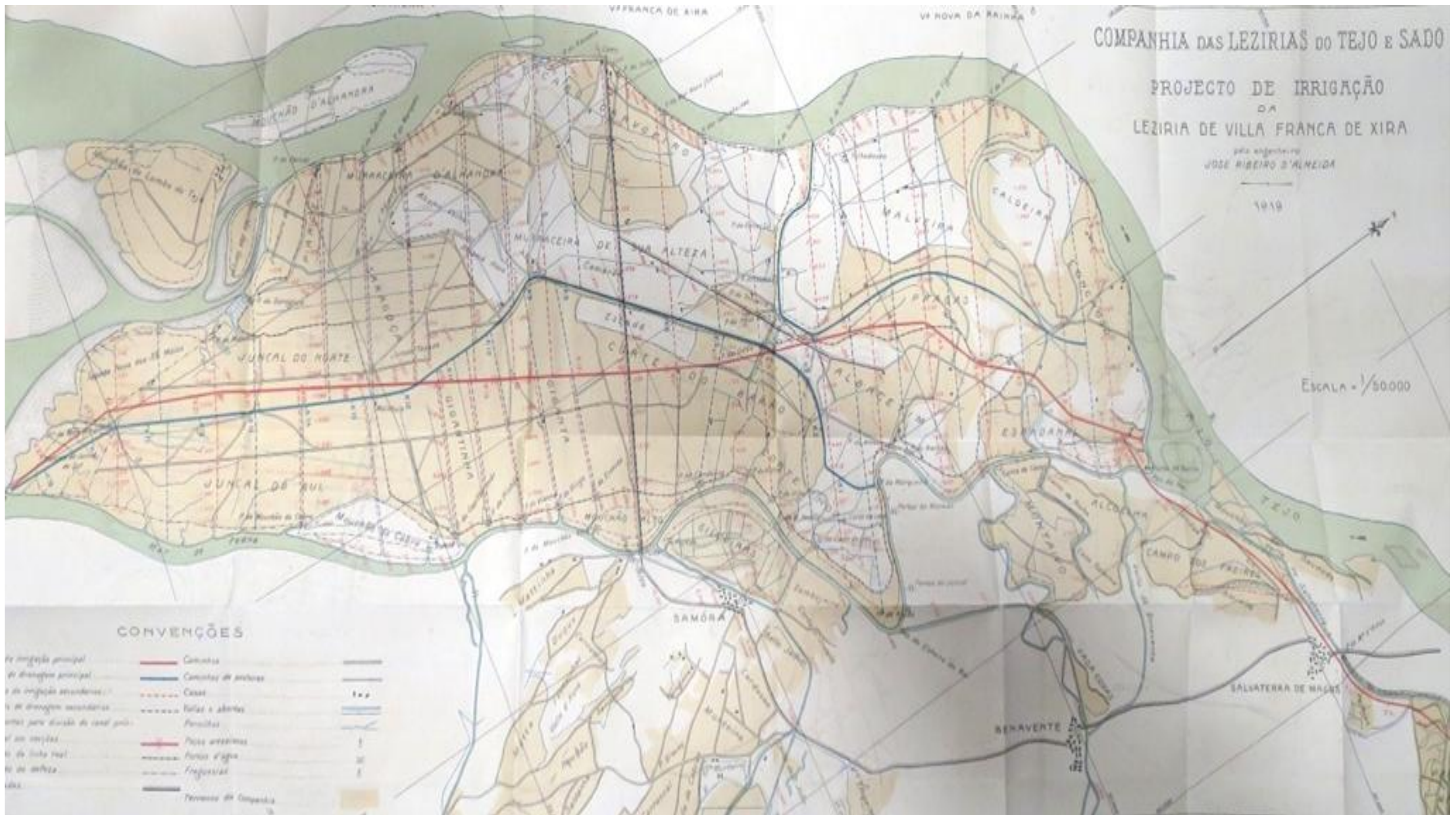


Figura 109 - Projecto de Irrigação da LGVFX. Escala 1:50.000 (Almeida, J.R., 1919)

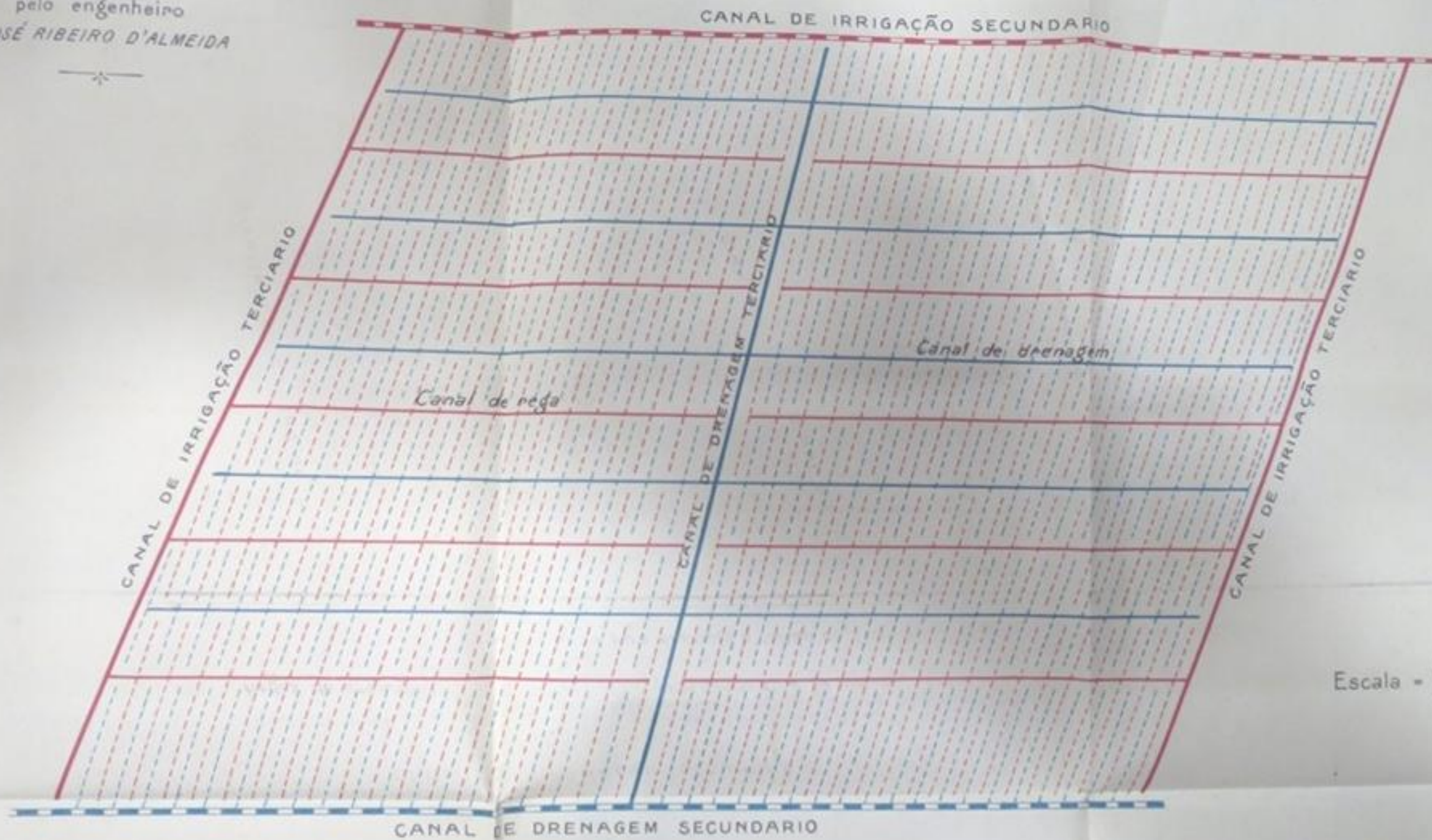
Além da sofisticação técnica, a obra revelou o papel fulcral da Companhia das Lezírias na emancipação hidroagrícola da região e do país. Ao contrário do que já se verificava noutros países europeus, o Estado português não havia ainda conseguido elaborar um plano de melhoramento agrícola de interesse geral, ao qual os proprietários ou associações de proprietários, podessem sujeitar os seus projectos em harmonia com o interesse público.

Entre nós não há nada disso: o nosso projecto é feito isoladamente com o intuito exclusivo de tratar das propriedades que a Companhia possui, sem saber, nem poder prevêr, o que o Estado fará no futuro.

Estudando mais detidamente o plano de rega da Lezíria de Vila Franca, onde a propriedade da Companhia domina, é evidente, que um todo harmonico se não podia apresentar sem abranger toda a ilha. A Companhia, depois, fará o que melhor julgar, porque do plano geral pode só realizar a parte relativa às suas propriedades. Mas, será de lastimar que não venha a ter a cooperação dos outros proprietários, por isso que, tendo a água de se ir buscar a um ponto único, e portanto de haver uma só estação productora de energia de elevação, e de ter de fazer-se um canal central de irrigação, um maior proveito se poderia tirar com essa colaboração. (Almeida, 1919, p. 10)

PROJECTO DE IRRIGAÇÃO
DA
LEZIRIA DE V.ª FRANCA DE XIRA
pelo engenheiro
JOSÉ RIBEIRO D'ALMEIDA

DETALHE DAS DISPOSIÇÕES DA REGA NUM TALHÃO



Regos de rega equidistancia 20 a 30 metros
Regos de drenagem equidistancia 20 a 30 metros

NOTA: Tomou-se para exemplo o talhão do Camarão. (Vide planta geral na escala de 1/20.000).

Figura 110 - Detalhe das disposições da rega num talhão. Escala 1:5.000 (Almeida, J.R., 1919)

3.5. O Estado Novo

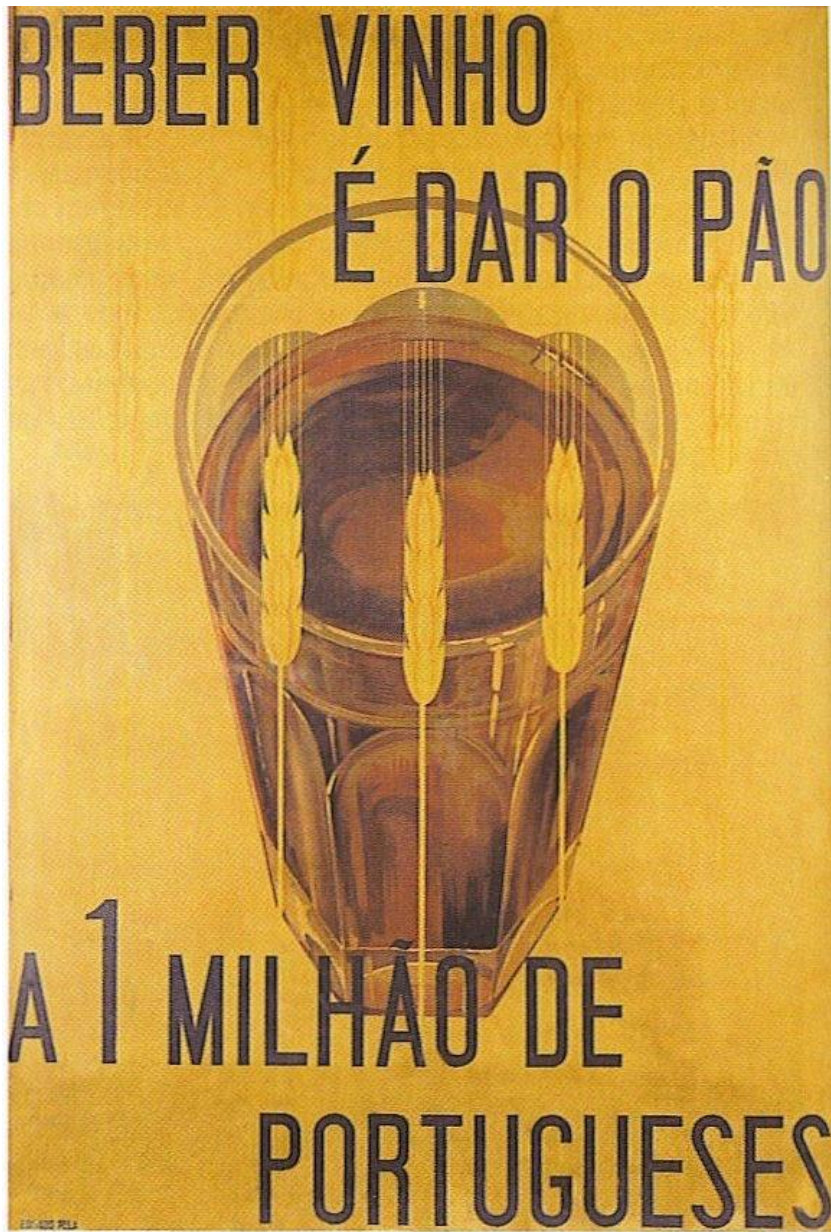


Figura 111 - Propaganda do Estado Novo, 1933 (<https://grupo400.webnode.pt/banco-de-imagens/>)

Os problemas de uma parcela ou de um grupo enquadram-se no problema de todos. A herança comum vem de longe. Séculos de vida moldada pelas muitas adversidades e pelos poucos favores que a natureza coloca ao seu dispor são o substrato da feição do habitat do povo português. (Afonso, 2004, p. 15)

3.5.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico

Com o golpe de estado de 1926 chegou ao fim o período designado por Primeira República e teve início o Estado Novo. Os primeiros anos deste regime foram dominados por um clima de recessão económica, fruto da crise financeira de 1929 e ainda das sequelas deixadas pela participação de Portugal na Primeira Grande Guerra, circunstância que o executivo procurou reverter com medidas de apoio à agricultura, tida como único remédio para o impasse em que o país se encontrava (*Figuras 111-112*).

A leitura dos debates da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa dão conta de uma acesa discussão em torno da criação de explorações familiares auto-suficientes, apoiadas por obras de hidráulica agrícola capazes de prover a cada família parcelas regadas com áreas entre 1 e 5 hectares.²⁴¹ *"Estabelece competir ao Estado estudar e realizar as obras de fomento hidro-agrícola de acentuado interesse económico e social, orientar e fiscalizar a sua conservação, e bem assim a exploração das terras beneficiadas, de modo a que se tire delas a maior utilidade social."*²⁴²

De um modo geral, estas e outras medidas produziram um ambiente de relativa acalmia social, muito por conta da *Campanha do Trigo* (1929 - 1933), inspirada na *battaglia del grano* do regime fascista italiano, que ofereceu por algum tempo abundância de emprego e matéria-prima, especialmente a seareiros que viam assim, por intermédio de pequenas parcelas que arrendavam nas extremas das grandes propriedades, aumentar o seu rendimento. Além disso, a postura repressiva do Estado, ditou o fim das organizações sindicais e das manifestações públicas.²⁴³

Para lidar com o problema do desemprego rural, e de modo a minorar os efeitos sociais e políticos que dele resultavam, o regime do Estado Novo tinha iniciado uma política de obras públicas ainda durante os anos trinta. Este mesmo objectivo presidiu à criação do Commissariado do Desemprego, em 1932, que executava ou participava na execução de obras públicas que criassem postos de trabalho, ou, para usar os termos do decreto fundador, que facultasse a todos, o direito a um salário, em vez de criar por lei, para homens válidos, direito a óbulo. (Silva, 2011, p.16)

²⁴¹ Ver (Silva, 2011)

²⁴² Ver (Lei nº 1949 de 15 de Fevereiro de 1937)

²⁴³ Ver (Pereira, s/d)

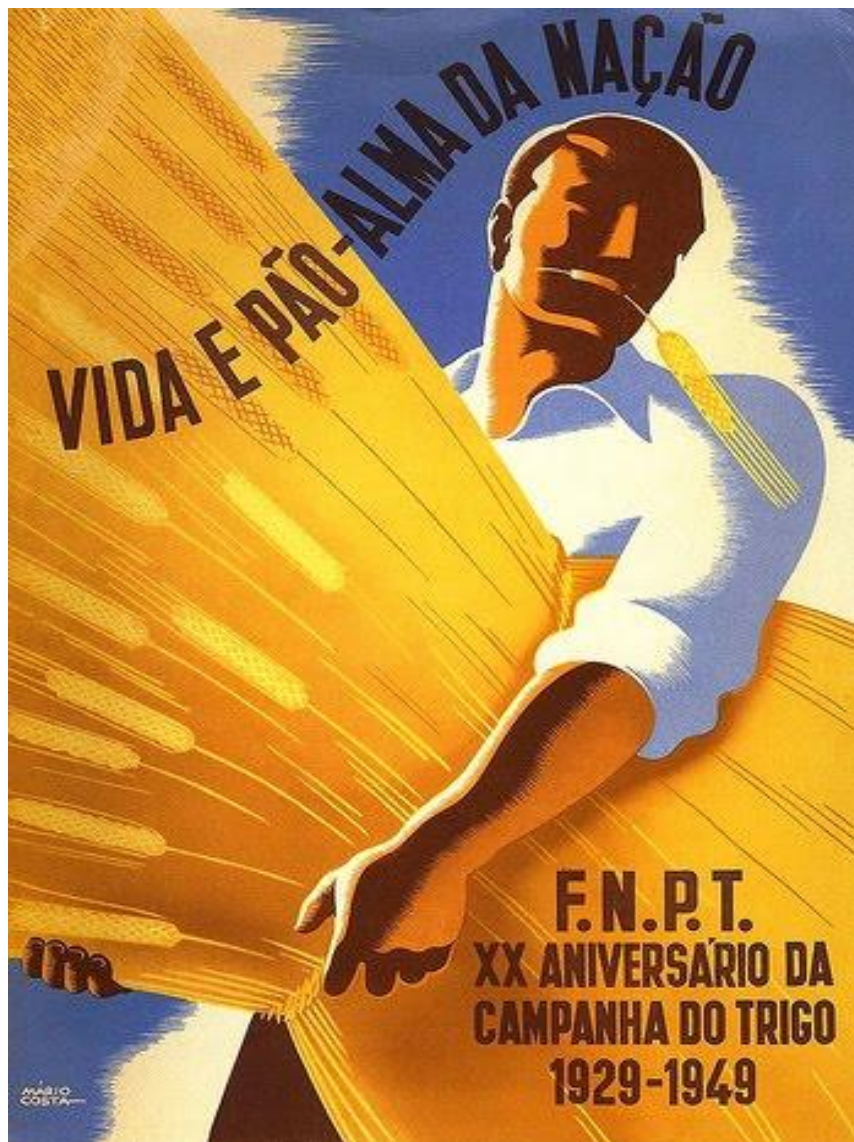


Figura 112 - Cartaz comemorativo da Campanha do Trigo, 1949
(Fonte: <http://campanhatrigo.blogspot.com/>)

Segundo Maria Elisa Lopes da Silva, o plano, assente na correcção das estruturas fundiárias do país, consideradas excessivamente fraccionadas no Norte e demasiado extensas no Sul, consolidou o reformismo agrário e legitimou a ocupação dos incultos.²⁴⁴ Por sua vez, Fernando Oliveira Baptista, inseriu-o num quadro político e económico favorável ao protecçãoismo cerealífero e dominado pela ameaça dos ideais marxistas. Segundo o autor, a atribuição de pequenas courelas nas extremas dos latifúndios a famílias camponesas, servia simultaneamente o propósito de fixar mão-de-obra para as grandes fainas sazonais e *"construir a paz social pela conversão dos trabalhadores agrícolas em pequenos proprietários."*²⁴⁵

O levantamento de questões relativas ao aumento populacional e a correlativa apresentação da sua solução através da ideia de colonização interna tinham já sido configuradas pela tradição

²⁴⁴ Ver (Silva, 2011)

²⁴⁵ Ver (Baptista, 1993, p. 10)

do reformismo agrário, que desde o século XIX vinha a pensar o problema rural de Portugal a partir do problema da população. Sublinhe-se por agora que o momento de criação da JCI²⁴⁶ marca assim o culminar de um longo processo mais lato em que se reclama do poder estatal a tarefa de equacionar os habitantes de um território em relação aos seus recursos numa lógica de otimização de todas as suas forças e capacidades. (Silva, 2011, p.18)

Por outras palavras, poderá dizer-se que o projecto colonizador assumiu dois objectivos distintos, um de ordem ideológica, instigado pelo receio dos levantamentos populares e o outro de concepção economicista, empenhado em introduzir os camponeses no mercado dos produtos industriais,²⁴⁷ condição até aí inalcançável devido à precariedade do rendimento sazonal, circunstância que se agravava nas primeiras décadas do século XX, especialmente nos campos do Alentejo e do Ribatejo.²⁴⁸

Dada a predominância do trigo entre as culturas na região do Alentejo, o ciclo de produção correspondia largamente ao ciclo de emprego (e desemprego) agrícola. Todavia, em inícios dos anos trinta, o desemprego rural parece adquirir uma amplitude inédita, estendendo-se a grande parte do ano.

O problema do desemprego temporário nos meios rurais é mesmo discutido na Assembleia Nacional a propósito de um aviso prévio sobre desemprego em 1940, mesmo antes de se sentirem todos os efeitos sociais da economia de guerra. Barradas as saídas para a emigração desde princípio da década de trinta, o desemprego rural recrudescceu, sobretudo no contexto da II Guerra Mundial, altura em que ganham visibilidade as greves rurais que alastram nas zonas do latifúndio do Alentejo e do Ribatejo. É justamente com esse ciclo de lutas rurais dos anos quarenta que a chamada questão social ligada ao mundo rural reemerge enquanto problema de ordem pública." (Silva, 2011, p. 13 - 14)

As diligências estatais atingiram o apogeu em 1936 com a criação da Junta de Colonização Interna que atribuiu à acção governativa a responsabilidade de implementar "*condições que contribuíssem para absorver os excedentes da população: fazer de elementos inactivos ou de fraca produtividade instrumentos criadores de riqueza socialmente útil, restituindo-lhes poder de compra para satisfação das necessidades próprias e da família.*"²⁴⁹

Com a institucionalização do problema agrário, o poder político apropriou-se da paisagem campesina e configurou-a aos argumentos da sua visão, simultaneamente industrialista e ideológica, focada por um lado no aumento da rentabilidade da terra e por outro no bem-estar dos meios rurais. No entanto, "*o primeiro objectivo parecia estar ao serviço do segundo (...) visto que mesmo sem viabilidade económica, e com elevadas*

²⁴⁶ Junta de Colonização Interna

²⁴⁷ Ver (Silva, 2011)

²⁴⁸ Idem

²⁴⁹ Ver (Duque, 1940, p. 28)

perdas financeiras, foram várias as vozes que na Assembleia Nacional defenderam o projecto social colonizador do Alentejo."²⁵⁰

As reformas agrárias de carácter individualizante, têm por fim a criação dum elevado número de pequenas propriedades privadas e o estabelecimento de numerosas empresas independentes, cuja declarada intenção é a de porem um dique, julgado intransponível, à penetração das ideias de colectivização na terra, e, de um modo mais geral, ao progresso das formas de revolução social." (Barros, 1949, p. 16)

Não obstante a colonização interna ter sido a bandeira mais alta do plano político, por ser considerada a mais eficaz na resolução das crises de trabalho, houve outras, nomeadamente a florestação, a revisão das leis do arrendamento, a criação de indústrias complementares à agricultura, o crédito à lavoura e a intensificação cultural por intermédio da rega.²⁵¹ Além do Estado, João Lemos de Castro Caldas, destaca ainda a importância de algumas iniciativas privadas, principalmente as levadas a cabo por José Maria do Santos no Pinhal Novo e pela Companhia das Lezírias em Samora Correia.²⁵²

O supracitado autor, estudou ainda as medidas legislativas das primeiras décadas do século XX e concluiu que elas se focavam essencialmente no estabelecimento de normas gerais, na intensificação da produção de cereais panificáveis e na defesa da média propriedade, nomeadamente através do apoio à dívida hipotecária.²⁵³ Esta convicção iria permanecer até aos anos sessenta, altura em que a contestação social se acentuou, tanto pela influência do partido comunista, como pela indiferença dos grandes proprietários, que continuaram resistindo à emancipação dos trabalhadores.²⁵⁴

A colonização interna enquanto modelo social (...) fez-se a partir de uma ideia central, o *apego à terra*. Se a *terra* produzia os bens alimentares necessários à população em crescimento definidas pela política económica salazarista, parece ter sido o *apego*, esse investimento emocional na relação com a terra, que constituiu o valor que uma parte do Estado Novo pensou em aproveitar em favor de uma desejada estabilidade política e social. (Silva, 2011, p. 105)

Sem dúvida, a reforma agrária levada a cabo pelo Estado não foi acolhida com o mesmo entusiasmo por todas as franjas da sociedade rural. É exemplo disso, a ocupação dos baldios serranos com florestas exóticas, nomeadamente pinheiros e eucaliptos, que introduziram profundas alterações no sistema fundiário da região, consolidado por incontáveis gerações de vida comunitária. Nenhum outro nos dá melhor conta desse episódio do que Aquilino Ribeiro na sua obra *Quando os Lobos Uivam*, onde destaca a pressão urbana,

²⁵⁰ Ver (Silva, 2011, p. 35)

²⁵¹ Ver (Silva, 2011)

²⁵² Ver (Caldas, 1988)

²⁵³ Idem

²⁵⁴ Ver (Silva, 2011)

dominada pela indústria, sobre o território secular das comunidades remotas do nosso país. Nessa história, como em tantas outras, os interesses da cidade sobrepuseram-se aos do campo.

Outra vez conclamo: aqueles maninhos que se propõem desbravar, fazem parte integrante, para o montanhês da serra dos Milhafres, da sua carta de suserano como num senhorio as belas sombras fazem parte do seu reguengo. Além da utilidade que a serra representa para ele, homem que se atrasou 500 anos do europeu de verdade, povoou-a com os seus sonhos, os seus medos, as suas prosopopeias de cada hora. Não é nada? Ah, ah, a serra insulando a aldeia séculos e séculos, pode dizer-se, condicionou-a na fantasia popular a seu espaço épico e folclórico. Não se compreende um serrano sem esse imenso descampado à cabeceira, pois que todas as aldeias viram para lá a cabeça. (Ribeiro, 1958, p. 80 - 81)



Figura 113 - Arredores da Guarda, 1960. Antes da florestação (Afonso et al., 2004)

No plano artístico, o período do Estado Novo, caracterizou-se por um confronto ideológico que opôs a propaganda do governo aos movimentos anti-fascistas. Dentre eles destacou-se o Neo-Realismo, especialmente na forma literária, formado por notáveis como Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Vergílio Ferreira, Miguel Torga, Manuel da Fonseca, Fernando Namora, Carlos Oliveira ou José Saramago, entre outros.

Instigados pela convulsão política que abalou a Europa entre as duas Grandes Guerras, esta geração de escritores procurou intervir, compondo fundamentalmente uma literatura de apoio à luta de classes. Os seus principais objectivos, apontados em 1936 por Alves Redol numa conferência proferida na Associação de Construção Civil em Vila Franca de Xira, eram a modelação da arte à causa social e o seu emprego para o desenvolvimento da consciência humana.²⁵⁵

Provenientes essencialmente das fileiras do marxismo-leninismo, estes autores declararam o papel activo da literatura, nomeadamente através da sua relação com a actualidade política. O pontapé de saída foi dado em

²⁵⁵ Ver (Torres, 1983)

1940 com publicação de *Gaibéus* de Alves Redol e confirmado em 1941 por *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes. Ambos abordam a opressão das classes trabalhadoras do mundo rural pelo domínio do tecido urbano.²⁵⁶

Logicamente os escritores portugueses não se encontravam sós, entre as suas referências destacavam-se figuras como Steinbeck, Caldwell, Hemingway, Jorge Amado, Lins de Rego, Armando Fontes, entre outros. Segundo Tomaz Ribas, "*foi com base neste pressuposto que nasceu o Neo-Realismo português, através da popularidade e divulgação de determinadas correntes de pensamento, de determinadas obras, e de certos autores estrangeiros que enformam em si uma doutrinação filosófica, sociológica e política influenciadora das artes e da literatura.*"²⁵⁷

Do ponto de vista filosófico o Neo-Realismo inseria-se no materialismo histórico, o qual, afirma Carlos Reis, se baseava num género decorrente da atenção conferida à História e à dialéctica da sua perspectivação.²⁵⁸ Ainda sobre o tema, Rodrigo Soares explica que o problema do Homem deveria ser visto à luz da vida histórica concreta e não num mero plano intemporal.²⁵⁹

Politicamente o movimento exprimia a posição do Partido Comunista Português e por isso cabia-lhe divulgar um ideário, que noutras condições teria competido ao jornalismo, à política ou ao livro doutrinário, obviamente, todos censurados pela ditadura. Assim, a obra Neo-Realista nasceu com a forma de reportagem, comprometida em primeiro lugar com o documento testemunhal e só depois com a estética. A sua construção exigia um conhecimento real das circunstâncias e divulgava a miséria, a opressão, as instituições corruptas e a servidão do camponês.²⁶⁰

Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem. (Alves Redol in *Gaibéus*)

No contexto da literatura Neo-Realista, a paisagem da Lezíria Grande é abordada em duas obras, *Gaibéus* e *Esteiros*. Nelas se descreve um cenário de planície imensa atormentada pela desolação humana, pelas catástrofes naturais e pela angústia duma condição social irreversível.

O primeiro livro, escrito por Alves Redol, um conhecedor profundo do meio rural ribatejano e membro da elite letrada urbana, conta a história de um rancho de gaibéus, que descem ao Ribatejo por altura da ceifa do arroz. Não obstante a delimitação espacial e temporal, o autor procurou construir um testemunho mais abrangente, assente no "*compromisso deliberado da reportagem com o romance, em favor dos homens olvidados e também da literatura aviltada*"²⁶¹

A acção versa o cotidiano desses trabalhadores, dominado pela fome, pela exploração, no sentido marxista, pelas circunstâncias sociais e pela dureza da paisagem, à qual se atribui uma forte cumplicidade com

²⁵⁶ Ver (Lousada, 2003)

²⁵⁷ Ver (Ribas *apud* Lousada, 2003, p. 59)

²⁵⁸ Ver (Reis, 1983)

²⁵⁹ Ver (Soares, 1947)

²⁶⁰ Ver (Lousada, 2003)

²⁶¹ Ver (Redol, 1965, p. 17)

o colectivo moral dos camponeses: "Só planície e céu - céu e planície", as árvores "assemelham-se a figuras humanas que o desalento tocara", "a planície sempre triste, desdobrada até ao horizonte", "ali os homens comem palha e respiram palha."²⁶²



Figura 114 - Rancho de Ceifeiras. Lezíria Grande
(Mário Morais, s/d, Fonte: Arquivo Biblioteca Calouste Gulbenkian)

A obra assinala o início do fim do mundo rural e prolonga a promessa da elite urbana, que vê como desígnio a libertação do camponês, do esforço maquinal a que o seu corpo está sujeito: "*máquinas a que deram movimento e não conseguem deter-se*", "*correias de debulhadoras em movimento*", "*as tosses, de quando a quando, dizem que ali vai gente - isso as distingue das máquinas que não têm pulmões*", "*Vencidos pelo torpor os braços não param. Lançam as foices no eito, juntando os pés de arroz na mão esquerda e o hábito arrasta-os em gestos quase automáticos*", "*E os homens tornam-se máquinas também; não raciocinam nem têm querer*", "*E os homens não guardam pensamentos, porque são máquinas também a que os volantes imprimem movimentos, por intermédio das correias.*"²⁶³ O tema da máquina, recorrente no texto, representa a problemática da subserviência e da dependência do camponês a uma estrutura social cujo único objectivo é explorar as forças do homem com vista à obtenção de maior lucro.²⁶⁴

Embora os Gaibéus trabalhem num espaço natural, a natureza é percebida como triste, agressiva e violenta não existindo qualquer sentimento de cumunhão com a terra durante a execução das tarefas. Pelo contrário, o trabalho é realizado de forma maquinal e automática. O espaço do trabalho é representado pelo narrador e percebido pelos gaibéus como um lugar de agressividade, de condenação e opressão, onde os ceifeiros perdem o seu estatuto humano, a sua identidade individual e lembram os forçados pelo ritmo imparável dos seus movimentos. O

²⁶² Ver (Redol, 1965)

²⁶³ Ver (Redol, 1965)

²⁶⁴ Ver (Silva, 2014)

espaço em que executam as suas tarefas é caracterizado pela agressividade: os mosquitos que zumbem, picam e transmitem doenças, a água em que têm de mergulhar os pés até estes se tornarem dormentes, as ervas que os incomodam, o sol que os queima, cansa e oprime. Todos estes elementos convergem para dificultar ainda mais a tarefa dos gaibéus. (Silva, 2014, p. 7)

O segundo livro, escrito por Soeiro Pereira Gomes, tal como Alves Redol, colaborador do Jornal "O Diabo" e destacado membro da elite intelectual e urbana do seu tempo, dá-nos conta da vida de um grupo de crianças de Alhandra, cujo cotidiano é dominado pela pobreza e pela privação de esperança. O romance apresenta a família como uma unidade nuclear dirigida por tensões e conflitos que evidenciam a indivisibilidade dos interesses e dos afectos. O lugar da família camponesa é marcado pela hostilidade e pelo ódio, resultantes da pobreza extrema, que acentua o desejo de lhe escapar.

Do ponto de vista do território, nota-se que ambos os livros recorrem à construção de paisagens fortes e mal-amadas com o objectivo de anular a estética glorificante do Estado Novo, dominada por imagens de alegria e privilégio.²⁶⁵



Figura 115 - Campinos na Lezíria Grande. Excerto do documentário *Os campinos: estudos dos costumes portugueses*, 1923 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)

²⁶⁵ Ver (Sobral, 2002)



Figura 116 - Campinos na Lezíria Grande. Excerto do documentário *Os campinos: estudos dos costumes portugueses*, 1923 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)



Figura 117 - Campinos na Lezíria Grande. Excerto do documentário *Os campinos: estudos dos costumes portugueses*, 1923 (Fonte: Cinemateca Portuguesa)

No âmbito da produção agrária, a 16 de Maio de 1938 os lavradores ribatejanos viram promulgado o Decreto nº 28:653 que autorizava a constituição de associações de regantes e enquadrava legalmente o seu papel na gestão dos recursos hídricos nacionais e respectivas estruturas de apoio. Entre outras, incumbia-lhes

o referido decreto, a responsabilidade de cobrar junto dos beneficiários uma taxa, correspondente à área beneficiada, a fim de ressarcir o Estado pelo investimento efectuado nas obras de beneficiação; pronunciar-se sobre os planos de aproveitamento hidro-agrícolas; propor modificações convenientes sobre os planos propostos pela Junta Autónoma da Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA); pronunciar-se sobre as dotações de água e horários de rega; velar pelas regras estabelecidas; promover a exploração e conservação das obras de fomento hidro-agrícola; efectuar registos da produção anual das terras beneficiadas; etc.

Cinco anos depois, no dia 11 de Novembro de 1943 foi criada, pelo Decreto n.º 33:210, a Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, uma organização agrícola que reunia, pela primeira vez, todos os proprietários, rendeiros, usufrutuários, enfiteutas e fiduciários da Lezíria Grande na mesma figura jurídica, com o objectivo de constituir uma força reivindicativa robusta e alinhar os interesses dos associados numa causa comum. Este acontecimento marcou o início de um processo que se estendeu a todo o campo de Vila Franca e enterrou definitivamente a política do remendo, que até aí dominara.

O interesse dos regantes vai cooperar na tarefa libertadora, sugerindo quanto, sem lhe mutilar o interesse colectivo, melhore as vantagens e atenda as justas conveniências individuais.

Não pode o Estado chamar a si, por enquanto, todos os encargos do beneficiamento?

Os beneficiários terão de reembolsá-lo. Por cada hectare pagarão uma anuidade fixa; a taxa de rega e beneficiação. A base VI da lei n.º 1949, de 15 de fevereiro de 1937, fixa os termos da amortização. *O valor das anuidades a pagar não poderá nunca exceder a mais valia resultante das obras efectuadas.*

Proporcional ao número de hectares beneficiados, uma taxa de exploração e conservação criará os fundos necessários para estas. (Casimiro, 1940, p. 130)



Figura 118 - Fotografia aérea da Lezíria Grande, 1944 (Fonte: Direcção Geral do Território)

A iniciativa, integrada no I Plano de Fomento (1953 - 1958), fez renascer o projecto de 1919 do engenheiro José Ribeiro de Almeida e definiu como prioridade a construção de um dique em todo o perímetro da lezíria, defendendo-a assim dos efeitos nefastos das marés e das cheias. Concomitantemente, foi alargada a rede de canais com o propósito de distribuir água doce e dar vazão às águas da chuva acumuladas durante o inverno. O resultado desta operação reformulou o carácter do território tornando-o mais dependente da acção humana.

Os novos planos de rega entusiasmaram os agricultores, que confiantes na proximidade de um ciclo económico de maior prosperidade, substituíram os tradicionais modelos de exploração agro-pecuária por culturas de regadio, nomeadamente o tomate, o arroz e o melão.

E as obras começam. Para junto delas a Junta destaca um engenheiro fiscal.

Cavam-se os alicerces, abrem-se os encontros dos futuros diques, erguem-se as barragens, rasgam-se os tuneis, as galerias, os canais. Onde era o alagadiço e o pântano, avultam já os valados e os drenos. Onde era o deserto, agita-se a actividade criadora.

Alegria de criar e ver, na terra que se transfigura, corporizando em viva e crescente, palpável realidade, o que até ali foi desejo inquieto e esforço disperso! (Casimiro, 1940, p. 129)

Naturalmente, a artificialização do sistema não gerou somente benefícios. Associado a eles surgiram também alterações no ecossistema silvestre, *habitat* de uma infinidade de espécies endógenas e migratórias, decréscimos da fertilidade dos solos, dependente da deposição dos nateiros arrastados pelas cheias, e outros problemas associados à intensificação da actividade agrícola.

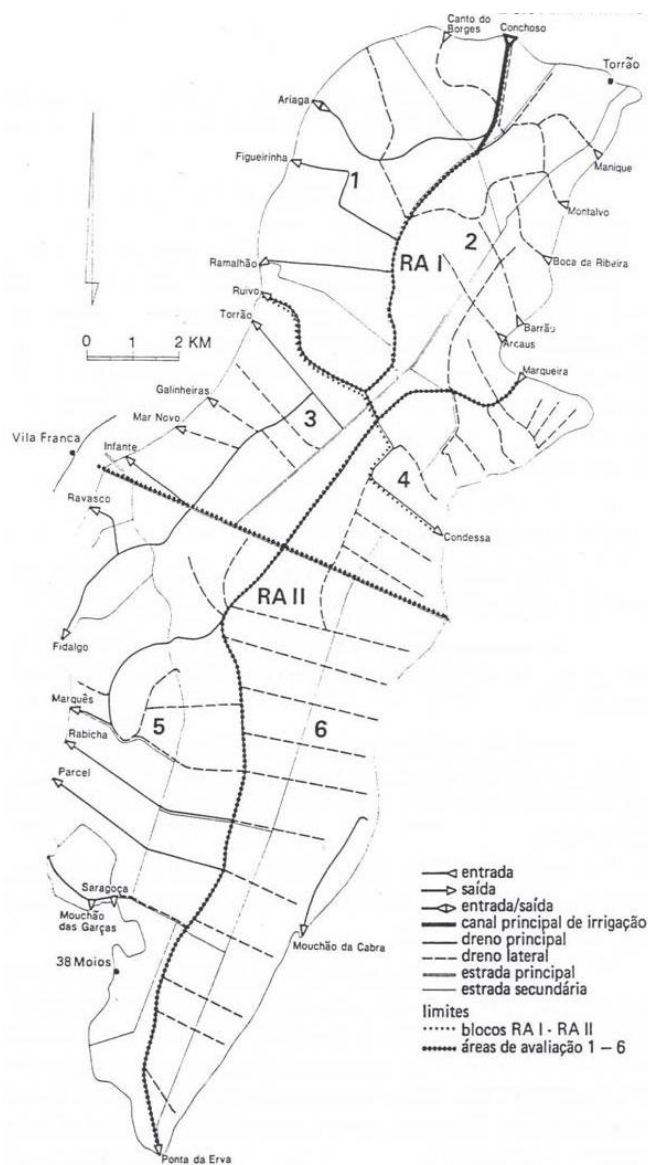


Figura 119 - Sistema de irrigação/drenagem melhorado (Fonte: Arquivo ABLGVX)



Figura 120 - Abertura de valas na Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)



Figura 121 - Construção de uma comporta. Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

No total construíram-se 60 km de dique, com alturas variáveis entre os 2,5 e os 4,5 metros e a água passou a ser controlada por um sistema de valas abertas não revestidas, concebido com funções de drenagem (18 comportas) e de admissão (9 comportas). Deste modo, o sistema permitia drenar nas marés baixas e receber água nos períodos da maré alta, sendo a irrigação feita por bombagem a partir dum sistema de valas de iniciativa privada.²⁶⁶ Além disso, foram ainda construídos 160km de valas, 74km de guarda-matos, 58km de valados exteriores, 90.000m² de área exposta aos valados exteriores, 20,5km de estradas pavimentadas, 50km de carris com traçados definitivos, 38 portas de água e bombaxos exteriores, 52 pontões, 66 aquedutos e 50km de caminhos macadamizados.²⁶⁷



Figura 122 - Abertura de valas na Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

Em 1959, a obra hidro agrícola da lezíria de Vila Franca encontrava-se finalmente concluída, assim como a rede de estradas de apoio, igualmente incluídas no I Plano de Fomento. O feito mereceu destaque no IV Congresso Internacional de Irrigação e Drenagem, realizado em Madrid, no ano seguinte, onde foi debatido com entusiasmo.²⁶⁸

²⁶⁶ Ver (Galhardo, 1977)

²⁶⁷ Ver (Alves, 2003)

²⁶⁸ Ver (Alves, 2003)



Figura 123 - Construção do dique da Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)



Figura 124 - Construção do dique da Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)



Figura 125 - Construção de uma comporta. Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

Não obstante traduzir um progresso tecnológico assinalável, o modelo apresentava alguns problemas relativamente ao controlo da água, nomeadamente: insuficiente capacidade de admissão de água como resultado do conteúdo demasiado alto de sal na água do rio durante as marés altas e reduzidos caudais nas marés baixas; insuficiente capacidade de drenagem; inexistência de um sistema terciário de enxugo para controlo da água do solo; assoreamento das valas resultando de sedimentos transportados pela água do rio Tejo; e invasão dos canais por plantas aquáticas infestantes, principalmente o jacinto aquático.²⁶⁹

²⁶⁹ Ver (Galhardo, 1977)



Figura 126 - Fotografia aérea da Lezíria Grande, 1955 (Fonte: Direcção Geral do Território)

Em 1972, a Associação de Defesa da Lezíria de Vila Franca de Xira ganhou independência administrativa, porém a liberdade só durou até 1974, altura em passou a ser dirigida por uma *comissão administrativa orientada pelos valores da Reforma Agrária*.²⁷⁰ Na prática, pouco se alterou na vida do campo, como é sabido os ciclos agrários são indiferentes à política, economia e filosofia, pelo que para germinar uma semente, continua fazendo mais falta o sol, a água e a terra, do que qualquer uma dessas.

²⁷⁰ Decreto-Lei n.º 644/76 de 30 de Julho.

3.5.2. A Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola



Figura 127 - Canal de Rega. Vale do Sorraia, 2003 (Fonte: Arquivo da ARBVS)

As terras irrigáveis que forem apropriadas pelo Estado, e quaisquer outras marinhas, baldias ou dos bens nacionais atingidas pelos projectos de rega, como as terras anexas, florestais ou de sequeiro, cuja partilha seja conveniente, serão cedidas por venda, e excepcionalmente por arrendamento a longo prazo, em lotes com área regável bastante para, em cultura normal, cada um dar ocupação proveitosa a uma família cultivadora; podendo cada dono de terras irrigáveis, atingidas pelo projecto de rega, permanecer possuidor de cinco lotes de família, sem outros onus além dos de conservação e exploração do sistema irriguo, quando a soma dos lotes assim reservados não ultrapassar um quinto da área total irrigável, e da área correspondente àquela fracção, quando ultrapassar. (Sérgio, 1924, p. 334)

A 8 de Setembro de 1930, o Estado Português, representado pela pessoa do então Ministro da Agricultura, Henrique Linhares de Lima, promulgou o Decreto nº 18865, cuja substância determinou a criação da *Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola*, um organismo estatal, "*dotado de personalidade jurídica, com a faculdade de administrar por si os interesses a seu cargo,*" nomeadamente, a promoção de estudos e a

construção de infraestruturas de recolha e distribuição de água para regar.²⁷¹ Começava assim a política hidroagrícola do Estado Novo e uma nova fase da agricultura portuguesa.

Um ano depois, o executivo aprovou o Decreto nº 20329 de 21 de Setembro, que extinguiu a *Divisão de Hidráulica Agrícola*, que até aí tutelara os empreendimentos hidroagrícolas nacionais, e criou a Direcção dos Serviços Agronómicos, dos Serviços Sociais e Económicos e dos Serviços de Engenharia da Junta, integrando-os na sua constituição. O episódio elevou o quadro técnico desse organismo para 12 elementos, circunstância que optimizou a competência dos seus serviços, nomeadamente a organização dos planos, projectos, orçamentos e outros.²⁷²

O reforço permitiu ainda formar Brigadas de Estudos que ampliaram os trabalhos de recolha de elementos para novos projectos e fiscalizar com mais cautela as obras em curso. Para o efeito, além do pessoal da Junta, o executivo disponibilizou técnicos do Instituto Geográfico e Cadastral e da Divisão de Agrimensura, do Ministério da Agricultura.

Perante uma conjuntura favorável de meios técnicos e humanos, a Direcção da Junta estabeleceu como objectivos principais da sua intervenção "*o cadastramento técnico e económico das possibilidades reais para a elaboração de um plano, a rápida elaboração de alguns projectos de pequena envergadura para escola e propaganda, e a realização imediata de alguns trabalhos úteis que acudissem ao desemprego rural no Ribatejo e permitissem a reconstituição de elementos perdidos numa vasta rede de enxugo.*"²⁷³

Em Maio de 1934, o pessoal topográfico da Junta tinha já levantado vastas extensões de terreno. Executavam-se reconhecimentos geológicos e sondagens. Estas tinham começado a fazer-se em 1927, com sondas adquiridas pelo então Chefe de Divisão de Hidráulica Agrícola, Engenheiro Mário Fortes, as quais, com o seu pessoal treinado, passaram, em 1930, ao serviço da Junta com cerca de 900m de perfurações executadas. (Casimiro, 1940, p. 98)

Após alguma incerteza, própria dos primeiros tempos, a Junta fixou a sua actividade nas bacias do Tejo e do Sado, destacando-se os trabalhos nas ribeiras da Goucha, de Magos e de Muge, que permitiram beneficiar 535 hectares de terra, dos quais 80% pertencentes à Companhia das Lezírias.²⁷⁴ Concomitantemente, deu-se início à renovação das valas do Ribatejo e do Sado, que entre outras melhorias, desobstruíram a vala de Salvaterra, cumprindo-se assim o objectivo da sua navegabilidade até à Vila.²⁷⁵

²⁷¹ Ver (Casimiro, 1940)

²⁷² Idem

²⁷³ Ver (Casimiro, 1940, p. 97)

²⁷⁴ Ver (Caldas, 1998)

²⁷⁵ Ver (Casimiro, 1940)



Figura 128 - Vala de Salvaterra de Magos (Fotografias do Autor, 2020)

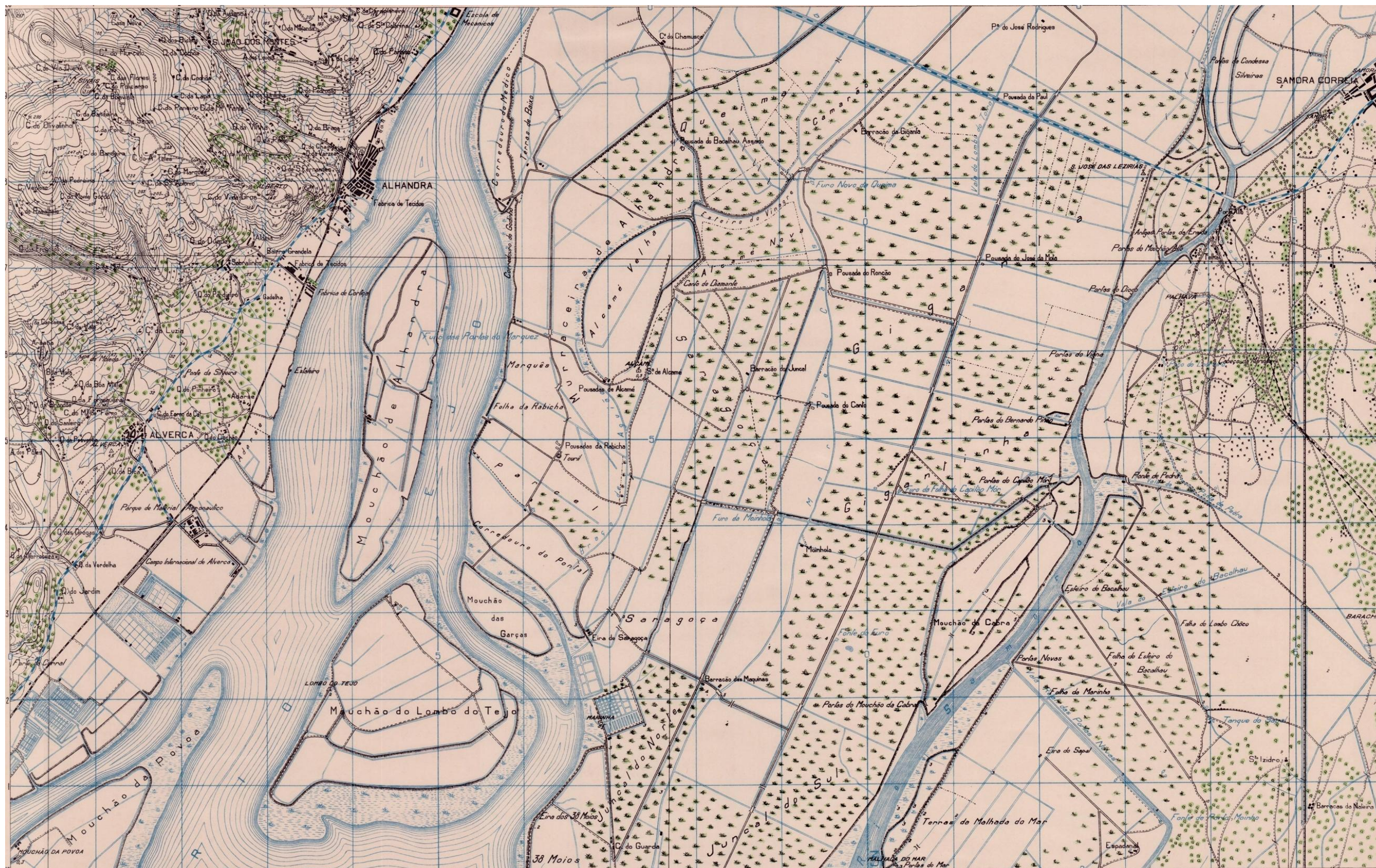


Figura 129 - Carta militar de Alhandra, tiragem de 1936. Folha 404. Escala 1:25.000 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)

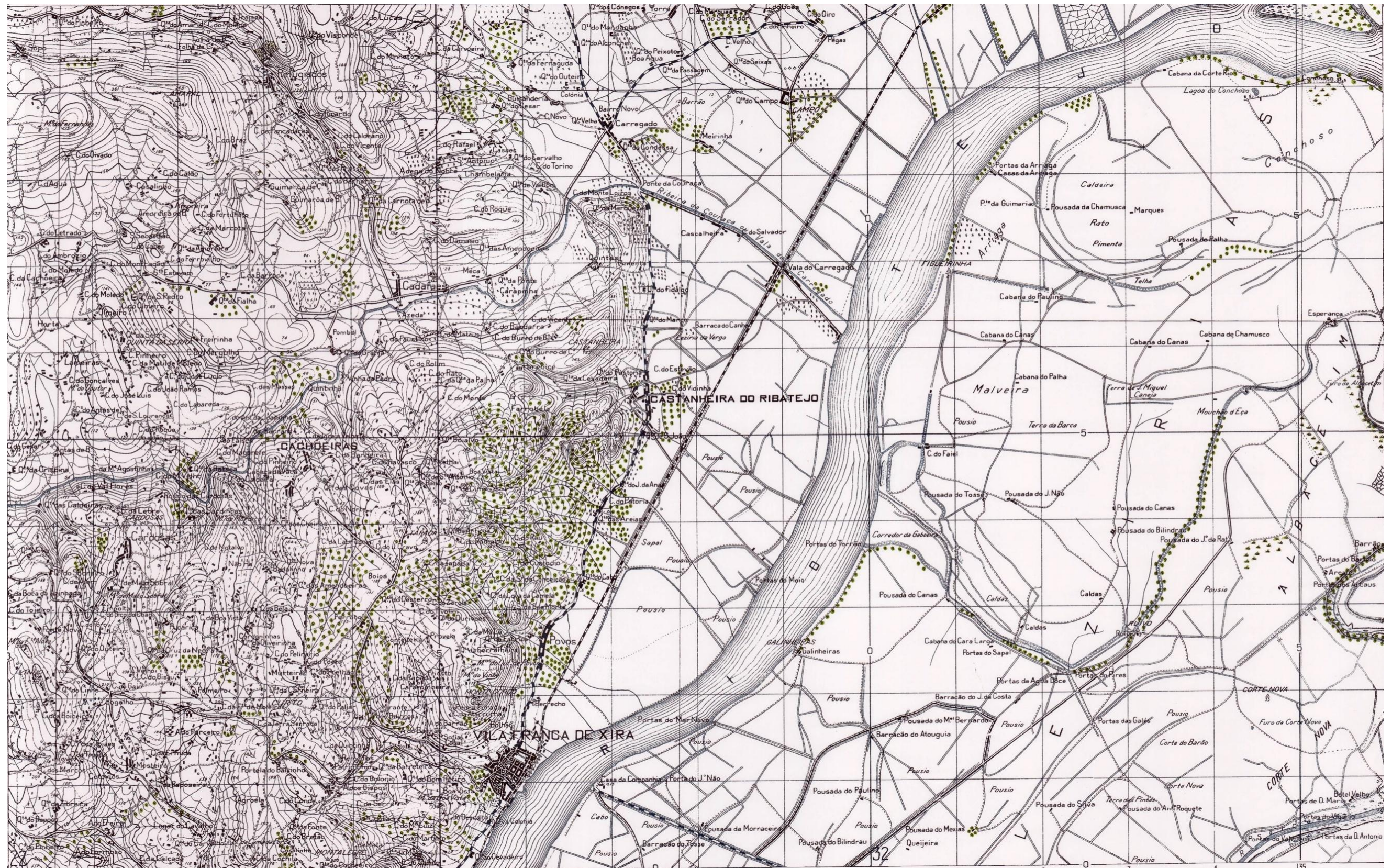


Figura 130 - Carta militar de Vila Franca de Xira, tiragem de 1937. Escala 1:25.000. Folha 390 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)

Em 1935 foi publicado pelo então Ministro das Obras Públicas, Engenheiro Duarte Pacheco, o Decreto nº 25049 de 16 de Fevereiro, que confirmou a posição de destaque da irrigação no plano de fomento e de estabilidade social do país, cuja riqueza, dizia o diploma, ser afectada pela irregularidade e insuficiência de terra e do clima, circunstância que obrigou o executivo a disponibilizar recursos, nomeadamente técnicos, financeiros e humanos, para a resolução do problema.

Outra razão citada no diploma era a necessidade de estimular o interesse dos "*que amanham, vivem, e amam a terra, pela redução ao mínimo das contingências da produção.*"²⁷⁶ Pese embora o uso extensivo da retórica social, o programa foi apresentado ao país sem haver sido realizada qualquer audiência à vontade dos camponeses, "*no entanto, estes eram os descendentes obscuros dos que adaptaram ao regadio 500.000 hectares, sem qualquer espécie de auxílio específico, na revolução do Milho.*"²⁷⁷

Augusto Casimiro dá-nos conta do ambiente vivido e da esperança de conquistar para Portugal uma condição de independência económica:

O ministro e o seu imediato colaborador sabem como a obra de resgate que vai ser ampliada é a mais essencial talvez de quantas a grei espera. A junta tem ao serviço gente môça, chefes e subalternos capazes de compreender os altos objectivos patrióticos e humanos que é preciso atingir. (Casimiro, 1940, p.105)

Entretanto os objectivos da Junta alargaram-se, prometendo expandir a irrigação a 2,4% da superfície total do território agrícola de Portugal Continental, situando-se as áreas mais significativas, nos campos do Mondego, 15.000 hectares, no Ribatejo, 12.700 hectares, e no Vale do Sorraia, 30.000 hectares. Para a sua implantação estava previsto um investimento na ordem dos 579.868.000\$00, a ser desembolsado até 1941, período apontado para a conclusão das obras.²⁷⁸

Com a nova área de regadio a produzir em pleno, o Governo previa alcançar uma economia mais desafogada, nomeadamente por conta da intensificação da produção de frutas e outras espécies de consumo, assim como o desenvolvimento das indústrias e explorações derivadas, libertando o país da produção precária e fortalecendo o comércio nacional.²⁷⁹

Aos critérios receosos ou menos atentos à urgente conveniência nacional, opunha-se, num mais forte sentido de interesse da grei, a consideração do problema demográfico e social, citando palavras do Presidente do Conselho, Senhor Doutor Oliveira Salazar, que definiam aquele sentido ao afirmar como, pelas obras de Hidráulica Agrícola, naturalmente, sem esforço, sem intervenção do poder político, se modificam os cultivos e a grande propriedade tende a dividir-se, surge a pequena ou média propriedade, desenvolve-se a cultura intensiva, e a população fixa-se e aumenta. (Casimiro, 1940, p.112)

²⁷⁶ Ver (Caldas, 1998, p. 462)

²⁷⁷ Idem

²⁷⁸ Ver (Casimiro, 1940)

²⁷⁹ Idem

Em 1937 encontravam-se já organizados, aprovados e devidamente orçamentados 7 projectos e mais 3 estavam em estudo.²⁸⁰

- Campo de Loures	3.154.572\$00
- Paul de Cela	2.553.908\$00
- Campos de Burgães	2.220.320\$00
- Campos de Alvega	2.550.000\$00
- Vale do Sado (curso inferior)	102.565.000\$00
- Campina de Idanha	67.312.111\$00
- Campina de Silves e Portimão	em estudo
- Vale do Sado (curso superior)	em estudo
- Campina de Faro	em estudo

Paralelamente, junto das associações de regantes, o executivo previa instalar uma Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, integrando assim a hidráulica agrícola na estratégia de desenvolvimento da economia nacional.

Nos campos onde a água canta em largos canais da emaranhada rede da rega, o agrónomo insiste em estudos que, com a faina de adaptação da terra ao regadio, completarão o milagre. (Casimiro, 1940, p.133)

A 14 de Abril de 1937, a Presidência do Conselho, determinou a formulação de um Plano Nacional de Obras de Hidráulica Agrícola, definindo um único modelo de gestão dos recursos agrícolas para a totalidade do território nacional, ficando a sua implementação a cargo da Junta de Obras de Hidráulica Agrícola.²⁸¹

No Ribatejo, o plano integrou o estudo que se havia iniciado em 1924 e cujas directrizes incidiam essencialmente em trabalhos de defesa, enxugo e rega, com o objectivo de beneficiar 12.700 hectares de terras, dos quais, 10.000 na margem direita do Tejo, entre as Ómnias e Vila Franca de Xira, mais vulneráveis aos avanços da cheias e 2.700 no campo de Muge e Salvaterra de Magos, onde a carência de água para regar era assinalável.

O plano previa ainda a construção de uma barragem no Zêzere para segurar os 80 milhões de m³ de água necessários para beneficiar 7.300 hectares de terra na Cova da Beira. Avaliada em 139.700.000\$00, previa-se que a obra estivesse concluída em 1942, momento a partir do qual se estimava que produzisse um aumento no rendimento de 120% e 56% de lucros.²⁸²

²⁸⁰ Idem

²⁸¹ Ver (Casimiro, 1940)

²⁸² Idem

Na Lezíria Grande, o Plano Geral traduziu-se no apoio a obras de defesa e de enxugo que permitiram regar 10.880 hectares. Apesar dos progressos produtivos resultantes do investimento estatal, o território continuou a ser afectado com a invasão de grandes cheias, que só diminuiriam após a entrada em funcionamento das barragens do Tejo e dos seus afluentes, cuja acção permitiu regularizar os caudais e diminuir a salinidade do rio.²⁸³



Figura 131 - Canal de Rega. Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)

²⁸³ Ver (Caldas, 1998)

3.6. O PREC



Figura 132 - Quinta da Torre Bela, 1974 (Fonte: Arquivo RTP)

Socialismo não é equivalente a pureza doutrinal, a progresso industrial, a ciência ou a Estado, o papel de cada um destes elementos relativamente aos objectivos socialistas deve ser crítica e constantemente avaliado e reexaminado. O socialismo tem a ver com a abolição da dominação de pessoas por outras pessoas, com o colectivismo que não é prisão de ninguém, com igualdade social e justiça, com fazer as pessoas conscientes do seu poder e capazes de controlarem o seu destino no aqui e agora. (Shanin *apud* Baptista, 2001, p. 108)

3.6.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico

No dia 25 de Abril de 1974, um grupo de oficiais de baixa patente do Exército português levou a cabo um golpe que depôs o regime do Estado Novo. Este episódio, orquestrado na urbanidade dos quartéis e encorajado por razões corporativistas, nomeadamente a contestação à entrada de oficiais milicianos nos quadros das Forças Armadas,²⁸⁴ deu início a uma série de acontecimentos que transformariam a estrutura fundiária e a paisagem prevalecente no sul do país.

Rivalidades profissionais entre milicianos e oficiais do quadro criam tensões difíceis de resolver e com as quais o Governo não sabe ou não consegue lidar. As práticas seguidas para as promoções e as remunerações eram discutidas e contestadas. Os oficiais do quadro sentiam-se francamente prejudicados: além das várias comissões de serviço, tinham agora de suportar uma concorrência “desleal” por parte dos milicianos." (Barreto, 2017, p. 44)

No contexto internacional, vivia-se o apogeu da Guerra Fria. O mundo encontrava-se dividido entre as esferas de influência da União Soviética e dos Estados Unidos da América. Não obstante a distância que separava Portugal destes países, o confronto das suas posições moldaria não só a política nacional porvir, mas também a paisagem agrária portuguesa, que nos anos seguintes ao golpe seria marcada pela colectivização dos grandes latifúndios no Sul e pela preservação da propriedade privada no Norte, criando aquilo a que Eugénio Castro Caldas chamou, "*um país, duas estruturas agrárias*"²⁸⁵. Tendo em conta o âmbito do nosso trabalho, abordaremos apenas o que se passou na região Sul, concretamente nos distritos Alentejanos (Beja, Évora, Portalegre e Setúbal) e em alguns concelhos dos distritos de Santarém, Lisboa e Castelo Branco, região que ficaria conhecida por ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária).

O conceito moderno de *Reforma Agrária* teve origem na doutrina do Socialismo Científico. No entanto, sobre ela, pouco foi dito, quer por Marx, quer por Engels. A sua formulação teórica começou a ser trabalhada anos mais tarde por Kautsky como resultado do hiato deixado pelos fundadores da social-democracia.²⁸⁶

É uma tarefa difícil, o tema é muito amplo, e eu não conheço trabalhos anteriores importantes tratados do ponto de vista do socialismo moderno. Os teóricos da social-democracia dedicaram-se, naturalmente, sobretudo ao estudo da evolução industrial. Engels e, principalmente, Marx disseram coisas muito importantes sobre factos de ordem agrária, mas só, regra geral, em observações acidentais ou em artigos curtos. (...) Marx morreu sem ter terminado a obra da sua vida. Mas, mesmo que a tivesse acabado, não encontraríamos todos os esclarecimentos que hoje

²⁸⁴ Ver entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho à Agência Lusa, publicada no Jornal Expresso: <https://expresso.pt/actualidade/perda-de-direitos-dos-militares-pode-levar-a-nova-revolucao=f643460>

²⁸⁵ Ver (Caldas, 1998, p. 569)

²⁸⁶ O *Capital* apenas refere este assunto numa pequena secção dedicada à Renda Fundiária.

procuramos. Pois que, de acordo com o plano do seu trabalho, ele só trata da agricultura capitalista, e o que hoje mais nos ocupa é precisamente o papel das formas pré-capitalistas e não capitalistas da agricultura no seio da sociedade capitalista. (Kautsky *apud* Baptista, 2001, p. 99)

O interesse de Kautsky consistia em ultrapassar a centralidade do discurso, encerrado na dicotomia capitalistas/proletários e alarga-lo a outras classes, nomeadamente aos camponeses, que representavam à época a maior fatia da população mundial. Foi nesse contexto que escreveu *A Reforma Agrária*, um programa doutrinário dividido em duas partes, versando essencialmente o desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista e a política agrária social-democrática.

Do ponto de vista de Kautsky, as tendências que actuavam na agricultura eram transversais a todos os países, razão pela qual seria possível determinar leis gerais que regulassem a sua prática. No entanto, previu também a coexistência dessas, com as especificidades próprias de cada território.²⁸⁷

Estas formas são naturalmente diferentes em cada país; porque, junto com as tendências gerais do modo de produção capitalista, intervêm os factores particulares de ordem geográfica e climatérica, as determinantes da evolução histórica, as influências estrangeiras, que tanto são um encorajamento, um exemplo, como, pelo contrário, um travão, um contrapeso, e outros agentes ainda. Do mesmo modo, as próprias formas de grande indústria não são absolutamente idênticas nos diferentes países, apesar da extraordinária força niveladora que o capitalismo possui.

Isto é ainda mais verdade para a agricultura; neste caso, as mais variadas formas de produção apresentam-se lado a lado; também os problemas da reforma agrária variam consoante os países. (Kautsky *apud* Baptista, 2001, p. 101)

Para Fernando Oliveira Baptista, o pressuposto teórico acima apresentado, baseava-se no princípio de que a indústria moderna conduziria necessariamente ao Socialismo Científico, mas que este não expropriaria o camponês. *"A evolução social apresentava, pois, na agricultura o mesmo sentido que na indústria. Num e outro caso, tanto as necessidades sociais como as condições sociais actuam no sentido da grande exploração social, cuja forma elevada associa a agricultura e a indústria numa sólida unidade."*²⁸⁸

Porém, a obra de Kautsky apresentava um paradoxo difícil de conciliar: por um lado reconhecia ser mais vantajosa a exploração da grande propriedade, dado ser mais fácil de rentabilizar os equipamentos, por outro concluía que *"o sobretrabalho, o subconsumo e as ocupações acessórias das famílias camponesas conferiam às suas unidades de pequena dimensão uma capacidade de sobrevivência que não permitia prever o seu desaparecimento."*²⁸⁹

²⁸⁷ Ver (Kautsky, 1980)

²⁸⁸ Ver (Kautsky, 1980, p. 361)

²⁸⁹ Ver (Baptista, 2001, p. 102)

As minhas pesquisas levaram-me à conclusão de que (...) na agricultura não deveríamos esperar nem o fim da grande exploração nem o da pequena e que, se encontrávamos aqui, num dos pólos, a tendência universalmente verdadeira para a proletarização, encontrávamos também, no outro pólo, uma oscilação constante entre os progressos da pequena exploração e os da grande. (Kautsky apud Baptista, 2001, p. 102)

O debate sobre as vantagens e desvantagens da pequena e da grande propriedade persistiriam e ampliariam o sentido da reforma agrária marxista até à Revolução Soviética, que adoptou o paradigma da colectivização, sustentada por uma concepção de cariz essencialmente urbana. *"Esse momento foi precedido de um debate no seio do partido Bolchevique onde se extremaram posições entre os que, como Trotsky e Preobrajensky, defendiam que os camponeses deviam ser sacrificados às necessidades da indústria e os que, como Bukharine, queriam privilegiar os pequenos produtores agrícolas."*²⁹⁰

Neste sentido, Bukharine afirmava mesmo que as formas de economia colectivas não são nem a via real nem a estrada única que o campesinato deve tomar para chegar ao socialismo. (Cohen apud Baptista, 2001, p. 107)

Apesar dos esforços de Bukharine para conciliar o socialismo com a posição dos trabalhadores rurais, a colectivização acabou sendo imposta na Rússia, despojando os camponeses da sua economia e sujeitando-os ao domínio do proletariado. Deste modo, como indicou Chayanov em *Organização da Economia Camponesa*, publicada pela primeira vez em 1925, o camponês viu gorado o sonho de construir a sua versão do socialismo, que fora substituída pela grande empresa cooperativa, mais vantajosa, do ponto de vista económico, do que a pequena, e mais facilmente administrada pela classe urbana.

No contexto nacional, nas vésperas da *revolução dos cravos*, Portugal meridional era dominado por vastos latifúndios, apontados pelos adversários do regime como a causa principal da pobreza e ignorância, profundamente instaladas na classe dos trabalhadores rurais. Essa situação de grande vulnerabilidade social criou o ambiente propício para a disseminação de doutrinas populistas, que aproveitaram o ensejo político para florescer. Dentre elas destacou-se o Partido Comunista, uma dependência do Marxismo Soviético, cuja visão agrária assentava na colectivização da propriedade rural, circunstância que a distinguiu de outras leituras socialistas e que determinaria, por conseguinte, os acontecimentos que se seguiriam.

Foi nesse quadro, dominado por reivindicações sociais que surgiram, com diferentes orientações, os principais partidos políticos, bem como o MFA a propor reformas profundas na organização da estrutura fundiária do país. O primeiro passo nesse sentido foi dado a 15 de Abril de 1975, ao serem aprovadas em Conselho de Ministros, *"as bases gerais dos programas de medidas económicas de emergência"*, onde se destacavam: *a "nacionalização global dos prédios rústicos que, no seu todo ou em parte, se situassem nos perímetros dos aproveitamentos hidroagrícolas levados a efeito com investimentos públicos, pertencentes a indivíduos ou sociedades que fossem proprietários, no conjunto dos perímetros, de uma área superior a 50*

²⁹⁰ Ver (Baptista, 2001, p. 107)

hectares de terra"; a *"expropriação das propriedades de sequeiro de área superior a 500 hectares"*; a *"criação de um sistema de crédito agrícola de emergência, pessoal e em natureza para satisfazer as necessidades dos pequenos e médios agricultores"*; e a *"restituição dos baldios aos seus legítimos utentes"*.²⁹¹ O anúncio destas medidas precipitou uma onda popular, que abriu as portas a um movimento ilegal de ocupações de terras.²⁹²

Logo depois, o Partido Comunista, na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora, manifestou o seu apoio à rebelião, assumindo assim a liderança da luta pela reforma agrária e exigindo a entrega das terras aos sindicatos de trabalhadores e às Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, para as explorarem em regime de cooperativa, fazendo prevalecer desse modo a solução colectivista, alinhada com o modelo soviético. Na mesma conferência, foi ainda proposta a expulsão dos sindicalistas que fizessem acordos com os latifundiários e a distribuição dos camponeses em função da área das explorações, ao invés do tipo de operação, como teria sido tecnicamente recomendável.²⁹³

Em todos os debates desta Conferência um facto foi salientado: que há terras imensas para cultivar, por um lado e que há milhares de braços sem trabalhar por outro. (...) A reforma agrária surge natural como a própria vida. Pelas mãos dos trabalhadores, a Reforma Agrária deu os primeiros passos. Se soubermos reforçar a organização e a unidade dos trabalhadores, se soubermos reforçar a aliança Povo-Forças Armadas, o desenvolvimento da reforma agrária é irreversível. (Cunhal, 1975, p. 85 - 86)

A maioria das herdades seria ocupada com base no argumento de que estariam produzindo abaixo das suas capacidades, pressuposto que seria desmentido pelos relatórios das CIC (Comissões de Intensificação Cultural), criadas pelo Governo com o objectivo de avaliar o seu estado de aproveitamento. Salvo algumas excepções, as explorações encontravam-se de acordo com as cartas de capacidade de uso do solo e de acordo com as tabelas de aproveitamento cultural. As deligências levadas a cabo pelas CIC mostraram que 99% das denúncias eram infundadas.

Entretanto, a falta de capacidade técnica e de orientação científica fez crescer nas propriedades ocupadas a cultura cerealífera, nomeadamente em áreas onde a floresta foi brutalmente arroteada. Esse comportamento, algo ingénuo, condicionou a viabilidade económica das explorações e na maioria dos casos ditou o fracasso das cooperativas que as administravam.²⁹⁴

António Barreto, em *Anatomia de uma Revolução*, destaca o facto de o mundo rural pré-25 de Abril, não viver a prosperidade da indústria e das grandes cidades, fruto de uma acentuada crise de imigração que afectou directamente a produtividade do sector, de um significativo atraso tecnológico, nomeadamente no

²⁹¹ Ver (Decreto de Lei nº203-C/75, de 15 de Abril)

²⁹² Segundo António Barreto (Barreto, 1984, p. 43), a dominância do Partido Comunista Português explicava-se pela sua longa presença na região, pelos esforços de recrutamento classicista, pela presença permanente de funcionários, mas sobretudo pelo apoio do Ministério da Agricultura, do Ministério do Trabalho e do Movimento das Forças Armadas.

²⁹³ Ver "I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, 9 de Fevereiro de 1975". In: *O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7*. Lisboa: Edições Avante!, 1975, p. 154.

²⁹⁴ Ver (Revész, 1977)

recurso a adubos e maquinaria e da implementação de políticas orquestradas entre engenheiros civis e políticos, confirmando-se assim "*a subordinização da agricultura à economia industrial e à civilização urbana, mas também da mais fraca disposição dos agricultores, camponeses, e assalariados rurais para a intervenção política.*"²⁹⁵ Essa realidade transformar-se-ia com a chegada dos sindicatos, militantes comunistas, intelectuais, militares e cantores, que introduziriam a *reforma agrária* no meio rural.

Do ponto de vista ideológico, todo o País parece preparado para a reforma agrária, uns com entusiasmo, outros na resignação. A imprensa, a televisão, os partidos, os militares e grupos de toda a espécie não cessam de abordar o tema. Uma ideia se generaliza a de que existem centenas de milhares de hectares de terras agrícolas abandonadas e incultas no Alentejo. Os factos não são evidentes, mas a crença é forte. Outra ideia é indiscutível: a da sabotagem económica pelos grandes proprietários, que não investem, que não colhem, que tentam vender «às escondidas» o gado, as máquinas, os produtos e mesmo as terras. Quase tudo está pronto: a organização, as forças, a ideia, o mal-estar e os culpados. (Barreto, 2017, p. 143 - 144)

Eugénio Castro Caldas corroborou este ponto de vista, afirmando mesmo que "*a Revolução eclodiu, como de costume, urbana, porque, nos campos, não se deparava com pressões sociais tão fortes como as da morte de Catarina Eufémia nas crises da II Guerra Mundial.*"²⁹⁶

Estes acontecimentos fizeram ressaltar as incongruências de revoluções agrárias dirigidas por ideologias urbanas. Claramente, os ideólogos da colectivização desconheciam que o campo, ao contrário da fábrica, não é apenas o local de trabalho do camponês, é também o seu habitat, condição que implica uma relação afectiva com o território impossível de ignorar. Ou seja, os lugares são tão dos Homens, como os Homens dos lugares. Na essência, é essa concepção do espaço que distingue o operário do camponês e o urbano do rural. Provavelmente terá sido por essa razão que Bukharine reivindicou, em plena revolução bolchevique, a propriedade das terras para os camponeses da Rússia, em oposição às directrizes do partido o que, eventualmente, conduziu ao seu fuzilamento.

A Reforma Agrária tem sido, para muitos camponeses, uma esperança de maior justiça social, para outros, uma vingança, justificada pelas privações passadas e ainda, para alguns uma possibilidade de viverem durante algum tempo, mais folgadoamente, como outros já o fizeram. Desde um sentido de justiça até uma atitude materialista e egoísta, passando por um grito romântico de revolta, tudo tem servido para justificar a *Reforma Agrária*, fazendo querer que ela é uma conquista económica e social dos trabalhadores.

Julga-se que a destruição da estrutura fundiária foi suficiente para que nos campos tudo se modificasse, se concretizasse a revolução, se satisfizesse a vingança e se alcançasse a justiça. Dentro desta ideia adaptou-se a exploração capitalista e extensiva da *terra* à socialização estatal

²⁹⁵ Ver (Barreto, 2017, p. 137)

²⁹⁶ Ver (Caldas, 1998, p. 569)

e julgou-se terem sido resolvidos, por este processo simplista, todos os problemas de produção e alcançada a prosperidade para os trabalhadores. Terrível engano de técnicos e políticos!

A *terra* ficou do Estado e o uso das UCP ampliou o sistema de produção extensivo e industrial, ou seja, aquele que, precisamente, possibilita o maior lucro possível no menor intervalo de tempo, à custa da fertilidade dos solos e do futuro da produção. O objetivo é o pagamento de salários, cada vez mais altos, aos trabalhadores permanentes e da jorna aos trabalhadores eventuais. Uma das consequências da *Reforma Agrária* foi a constituição de duas classes de trabalhadores rurais. No ano 1977, trabalhavam nas UCP perto de 72.000 rurais dos quais eram permanentes 44.000 e eventuais 28.000. Os trabalhadores eventuais continuam a correr o risco do desemprego sazonal não tendo a mesma segurança e estabilidade dos trabalhadores permanentes das UCP. Há, portanto, uma maior segurança dos primeiros.

O salário dos trabalhadores permanentes, das UCP, uma vez esgotado o *fundo de fertilidade* dos solos e concluída a dilapidação dos recursos naturais de fácil colheita, só poderá ser mantido à custa do subsídio público. Muitos serão, então, obrigados a emigrar para as áreas metropolitanas onde os aguarda o desemprego dos serviços mais descategorizados do sector industrial. (Telles, 1979)

3.6.2. A Nacionalização da Companhia das Lezírias



Figura 133 - Antigo celeiro da Companhia das Lezírias, Vila Franca de Xira (Fotografia do Autor, 2018)

Para que a grande exploração na agricultura se mostre eficaz, é necessário antes de tudo que existam em quantidade suficiente no país os recursos da agricultura moderna. É também preciso um número suficiente de elementos de direcção com educação científica, para empregar adequadamente aqueles recursos e, portanto, numerosas escolas superiores de agricultura, laboratórios para ensaios biológicos e químicos, etc. Mas sobretudo é necessário que exista uma classe de trabalhadores agrícolas com um nível elevado. Isto pressupõe uma larga democracia, tendo não apenas boas escolas populares, mas também completa liberdade de imprensa, de reunião, de associação. (Kautsky apud Baptista, 2001, p. 103)

Como já foi referido, as pretensões da reforma agrária introduzidas com a revolução de 25 de Abril de 1974, serviram de pretexto para legitimar uma onda de ocupações e apropriações de propriedades privadas, apanhadas no meio do aceso jogo político que então se jogava. O fenómeno incidiu especialmente na zona dos grandes latifúndios, precisamente onde se encontrava o domínio da Companhia das Lezírias. Na sequência desses eventos a empresa foi tomada pelos trabalhadores, instigados pelo Partido Comunista e pelo MFA, que sanearam os dirigentes e as suas práticas de gestão. Intimidado pelos protestos, pelas greves e outras formas

de pressão, o governo no dia 13 de Novembro de 1975, promulgou o Decreto-Lei n.º 628/75, que nacionalizava a Companhia.

Após a sua conversão em empresa pública, a Companhia das Lezírias passou a ser gerida por uma Comissão Administrativa, que logo no primeiro relatório enviado à tutela, apresentou um prejuízo de 10.146.000\$00 escudos. Situação que os dirigentes atribuíram às necessidades de alteração da estrutura pré-existente. Este seria o começo de um longo caminho de maus resultados.²⁹⁷

A radicalização política vivida na época acentuou o ambiente de conflitualidade social, o que inevitavelmente afectou o êxito dos trabalhos agrícolas, contaminados por elevadas taxas de absentismo, greves, deficiências organizativas e falta de formação dos trabalhadores. Apesar das dificuldades, a situação foi sendo amenizada pelo esforço da Comissão de Trabalhadores, cujo empenho permitiu que se continuasse a operar. Não obstante o esforço, em 1976 a Comissão Administrativa apresentou um prejuízo de 14.659.00\$00 escudos.²⁹⁸

Entretanto, o recém-adquirido estatuto legal trouxe implicações sociais que aumentaram as dificuldades do corpo administrativo. Entre elas destacavam-se a contratação de novos trabalhadores com carácter efectivo, passando de 221 para 494, o aumento de salários e outros gastos dirigidos à melhoria das condições de trabalho. Paralelamente, o Conselho Administrativo optou por reaver uma parte das terras arrendadas, amputando assim uma importante fatia da receita, com o objectivo de encetar um novo período, assente na exploração directa. Essa situação criou uma estrutura pesada, com custos desajustados às receitas. A somar a isso, a Companhia foi ainda afectada pela instabilidade laboral das celulosas, que fez cair a venda de eucaliptos.²⁹⁹

Outro efeito negativo foi a intromissão directa do governo na gestão da empresa ao determinar a cedência de terras na Golegã e no Paul de Magos a seareiros e a cooperativas de trabalhadores, entretanto criadas. Essa situação assinalou uma vez mais a intromissão da elite urbana na administração do território agrícola e a imprudência com que se trocavam os imperativos técnicos por ganhos políticos.³⁰⁰

Também não será fácil a recuperação económica da empresa se persistir a indefinição de qual vai ser efectivamente o seu espaço de exploração directa, voltada para a intensificação das actividades e para o aumento do volume de investimentos. Por isso se impõe que sejam realizadas acções de reforma agrária, convenientes não só à definição que se deseja, mas também à satisfação dos problemas de agricultores-rendeiros e de seareiros que devam ser contemplados no âmbito das soluções de reestruturação da C.L. e que na actual situação representam grave bloqueamento do progresso da empresa." (Henriques, 1979, p. 206)

Do ponto de vista produtivo, a Companhia focou-se na produção de cavalos, de vacas leiteiras, de novilhos dos Açores, de morangos para exportação, de espargos e melão. Pese embora o conjunto destas pequenas medidas não tenha resolvido os problemas essenciais, nomeadamente a "*descapitalização, a falta de*

²⁹⁷ Ver (Alves, 2003)

²⁹⁸ Idem

²⁹⁹ Ver (Alves, 2003)

³⁰⁰ Ver (Henriques, 1979)

*fundos para investimento, aspecto que sendo um handicap estrutural e histórico, foi substancialmente agravado depois de 1974 (por subida dos custos dos factores e consequência da instabilidade política com forte incidência negativa na funcionalidade laboral e de gestão)*³⁰¹, permitiu segurar a esperança de recolocar a empresa num lugar de referência no panorama nacional.

Sublinhe-se, desde logo, a continuação da aposta específica nos cavalos de raça lusitana: em 1976, a Companhia comprou um grupo de éguas e um poldro ao criador Duarte de Oliveira, animais registados no Stud Book da raça lusitana e considerados os de melhor qualidade, o que veio valorizar o efectivo da Companhia das Lezírias já avaliado como muito bom pelos especialistas. (Alves, 2003, p. 142)

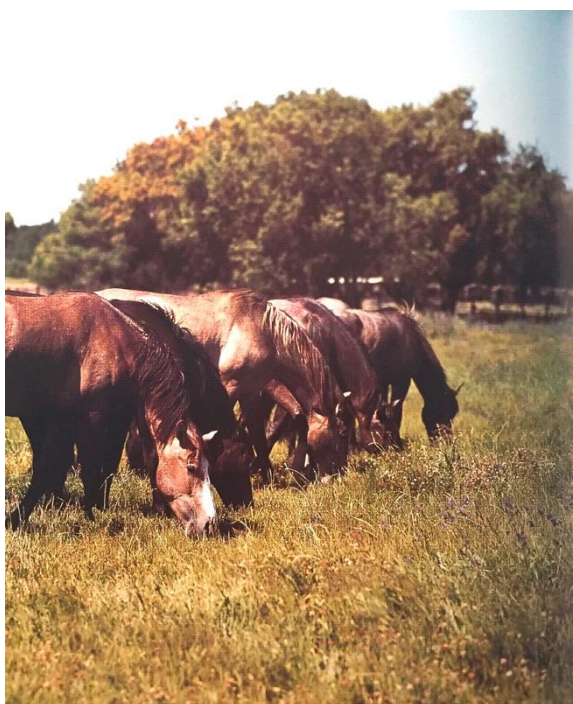


Figura 134 - Cavalos lusitanos (Alves, 2003)

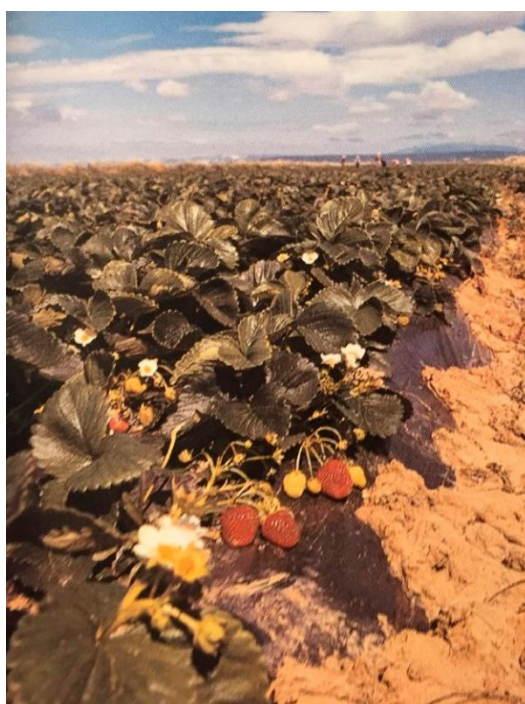


Figura 135 - Morangueiros (Alves, 2003)

Por fim, a partir de 1977 a situação começou a mudar, fruto de melhorias técnicas, da estabilização do mercado e de um "*protocolo financeiro assinado com os bancos credores, pelo qual as dívidas à banca foram transformadas num empréstimo obrigacionista, amortizável em 10 anos, com uma bonificação de 5% em relação à taxa de desconto do Banco de Portugal.*"³⁰²

É importante sublinhar também a inversão da exploração indirecta, por arrendamento, nos rendimentos da empresa: a renda média em 1977 era mais baixa (1.934\$00/hectare) do que em 1973 (2.404\$00/hectare), a que acrescia o abandono de reдеiros (152, no ano 1973, e apenas 92, em 1977). A comissão administrativa tomava, por estas razões, uma posição crítica face aos

³⁰¹ Ver (Alves, 2003, p. 142)

³⁰² Ver (Alves, 2003, p. 139)

arrendamentos, considerando que os terrenos respectivos poderiam dar mais rendimento à Companhia sob exploração própria, pois até havia terrenos na lezíria que pagavam mais de contribuição e taxas de rega do que recebiam de renda. A indefinição estatutária dificultava ainda a reestruturação dos serviços e a adequação do pessoal, cujas alterações de classificação, de salário ou funções geravam situações problemáticas, com recurso a greves frequentes, normalmente em tempos decisivos para sementeiras ou colheitas, facto que se tornava em mais um factor de agravamento dos resultados. (Alves, 2003, p. 139)

O saneamento financeiro foi lento, porém, o passo certo permitiu equilibrar progressivamente os encargos financeiros e manter um modesto investimento. Isto foi conseguido essencialmente à custa de um modelo de gestão mais eficaz e da venda de terras na lezíria da Golegã, negócio que rendeu aos cofres da empresa 500.000.000\$00 escudos, ou seja, aproximadamente 40% do passivo total.

Em 1986 tomou posse um novo conselho administrativo, presidido por João Dotti, cujo mandato seria marcado por uma reestruturação operativa destinada a viabilizar o futuro da empresa. Com isso em vista, reduziram-se as contratações de pessoal efectivo, os custos de funcionamento foram aligeirados, os encargos financeiros, que perpetuavam o endividamento aos bancos foram renegociados, o valor das rendas de exploração indirecta foram actualizados e um novo plano de culturas foi estabelecido com o objectivo de aumentar a área de regadio. Do resultado destas medidas, resultou o seguinte:³⁰³

- Na área da produção agrícola as vendas duplicaram em comparação com o ano anterior, em parte, devido aos bons resultados das culturas do arroz e do milho, obtidas com recurso à rega. Esta situação ajudou a encarar com entusiasmo o aumento da área regada, nomeadamente na Murraceira e no Paul de Belmonte.

- Na área da produção animal, a reforma estabeleceu a separação entre as funções técnicas e as funções de melhoramento sanitário.

- Na área da produção florestal, as melhorias vieram a reboque da conjuntura positiva da economia nacional, que fez subir os preços de mercado, nos sectores do eucaliptal, do pinhal e do montado.

- Na área das infraestruturas, deu-se início a uma política de racionalização dos recursos, ajustando-se as obras às exclusivas necessidades do funcionamento.

- Na área dos recursos humanos, iniciou-se um processo de optimização dos trabalhadores tendo em vista a sua qualificação, a redução de contratos a prazo e a antecipação de reformas.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, houve necessidade de fazer ajustes ao plano, com o objectivo de aproveitar os financiamentos que daí vieram. Em virtude disso, foi equacionada a construção de um *country club*, um centro equestre, uma coutada turística e um safari parque.³⁰⁴

Entretanto, em 1987, 13 anos após a sua nacionalização, a Companhia das Lezírias voltava a apresentar resultados positivos, cumprindo-se concomitantemente o objectivo de reduzir o passivo da empresa. Esta situação abriu as portas ao investimento, que a administração dirigiu ao Projecto de Rega e Drenagem da Lezíria de Vila Franca, empreendimento levado a cabo em parceria com a Associação dos

³⁰³ Ver (Alves, 2003)

³⁰⁴ Ver (Alves, 2003)

Agricultores da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, com o intuito de reabilitar parcelas do território debilitadas pelo excesso de sal.³⁰⁵

O ano seguinte foi marcado pela transferência da sede e dos serviços administrativos, da Rua Nova do Almada em Lisboa, onde sempre estivera, para Samora Correia. Ainda que simbólica, esta mudança ajudou a traçar o novo perfil da empresa, que se queria cada vez mais rural e menos urbana. A Companhia abandonava assim a sua imagem de grande corporação financeira para se tornar numa empresa agrícola reconhecida pelos seus méritos produtivos.

Por fim, no dia 16 de Fevereiro de 1989, o Conselho de Ministros transformou a Companhia das Lezírias numa sociedade anónima, de capitais maioritariamente públicos, medida que lhe atribuiu mais autonomia face ao poder político. Mais tarde, a 30 de Maio de 2001, essa posição haveria de ser reforçada com a sua integração no Instituto de Participações Empresariais (IPE).

As preocupações acima apontadas levaram a Companhia a apostar gradualmente na divulgação da sua imagem e a desenvolver políticas comerciais mais agressivas a favor da penetração dos produtos no mercado, procurando-se ainda a abertura da empresa ao exterior, através de acções como protocolos com universidades e escolas, colaboração cultural com municípios. (Alves, 2003, p. 153)

³⁰⁵ Idem

3.7. A PAC



Figura 136 - Assinatura do acto de Adesão (12.6.1985)
(Fonte: European Commission Audiovisual Services)

Passados 40 anos, a agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território não urbano. Emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura, que também já não assegura a vitalidade da sociedade rural. A agricultura, o espaço e a sociedade rural têm agora caminhos dissociados.

Neste percurso, a agricultura, sofreu uma profunda transformação tecnológica, que se repercutiu na organização do processo de trabalho, enquanto declinava, o seu peso na economia e na sociedade. (...)

Finalmente, alteraram-se os contornos da sociedade rural e a sua relação com a questão da terra. Paralelamente, o rural tende agora a ser moldado a partir do urbano. (Baptista, 2001, p.9)

3.7.1. Caracterização do Ambiente Sociopolítico e Tecnológico

A *Comunidade Económica Europeia* (CEE) foi criada a 25 de Março de 1957, com o objectivo de promover a auto-suficiência alimentar e reduzir a dependência do mercado externo de consumíveis agrícolas. Os primeiros estados signatários, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, acordaram entre si políticas comuns versando a tributação alfandegária, a gestão dos recursos agrícolas, a livre circulação de pessoas e bens e a criação de instituições para o desenvolvimento económico. Nascia assim a *Política Agrícola Comum* (PAC), um acordo transnacional dirigido ao aumento da produção agrícola, ao melhoramento do nível de vida dos agricultores e ao aprovisionamento de alimentos a preços aceitáveis.³⁰⁶

O sucesso desta operação foi tão grande que no início dos anos 70 do século passado, os excedentes agrícolas cresceram de forma inesperada, criando a primeira crise económica da Instituição. *"Tal facto conduziu a Comunidade Europeia a aumentar as verbas destinadas às subvenções à exportação dos seus produtos agrícolas, uma vez que os preços no mercado mundial eram inferiores aos pagos aos agricultores comunitários."*³⁰⁷ Esta situação deu origem à primeira reforma da PAC, que procurou equilibrar os critérios de atribuição dos apoios, reduzir os impactos negativos da intensificação monocultural, fortemente encorajada e melhorar a qualidade dos produtos.³⁰⁸

A década de 80 do século XX trouxe novos desafios e novos membros, nomeadamente Grécia, Portugal e Espanha.³⁰⁹ *"Esta situação gerou uma agricultura a duas velocidades e graves desequilíbrios regionais,"*³¹⁰ resultante das assimetrias técnicas registadas entre os países do Sul, pouco desenvolvidos, e do Norte, fortemente mecanizados, das particularidades do clima e dos solos, mais favoráveis na região setentrional e da posição geográfica no seio da Comunidade. Em virtude disso, o modelo passou a prever um sistema de ajudas diferenciadas, destacando-se os apoios à mecanização, a determinação de taxas de corresponsabilidade, a determinação de um sistema de cotas, a implementação de medidas de defesa da produção extensiva, subsídios às terras incultas (*set-aside*) e incentivos à reforma antecipada dos agricultores.³¹¹

Nos anos 90 a tendência manteve-se, continuando a destacar-se as ajudas ao vinho, ao leite e aos produtos hortofrutícolas. No entanto, verificou-se uma dispersão do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) que penalizou o desenvolvimento rural e destapou incoerências na organização do território campesino, das quais resultaram prejuízos para as populações que nele habitavam e trabalhavam. Paralelamente, o clima social acentuou a ambiguidade do papel da Agricultura, *"vista como uma actividade do passado"*, na preservação do Ambiente, *"a grande oportunidade do futuro"*, resultando daí uma confusão que se alastrou a toda a União.³¹²

³⁰⁶ Ver (nº1 do artigo 33º do Tratado de Roma)

³⁰⁷ Ver (Guizo, 2011, p. 68 - 69)

³⁰⁸ Idem

³⁰⁹ Entretanto, em 1973, já haviam entrado também o Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda.

³¹⁰ Ver (Guizo, 2011, p. 68 - 69)

³¹¹ Ver (Guizo, 2011)

³¹² Ver (Varela, 2007)

Como Quadro Comunitário de Apoio, e no contexto em que apareceu – o da constituição do Mercado Único e seu objetivo primordial, a Coesão Económica e Social – é óbvio que a componente do QCA³¹³, direcionada ao DR³¹⁴ deveria ter sido mais amplamente dotada (pela Comissão) e, entre nós, melhor aplicada. Ora, como acabámos de ver, os 145,35 milhões de ECUs³¹⁵ eram insuficientes para as nossas acentuadas disparidades regionais de desenvolvimento. (...) Assim, e apenas nesta perspectiva, o DR do nosso QCA falhou naquilo que devia ser a sua contribuição para o *objectivo primordial* da Coesão Económica Social. (Varela, 2007, p. 177)

A chegada deste milénio trouxe novas reformas, instigadas essencialmente por uma ronda de negociações anunciada pela Organização Mundial de Comércio (OMC) e pela possibilidade de integração de novos membros. As medidas mais destacadas surgiram sob o signo da qualidade, do respeito pelo ambiente e do apoio ao desenvolvimento rural.³¹⁶ Na prática consistiam no seguinte: redução de 20% do preço de intervenção dos cereais; alinhamento da ajuda específica às oleaginosas pela dos cereais; prorrogação dos suplementos para o trigo rijo; redução de 30% dos preços institucionais para a carne de bovinos; alinhamento dos direitos de prémios à vaca aleitante até um patamar de 3%; e a redução de 15% nas componentes (proteica e gorda) do preço do leite.³¹⁷

O quadro apresentado distanciou-se consideravelmente do espírito assumido na Reforma de 1992, que compensava a totalidade da perda de rendimento, e ajustou-se à necessidade de reduzir os custos, em virtude do alargamento da União. No que diz respeito ao Desenvolvimento Rural, as promessas iniciais acabaram por se ficar nos 10% das dotações programadas.³¹⁸

Este modelo de administração agrícola e rural, sem precedentes na agricultura portuguesa, trouxe protecção ao mercado, apoios à modernização, abertura às exportações, equilíbrio à balança comercial, profissionalismo ao sector e o aumento dos índices produtivos do país, tornando-o mais competitivo.³¹⁹ No entanto, consolidou também o *síndrome da subsídio-dependência*, comprometendo o desenvolvimento dos recursos endógenos e a sustentabilidade das explorações. Destacamos, a título de exemplo o trigo rijo, cujas ajudas em 1997 eram superiores ao valor de produção, conjuntura que incentivou o executivo português a requerer a duplicação da cota produtiva, apesar da fraca aptidão da nossa realidade geofísica para a sua cultura.³²⁰

O Tribunal de Contas Europeu tem reiterado severas críticas ao nível de ajudas pagas a esta cultura (trigo rijo), porque não considera razoável que o valor da ajuda seja superior ao valor da

³¹³ Quadro Comunitário de Apoio

³¹⁴ Desenvolvimento Rural

³¹⁵ Unidade de Conta Europeia

³¹⁶ Ver (Varela, 2007)

³¹⁷ Ver (Varela, 2007)

³¹⁸ Idem

³¹⁹ Idem

³²⁰ Ver (Frazão, s/d)

produção. Em Portugal, onde a produção unitária é baixíssima, a diferença entre os valores da produção e da ajuda é ainda maior, facto que denuncia um artificialismo económico ainda mais gritante entre nós. (Frazão, s/d, p. 76)

Fatalmente, o referido panorama agro-económico acabou por salientar algumas injustiças, nomeadamente a pressão sobre as explorações familiares, que incapazes de competir num mercado fortemente concorrencial, acabaram por falir.

É preciso mudar de política para o mundo rural, porque a política agrícola comum não presta para combater a desruralização do território nacional e, ao mesmo tempo, a excessiva concentração urbana nalguns pólos do litoral. Em outro artigo já tive a ocasião de assinalar a pouco equitativa distribuição das ajudas directas pelos agricultores portugueses. Este padrão é não só o resultado das diferenças de dimensão física das explorações, mas também o efeito de uma diversa implantação de culturas subsidiadas nas regiões. É, em concreto, o caso das culturas do tabaco e do tomate que canalizaram, em 1998, para os respectivos produtores do continente 3,3 e 7,3 milhões de contos. Estas duas parcelas representam mais de 10% do total das ajudas directas pagas das quais aproveitaram apenas 0,7% do universo dos beneficiários. Os 456 produtores de tabaco e os 1556 produtores de tomate receberam em média 7270 contos, valor ponderado que se situa dentro de um intervalo cujos extremos são 628 e 41477 contos pagos a dois produtores de tabaco, respectivamente, um de Trás-os-Montes e o outro do Alentejo. (Frazão, s/d, p. 49)

Do ponto de vista social, segundo Fernando Oliveira Baptista, a transformação da Europa num mercado único, concebeu expressões espaciais diferenciadas que promoveram a diversidade do mundo rural e alteraram a relação das sociedades com o campo. A agricultura perdeu a soberania do espaço rural e o território agrícola, entretanto separado da produção, passou a integrar as expectativas e os interesses das populações urbanas.³²¹

Um consenso foi rapidamente estabelecido sobre o modelo interpretativo das dinâmicas rurais. As transformações do mundo rural explicavam-se por um único fenómeno, uma única causa: a integração das economias e das sociedades rurais na economia e na sociedade modernas. (...) Foi necessário dar conta de que o mundo rural não desaparecia com a modernidade; era objecto de mutações profundas. (Jean, 2002, p. 9 - 10)

Para Aida Pinto Guizo esse interesse, instigado pela qualificação ambiental, alterou o pensamento sociológico sobre o rural e definiu-o como objecto cultural. Esta visão acentuou o conflito entre urbanos e rurais, particularmente agricultores, divididos por diferentes aspirações, nomeadamente económicas e sociais.

³²¹ Ver (Baptista, 2001)

*"Com efeito, se os cidadãos e o Estado - ainda que menos claramente - têm da natureza uma representação que resumiremos estética, os rurais, por seu turno, têm dela uma representação essencialmente utilitária."*³²²

Por conta dos novos paradigmas sociais, as medidas da PAC foram sendo progressivamente ajustadas, nomeadamente através do apoio à eficiência dos processos e dos recursos naturais, porém em 2018, a organização do espaço rural continuava sendo dominada pela elite política, que por razões ambientais, macroeconómicas e outras, se tornou mais favorável à floricultura, à fruticultura e à pecuária intensiva, atribuindo-lhes uma dotação orçamental para todo o país de respectivamente 5.400.000€, 6.000.000€ e 3.800.000€, ao passo que para a vinha e para os cereais, tradicionalmente mais apoiados, reservou apenas 400.000€ e 600.000€, circunstância essa que promete reformular o interesse dos agricultores e a morfologia da paisagem, que provavelmente no futuro, trocará as vinhas por pomares e as estepes cerealíferas por campos de flores, perpetuando-se assim um ciclo de alternância que acentua o desgaste do território cultural e compromete o futuro do campo.³²³

Na Lezíria Grande, as medidas introduzidas ao longo dos anos moldaram-lhe a paisagem, que passou a ser dominada por três culturas: tomate, milho e arroz. A primeira surgiu a reboque dos avultados investimentos efectuados pela fileira industrial. *"O sector constitui um dos escassos em que as potencialidades naturais do território estão edequadamente aproveitadas mercê de uma indústria que as valoriza, conduzindo a um produto de indiscutível qualidade."*³²⁴ Além disso, desde a segunda metade do século passado, a cultura assumiu uma grande importância junto dos pequenos e médios agricultores, que viram assim, por intermédio de uma prática intensiva, aumentar o rendimento das suas pequenas parcelas. O sucesso da exploração fez crescer gradualmente a área cultivada, registando-se na lezíria ribatejana 82% da produção nacional.

Relativamente ao milho, a área de produção foi oscilando ao longo das várias reformas da PAC, ajustando-se de um modo geral à tendência dos apoios. *"Sem estas ajudas o RFE [Rendimento Fundiário e Empresarial] do milho em 1999 seria negativo (-127€), e portanto a produção de milho tendo em conta a produtividade (...) seria ruínoza."*³²⁵ Não obstante, vale a pena assinalar o acentuado aumento produtivo por hectare que se verificou ao longo dos anos, fruto essencialmente de maior eficiência na rega, na mobilização dos solos, nos herbicidas, nos insecticidas e nos fertilizantes.³²⁶

A cultura do arroz, desde 1999, registou um aumento da produção nacional, com especial destaque no Vale do Tejo, na bacia do Sorraia e nas lezírias do Sado. Este quadro pode ser explicado pelas condicionantes edáficas da cultura, especialmente em termos de impermeabilidade e nivelamento do solo, de água em abundância para a rega, da orientação dos apoios comunitários e da sua importância para o funcionamento de indústrias associadas à secagem, transformação e comercialização do produto.

No início do período em estudo, estava estabelecido um prémio específico para o arroz, atribuído por área elegível de 318,5€/ha, que devido a pequenas flutuações nas áreas elegíveis,

³²² Ver (Guizo, 2011, p. 23)

³²³ Ver (Investimentos de Jovens Agricultores na Exploração Agrícola - Portaria n.º 118/2018, de 30 de Abril)

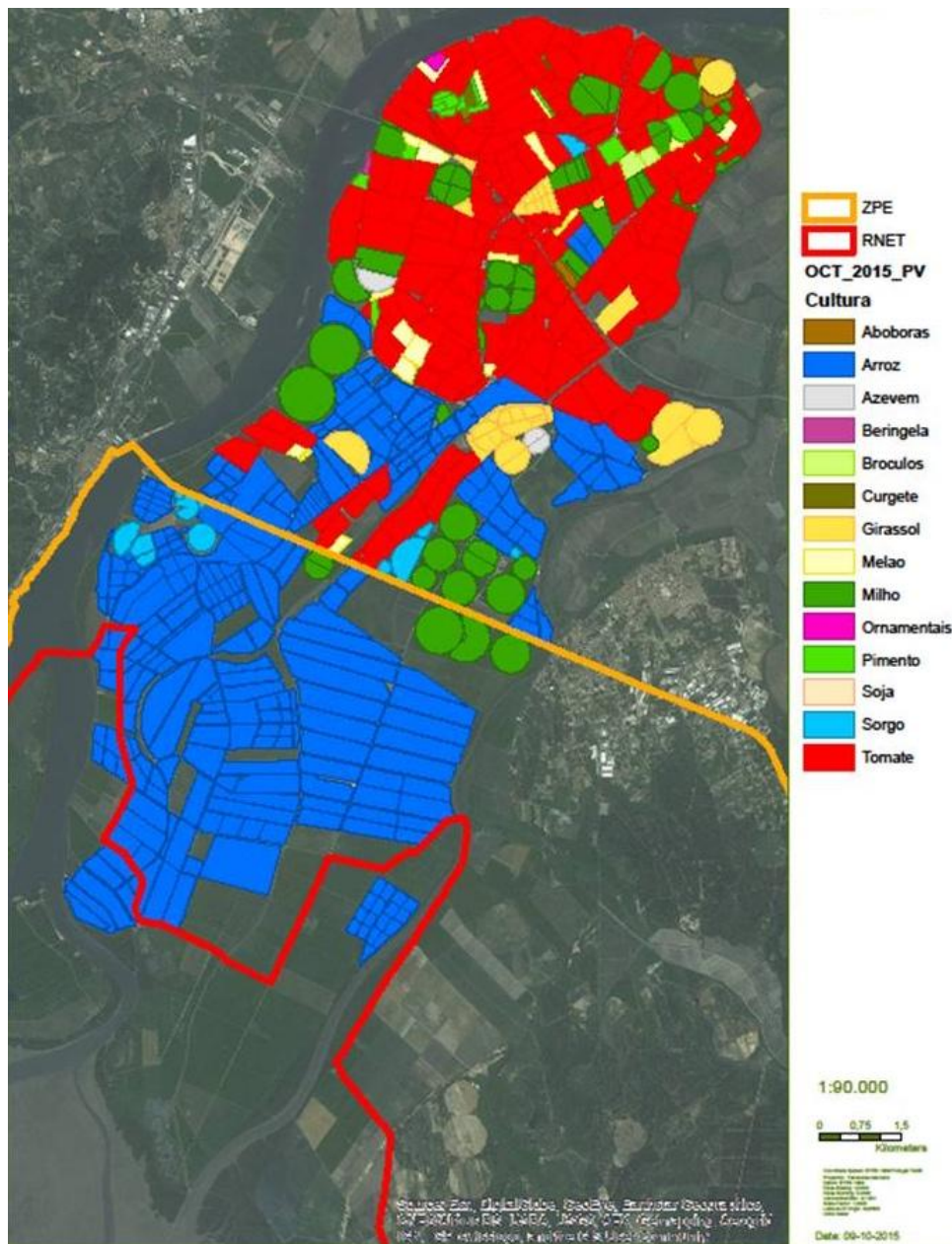
³²⁴ Ver (Varela, 2007, p. 109)

³²⁵ Ver (Costa, 2017, p. 46)

³²⁶ Ver (Costa, 2017)

variou (...) entre 307€/ha e 320€/ha, até 2003. Em 2004, houve um grande aumento no prémio específico ao arroz (...). Em 2005, primeiro ano de aplicação da Reforma de 2003, o valor atribuído por hectare elegível passou para 453,75€/ha (...). A partir de 2005 passou também a haver um pagamento complementar ao arroz por tonelada comercializada, semelhante ao das culturas arvenses, que variou entre 4,3€/t em 2011 e 2,23€/t em 2009, e que está incluído nesta nossa análise, através do produto entre este valor em cada ano pela produtividade média do arroz (...). (Costa, 2017, p. 52)

Não obstante a importância do seu contributo para a dieta mundial, representando a base da alimentação de cerca de metade da população, a cultura intensiva do arroz apresenta alguns prejuízos para a paisagem e para o equilíbrio ambiental, nomeadamente pelas alterações da forma e da estrutura dos solos que se tornam incompatíveis com outras plantações. Paradoxalmente, os vastos espelhos de água e a disponibilidade de grão em abundância que a cultura proporciona, tornam os canteiros de arroz um *habitat* desejável para muitas aves migratórias, que neles encontram repouso e alimentação na sua travessia entre a Europa e o norte de África, comprovando-se assim o potencial da Agricultura para a valorização dos ecossistemas naturais.



Cultura	Área 2005	Área 2015
	(ha)	(ha)
Tomate	1 236	2 923
Melão	186	129
Milho	2 248	1 019
Girassol	13	346
Arroz	1 240	4 083
Sorgo	118	137
Diversos	271	188
TOTAL	5 312	8 825

Figura 137 - Mapa da ocupação cultural de 2015 e do aproveitamento hidroagrícola da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira (Fonte: Arquivo ABLGVX)

3.7.2. A Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira



Figura 138 - Abertura de valas na Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo da ABLGVFX)

Terminava a fase de estágio e aprendizagem. Ia começar uma acção técnica e social traduzida em obras obedecendo a um plano geral de conjunto, - possível pelo melhor conhecimento obtido das possibilidades hidro-agrícolas do País. O Govêrno da República reconhece e dá, ao problema das regas das terras e sua colonização, um lugar primacial no fomento da riqueza agrícola e do bem estar social. Perante a irregularidade e insuficiência da terra e do clima, vai chamar a si o primeiro lugar na resolução de tão fundamental problema como é o do resgate da terra portuguesa, e assegurar os meios materiais e técnicos necessários ao organismo que tem de realizar a obra da transformação agrícola e económica de Portugal. (Casimiro, 1940, p. 103)

Em 1976 chegaram novos progressos ao campo de Vila Franca, por intermédio de um protocolo assinado entre o governo português e o seu homólogo holandês, com vista à reestruturação das infraestruturas agrárias da Lezíria Grande e à resolução das dificuldades anteriormente assinaladas. Estas medidas foram de grande relevância, uma vez que delas dependiam as culturas intensivas, como era o caso do melão e do tomate, que ocupavam durante a primavera e o verão, uma considerável área do território e algumas dezenas de seareiros.³²⁷

³²⁷ Ver (Galhardo, 1977)

Para elaboração do Programa Global de Desenvolvimento da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, que tem por fim não só a resolução dos problemas apontados, mas que pretende mudar o facies da actividade agrícola praticada na zona, conta o Governo Português com a contribuição das autoridades holandesas.

Dos contactos estabelecidos entre as autoridades dos dois países, resultou a elaboração de um protocolo de estudos a elaborar com dois objectivos:

- Preparação de um programa global de desenvolvimento rural para a área.
- Formulação de pontos concretos de acção imediata para melhorar a presente situação.

A razão desta distinção está no facto de que a concretização do 1º objectivo obriga à recolha e trabalho de vários elementos assim como a experimentação, num período de tempo que se previu com a duração de 2,5 anos, em domínios como o estudo de solos, níveis de toalha freática e problemas de salinidade. Enquanto que por outro lado será possível tomar medidas imediatas para a resolução de alguns problemas actuais, integrando-as num programa a curto prazo que terá em vista a sua integração no programa final. (Galhardo, 1977, p. 9)

A Holanda, ofereceu a sua colaboração por intermédio do *Institute of Land Reclamation and Improvement*, com o objectivo de fortalecer a capacidade tecnológica do projecto. O serviço de consultas que constam na lista de visitas efectuadas ao campo por técnicos especializados abordava as seguintes matérias: terra e manejo de água; drenagem e recuperação do solo; planeamento da utilização da terra; estudo do solo; química do solo e controlo da salinidade; mecanização e mobilização do solo: economia agrária e avaliação do solo; pastagem e alimentação de gado bovino; instalações pecuárias; manutenção de valas abertas; e engenharia de estações de bombagem.³²⁸

A juntar a esse apoio, o governo holandês participou ainda o projecto com equipamento técnico, nomeadamente: registadores do nível da água, chuva e descarga da água de drenagem; equipamento de campo para estudos de solo; equipamento para um laboratório; tubos PVC; pequenas unidades de bombagem; equipamento de irrigação; e equipamento científico diverso. Ao Estado Português, coube disponibilizar um milhão de escudos para financiar as despesas de coordenação (ordenados dos técnicos não incluídos). Desta operação, resultou um novo sistema de rega e drenagem, totalmente orientado para um futuro mais sustentável tanto do ponto de vista produtivo, como ambiental.³²⁹

³²⁸ Idem

³²⁹ Ver (Galhardo, 1977)



Figura 139 - Fotografia aérea da Lezíria Grande na qual se pode ver a Ermida de S. José ao meio da margem direita, 1982 (Fonte: Direcção Geral do Território)

Em 1988, surgiram novos investimentos no campo de Vila Franca, com o objectivo de reabilitar áreas que permaneciam fustigadas pelo excesso de água e sal, havendo sido para o efeito, disponibilizados 266 mil contos. Paralelamente foram também construídos o canal principal e a estrutura terminal e ampliada a rede de caminhos e de drenagem.³³⁰

A 28 de novembro de 1990, foi constituída a Associação de Beneficiários de Vila Franca de Xira que logo no ano seguinte adquiriu o estatuto de pessoa colectiva de direito público. Essa conjuntura atraiu mais investimentos que vieram actualizar as estruturas existentes e dar lugar à construção de novos projectos como a estação elevatória do Conchoso e do Ramalhão

Pouco depois, a Associação ampliou as suas funções e passou a incluir, além das responsabilidades de supervisão das infraestruturas, da qualidade da água e dos solos, um gabinete técnico, que presta apoio aos agricultores. Além disso, na qualidade de administradora do território tornou-se responsável pelo câmbio de

³³⁰ Ver (Alves, 2003)

A Antropização do Território. O caso da Lezíria Grande.

interesses que por vezes abalam as relações entre agricultores e ambientalistas, num difícil esforço que tenta conciliar a visão rural e urbana.

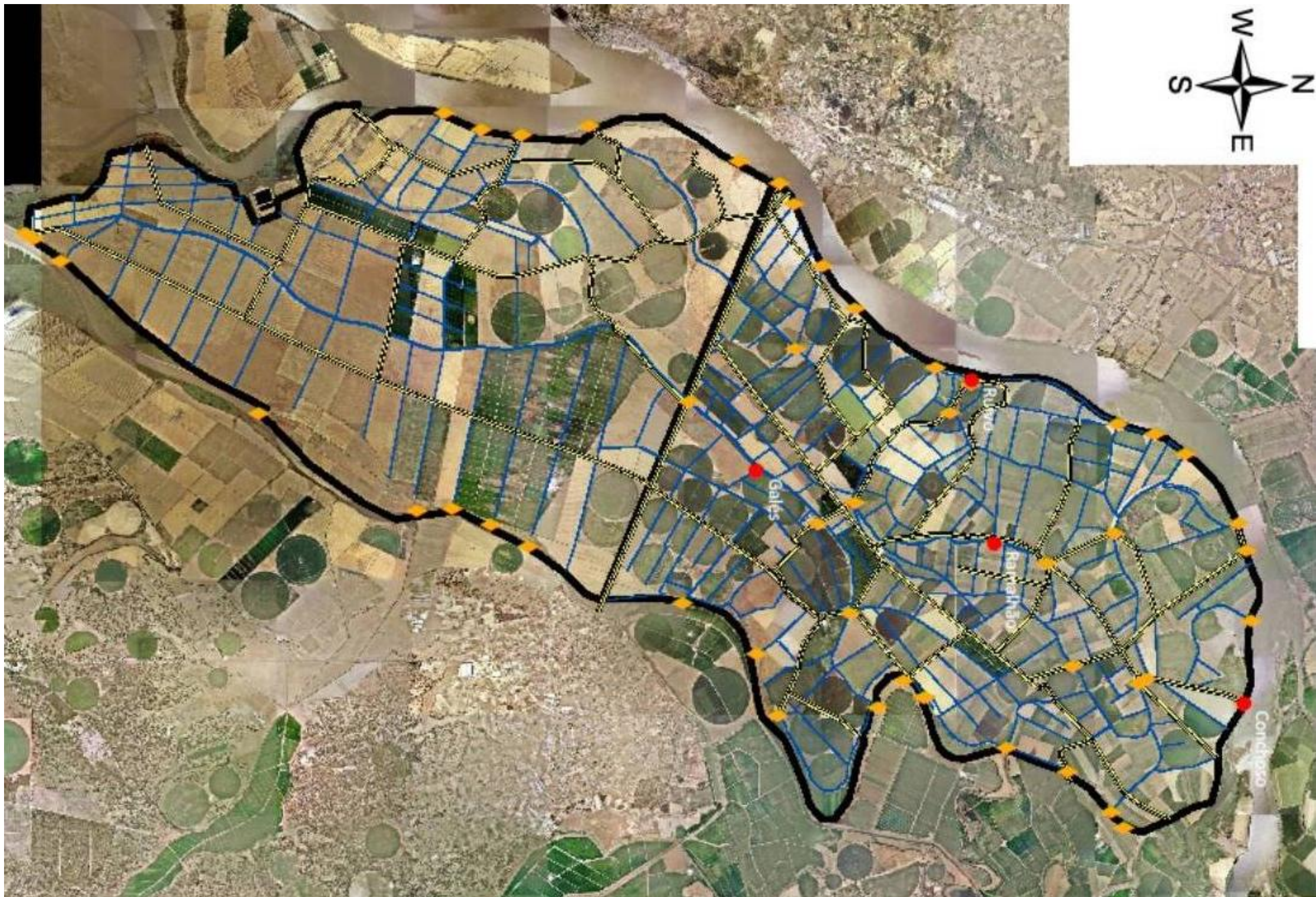


Figura 140 - Mapa dos canais e dos caminhos da Lezíria Grande (Fonte: Arquivo ABLGVX)

3.8. Notas Finais



Figura 141 - Lezíria Grande, s/d (Fonte: Arquivo ABLGVX)

- Todos esses argumentos, meu senhor, seriam a considerar nas Cortes de Almocave. A repartição a que pertença não se preocupa com *a espada de cortiça para matar a carriça*. Perante um problema estabelece uma equação. Qual é o resultado? O serrano da serra dos Milhafres é um português como qualquer outro português. Temos de tratá-lo em conformidade. Vamos educá-lo, subir-lhe o nível de vida, arrancá-lo ao seu marasmático individualismo. Aí está o mal que lhe queremos. (Ribeiro, 1958, p. 79 - 80)

A reforma legal que se iniciou no século XVIII inaugurou a era industrial da agricultura portuguesa e intensificou o processo de civilização do mundo rural, fundado pelos romanos mil e duzentos anos antes. Esta situação reforçou a matriz ideológica do território e fundiu a cosmovisão da cidade à cultura do campo.

Três séculos depois, o modelo consolidou-se e a paisagem agrária converteu-se numa substância urbana, configurada por reservas agrícolas, ecológicas, planos municipais e directrizes europeias. Em virtude disso, a vida rural desapareceu e com ela foram-se os grandes movimentos de transumância, a caça, a pesca, a autonomia produtiva e a cultura campesina. Por fim, a mecanização da agricultura e a massificação do turismo introduziram visões estereotipadas que substituíram as particularidades das paisagens tradicionais pela monotonia e a fugacidade da estética global.

Ausente das juntas de decisão, ao agricultor, nada mais restou senão aceitar as cercas, os muros, as autoestradas, as barragens, as leis, as normas e as cotas de exploração. O seu ofício encheu-se em requerimentos, burocracias e normas, mas também de subsídios que desmembraram o preconceito e o converteram em empresário agrícola.

Paradoxalmente, as restrições que se abateram sobre a vida rural, ampliaram a liberdade do camponês e esbateram as assimetrias regionais. A educação, a electricidade, a água canalizada, o saneamento básico e as telecomunicações, estenderam-se a todo o território nacional, equilibrando a balança de oportunidades e rompendo com o fatídico ciclo que amarrava o filho do labrego³³¹ à lavoura. Em resumo, pode ainda haver quem habite as paisagens agrárias, porém o mundo rural já não existe porque o camponês urbanizou-se.

³³¹ *Labrego*, sinónimo de Campónio rústico in Dicionário Prático Ilustrado. LELLO & IRMÃO - EDITORES. Porto, 1977.

CAPÍTULO 4

A Pequena Habitação Rural na Lezíria Ribatejana

4.1. Introdução



Figura 142 - Vala do Carregado, Vila Franca de Xira (Afonso et al., 2004)

O campo aparece-nos hoje como o resultado de uma transformação procurada. É o homem que o faz, mas não como desejaria – cultiva aquilo que o solo, a chuva, os ventos ou a geada consentem, vive em casas que são assim ou estão ali, mais por via dos materiais de ao pé da porta e das exigências da lavoura ou dos animais do que por sua vontade ou necessidade dos seus. (Afonso et al., 2004, p. 15)

Em meados do século XX, surgiram vários estudos alertando para a precariedade da vida camponesa e para a ruína da arquitectura popular, na maioria das vezes carente de condições básicas de vida, mas inteiramente digna de reconhecimento institucional. Entre eles, destacaram-se o *Inquérito à Habitação Popular*, elaborado pelos agrónomos Lima Basto, António Silva e Carlos Silva, editado em 1942; *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*, editado em 1960 pelo Ministério das Obras Públicas e coordenado pelos arquitectos Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes; e *Arquitectura Popular em Portugal*, editado em 1961 pelo Sindicato dos Arquitectos.

Complementarmente, estes documentos produziram um profundo conhecimento sobre a cultura campesina, atestando simultaneamente o interesse dos estudos interdisciplinares bem como a importância dos arquitectos na organização do território agrícola. Partindo deles, abordaremos neste capítulo, os modelos de habitação predominantes na lezíria ribatejana com destaque para as casas dos camponeses e dos avieiros, emblemas da paisagem ribeirinha e de uma notável adaptação do Homem ao meio (*Figura 142*). A sua autenticidade e qualidade formal, sem paralelo no plano erudito, exigem uma regulamentação adaptada aos problemas específicos da habitabilidade, totalmente inadequada aos parâmetros de higiene e salubridade da vida contemporânea, porém, simultaneamente, capaz de preservar um património que se desmorona paulatinamente.

Para alcançar este objectivo, pese embora tenham *per si* valor para absorver estudos ligados a todas as áreas do conhecimento, é preciso não esquecer que o sentido profundo destas casas se encontra ligado à sua implantação, a uma estrutura económica específica e às condições materiais, culturais e cívicas dos agregados humanos que as habitam, pelo que a sua reabilitação deverá ser acompanhada por uma reestruturação social adequada. Em rigor, só uma economia justa e comprometida com políticas de progresso e melhoria das condições de vida, poderá assegurar a manutenção apropriada destas estruturas quer em termos de unidade, quer em termos de aglomerado.

4.2. A Casa dos Camponeses



Figura 143 - Arredores do Cartaxo, s/d (Afonso et al., 2004)

O sul, por outro lado, tem a cobri-lo um tipo uniforme de vegetação ou grandes áreas da mesma cultura, seja o arroz ou o trigo. A maioria da população não tem terras, a mão-de-obra é solicitada só umas tantas vezes por ano, para as ceifas, as mondas, ou pouco mais, e este divórcio entre o trabalho e o campo favorecem a concentração. Entre os grandes núcleos, esboça-se a dispersão, constituída por montes ou quintas que abrigam poucos trabalhadores permanentes, os animais e as alfaias, atingindo-se, porém, nas áreas afloradas, formas puras de disseminação. (Afonso, 2004, p. 17)

Tradicionalmente, os prédios populares ribatejanos eram constituídos por alvenaria de pedra e barro, revestidos por argamassas de areia e cal, e divididos interiormente por tabiques de madeira - normalmente quatro compartimentos, com abertura para o exterior e portas interiores de passagem. A cozinha era composta por uma lareira aproximadamente com 0,70m de altura, 1,60m de frente e 0,70m de largura, encostada num dos lados à parede, onde apoiava uma das extremidades da verga, e no outro lado por uma parede de tijolo, que recebia a outra extremidade (*Figura 143*).

O telhado era formado por duas águas de telha vã, meia cana, assente directamente sobre um madeiramento composto por um pau de fileira, uma madre de casa, lado, varedo e ripado. O tecto da casa de fora e dos quartos era forrado a pinho, contrariamente ao da cozinha que não beneficiava de acabamento. O pavimento de terra batida distribuía-se por toda a casa.³³²

A ausência de redes de distribuição e saneamento público, obrigava ao transporte de água para o consumo da casa de fontes públicas, por vezes distanciadas vários metros das habitações. Para as lavagens, tanto do corpo como da roupa, as gentes dirigiam-se ao rio.

³³² Ver (Basto, 2013)

No inverno, o aquecimento era feito à lareira, onde se queimavam vides, lenha de charneca, rama de oliveira e ramos de fruteiras, ao passo que a iluminação se fazia com candeeiros alimentados a petróleo.³³³

De modo geral, o camponês, mesmo quando tinha acesso a um pedaço de horta para o cultivo de alguns dos produtos para a sua alimentação, não tinha possibilidades de manter nenhuma cabeça de gado grosso, pelo que a proteína animal lhe chegava do consumo de coelhos, galinhas e eventualmente de um porco que engordava ao longo do ano. Em virtude disso, anexos ao volume da habitação propriamente dita, surgiam pequenas construções destinadas ao abrigo dos animais, das lenhas e de alguns produtos como utensílios agrícolas.³³⁴

A beleza arquitectónica, sem constituir uma procura, é o resultado duma correcta disposição dos elementos nobres da construção: paredes, vãos, coberturas. Os materiais saíram da terra e foram aplicados com grande naturalidade e economia de processos. (Lobo, 1960, p. 25)

Na Lezíria Grande, propriamente dita, em virtude da sua planura ser razante ao Tejo e isso facilitar a ocorrência de grandes e recorrentes cheias durante os meses de inverno, nunca se instalaram aglomerados urbanos. Assim a habitação camponesa que aí surgiu teve sempre um carácter sazonal e provisório, servindo sobretudo de abrigo aos seareiros que nos meses da Primavera e Verão arrendavam parcelas das grandes propriedades para nelas cultivarem melão, tomate e feijão.

O período de permanência acontecia normalmente de Abril a Setembro, dependendo do grau de humidade da terra. A partir dessa altura, as gentes rurais, provindas de várias partes do país, particularmente de outras zonas do Ribatejo, Alentejo e Beira, chegavam em carroças e camionetas carregadas de material - tábuas, canas, palha e ramagem - para a construção das *barracas* que os acolheriam durante o período de permanência.

Estas habitações eram implantadas ao longo dos caminhos e eram formadas por dois espaços contíguos aos quais se seguia um coberto. O primeiro espaço, onde dormia toda a família, era caracterizado por uma planta quadrada com dois ou três metros de lado, construído por quatro painéis de tabuado vertical com mata-juntas delgadas, servindo de paredes. Num deles, havia um pequeno postigo sem vidraça. Em muitos casos, só o painel da frente era de madeira, sendo os restantes em esteiras de bunho. O segundo espaço, colado ao primeiro e de igual tamanho, servia de cozinha, de sala de comer-nos dias de chuva - de arrecadação da pipa do vinho e das alfaias agrícolas. Os painéis eram apoiados numa estrutura de quatro estacas verticais espetadas no chão - uma em cada canto - ligadas por varas de cima, amarradas entre si por cordéis e arames. Destas duas barracas, projectava-se para a frente ou para o lado, o grande coberto, feito de canas, palha, ou ramagens, designado por *sombreiro*. Nele se comia, descansava e se abrigava o melão após a colheita. Até meados do século XX, a cobertura era feita exclusivamente de colmo, porém, depois disso, generalizou-se o uso de chapas onduladas.³³⁵

³³³ Idem

³³⁴ Ver (Lobo, 1960)

³³⁵ Ver (Galhano, 1994)



Figura 144 - Reguengo, Cartaxo, s/d (Afonso et al., 2004)



Figura 145 - Habitação temporária e banca de venda de melão e melancia, Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2018)

Além das habitações dos seareiros, era comum encontrar-se também na Lezíria Grande barracas que serviam de abrigo aos campinos e pastores, que aí permaneciam junto do gado ao longo de todo o ano. Tal como as outras, também essas eram construídas com os materiais da terra e reflectiam o mesmo carácter provisório e remendado, imposto pela recorrência das grandes cheias que alagavam o território e obrigavam à sua permanente reconstrução. Dada a natureza contínua da sua utilização, estas estruturas eram mais complexas e robustas do ponto de vista construtivo a fim de suportarem as adversidades do inverno. Porém, como se tratavam genericamente de habitações unipessoais, uma vez que as famílias dos campinos e dos pastores, ficavam nas povoações, a organização do espaço interior era mais simples, não contendo normalmente divisões (*Figuras 143-149*).



Figura 146 - Azervadinha, Coruche, s/d (Galhano et al., 1994)



Figura 147 - Coruche, s/d (Galhano et al., 1994)

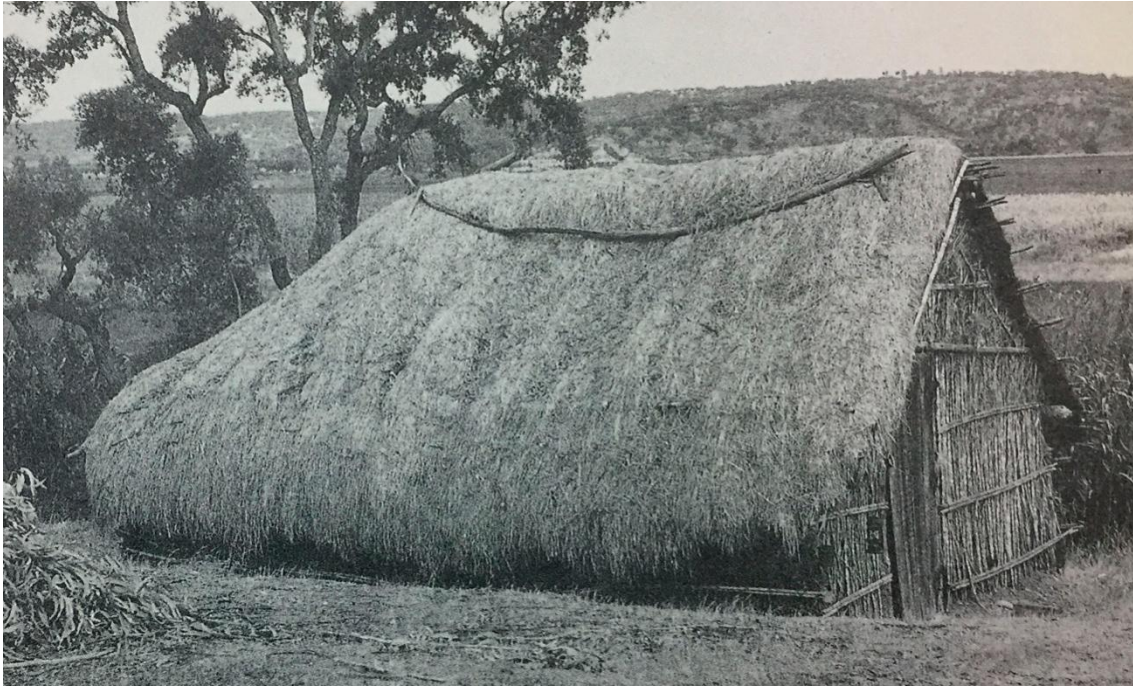


Figura 148 - Couço, s/d (Galhano et al., 1994)



Figura 149 - Coruche, s/d (Galhano et al., 1994)

4.3. A Casa dos Avieiros



Figura 150 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)

Incerto o pão na sua praia, só certa a morte no mar que os leva, eles partem. Da Vieira-de-Leiria vêm ao Ribatejo. Aqui labutam. Alguns voltam ainda, ávidos das saudades do seu Mar. Muitos ficam. Avieiros lhes chamam na Borda-de-Água. (Alves Redol in *Avieiros*)

A comunidade piscatória dos avieiros é oriunda da Praia de Vieira de Leiria. Desceu ao ribatejo no final do século XIX, primeiramente em movimentos migratórios sazonais, correspondentes aos períodos mortos da xávega, para trabalhar no Tejo na pesca do sável e noutras fainas. Porém, progressivamente, foi-se instalando na *Borda de Água*, acabando por aí se fixar.

Com o tempo, fundaram várias aldeias ribeirinhas unidas por um corpo social e uma cultura comum. A singularidade do seu modo de vida é testemunhada pela natureza inesperada das suas embarcações e habitações, devidamente ajustadas a um modelo itinerante, circunstância que lhes valeu a alcunha de *ciganos do Tejo*.

Antes de se fixarem em aldeias, as vivendas dos avieiros não iam além das suas bateiras, que varadas em terra, eram levantadas do solo e "cobertas por um amplo toldo de encerado, armado com varas de cana como tenda, e aberto à frente. O toldo então recobria, além da bateira, onde as pessoas dormiam, um espaço

*ao lado onde cozinhavam e comiam, especialmente em dias de chuva, e onde se arrumavam caixas, fardos, utensílios domésticos e apetrechos de pesca.*³³⁶

Estas embarcações, agrupavam-se em pequenos núcleos, que se distribuíam ao longo da margem do rio, junto à linha de água. Durante o dia, os toldos eram mantidos abertos para um terreiro comum onde o grupo socializava em torno das fogueiras que acendiam para cozinhar e se aquecerem. Era comum, cada família possuir duas bateiras, uma onde viviam e a outra para a pesca. Quando porventura, o avieiro possuía apenas uma embarcação, o arranjo era mais simples, sendo o toldo aberto apenas da popa para o través.³³⁷

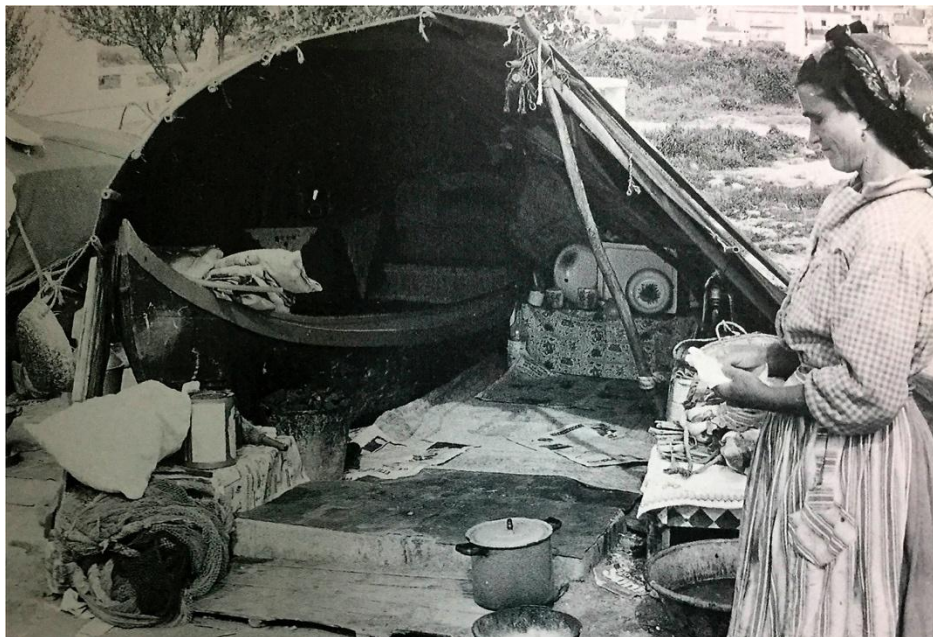


Figura 151 - Vila Franca de Xira, s/d (Galhano et al., 1994)



³³⁶ Ver (Galhano, 1994, p. 284)

³³⁷ Ver (Galhano, 1994)



Figura 152 - Vila Franca de Xira, s/d (Galhano et al., 1994)



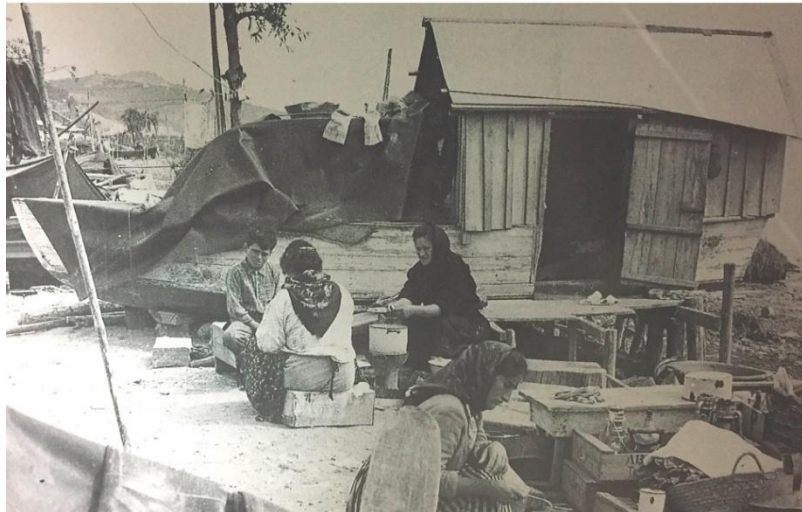


Figura 153 - Vila Franca de Xira, s/d (Galhano et al., 1994)

As povoações dos avieiros, entre outras, foram das mais duramente atingidas pelas cheias do Tejo, conseqüentes da especial constituição da sua bacia hidrográfica e dos seus afluentes, sobretudo do Zêzere. As barragens, regularizando o curso destes rios, atenuaram ou eliminaram estas calamidades. As casas dos avieiros, construídas em madeira, segundo a técnica da região e donde emigraram, eram montadas, providentemente, sobre a estacaria que as protegia da devastação das águas transbordantes. (Afonso, 2004, p. 50)

A crescente presença desta comunidade na *Borda de Água* consolidou a sua relação com o território, essa circunstância acentuou o lastro de uma ocupação cada vez menos provisória. Assim, foram surgindo progressivamente aldeias junto à margem dispostas em linhas paralelas ao curso do rio e divididas por ruas de areia.

Genericamente, as habitações partilhavam uma arquitectura comum, caracterizada construtivamente por quatro prumos verticais, que elevavam o único piso habitável cerca de um metro e meio acima da cota da rua, e sobre ele, erguiam-se quatro varas de madeira que seguravam o telhado formado por carrocil.³³⁸

Originalmente, as paredes eram formadas pelo mesmo material, porém, devido à sua rápida decomposição, com o tempo, o carrocil foi sendo substituído por um tabuado e mais tarde por pranchas de contraplacado.

No interior, a tarimba onde toda a família dormia era colocada no lado poente da casa e a bancada da cozinha era uma tábua que se erguia sobre dois tijolos. Progressivamente, a complexidade espacial das habitações cresceu, e tornou-se comum a segmentação do espaço interior. Nas palhotas mais recentes, já é possível distinguir os espaços dos quartos e da cozinha.³³⁹

³³⁸ Carrocil é uma palha que nasce na Lezíria.

³³⁹ Ver (Redol, 2014)

Um rio tem as suas glórias e os seus dramas, mas não se apaixonava. O Tejo não pensa – age. Age ao sabor das circunstâncias. Age e constrói; age e destrói. Como o homem. Mas o homem pensa e conhece a dúvida.

E duvidou quando o Tejo foi depondo areias e terras junto do valado real da Lezíria Grande. Terras e areias que fizeram uma praia sem dono. Ou que não devia ter dono. Mas todos os anos o Tejo depõe ou decompõe praias iguais que não chegam a criar história. Servem numa safra para recolher redes, quando muito.

Aquela praia, porém, ficou. E os avieiros sem casa, vagabundos do rio, começaram a erguer por ali as suas barracas. Pequenas, talvez para que não as vissem; ou tímidas para que não as mandassem destruir. Ou pequenas e tímidas por causa dos materiais e das agruras do tempo. As primeiras apareceram à ilharga do rio e voltadas para o Norte; as que vieram depois foram dispostas lá atrás numa segunda linha e a aldeia ficou com uma rua estreita, de areia suja e erva rala, e outra larga, de água, mais larga e longa do que qualquer avenida de uma grande cidade, porque é o próprio Tejo. (Redol, 2014, p. 215 - 216)

O interesse histórico e social da vinda sazonal, e posterior fixação destas comunidades piscatórias nas margens do Tejo, fez-se acompanhar na riqueza dos modos de edificar e habitar. Dado que essa foi uma realidade que se espalhou linearmente na extensão ribatejana do rio, sentimo-nos encorajados a incluir um desses momentos, expresso no Patacão, ainda que este se ache a montante da nossa área estudo. Como já anteriormente dissemos, a fixação do povoamento na Lezíria Grande encontrava-se impedido pela planura dos terrenos facilmente inundáveis. Disposição que, de resto, se encontra registada na toponímia, quando verificamos que o primeiro povoado junto à Lezíria do Tejo se designa “Porto Alto” (Figuras 150-153).





Figura 154 - Aldeia Avieira. Excertos do filme *Um homem do Ribatejo*, 1946
(Fonte: Cinemateca Portuguesa)



Figura 155 - Excertos do documentário *Os toiros na faina agrícola*, 1939
(Fonte: Cinemateca Portuguesa)

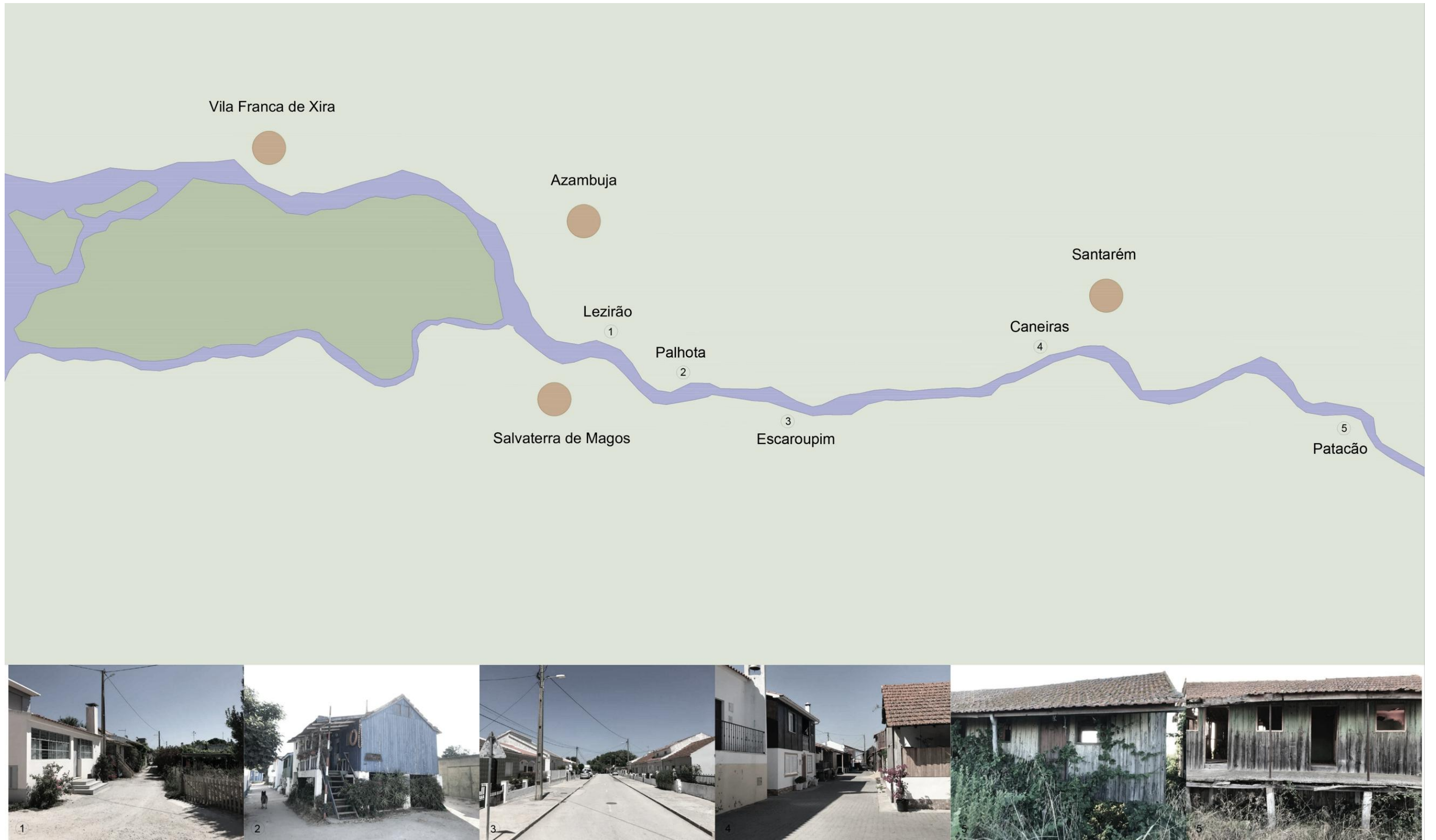


Figura 156 - Planta de Localização das Aldeias Avieiras (Desenho e Fotografias do Autor, 2020)



Figura 157 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografias do Autor, 2017)



Figura 158 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografias do Autor, 2017)



Figura 159 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)



Figura 160 - Praia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)



Figura 161 - Praia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografia do Autor, 2017)



Figura 162 - Casa tipo (Adaptado de: Afonso et al., 2004)



Figura 163 - Aldeia do Patacão. Arredores de Alpiarça (Fotografias do Autor, 2017)

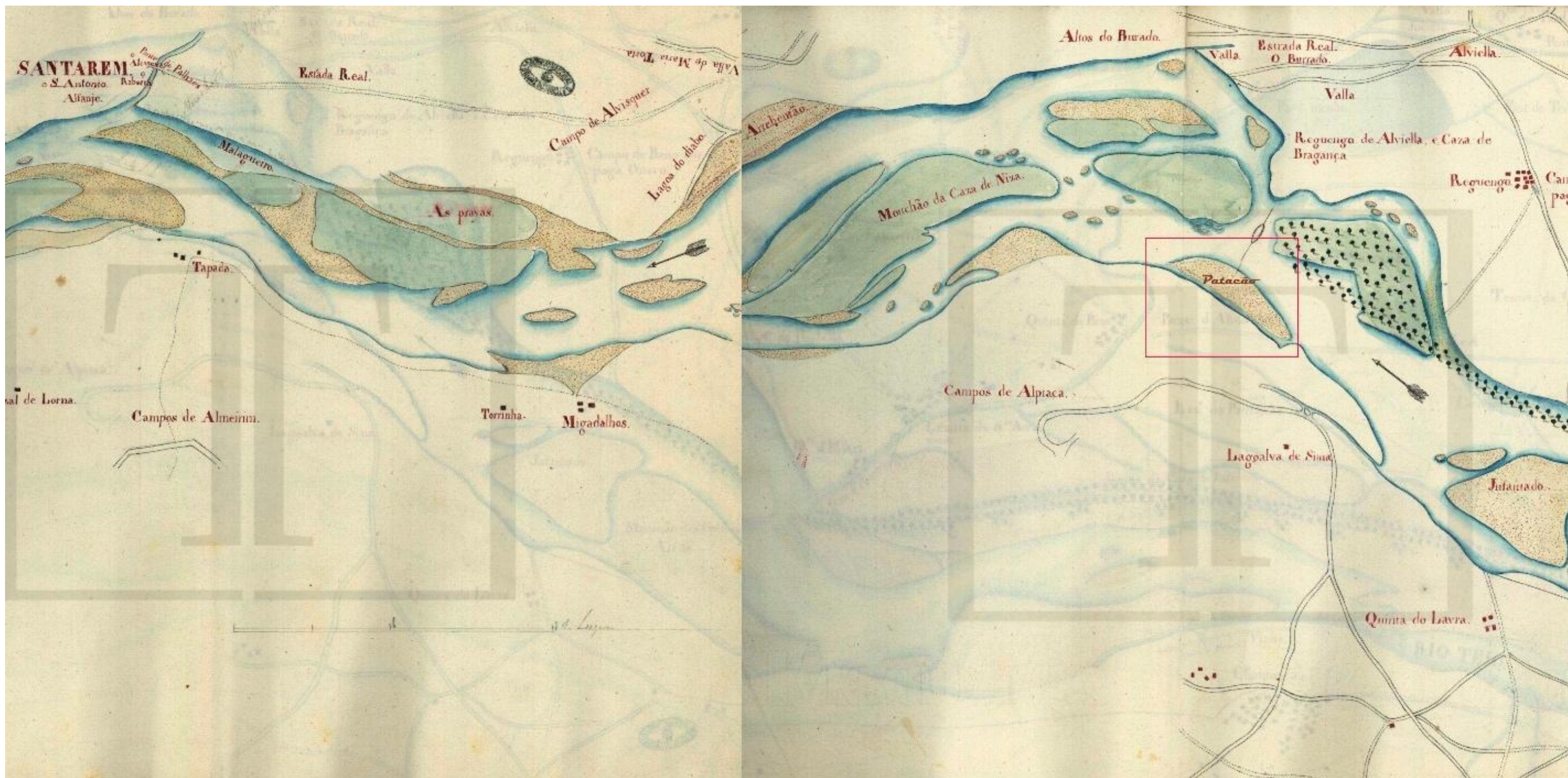


Figura 164 - Praia do Patação em 1853, na qual não se encontram referências a núcleos habitacionais de avieiros. s/e (Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo)



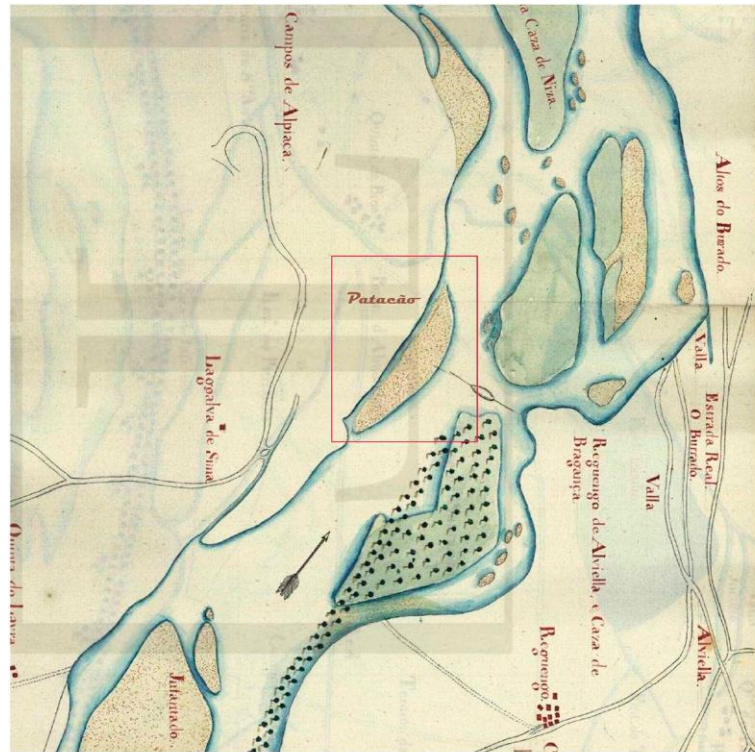
Figura 165 - Fotografia aérea da praia do Patacão de 1944, na qual é possível identificar a presença do núcleo habitacional 1. Escala 1:8.000 (Fonte: Direcção Geral do Território)



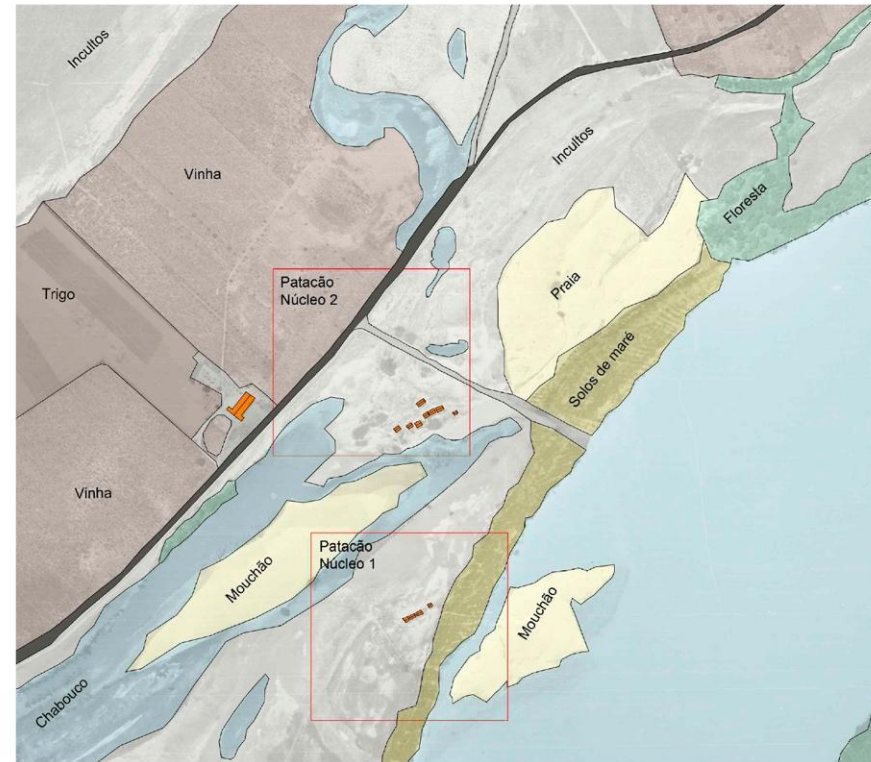
Figura 166 - Fotografia aérea da praia do Patacão de 1944, na qual é possível identificar os núcleos habitacionais 1 e 2. Escala 1:8.000 (Fonte: Direcção Geral do Território)



Figura 167 - Fotografia aérea da praia do Patacão de 1944, na qual é possível identificar os núcleos habitacional 2 e 3. Escala 1:8.000 (Fonte: Direcção Geral do Território)



Praia do Patacão, 1853.



Aldeia do Patacão, 1944.



Aldeia do Patacão, 1962.



Aldeia do Patacão, 1982.



Aldeia do Patacão, 2002.



Aldeia do Patacão, 2017.

Figura 168 - Estudo da evolução histórica da aldeia do Patacão (Desenho do Autor, 2020)

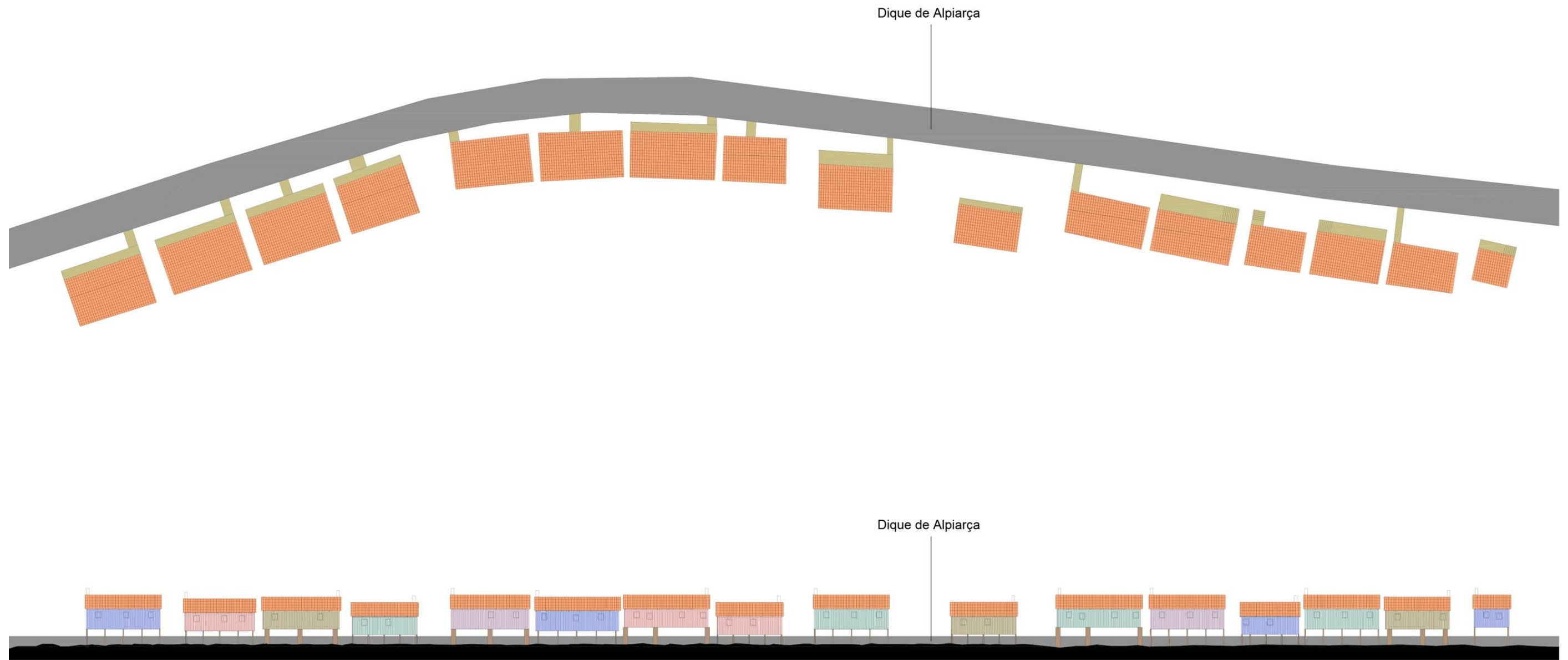


Figura 169 - Planta e Alçado do núcleo 3 da aldeia do Patacão (Desenho do Autor, 2020)

4.4. Notas finais



Figura 170 - Habitação temporária e banca de venda de melão e melancia, Alpiarça
(Fotografia do Autor, 2019)

Nos nossos dias, exigências e circunstâncias bem conhecidas e que há muito se vinham propagando, precipitaram uma crise que - abrangendo toda uma cultura tradicional - apresenta aspectos especialmente graves no sector da pequena habitação que, de dia para dia, se mostra menos apta a desempenhar o papel que lhe cabe no conjunto das actividades de uma família rural; seja a de um assalariado, seja a de um pequeno agricultor. (Lobo, 1961, p. 3)

Pese embora os apelos lançados pelos estudos arquitectónicos, etnográficos e antropológicos publicados em meados do século XX, a pequena habitação rural continua longe de ver reconhecido o seu valor cultural. A decadência do mundo rural acentuou o desejo de progresso e o futuro correu atrás do abstracionismo modernista e da sua retórica urbana e industrialista. Em virtude disso, um valioso património - derradeiro testemunho da relação do Homem com o território - e uma extraordinária lição de modelação paisagística ficaram esquecidos. Lamentavelmente, ainda nos encontramos longe de perceber que as ilustrações que Claude Perrault elaborou a partir das descrições de Vitruvius, a cabana primitiva de William Chamber, ou os desenhos de Francesco Milizia, enunciados por Viollet-le-Duc como a ligação da habitação ao território e aos seus recursos, não são mais nem menos do que a cabana da Azervadinha, do Couço, de Coruche e do Reguengo, esses sofisticados utensílios que tão genuinamente documentam a história da nossa humanidade.

Graças à descoberta do fogo os homens começaram a reunir-se, a encontrar-se, a viver juntos, numerosos em um só lugar... Assim começaram naquela primeira forma de agregação social quer a construir cabanas de ramos, quer a escavar cavernas sob os montes, imitando os ninhos dos pássaros e as suas construções, erigindo os seus abrigos com ramos e folhas sobre as quais se refugiaram. Observando as construções uns dos outros e juntando à própria capacidade inventiva elementos inovadores melhoraram dia a dia a qualidade das suas habitações. (Vitrúvio *apud* Marques, 2012, p.43)

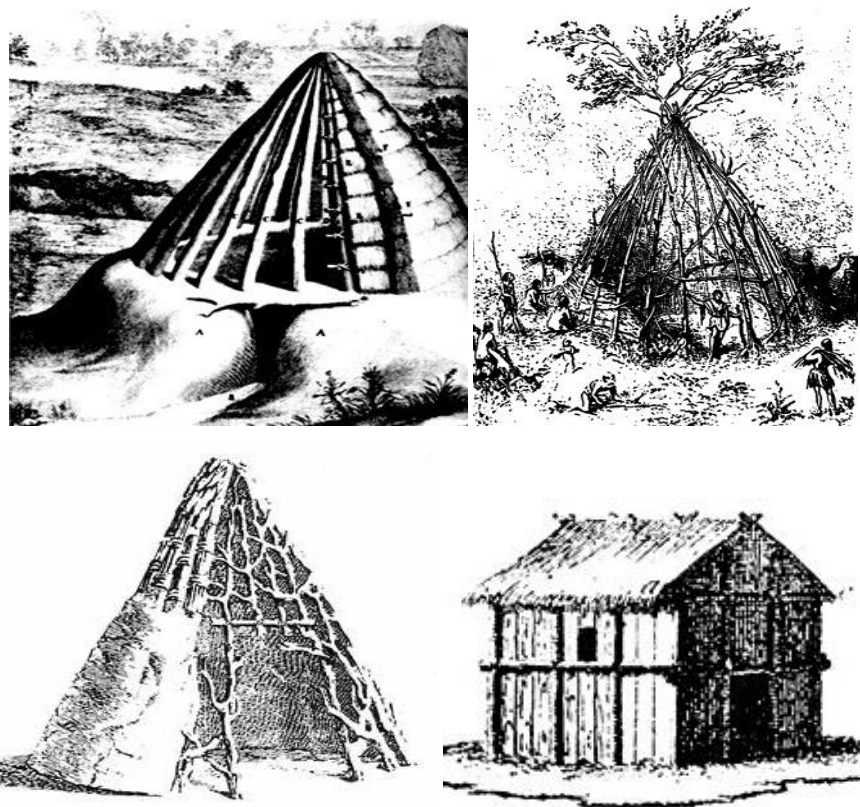


Figura 171 - Claude Perrault, 1683; Eugène Viollet-le-Duc, 1875; William Chamber, 1759; Francesco Milizia, 1823 (Marques, C.A., 2012)

Apesar dos esforços que têm sido levados a cabo recentemente, ainda se encontra por fazer a história da pequena habitação rural portuguesa. Continuamos a olhar para fora em busca de soluções arquitectónicas e construtivas, alheios à riqueza dos modelos que dispomos no nosso país e na nossa tradição. O estudo destes elementos poderá ajudar-nos a ver a economia de modo mais optimista e levar-nos a apreciar o espaço justo e a autenticidade dos materiais, sobretudo em épocas como a nossa, dominada por crises económicas e instabilidade financeira.

Representando uma experiência vivida e admiravelmente resolvida no decorrer do tempo, esse imenso museu arquitectonológico tem estado escondido dos nossos olhos por um estranho

mimetismo e agora, em plena desagregação e ameaçando desaparecer sem deixar vestígios, põe-nos a oportunidade da sua lição e a necessidade de a colhermos sem demora. (Lobo, 1960, p. 12)

O abastardamento da lógica construtiva que se tem verificado em algumas tentativas de reabilitação, alerta para a urgência de classificarmos estes abrigos como património de interesse nacional para que possam receber da tutela os apoios técnicos e financeiros necessários à sua adequada recuperação.

As habitações que surgem todos os dias por este país rural adentro, dão-nos conta da consolidação dos novos hábitos, frequentemente importados de geografias distantes, e da sua acção anarquizante sobre um território incapaz de se lhe opor. Infelizmente, a descaracterização formal e orgânica de que muitos aglomerados rurais foram alvo é irreversível, pelo que se tornou ainda mais urgente a preservação dos poucos exemplos que ainda persistem. É importante lembrar que conforto do camponês não depende exclusivamente da água canalizada, do saneamento básico e da electricidade, ela depende também da preservação da sua dignidade secular, representada em larga medida, pela sofisticação da sua moradia.

No entanto, a maior lição que estas casas nos pode dar, enquadra-se no âmbito da filosofia e traduz-se pela forma inteligente e eficaz como incontáveis gerações de atraso cívico, analfabetismo, falta de recursos e privação de crédito, conseguiram resolver o problema do seu abrigo, que além de os proteger das adversidades do clima, cultivou saberes inovadores e espontâneos. Mais do que habitações, estas casas são formas eficazes e práticas de pensar a vida.

Por último, com a passagem das tarefas de planear e executar para a mão de indivíduos isolados e deslocados do ambiente campesino, as casas perderam o lastro da cultura e ganharam a forma do papel quadriculado, do metro e do compasso, pelo que nos parece evidente que a preservação do património rural, não será possível sem que se transmita o seu ensino nas escolas de arquitectura e engenharia.

Para além das capacidades, das lógicas de compartimentação, dos graus de equipamento, há problemas mais graves a que só poderá responder uma formação humanista capaz de ir buscar às mais antigas raízes as possibilidades de renovação, construindo sem destruir e transformando simples processos numa atitude ao serviço de uma ideia. Não só aos arquitectos, mas sobretudo a eles e a quem quer que procure seguir na esteira de uma arte significativa e integrada, interessa que esta arquitectura seja defendida e - entre coordenadas de conforto e sanidade - restaurada na sua razão de ser anterior. A eles e a todos nós interessa igualmente defender o espírito e o poder expressivo de móveis, utensílios e de todos os objectos fabricados pela mão hábil do homem dos campos, para que uns e outros abram caminho a uma realização quanto possível simples e natural - bebida na mais autêntica das fontes. (Lobo, 1960, p. 20)

CAPÍTULO 5

A Lezíria Grande e o Futuro

5.1. Introdução



Figura 172 - Agricultura Industrial. Almeria, Espanha (Bertrand, Y. A. s/d)

O que se chamava trigo, milho ou soja; o produto de séculos de plantação, colónias e escravos, o café, o algodão, a cana-de-açúcar, o cacau, o óleo de palma, são *commodities*, mercadorias genéricas cotadas nas bolsas de valores como os fundos de pensões, o mercado de futuros, o crude ou os minérios. No agro-negócio cruzam-se a maquinaria com as sementes, a terra, os agro-químicos e agro-tóxicos, a veterinária e o apuramento de raças, a farmacêutica, a reprodução, a biotecnologia, a água, as rações, a finança, os investimentos, os seguros, a produção de energia, os transportes, a produção e processamento de alimentos, um sem-número de coisas embrulhadas na arte variadíssima de obrigar a terra a produzir tudo para que se consuma e o capital circule. (Domingues, *Jornal Público*, 4 de Agosto de 2019)

Após a Segunda Guerra Mundial, generalizou-se nos países desenvolvidos um modelo de produção agropecuário dominado por mecanismos tecnológicos. Em virtude da progressiva substituição do trabalho humano e animal por máquinas, a área cultivada cresceu quer por trabalhador quer por hectare, porém esta situação converteu a agricultura numa actividade subsidiária da indústria agroquímica e da mecanização agrícola.

Estes dois aspectos foram particularmente fracturantes em contextos onde os avanços da ciência e da agronomia chocaram com os conhecimentos da agricultura tradicional. Entre outros, assinalaram-se contrastes no campo dos combustíveis, fertilizantes e pesticidas. "*Como resultado, a agricultura tornou-se extremamente*

*dependente deste subsídio energético: em Portugal o consumo de energia fóssil necessário para produzir uma kcal de energia alimentar multiplicou-se por dez entre 1953 e 1989 - subindo de 0,17 para 1,70 kcal.*³⁴⁰

Paralelamente, a manipulação genética introduziu no mercado plantas mais produtivas que forçaram a instalação de ecossistemas muitíssimo exigentes em água, nutrientes, saneamento e rotinas fitofarmacêuticas, que suprimiram todo o tipo de pragas e plantas competidoras. Em virtude disso, múltiplas variedades tradicionais desenvolvidas ao longo de incontáveis gerações perderam o seu lugar na cadeia alimentar humana e com elas desapareceu a capacidade da agricultura se adaptar aos ambientes locais.

Não obstante estas circunstâncias haverem aumentado a produção por trabalhador e isso ter permitido a transferência de mão-de-obra para outros sectores, fortalecendo a liberdade de escolha que tanto apreciamos, as alterações introduzidas nos agro-sistemas tradicionais causaram inúmeros problemas de poluição. *"O uso de fertilizantes azotados duplicou o ciclo global do azoto e a presença de pesticidas bioacumuláveis é hoje detectável em zonas relativamente remotas, onde nunca foram utilizados, como a Antártida."*³⁴¹

A nível global, a generalização do modelo químico-mecânico, mesmo nos países em desenvolvimento (a chamada revolução verde), permitiu multiplicar por três a produção global de cereais desde 1950, com base na adopção de variedades de trigo, arroz e milho de alto rendimento, na multiplicação por três da área irrigada e na multiplicação por onze do uso global de fertilizantes de origem industrial. (Santos, 2013, p. 176)

Tendo em conta tudo o que sabemos hoje a respeito dos benefícios e malefícios do paradigma *industrial*, importa compreender se a sua prática ainda se adequa ou se nos encontramos num ponto de viragem. A verdade é que se tornou impossível ignorar os custos ecológicos decorrentes da intensificação produtiva, nomeadamente a destruição de florestas, a redução da biodiversidade, o excesso de emissões de carbono, o esgotamento dos recursos hídricos e a excessiva dependência dos combustíveis fósseis.

³⁴⁰ Ver (Santos, 2013, p. 175)

³⁴¹ Ver (Santos, 2013, p. 176)

5.2. Sustentabilidade Agrícola



Figura 173 - Vacada brava na Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)

O Homem só pode existir e valorizar-se no máximo de diversidade, entre limites afastados que, contudo, não podemos ultrapassar.

A saúde necessita dessa variedade, devemos ter ao nosso dispor situações ambientais diferentes.

É o sentir o correr das estações com a evolução da própria imagem da Natureza e acompanhar esse ritmo, tão afastado já da vida urbana.

O Homem, para ter saúde, tem de acompanhar o ritmo que o ambiente lhe proporciona. O ritmo é como que uma disciplina de inquietação. Grande parte dos problemas psicológicos resultam da monotonia e da ausência de variedade.

O Homem, deixou de ser um simples animal de floresta ou da estepe, é de facto um ser da orla, isto é, da zona de contraste entre a mata e a clareira. É este facto que lhe permite, por um lado, adaptar-se às situações marginais mais diversas.

A humanização da paisagem não é mais do que a procura da diversidade da orla, de uma zona de contraste entre a floresta e a clareira. A destruição da paisagem feita pelo Homem, quando perde o sentido da razão e da função das coisas e das leis da Natureza, é a sua própria destruição.

A concentração das gentes e das fontes de produção, a macrocefalia dos grandes países, motivando o despovoamento e a monotonia nas culturas de vastas zonas, constituem desumanizações. (Telles, 2016, p. 27)

Em Novembro de 1978, numa comunicação proferida no Congresso da Ordem dos Engenheiros, Gonçalo Ribeiro Telles declarou que o dogma capitalista dos finais do século XIX, que visava obter a máxima produtividade por hectare e por trabalhador, havia falido. Por um lado, fora afectado pela crise do petróleo e por outro, pela degradação dos solos expostos à simplificação ecológica da monocultura.

Para este autor o avanço da agricultura *industrial* verificado em Portugal após o 25 de Abril, nomeadamente no Centro e Sul do país, alimentara a crença irrefletida nos milagres da ciência e da técnica. A globalização das soluções, o fascínio pela racionalidade dos modelos matemáticos e a noção de que o progresso era ilimitado, obscureceu os princípios biológicos e físicos da agricultura, impondo inclusivamente aos modelos extensivos, tradicionalmente mais próximos dos ritmos naturais, técnicas cada vez mais invasivas.³⁴²

A cultura extensiva, quer de sequeiro, quer de regadio, ou mesmo os povoamentos florestais extremos necessitam cada vez mais de máquinas e da incorporação, cada vez maior, de adubos químicos e pesticidas. A monocultura tem aumentado gradualmente em vastas regiões do Sul, conduzindo a uma exploração cada vez pior dos recursos naturais e ao desemprego e subemprego. Como consequência o sector urbano hipertrofia-se, a emigração aumenta, o nível de vida é cada vez mais artificial e assente em bases duma extrema fragilidade, a agricultura extingue-se nas terras mais pobres, a degradação dos solos vai acelerando-se e, por fim compromete-se o "habitat" e o ambiente propícios à espécie humana. (Telles, 2016, p.31)

Como alternativa ao modelo *industrial*, o arquitecto propôs a utilização racional de todo o potencial agrícola nacional, independentemente do seu rendimento, prevendo que isso daria lugar à formação de novas relações entre o Homem e a Terra, entre a agricultura e os outros sectores económicos, e entre a vida rural e a vida urbana, num quadro que alavancaria o desenvolvimento económico através da diminuição das importações dos alimentos essenciais, da valorização das potencialidades produtivas do território, da dignificação cultural, do desenvolvimento regional, da diversificação da produção agrícola e da valorização do ambiente.³⁴³

No entanto, para que tal acontecesse, a agricultura teria de se tornar variada, polimórfica e mais comprometida com a exploração eficiente dos seus recursos, nomeadamente através da conservação do solo, da reciclagem dos sub-produtos, da gestão adequada dos recursos hídricos, da expansão e melhoria das pastagens, e da valorização da pecuária através do melhoramento das raças tradicionais.³⁴⁴

Finalmente declarou que a implementação sustentável do sistema dependeria do apoio da ciência agrária, do saber cultural, do ordenamento do território e da participação das gentes rurais. No fundo, dum saber descentralizado capaz de articular as várias especialidades do sistema.

³⁴² Ver (Telles, 2016)

³⁴³ Ver (Telles, 2016)

³⁴⁴ Idem

Quarenta depois, qual é o estado da nossa agricultura? Não obstante as ideias do arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles haverem ganho substância científica e ética, a verdade é que o paradigma *industrial* não só não desapareceu como se agravou. A monocultura e a agropecuária intensiva continuam a dominar o panorama agrícola, sobretudo no Centro e no Sul do país, onde cresceram as explorações de olival super intensivo, de tomate para a indústria, de milho, de arroz, de eucalipto, de aves, de suínos e de bovinos.

Em virtude disso, a agricultura converteu-se numa das principais causas de emissão de gases com efeito de estufa, cerca de 30%, como resultado directo da produção intensiva de gado bovino, da produção de arroz, do tratamento inadequado do estrume, da destruição de florestas para a obtenção de terras agrícolas e da formação de nitratos e outros poluentes.³⁴⁵ Infelizmente, o extraordinário aumento da produtividade agrícola registado nos últimos 100 anos foi conseguido à custa do atrofamento dos ecossistemas e da sua biodiversidade.

Para contrariar esta tendência foram propostas nos últimos anos duas abordagens bastante diferentes. A primeira recomenda a expansão dos solos agrícolas com base em práticas menos intensivas e compatíveis com a produção e a preservação num espaço comum e multifuncional. Esta é a visão dominante na Europa. Ao passo que a segunda opta pela intensificação dos solos de maior potencial agrícola com o objectivo de libertar extensas áreas de habitat natural para a protecção estrita da natureza. Este entendimento predomina nos EUA, Austrália e Nova Zelândia. *"Provavelmente ambas as perspectivas são válidas, cada uma no seu espaço geográfico respectivo, em que a antiguidade da ocupação agrícola é marcadamente diferente. Trata-se de um bom exemplo da complexidade dos problemas de agricultura e ambiente, que requerem soluções diferentes em espaços diferentes."*³⁴⁶

É possível conceber técnicas que potenciam as duas vias. Por exemplo, a utilização dos "níveis económicos de ataque" como critério para a realização de tratamentos com pesticidas, substitui, na produção integrada, os tratamentos por "calendário" (i.e. independentes da verificação do nível de ataque) característicos do modelo químico-mecânico. Os níveis económicos de ataque implicam não tratar a não ser quando o nível de ataque da praga permita prever que o custo de não tratar, em termos de perda de produção, vai ultrapassar o custo do tratamento. Esta técnica permite, simultaneamente, aumentar a eficiência do input pesticida, aplicando-o de forma mais criteriosa (primeira via), e, pelo facto de agredir menos as populações de auxiliares predadores e parasitoides (frequentemente mais vulneráveis ao pesticida do que a praga), potencia os processos ecológicos que, de forma gratuita, fazem o mesmo trabalho que o pesticida – existindo, portanto, também uma lógica de substituição de inputs por processos ecológicos (segunda via). (Santos, 2013, p. 182)

³⁴⁵ Ver (Godfray, 2013)

³⁴⁶ Ver (Santos, 2013, p. 180)

Obviamente o abandono da terra por si só não é solução e pode mesmo prejudicar tanto o carácter da paisagem quanto o seu uso inadequado. É certo que a produção agrária depende da alteração dos sistemas naturais, o que implica sempre um custo ambiental. Contudo, esse preço poderá ser minimizado com recurso a práticas apropriadas, que dada a nossa necessidade de produzir representam a melhor alternativa. Nunca é demais lembrar que algumas das paisagens mais valorizadas na Europa são seminaturais, construções manufacturadas, desenvolvidas por inúmeras gerações de agricultores e dos seus gados.³⁴⁷ Contudo para que a agricultura se torne mais sustentável, não basta substituir os modelos produtivos, é preciso também alterar o paradigma ético e ajustá-lo aos valores humanistas do século XXI.

³⁴⁷ Ver (Baldock, 2013)

5.3. Ética Alimentar



Figura 174 - Cena da vida rural. Quinta da Laranjeira de Cima, Vale de Santarém
(Fotografia do Autor, 2017)

Entretanto, o demónio despenhou-se inteiro sobre o chão fecundo da terra, carregando pesticidas, fertilizantes, herbicidas, plásticos e transgénicos; a força dos bois, o trabalho das mulas e dos cavalos multiplicou-se na potência dos motores, das máquinas pesadas, dos tractores; os arados e as charruas arcaicas são toneladas de aço que removem montanhas e penedos; o trabalho é mercadoria que se paga, usa e rejeita; a agricultura é o agro-negócio, uma máquina de fazer dinheiro como outra qualquer. (Domingues, *Jornal Público*, 4 de Agosto de 2019)

Nos países ocidentais surgem todos os dias apelos à adopção de práticas de consumo alimentar mais éticas e sustentáveis como o recurso a produtos de origem biológica ou simplesmente o boicote à carne de bovino do Brasil. Não obstante a validade dos argumentos, é importante lembrar que ainda existem cerca de mil milhões de pessoas privadas de uma alimentação equilibrada, nomeadamente no que diz respeito à ingestão de proteína e calorias, pelo que esta situação deverá ser analisada com prudência.

Começemos por assinalar que o mundo actual é muito diferente do que era em meados do século XX, onde ainda se encontravam formações sociais qualificadas para buscar na abundância das florestas e das pradarias alternativas à escassez agrícola. Actualmente mais de 50% da população mundial vive em centros urbanos, circunstância essa que indexou a alimentação ao poder de compra dos indivíduos.

Assistimos a um aumento da procura e, ao mesmo tempo, a ameaças à oferta. E vivemos já num mundo onde cerca de mil milhões de pessoas passam fome diariamente, a maioria das quais em África, na Ásia e no Pacífico." (Godfray, 2013, p. 21)

O paradigma da alimentação tem conhecido nas últimas décadas alterações profundas. Por detrás dessas mudanças encontram-se fenómenos de transformação cultural, cujos efeitos trouxeram novos hábitos alimentares, representativos de um mundo global dominado pela abertura económica, política e social. Esta conjuntura mutilou a relação ancestral até aí existente entre a arte de cozinhar os alimentos, entre nós símbolo da cultura mediterrânica, e a natureza ontológica dos lugares, interrompendo definitivamente uma cadeia de saber que durante incontáveis gerações uniu as nossas necessidades fisiológicas ao que a terra tinha para oferecer.

Para o nutricionista Pedro Graça, a *"erosão acelerada da nossa cultura alimentar que era protetora, irá acelerar o aparecimento de doenças e conseqüentemente o ciclo de pobreza, com os impactes conhecidos no ambiente e na capacidade de as populações terem acesso a uma alimentação saudável capaz de gerar bem-estar."*³⁴⁸ Esta posição realça a urgência de salvaguardar o nosso património gastronómico, nomeadamente através de medidas de catalogação e identificação de grupos populacionais onde estas práticas ainda subsistem.

Do ponto de vista ambiental, a promoção da dieta mediterrânica representa também uma interessante oportunidade para a promoção dos valores da preservação da natureza. A forma de comer mediterrânica, constituída por alimentos e diversas técnicas culinárias, favorece a utilização frequente e predominante de produtos vegetais produzidos localmente, estimula a diversificação alimentar e conseqüentemente utiliza e enaltece a biodiversidade local e reduz o tempo de transporte e a utilização excessiva de embalagens. (Graça, 2013, p. 208)

Todavia, antes de reivindicarmos os direitos de uma qualquer configuração culinária, importa lembrar que os empréstimos e as adaptações têm sido uma constante da nossa história e que *"os produtos não só*

³⁴⁸ Ver (Graça, 2013, p. 210)

*circularam como em muitos casos, ganharam raízes na paisagem, transformando-a.*³⁴⁹ Do Médio Oriente vieram para a Península Ibérica os cereais de pragana, a vinha e o olival doméstico trouxeram-nos os fenícios, os gregos e os romanos, enquanto os árabes introduziram o arroz, os citrinos, a beringela e os espinafres. Por último, para deleite dos europeus, os portugueses e os espanhóis importaram da América, o tomate, o pimento, o feijão, a batata, o milho, a batata-doce e o peru. A paisagem rural mediterrânea é assim o resultado desta aventura pelos sabores e pelos constrangimentos da fisiologia. Destaca-se a este respeito a plantação de extensos pomares de citrinos junto aos portos com o objectivo de fornecer vitamina C aos marinheiros de longa distância.³⁵⁰

Além dos aspectos já mencionados, o paradigma gastronómico evoluiu intimamente com a ciência médica e com as diferentes noções de saúde que o tempo e as suas modas foram ditando. Por exemplo, ao longo de incontáveis gerações considerou-se que uma boa alimentação era sobretudo uma ração farta e substancial. Hoje em dia, porém, estudos recentes indicam que no ocidente se come demasiado. Em virtude disso, as pessoas tornaram-se obcecadas pela alimentação ao ponto de uma larga faixa do entretenimento e dos conteúdos jornalísticos versarem assuntos de culinária. *"Na situação actual o desafio já não é a partilha dos recursos. O problema é agora o da regulação do apetite individual ante recursos alimentares quase ilimitados, pelo que a questão crucial é saber o que comer e em que proporção.*"³⁵¹ Paradoxalmente, depois da fome, chegaram à civilização ocidental os perigos da obesidade.

A isto acresce ainda o facto de já não haver uma relação implícita entre os alimentos e o seu habitat natural. As condições climatéricas podem agora ser reproduzidas artificialmente, oferecendo por exemplo a um escandinavo a possibilidade de aromatizar as receitas mediterrânicas que recentemente descobriu com orégãos produzidos na Suécia.

A abundância moderna e o processamento industrial da maioria dos alimentos comportam uma nova liberdade e, ao mesmo tempo, uma nova insegurança, causada pela desconfiança quanto à manipulação industrial dos alimentos. Os pratos pré-cozinhados, prontos a aquecer no micro-ondas, entraram nos lares pela mesma porta pela qual saíram as mulheres a caminho do trabalho. Um grande número de alimentos converteu-se em objetos sem uma história conhecida, em verdadeiros "OCNIs" (Objetos Comestíveis Não Identificados), e faltam referências precisas para orientar a escolha daquilo que se come. (Contreras, 2013, p. 226)

Relembrando a advertência que fizemos logo no início, relativamente à agricultura biológica, há a dizer que se subitamente toda a produção agrícola de Inglaterra e do País de Gales se tornasse 100% dependente desse sistema e a dieta da população se mantivesse exactamente igual, segundo

³⁴⁹ Ver (Contreras, 2013, p. 212)

³⁵⁰ Ver (Contreras, 2013)

³⁵¹ Ver (Contreras, 2013, p. 226)

um estudo publicado na revista *Nature Communications* no dia 22 de Outubro de 2019³⁵², as consequências imediatas seriam a redução directa das emissões de gases com efeito de estufa, porém as quebras na cadeia de produção, a rondar os 40%, obrigariam a um reforço das importações, o que a médio prazo aumentaria as emissões líquidas, acabando estas por ser maiores do que as lançadas pela agricultura convencional.

Tendo em conta estas quebras na produção alimentar, as importações de Inglaterra e do País de Gales para manterem a sua dieta teriam de subir. Desta forma, estima-se que a área agrícola biológica de outros países teria de aumentar cinco vezes.

Consequentemente, o armazenamento de carbono no solo – que acontece quando o dióxido de carbono da atmosfera é capturado pelas plantas – também aumentaria, por que existiria um maior uso do estrume e a rotatividade de culturas seria mais longa. Mesmo assim, a equipa avisa que este aumento aconteceria apenas durante uma ou duas décadas. Depois, o solo poderia alcançar um “estado estacionário” em que não se conseguia capturar dióxido de carbono. (Serafim, 2019)

Não obstante este estudo se focar numa realidade nacional, segundo Adrian Williams, um dos seus autores, é possível especular sobre o que aconteceria a nível global. *“Sabemos que, globalmente, a população está a aumentar mais rapidamente do que na Inglaterra e no País de Gales e que a carne que comemos está, de forma geral, a aumentar nos países em desenvolvimento. Antevemos (...) que cumprir os objectivos de uma alimentação mais saudável e atingir as metas das emissões de gases com efeito de estufa para minimizar as alterações climáticas poderá não ser concretizável com uma agricultura 100% biológica.”*³⁵³

Note-se que em nenhum momento os cientistas referem que a agricultura biológica tem efeitos negativos e que a sua prática deverá ser abandonada. Os benefícios deste modelo produtivo são inegáveis, sobretudo no que diz respeito ao armazenamento de carbono, à redução do uso de pesticidas e à preservação da biodiversidade. No entanto, o estudo adverte que a simples mudança do paradigma fundiário, não será suficiente para resolver o problema. Para isso acontecer será preciso também reformular os nossos hábitos, nomeadamente reduzir o consumo de carne e de produtos importados.

Em economias fechadas e de subsistência, a alimentação não é uma escolha, é a forma possível de manter vivo o maior número de pessoas a partir do que existe. É por isso um derivado da paisagem e da forma como esta é gerida enquanto a economia se mantém fechada, e, quando se faz a transição para economias abertas, a alimentação permanece a principal força motriz da sua gestão. (Santos, 2017, p. 27)

³⁵² Ver (Serafim, 2019)

³⁵³ Ver (Serafim, 2019)

5.4. O Turismo



Figura 175 - "Rotunda do forçado", Santarém (Fotografia do Autor, 2020)

Nas rotundas, contudo, o passado não é abolido; o pretérito conjuga-se no presente em estilo híper-realista e tamanho natural que não esqueceu a garça, o canino e outros figurantes das lavoiras. Quando as coisas vêm para a placa central das rotundas é porque estão em fase de desaparecimento, mitificação ou ambas. Esse estado delicado permite todas as fantasias – aliás, não só permite como vive delas e as alimenta. Podia-se pensar que de tanta pregação sobre a edificação em solo agrícola este fosse um manifesto defendendo a agricultura nas rotundas, tantas que elas são e bem adaptadas aos sistemas de rega que espalham a água em borrifão. Podia ser também uma subversão da estatuaría equestre, os senhoritos no meio das praças em toneladas de bronze por sobre grossas peanhas de mármore cheias de escritos e alegorias a feitos valerosos.

Dessa majestática iconografia do poder, esta é todo o contrário: o cavalo perdeu a sela, o cavaleiro e a pose, e olha submisso para o chão na sua condição de animal de trabalho; a mulher, de xaile, lenço e avental pretos, conduz a cavalgadura por uma corda: o homem, segurando na rabiça do arado, parece tão cravado ao chão como o próprio arado. Como cena campestre, falta-lhe a desenvoltura do sementeiro, de Vincent Van Gogh, ou a música do Angelus de Millet: são apenas visões fugazes para automobilistas do Porto para o Montijo, Vila Franca, Lisboa, Coimbra, Setúbal e suas muitas redondezas.

No exercício da circulação, deve-se reparar sempre em tudo o que está nas rotundas. É preciso controlar, rodear cuidadosamente, estar atento e seguir. (Domingues, 4 de Agosto de 2019)

Para o geógrafo Álvaro Domingues, a visão do mundo rural deverá ser desmistificada e centrada na objectivação da experiência e do conhecimento. No entanto, quando falamos de turismo, é importante esclarecer que a *nostalgia* é precisamente o ingrediente que alimenta a indústria, pelo que a sua importância não deverá ser desvalorizada. A verdade é que mais do que factos, a maioria dos turistas procura sonhos.

Segundo Barbara Stern, o termo *nostalgia* pode ser definido como "*um estado emocional em que um individuo aspira por uma versão ideal ou "limpa" de um período anterior.*"³⁵⁴ Ou seja, trata-se de um apelo a um tempo passado, fortemente estruturado por sentimentos de fantasia ou hiperrealidade, que Fred Davis assegura serem decisivos na tomada de posição dos consumidores.³⁵⁵ "*Viajar é uma forma de comportamento do consumidor que envolve uma compra intangível e heterogénea de um produto que implica uma experiência.*"³⁵⁶ Ou, "*trabalhamos mais com representações do mundo rural, quase todas de proveniência e inspiração urbanas, do que com o mundo rural propriamente dito.*"³⁵⁷

O aumento de interesse na herança cultural representa a necessidade de objectivação e materialização da cultura. Esta manifestação do cultural centra-se na necessidade de consumo de nostalgia. Um exemplo de nostalgia virtual encontra-se na indústria dos festivais de música, de encenação de eventos tradicionais (inventados para o turista), que se alimenta da nostalgia reinventando as experiências culturais do passado, em festivais, museus e outras criações culturais. (Rodrigues, 2011, p. 240)

O turismo rural tem proliferado nas últimas décadas um pouco por toda a Europa e naturalmente Portugal, juntou-se ao movimento, acabando por encontrar o seu próprio lugar no mercado global. Pese embora ainda esteja a crescer, este negócio fez surgir um pouco por todo o país empresas de animação turística e alojamento em meio rural, que de algum modo ajudaram a equilibrar a frágil economia de algumas regiões do interior.

Ao longo do tempo alguns grupos foram percebendo a importância de se representarem a si mesmos, nomeadamente através da celebração dos hábitos e costumes das suas comunidades. Deste modo, a cultura e o património passaram a contribuir para a qualidade de vida das gentes rurais e criaram *inputs* fundamentais para a sustentabilidade da sua economia.

Segundo Nancy Duxbury as actividades culturais em comunidades rurais podem ser classificadas em três grupos: a natureza local e localista dos serviços culturais, os festivais e as actividades importadas.³⁵⁸ Todos funcionando como catalizadores sociais dirigidos a diferentes segmentos e procuras. "*São vistos também como meios úteis de inspiração e activação da autodeterminação das comunidades e associados com a capacidade de construir e de legitimar as comunidades, de criar novas oportunidades de colaboração e de cooperação em redes, assim como impulsionadoras de transformações individuais e colectivas.*"³⁵⁹

³⁵⁴ Ver (Stern, 1992)

³⁵⁵ Ver (Davis, 1979)

³⁵⁶ Ver (Gilbert, 1991, p. 98)

³⁵⁷ Ver (Covas, 2007, p. 153)

³⁵⁸ Ver (Duxbury, 2011)

³⁵⁹ Ver (Duxbury, 2011, p. 166)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) tem-se pronunciado sobre as estratégias de turismo rural e destaca o elevado contributo deste sector para as economias rurais, nomeadamente por intermédio do crescimento e diversificação económica, criação de emprego, criação de receitas suplementares para os agricultores, valorização de produtos alimentares de qualidade, quebra do isolamento territorial e social, e oportunidades de reavaliar o património, o ambiente e a identidade.³⁶⁰ A juntar a isso, outros autores referem ainda os benefícios sociais que daí poderão advir, tais como melhorias nas acessibilidades, nos transportes públicos, escolas, equipamentos de saúde e "*vantagens ambientais ancoradas na preservação da paisagem e no estímulo para a conservação, protecção e melhoria do ambiente natural.*"³⁶¹

Os especialistas preveem que no futuro o turismo campesino, apoiado no património cultural, poderá contribuir de forma decisiva para os dividendos económicos das comunidades rurais. Porém essa trajectória não pode ser percorrida exclusivamente pelos órgãos do poder central. Para tal, é necessário que estes se articulem com os agentes locais, a fim de se alcançar um equilíbrio entre o turismo e as necessidades efectivas das comunidades.

A ausência desta combinação tem levado vários investigadores a alertarem para os riscos de se importarem abordagens urbanas para contextos rurais, forçando cenários que podem comprometer o desenvolvimento económico das regiões.

Trabalhos de pesquisa apontam para claros alertas em relação à submissão aos imperativos do turismo e aos perigos da excessiva comercialização que condicionam muitas vezes decisões e planos destas comunidades. Arrisca-se a implementação de processos de "destruição criativa" alimentados pelo turismo cultura e pela gentrificação rural que se traduzem na transformação de uma comunidade e na perda do charme que antes a tinham tornado interessante e única. (Duxbury, 2011, p. 170)

Do nosso ponto de vista, na Lezíria Grande, vários projectos turísticos poderão também ser encontrados com o objectivo de fortalecer a identidade da região, consolidar a sua economia e impulsionar a requalificação de aglomerados singulares, cuja história dá corpo a uma parte substancial da identidade ribatejana.

Acções análogas tiveram lugar no espaço raiano da Beira Interior ("Aldeias Históricas") e na Região Centro ("Aldeias do Xisto") e em ambos se verificou uma revitalização das economias locais. Além disso, o sucesso destas operações atraiu o interesse de vários académicos, cujos estudos poderão contribuir para reforçar a eficiência de futuros projectos.

Paralelamente, tendo em conta que o mundo rural está na moda e cativa a curiosidade do mundo urbano, existe ainda a possibilidade das explorações agrícolas se tornarem multifuncionais e juntarem aos rendimentos fundiários, a venda de produtos turísticos, nomeadamente a organização de "safaris" na lezíria e *workshops* dedicados às diferentes actividades agrícolas - vindima, poda, plantação, etc.

³⁶⁰ Ver (Cristóvão, 2011)

³⁶¹ Ver (Cristóvão, 2011, p. 179)

Face às sociedades urbano-industriais, cada vez mais densamente habitadas, e ao crescendo de congestionamento, poluição e *stress* que comportam, as áreas rurais têm adquirido novas dimensões, sendo vistas por muitos urbanos como espaços de liberdade, beleza, segurança e saúde, de memória de herança cultural, e, como tal, ideais para recreio e lazer, o que tem incentivado a sua procura e utilização por segmentos cada vez mais amplos de urbanos. (Cristóvão, 2011, p. 178)

Associado ao património endógeno da região, seria de considerar a recuperação das ostras do Tejo, que até há poucas décadas proporcionavam um rendimento indispensável para economia local, e cuja intervenção podia agora ser pensada numa parceria com investigadores e universidades.

Por fim, no âmbito do turismo, compete-nos destacar o extraordinário trabalho implementado pela associação EVOA, já a funcionar e com grande sucesso, cujos conteúdos têm atraído um número crescente de curiosos e investigadores interessados na observação de aves e na vida marinha do estuário do Tejo.



Figura 176 - Papa-ratos, Lezíria Grande (Fonte: Arquivo do EVOA)

5.5. Notas finais

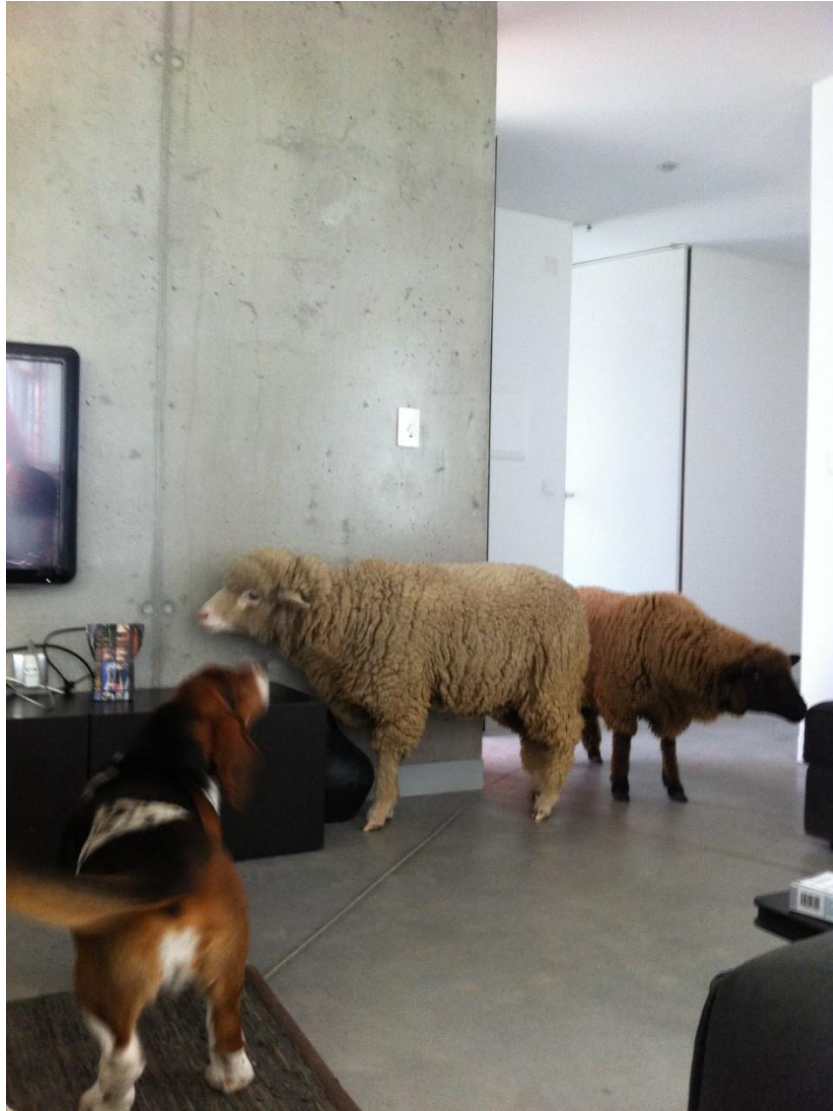


Figura 177 - Cena difícil de descrever. Vele de Santarém (Fotografia do Autor, 2017)

A Biologia está a passar pela sua crise de adolescência, enquanto a Tecnologia apenas solta os primeiros gemidos. Contudo, no futuro é de prever que a proximidade entre as duas disciplinas aumente e clarifique as acusações mútuas e que, como resultado da confrontação destas duas ordens de criação, as da Natureza e as da Indústria humana, consigamos chegar a uma percepção mais profunda dos fenómenos gerais da Evolução. (Leroi-Gourhan, 1945, p. 440)

As circunstâncias fundiárias do nosso país descritas ao longo do capítulo apresentam a redução dos ciclos de vida da paisagem rural como a principal marca dos avanços tecnológicos e dos mercados globais. Esta característica do progresso dissolveu o sentido dos lugares e empurrou o espaço campesino para uma sucessão inesgotável de formas e conteúdos fragmentados e sem ligação.

Não obstante as difíceis contingências que assombram o futuro do território campesino em geral e da Lezíria Grande em particular (a artificialização das cadeias alimentares, a volatilidade dos capitais e dos investimentos, a incultura sobre os recursos identitários e simbólicos do território e o excesso de zelo regulamentar e administrativo)³⁶² as possibilidades do mundo rural continuam abertas e como sempre, dependentes da criatividade humana.

A resistência à homogeneização do mundo agrário encontra-se provavelmente na integração das "agriculturas de época", das "agriculturas alternativas", das "agriculturas urbanas", da modernização dos sistemas de agricultura convencional, da diversificação das formas de agricultura multifuncional e de novos formatos socioinstitucionais.³⁶³ Ou por outras palavras, na construção de uma visão plena capaz de conter os fenómenos de desterritorialização, responsáveis pelo obscurecimento da vida, da história e da geografia.

Parece evidente que a conversão da agricultura no ocidente para um modelo mais sustentável será um processo complexo, demorado e dependerá essencialmente da convergência de três condições: a construção de ecossistemas biodiversos baseados na ética humana; a ligação desses valores a um sentimento de pertença a um lugar, no qual a agricultura desempenhe um papel central; e a consolidação de um modo de ver a experiência da vida mais amplo e inclusivo.³⁶⁴ Como sugere António Covas, a viabilidade do território rural, enquanto estrutura conexas, produtiva e dotada de identidade parece assim encontrar-se na formulação de um novo contrato social unindo o mundo rural à sociedade portuguesa.

Sem uma boa "curadoria territorial" as medidas do programa de valorização do interior revelarão, muito provavelmente, a breve trecho, o seu lado inorgânico e difuso, pois assentam numa lógica de "digitalização – verticalização" da política de coesão territorial. Isto quer dizer que a política de descentralização, nessa lógica vertical, ou tem meios para contornar essa orientação superior ou não será capaz de se apropriar devidamente das medidas do programa de valorização. E tanto mais quanto ela será uma variável endógena que sofre directamente a pesada condicionalidade – normas, regras, procedimentos, financiamentos – que decorre da governação multiníveis no âmbito da União Europeia. (Covas, 2019)

³⁶² Ver (Covas, 2019)

³⁶³ Idem

³⁶⁴ Ver (Lockwood, 1999)

Conclusões



Figura 178 - Cena da vida rural, Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2015)

Fecho os olhos por instantes.
Abro os olhos novamente.
Neste abrir e fechar de olhos
já todo o mundo é diferente.

Já outro ar me rodeia;
outros lábios o respiram;
outros aléns se tingiram
de outro Sol que os incendeia.

Outras árvores se floriram;
outro vento as despenteia;
outras ondas invadiram

Momento, tempo esgotado,
fluidez sem transparência.
Presença, espectro da ausência,
cadáver desenterrado.

Combustão perene e fria.
Corpo que a arder arrefece.
Incandescência sombria.
Tudo é foi. Nada acontece.

António Gedeão

O estudo que dirigimos permitiu-nos confirmar que a paisagem, além de uma matéria tangível, é também o cenário mental que enquadra a vida humana no tempo e no espaço, pelo que sem o Homem ela não existe. Essencialmente, o seu sentido depende do modo como os objectos que compõem os lugares se articulam entre si e configuram símbolos que ligam as pessoas e as comunidades que os habitam.

Ao longo do tempo muitas classificações de paisagem foram sendo propostas com o objectivo de sistematizar e estabilizar princípios de ordem estética, administrativa, física e metafísica. Por exemplo, São Tomás de Aquino fixou-lhe a beleza nos parâmetros da *Ordem*, da *Clareza* e da *Integridade*. Sanchez de Muniain corporizou-a na Luz, no Céu, na Grandeza, na Figura, nos Movimentos e na Vida das Culturas.³⁶⁵ Gonçalo Ribeiro Telles declarou-a presente em todos os aspectos da actividade humana e libertou-a das quatro limitações implícitas no conceito moderno - herdeiro da arte pictórica.³⁶⁶ Christian Norberg-Schulz afirmou-a na consciência dos lugares e na conceptualização do espaço que a transfigura e lhe atribui significado.³⁶⁷ E Anne Cauquelin explicou-a por intermédio de um jogo onde o simbólico traduz a realidade vivida pela inteligência.³⁶⁸

Inevitavelmente, implícito no conceito de paisagem encontra-se a noção de *Genius Loci*, que corresponde ao mundo de objectos reunidos num Lugar. O conceito exhibe características físicas e culturais, que se identificam com a história do território e com a visão que ela tem da Natureza. O entendimento que fazemos dos lugares torna-se assim uma ideia estruturante pois traduz o resultado de uma abordagem simultaneamente interpretativa e pragmática.³⁶⁹ Todavia, para acedermos a ele, precisamos compreender a linguagem oculta que desvenda a organização dos objectos e atribui significado ao sistema de relações que une os acontecimentos paisagísticos ao Homem. "*Quando a envolvente feita pelo homem tem pleno sentido, o Homem está em casa.*"³⁷⁰

³⁶⁵ Para conhecer as particularidades de cada característica ver (Muniain apud Telles, 2016, p.20)

³⁶⁶ Referência à obra de Sanchez de Muniain, "*Estética del paisaje natural*". As quatro limitações são a *Limitação espacial*, que designa somente a porção da Natureza que a vista humana abarca. A *Limitação entitativa*, cujo significado expressa a aparência da forma, do tamanho e a cor real das coisas. A *Limitação cognosciva*, que se refere exclusivamente ao que está presente e entra pelos olhos e a *Limitação valorativa ou estética*, que remete para a ideia de que a paisagem é um valor separado dos outros valores humanos que encerra a Natureza. (Telles, 2016, p.19)

³⁶⁷ Ver (Norberg-Schulz, 1980)

³⁶⁸ Ver (Cauquelin, 2015)

³⁶⁹ Ver (Pires, 2013)

³⁷⁰ Ver (Duarte, 2002, p. 170)

Em última análise, é seguro dizer que há muito mais para ver na Lezíria Grande do que aquilo que foi dito. O significado da sua paisagem estende-se até ao limite da cultura de quem a olha. O que descrevemos foi apenas o que as nossas referências permitiram ver. Uma vez que se trata de um quadro mental que nos acompanha a onde quer que vamos, talvez se possa dizer que o mundo que habitamos vive mais dentro de nós do que ao nosso redor.

Relativamente à ruralidade, foi possível aferir que a abordagem clássica, que a define através de um conjunto de relações que se estabelecem entre a terra e as sociedades que a exploram, num compromisso duradouro e constante, consolidado por costumes e rotinas, que acentuam as raízes telúricas e as matrizes de interdependência sectorial,³⁷¹ já não reflecte as dinâmicas do território campesino, no seu lugar surgiu uma outra, fundada na modernização das infra-estruturas, na construção de equipamentos de suporte às condições de vida - considerados até então produtos exclusivos da vida urbana - e na reestruturação da economia e da sociologia do mundo rural.³⁷²

Segundo António Sergio o nosso mundo rural começou a ser moldado no século XV, período no qual se assistiu em Portugal a uma mudança de política de gestão do território que interrompeu a estratégia implementada durante a primeira dinastia, voltada essencialmente para o povoamento e aproveitamento dos recursos endógenos do país. No ensaio *As Duas Políticas Nacionais*, o ilustre pensador argumenta que a partir da II dinastia, o país trocou a *Política de Fixação*, até aí prevalente, por uma *Política de Transporte*, orientada especialmente para o comércio de mercadorias produzidas no estrangeiro. Daí em diante, Portugal colocou-se na posição de intermediário, abandonando quase por completo o papel fundamental da agricultura.

Em virtude das profundas alterações que a sociedade campesina portuguesa sofreu nos últimos cinco séculos, hoje a agricultura já não liga as populações rurais ao campo. A economia e a vida dos portugueses ganharam novas centralidades e como resultado, grande parte do território agrário foi abandonado. A verdade é que morar na aldeia já não é sinónimo de trabalhar na agricultura.

Paralelamente, na paisagem agrícola, instrumentalizada pela expansão urbana, disseminaram-se mercados de trabalho ligados por intrincadas vias de comunicação e superfícies edificadas, que inviabilizaram a delimitação do urbano e do rural. A industrialização do território agrário esbateu a dicotomia cidade/campo e difundiu composições paisagísticas inesperadas, que salientam a distância dos termos agricultura e rural. Esta alteração transformou a percepção da realidade e no lugar das antigas estabilidades conceptuais, surgiram concepções efémeras coladas ao ritmo da mudança.³⁷³

Trinta e quatro anos após a entrada de Portugal na Política Agrícola Comum, o mundo rural encontra-se completamente exposto aos mercados globais. As grandes cadeias de distribuição determinam o preço e os consumidores escolhem o produto. E como se não bastasse já a influência desses agentes na produção alimentar, cada vez mais abstracta e desligada das raízes telúricas do território, sucedem-se amiúde os campos de golf, os hotéis rurais, as *ecovillage*, os *glampings* e um inesgotável leque de pacotes turísticos, concebidos para vender barato a imitação dum mundo há muito desaparecido. Deste ponto de vista, contribui mais o

³⁷¹ Ver (Frazão, s/d)

³⁷² Ver (Lopes, 2014)

³⁷³ Ver (Domingues, 27 de Outubro de 2019)

marketing para apagar os vestígios da cultura, do que a erosão provocada pela monocultura intensiva e as forças da natureza.

Embora os países ocidentais sejam largamente excedentários em produtos agrícolas, a sua produção não é suficiente para aliviar o peso da carência mundial. Existe, pois, necessidade de aumentar a produção. Para o efeito, apresentam-se duas soluções: aumentar a área de cultivo do planeta ou aumentar as produções unitárias das áreas exploradas. A primeira oferece alguns riscos, nomeadamente a desertificação do território, provocada pelo uso inapropriado dos solos, circunstância que se verifica em algumas regiões do nosso país, onde os terrenos têm maioritariamente aptidão florestal. Porém, segundo os especialistas esta opção não deverá ser totalmente descartada, uma vez que ainda é possível obter vastas áreas de produção, especialmente em África e na América Latina, num total que poderá perfazer os 800 milhões de hectares. Genericamente, a segunda opção oferece mais garantias, uma vez que a intensificação racional dos meios agrícolas poderá contribuir para a conservação de florestas e matas, cuja desflorestação acentuaria os graves desequilíbrios ecológicos regionais e mundiais que já se verificam.³⁷⁴

Porém, a crise do sector agrícola não depende exclusivamente da eficiência dos sistemas produtivos, inscrevendo-se na grave crise social e económica que afecta particularmente o mundo ocidental. Segundo o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, é por este motivo que podemos considerar a crise da sociedade portuguesa como um grave problema de cultura e de identidade nacional, uma vez que a origem de um Povo assenta na sua relação com o território.³⁷⁵ Infelizmente a introdução das máquinas e dos fertilizantes sintéticos não foram suficientes para promover a vida do trabalhador rural, nem a sustentabilidade das explorações. Face à crescente complexidade dos mercados, os agricultores tiveram que se dedicar à monocultura, comprometendo seriamente equilíbrios sociais, a fertilidade dos solos e o testemunho cultural das sociedades rurais.

Para Carmem Velayos Castelo, o Homem monda o campo e remove o lixo da paisagem, com o objectivo de auxiliar os processos naturais, daí a sua acção não ser necessariamente antropocêntrica. Ao invés de superficial e instrumentalista, a agricultura pode ser dirigida ao bem-estar de todos os seres vivos e promover o valor global da paisagem. Ou seja, o restauro da natureza não só é possível como é recomendável, uma vez que consolida a relação da humanidade com o meio ambiente. Pelo contrário, a sua censura tende a incentivar o controverso intervencionismo dominador tão característico da nossa história.³⁷⁶

Sem dúvida, quando praticada com responsabilidade, a agropecuária acrescenta novas possibilidades à natureza. Assim, enquanto artefacto simbólico e cultural, o território agrícola acumula qualidades que servem para viver, dentro de padrões que buscam prazeres simples, tantas vezes difíceis de reconhecer, mas que temperam a vida social e cultural dos povos.³⁷⁷

Relativamente à Lezíria Grande, há a dizer que a modelação da sua paisagem se iniciou muito antes da chegada dos seres humanos. A construção da grande planície aluvial, símbolo por excelência do Vale do Tejo, iniciou-se há 80 milhões de anos essencialmente graças ao esforço conjunto das forças da Natureza. Os primeiros Homens só terão surgido em 3000 a.C. e até século XVI, a sua acção não terá ido além de pequenas

³⁷⁴ Idem

³⁷⁵ Ver (Telles, 2016)

³⁷⁶ Ver (Castelo, 2012)

³⁷⁷ Idem

intervenções como o arroteamento de florestas, abertura de modestos canais de rega, enxugo de pequenos paus e a delimitação de parcelas agrícolas, o que do ponto de vista paisagístico, devemos dizer, não se tratou propriamente um feito irrelevante, uma vez que foram precisamente as geometrias regulares e os axiomas arquitectónicos, que converteram o carácter abstracto do território num corpo simbólico que documenta a identidade do lugar e da gente que o habita.

A partir do século XVIII, acompanhando as novas tendências tecnológicas e políticas que proliferavam por toda a Europa, o campo Vila Franca de Xira iniciou um novo ciclo marcado por acções mais extensas e invasivas como o aprofundamento das lavouras e a intensificação das culturas, apoiadas pelo desenvolvimento de mecanismos de tracção, da rega, dos fertilizantes sintéticos e dos fitofármacos. A mudança de paradigma ajustou-se à procura do mercado que se tornou mais solícito em quantidade e diversidade, circunstância determinada tanto pelo aumento populacional da cidade de Lisboa, como pelo desenvolvimento da indústria, plenamente dependente das matérias-primas ali produzidas, nomeadamente o algodão, a vinha, o linho, o cânhamo, a lenha para alimentar os fornos das fábricas, entre outros.

Deste modo a presença urbana tornou-se mais assídua, salientando-se a chegada de uma nova classe de proprietários rurais, mais cosmopolita e capitalizada pelos negócios da indústria, e o adensar do quadro legislativo que impôs forte regulamentação ao sector agropecuário. Estas presenças colonizaram o campesinato com as ambições da metrópole, esbatendo progressivamente a dicotomia cidade/campo, até então profundamente vincada. Daí em diante, dificilmente se voltariam a plantar vinhas, montados, pomares, arroz, trigo ou cevada, por ser essa a vocação edafoclimática do meio, mas para satisfazer as necessidades do comércio internacional, dos regimes políticos e a cosmovisão do mundo urbano. Essa dinâmica abriu as portas à construção de paisagens exóticas que com o tempo haveriam de ser absorvidas pela cultura local. Poderá haver disso melhor exemplo do que o arroz, o milho ou tomate da Lezíria Grande?

Por fim, o nosso estudo permitiu constatar o estado de profundo abandono em que se encontram os últimos vestígios da pequena habitação rural ali existente e a ausência de vontade política, que por desconhecimento ou por ter outras prioridades, se mostra resignada com o seu desaparecimento.

Como última nota, gostaríamos de lembrar que toda a produção agrícola depende em primeira instância da procura dos mercados, pelo que a melhor maneira de preservar as paisagens culturais e o meio ambiente, é aderindo à consciência do consumidor activista, querendo isto dizer que é insuficiente exigir mudanças estruturais aos governos e aos decisores políticos, se não assumirmos as nossas responsabilidades individuais, ajustando os nossos hábitos de consumo à visão do mundo que desejamos ter no futuro.



Figura 179 - Lezíria Grande (Fotografia do Autor, 2017)

Referências Bibliográficas

- Adam, P. (1990). *Saltmarsh ecology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Afonso, J., Martins, F., & Meneses, C. (Coords.). (2004). *Arquitectura Popular em Portugal* (4ª ed., Vols. 1-2). Lisboa: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos. ISBN: 972-97668-7-8.
- Akaike, H. (1973). Information Theory as an Extension of the Maximum Likelihood Principle. In B. N. Petrov & F. Csaki, (Eds.), *Second International Symposium on Information Theory*, Akademiai Kiado, Budapest, pp. 267-281.
- Almeida, J. R. (1919). *Projecto de irrigação da lezíria de Vila Franca de Xira*. Lisboa: Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado - Tip. Palhares.
- Amaral, D. F. (2017). *Da Lusitânia a Portugal: dois mil anos de história*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN 978-972-25-3467-3.
- Alves, J. F. (2003). *Companhia das Lezírias. Sulcos de uma empresa Centenária 1836-2003*. Samora Correia: Companhia das Lezírias. ISBN: 972-797-073-7.
- Anderson, D.T., Bezdek, J.C., Popescu, M., & Keller, J.M. (2010). Comparing Fuzzy, Probabilistic, and Possibilistic Partitions. In *IEEE Transactions on Fuzzy Systems*, 18(5), 906-918.
- Andrade, M. C. (1790). *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavalaria*. Lisboa: Regia Officina Typografica.
- Andraus, G. (2006). *As histórias em quadrinhos como informação imagética integrada ao ensino universitário*. (Tese de Doutoramento não editada, Escola de Comunicações e Artes). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brazil.
- Andrae, J. V. (2007). *Christianopolis: An Ideal of the 17th Century*. (F. E. Held, Trad.). New York: Cosimo Classics.
- Argan, G. C. (1995). *História da arte como história da cidade*. (P. L. Cabra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Arruda, A. M. (2008). Fenícios e púnicos em Portugal: problemas e perspectivas. In J. P. Vita & J. Á. Zamora (Eds.), *Nuevas perspectivas II: la arqueología fenicia y púnica en la Península Ibérica* (pp. 13-23). Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- Arruda, V. (1972) *Dom Pedro e Dom Miguel, do Brasil ao Ribatejo*. Santarém: Junta Distrital de Santarém.
- Assunção, P. (2015, Novembro). José Manuel de Carvalho e Negreiros e a Atualização Teórica da Nova Arquitectura Portuguesa do Século XVIII. Comunicação apresentada no IV Seminário Ibero-americano Arquitectura e Documentação, Belo Horizonte.
- Ayres, C. (1910). *Manuel da Maia e os engenheiros militares portugueses no terramoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Azevedo, J. L. (1973). *Épocas de Portugal económico: esboços de história* (3ª ed.). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Baldock, D. (2013, Abril). Uma agricultura sustentável para a Europa: Dos factos à reforma das políticas. Comunicação apresentada in *O Futuro da Alimentação: Ambiente, Saúde e Economia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- Baptista, F. O. (1993). *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 9789723601954.
- Baptista, F. O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora. ISBN: 9727741177.
- Baptista, M. C. C. M. R. O. (1987). *A Agronomia portuguesa no século XIX: A imagem da natureza nas propostas técnicas*. (Tese de Doutoramento não editada, Instituto Superior de Agronomia). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Barreto, A. (1984). Classe e Estado: os sindicatos na reforma agrária: 1974-1976. *Análise Social*, 20(80), terceira série, 513-575.
- Barreto, A. (2017). *Anatomia de uma Revolução: a Reforma Agrária em Portugal*. Alfragide: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-6310-4.
- Barros, H. (1934). Inquérito à Freguesia de Cuba. In E. A. L. Basto (Coord.), *Inquérito Económico Agrícola* (vol. 1). Lisboa: Universidade Técnica.
- Barros, H. (1949). *Sobre o Conceito de Reforma Agrária*. Porto: Biblioteca Fenianos.
- Barros, J. L., & Horta, A. F. S. (2002). *Fotobiografias Século XX Alfredo da Silva*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-2912-2.
- Basto, E. A. L., Silva, A. F., & Silva, C. (2013). *Inquérito à Habitação Rural. A Habitação Rural nas Províncias da estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda. ISBN: 978-972-27-2122-6.
- Beires, R. S. (2013). *O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN: 9789898424716.
- Benevolo, L. (1995). *A cidade na história de Europa*. (M. J. V. Figueiredo, Trad.) Lisboa: Editorial Presença. ISBN 972-23-1883-7.
- Bessa, A. M. (1993). *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do tema da Elite*. (Tese de Doutoramento não editada, Instituto de Ciências Sociais e Políticas). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Beuvink, A. G. H. (2016). *O Real Teatro de Salvaterra de Magos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. ISBN: 9789896584092.
- Braizinha, J. J. (1989). *Projecto Clássico em Arquitectura*. (Tese de Doutoramento não editada, Faculdade de Arquitectura). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Brenner, N., & Schmid, C. (2017). Elements for a New Epistemology of the Urban. In Suzanne Hall & Ricky Burdett (Eds.), *The SAGE Handbook of the 21st Century City* (Cap. 4). Thousand Oaks: SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.4135/9781526402059.n4>.
- Cacciari, M. (2010). *A Cidade*. (Moisés Puente, Trad.). Barcelona: Editora Gustavo Gili.
- Caldas, E. C. (1998). *A agricultura na história de Portugal*. Lisboa: Editora E.P.N. - Empresas de Publicações Nacionais. ISBN: 972-97928-0-1.
- Caldas, J. L. C. (1988). *Política de Colonização Interna: A implantação das Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna*. (Tese de Doutoramento não editada, Instituto Superior de Agronomia). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Calvário, J. (1982). *Povoamentos bentónicos intertidais (substratos móveis)*. Comissão Nacional do Ambiente- Estudo ambiental do Estuário do Tejo. Publicações 2ª série CNA/TEJO nº19 (Relatório técnico 18).

- Campanella, T. (2014). *A Cidade do Sol*. Petrópolis: Editora Vozes de Bolso. ISBN: 8532648118.
- Campos, H. (Realizador). (1946). *Um homem do Ribatejo*. Portugal: Filmes Albuquerque.
- Carapinha, A. C. P. (1995) *Da Essência do Jardim Português*. (Tese de Doutoramento não editada, Artes e Técnicas da Paisagem, Especialidade de Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Casimiro, A. (1940). *Conquista da Terra*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Castelo, C. V. (2012). *Paisagens construídas e Ecoética*. In Adriana Veríssimo Serrão (Coord.), *Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. ISBN: 978-989-8553-12-6.
- Castilho, A. F. (1849). *A Felicidade pela Agricultura*. Ponta Delgada: Typ. da Rua das Artes.
- Cauquelin, A. (2015). *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70. ISBN: 9789724414041.
- Chaunu, P. (1985). *A Civilização da Europa das Luzes*; Lisboa: Editorial Estampa. ISBN: 9723310503.
- Chayanov, A. (1974). *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. ISBN: 9506020965.
- Chrispeels, J. M. & Mandoli, F. D. (2003). *Agricultural Ethics*. In *Plant Physiology*, 132 (1) 4-9. DOI: 10.1104/pp.103.021881.
- Coelho, A. (Realizador). (1939). *Os toiros na faina agrícola* (Documentário, Acervo da Cinemateca Portuguesa). Ministério da Agricultura, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas-Produtor. <https://www.youtube.com/watch?v=f09Ned7ejUs>.
- Cohen, S., & Boukarine, S. (1979). *La Vie d'un Bolchevik*. Paris: François Maspero Bibliothèque socialiste.
- Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado. (1909). *Carta da Companhia dirigida aos seus accionistas pedindo a realização de um suprimento para fazer face às reparações necessárias causadas pelo tremor de terra de 23 de Abril de 1909*. Lisboa: Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, Torre do Tombo (manuscrito).
- Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado. (1912). *Representação aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de 1 de Abril de 1912, para ser dirigida à Câmara dos Deputados depois de ouvidos os Srs. Accionistas*. Lisboa: Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, Torre do Tombo (manuscrito).
- Companhia das Lezírias do Tejo e do Sado. (1921). *Acta Impressa da Assembleia Geral de Accionistas da Companhia*. Lisboa: Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, Torre do Tombo (manuscrito).
- Companhia das Lezírias (1941a). *Balanço e Contas da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado*. Lisboa: Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, Torre do Tombo (manuscrito).
- Companhia das Lezírias (1941b). *Relatório do exercício de 1940, presente à assembleia-geral de accionistas de 1 de Abril de 1941*. Lisboa: Arquivo Histórico da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, Torre do Tombo (manuscrito).

- Contreras, J. (2013). Dieta mediterrânica: da necessidade como virtude à virtude como necessidade. In José Lima Santos, Isabel do Carmo, Pedro Graça, & Isabel Ribeiro (Coords.), *O Futuro da Alimentação: Ambiente Saúde e Economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 978-972-31-1486-7.
- Correia, J. M. S., Guedes, N. B. C. (2018). *O Paço Real de Salvaterra de Magos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, A. C. (2019). *As Cinco Grandes Revoluções da História de Portugal*. Porto Salvo: Edições Desassossego. ISBN: 9789898892294.
- Costa, A. P. C. Q. (2017). *Evolução da PAC e da Agricultura Portuguesa no período 1998-2015: o caso das principais culturas do Alentejo*. (Tese de Mestrado em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Costa, J. B. (2011). *Caracterização e Constituição do solo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costigan, A. W. (2007). *Retratos de Portugal. Sociedade e Costumes*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Covas, A. M. A. (2007). *Ruralidades III: Temas e problemas da ruralidade pós-agrícola e pós-convencional*. Faro: Edições da Universidade do Algarve.
- Covas, A. M. A. (2019, Junho 2). *O Manifesto da 2ª Ruralidade: em nome de uma biopolítica do território*. *Jornal Observador* online; <https://observador.pt/opiniaio/o-manifesto-da-2a-ruralidade-em-nome-de-uma-biopolitica-do-territorio/>.
- Cristóvão, A., Medeiros, V., & Melides, R. (2011). *Aldeias vinhateiras, aldeias vivas?* In Elisabete Figueiredo (Coord.), *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 175-187). Castro Verde: Editora 100LUZ.
- Cullen, G. (2008). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- Cunha, J. C. (1999). *Estudo da Bacia Hidrográfica do Tejo*. [s.l.]: Associação de Telecentros Rurais de Portugal.
- Cunhal, A. (1975, Fevereiro 9). *Discurso na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul*. In *Discursos Políticos III*. Lisboa: Editorial Avante! ISBN: 9789725500538.
- Custódio, J. (1996). *Santarém Cidade do Mundo: investigação realizada no âmbito da candidatura de Santarém à classificação pela UNESCO como património mundial*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém. ISBN: 972-97066-1-1.
- Daveau, S. (2005). *Portugal Geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Davis, F. (1979). *Yearning for yesterday: A sociology of nostalgia*. New York: Free Press.
- Descartes, R. (2006). *Discurso do Método*. (João Gama, Trad.) Edições 70. ISBN 978-972-44-1275-7.
- Dias, A. A., & Marques, J. M. S. (1999). *Estuário do Tejo - o seu valor e um pouco da sua história*. Alcochete: Reserva Natural do Estuário do Tejo.
- Dias, Jorge, & Galhano, F. (1986). *Aparelhos de Elevar a Água de Rega. Contribuição para o estudo do regadio em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Domingues, A. (2011). *A vida no Campo*. Porto: Dafne Editora.
- Domingues, A. (2019, Agosto 4). *O chão pacífico da lavoira*. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2019/08/04/opiniaio/ensaio/chao-pacifico-lavoira-1882062>.
- Domingues, A. (2019, Outubro 20). *Compartes*. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/20/opiniaio/ensaio/compartes-1890350>.

- Domingues, A. (2019, Outubro 27). Fibras nervosas. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2019/10/27/opiniao/ensaio/fibras-nervosas-1891288>.
- Domingues, A. (2019, Novembro 10). Procissão da santa deitada. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2019/11/10/opiniao/ensaio/anjinhos-santa-deitada-1892870>.
- Duarte, F. (2002). *Crises das Matrizes Espaciais*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Duque, J. (2004). O Santuário: transfiguração do espaço e do tempo. In *Actas do Congresso Internacional O Futuro de Deus e o Presente do Homem, Fátima, Portugal, 10-12 de outubro de 2003*. Fátima: Edição Santuário de Fátima (pp. 83-98).
- Duque, R. (1940) *As Subsistências e a População*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição de Estudos Informação e Propaganda, Ministério da Agricultura.
- Duxbury, N. (2011). Revitalizando pequenas Comunidades Rurais Através da Arte e da Cultura. In Elisabete Figueiredo (Coord.), *O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 163-174). Castro Verde: Editora 100LUZ.
- Dyer, K. R. (1979). *Estuarine Hydrography and Sedimentation: A Handbook*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Flandin, J. L., & Montanari, M. (2001). *A História da Alimentação II - Da Idade Média aos tempos actuais*. (Maria da Graça Pinhão e Catarina Gândara, Trans.). Lisboa: Terramar.
- Fonseca, Teresa. (2003). António Henriques da Silveira e as “Memórias Analíticas da Vila de Estremoz.” Lisboa: Edições Colibri - CIDEHUS/Universidade de Évora. DOI: 10.4000/books.cidehus.3253.
- França, J. A. (1983). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (3ª ed.). Venda Nova: Bertrand Editora.
- Frazão, J. (2000). *A Agricultura e o Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Movimento de Solidariedade Rural.
- Fuller, R. B. (1998). *Manual de Instruções para a Nave Espacial Terra* (2ª ed.). (Luís Torres Fontes, Trad.). Porto: Via Optima.
- Fuller, R. B. (2008). *Utopia or Oblivion*. Switzerland: Lars Müller Publishers.
- Furtado, C. (1992). *Brasil, a Construção Interrompida*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Galhano, F., Oliveira, E., & Pereira, B. (1994). *Construções Primitivas em Portugal* (3ª ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Galhardo, N. A. P. (1977). Relatório de actividades do estágio final do curso de engenheiro agrónomo, Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Ganho, M. L. S. (2006). *O essencial sobre Francisco de Holanda*. Imprensa Nacional -Casa da Moeda. ISBN: 972-27-1450-3.
- Garrett, A. (1972). *Viagens na minha terra*. Lisboa: Publicações Europa América.
- Gaspar, J. (1970). Os Portos Fluviais do Tejo. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, (Vol. 5, nº 10, pp. 153-204). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. Vol. 5, nº 10. <https://doi.org/10.18055/Finis2440>.
- Gaspar, J. M. (2016, Janeiro 27). Barragem do Castelo de Bode Inaugurada há 65 anos. *MedioTejo.net*. <https://www.mediotejo.net/barragem-de-castelo-do-bode-inaugurada-ha-65-anos-por-jose-martinho-gaspar/>.

- Gilbert, D. (1991). An examination of the consumer behaviour process related to tourism. In C. P. Coopers (Ed.), *Progress in tourism, recreation and hospitality management* (Vol. 3. pp.78-105). Lymington, Hants: Belhaven Press.
- Godfray, C. (2013). O desafio de alimentar nove mil milhões de pessoas em 2050. In José Lima Santos, Isabel do Carmo, Pedro Graça, & Isabel Ribeiro (Coords.), *O Futuro da Alimentação: Ambiente Saúde e Economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 978-972-31-1486-7.
- Gomes, P. V. (2004). Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina. In *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* (nº21, pp. 132-141). Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. ISSN 0872-8747.
- Gomes, S. P. (1974). *Esteiros* (4ª ed.). Lisboa: Editorial Avante.
- Gorges, J. G., Encarnação, J., & Basarrate, T. N. (2004). Lusitânia Romana, entre o mito e a realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia romana, Centro Cultural de Cascais, Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra), 4-6 de novembro de 2004. Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Graça, L. M. (1998). *Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete*. Lisboa: ELO.
- Graça, P. (2013). O padrão alimentar do Mediterrâneo e o acesso a alimentos saudáveis. In José Lima Santos, Isabel do Carmo, Pedro Graça, & Isabel Ribeiro (Coords.), *O Futuro da Alimentação: Ambiente Saúde e Economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 978-972-31-1486-7.
- Greco, M. (1987). *A aventura humana entre o real e o imaginário* (2ª ed.). São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- Guedes, T. (Realizador). (2019). *A herdade*. Portugal: Paulo Branco.
- Guiné, M. C. C. (2000). *A Água Como Elemento de Projecto em Arquitectura Paisagista (Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia)*. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Guizo, A. L. P. (2011). *Agricultura e Ruralidade em Portugal: 1970-2000*. (Tese de Doutoramento não editada em Sociologia). ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Hall, E. T. (1986). *A Dimensão Oculta* (Miguel Serras Pereira, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Hawking, S. (2011). *Breve história do tempo* (8ª ed., Maria Alice Gomes da Costa, Trad.). Lisboa: Editora Gradiva. ISBN 978-972-662-010-5.
- Heidegger, M. (2007). *A origem da obra de arte* (Maria da Conceição Costa, Trad.). Lisboa: Edições 70. ISBN: 972-44-0524-9.
- Henriques, R., & Henriques, T. (1979). *A Companhia das Lezírias. Mito ou Realidade?* Lisboa: Companhia das Lezírias.
- Houaiss, A., Villar, M. S., & Franco, F. M. (Dir.) (2003). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Temas & Debates.
- Isla, J. M. E., & Díaz, A. M. (1993). *Hortus Conclusus. El jardín cerrado en la cultura europea*. Madrid: Instituto Juan de Herrera.
- Jean, B. (2002). *Les Territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux*. In *Estudos Sociedade e Agricultura* (nº18, pp. 5-27).

- Júnior, J. P. (2019, Maio 11). Não são os pobres que fazem as revoluções em Portugal - são as elites. Revista Visão. <https://visao.sapo.pt/atualidade/mundo/2019-05-11-nao-sao-os-pobres-que-fazem-as-revolucoes-em-portugal-sao-as-elites/>.
- Kandinsky, W. (2006). Ponto, Linha, Plano (José Eduardo Rodil, Trad.). Lisboa: Edições 70. ISBN: 972-44-1285-7.
- Kandinsky, W. (2010); Do Espiritual na Arte (8ª ed., Maria Helena Freitas, Trad.). Lisboa: Dom Quixote. ISBN: 978-972-20-4003-7.
- Kautsky, K. (1980). A Questão Agrária (3ª ed., C. Iperoig, Trad.). São Paulo: Proposta Editorial.
- Khansari, M., Moghtader, R., & Yavari, M. (2004). The Persian Gardens. Echoes of Paradise. Washington, DC: Mage Publishers.
- Koolhaas, R. (2008). Nova York Delirante. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.
- Kubler, G. (2005). Arquitectura Portuguesa Chã - Entre as Especiarias e os Diamantes (2ª ed., Jorge Henrique Pais da Silva, Trad.). Lisboa: Nova Veja. ISBN: 972-699-758-5
- Leroi-Gourhan, A. (1945). Évolution et Techniques - Milieu et techniques. Paris: Albin Michel.
- Félix, P. L. (1990). Portugal. Recordações do Ano de 1842. Lisboa: Publicações Alfa.
- Freire, F. J. (1758). Memórias das principais providências, que se deram no terramoto, que padeceu a Corte de Lisboa no ano de 1755, ordenadas e oferecidas a Magestade Fidelíssima de El Rei D. Jose I. Lisboa: [s.n.].
- Lobo, V., & Antunes, A. M. (1960). Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural. Coimbra: Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Serviços de Urbanização.
- Lobo, V. (1961, Março). A pequena habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional. In Revista Arquitectura (nº70, pp. 3-6).
- Lockwood, J. (1999). Agriculture and biodiversity: Finding our place in this world. In Agriculture and Human Values (Vol. 16, pp. 365-379). Netherlands; Kluwer Academic Publishers. <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1007699717401>.
- Lopes, R., & Rodrigues, J. F. (2014). O Rural e o Urbano no Brasil. Lisboa: Dinâmia'CET, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.7749/dinamiacet-iul.wp.2014.02
- Lousada, V. J. G., & Torga, M. (2003). O Simbolismo do Espaço Telúrico e Humanista nos Contos. Guimarães: Editora Cidade Berço.
- Maduro, A. E. (2007). Tecnologia e Economia Agrícola no Território Alcobacense (Séculos XVIII-XX) (Tese de Doutoramento não editada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Marques, C. A. (2012). Habitação - Da Indústria à Fábrica da Cidade. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Mayer, R. (1945). A Técnica do Regadio. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Mazoyer, M., & Roudart, L. (2001). História das Agriculturas do Mundo - do Neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-771-371-8.
- McLusky, D. (1989). The Estuarine Ecosystem. New York: Chapman and Hall - Springer Netherlands. DOI 10.1007/978-94-011-7616-3.

- Monteiro, F. A. P. T. (1998). *Qualidade da Paisagem Ribeirinha num Contexto Mediterrâneo* (Relatório do trabalho de fim de curso de Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia). Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Morais, J. C. (1966). *Clima de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco.
- Morus, T. (2016). *A Utopia* (José Marinho, Trad.). Lisboa: Guimarães Editores.
- Moynihan, E. (1979). *Paradise as a Garden*. In *Persia and Mughal India*. London: Scholar Press.
- Murray, M. (2003). *Sea energy agriculture* (2ª ed.). Austin TX: Acres USA.
- Negreiros, J. M. C. (1793). *Jornada Pelo Tejo*. Ministério da Cultura. Biblioteca da Ajuda (Manuscrito 54-V-28-fl.215).
- Neto, M. S. (2007). *Propriedade e Renda Fundiária em Portugal na Idade Moderna*. In *Terras lusas: a questão da terra em Portugal* (pp. 13-27). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Neves, F. P. B. (1992). *O toiro de Lide em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa.
- Norberg-Schulz, C. (1980). *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli.
- Oliveira, P. M. (2006). *A Vila da Golegã nos últimos 250 anos*. Golegã: Edição da Câmara Municipal. ISBN: 972-97115-2-6.
- Ovídio. (2016). *Metamorfoses* (Bocage, Trad.). Porto Alegre: Editora Concreta.
- Pacheco, F. A. (2017). *Tenho cinco minutos para contar uma história*. Lisboa: Tinta da China.
- Pereira, J. P. (1983). *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*. Mem-Martins: Europa-América.
- Pereira, M. H. (1983). *Livre câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Pires, A. G. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal. Vilegiatura, Lugar e Arquitectura*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Platão (1972). *A República* (Maria Helena da Rocha Pereira, Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação. ISBN 972-31-0509-8.
- Platão (2004). *Timeu* (Maria José Figueiredo, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 972-771-718-7.
- Queirós, J. M. E. (2014). *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Bertrand Editora. ISBN: 9789722527897.
- Queirós, J. M. E. (2020). *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil. ISBN: 978-989-711-020-7.
- Rabaça, A. (2011). *Entre o Corpo e a Paisagem - Arquitectura e lugar antes do genius loci*. Coimbra: Edarq - Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-972-99821-6-3.
- Raimundo, O. (2012). *História de Vila Franca de Xira*. In *Vila Franca de Xira - Saber Mais Sobre* (vol. 9). Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Raposo, J. R. (1994). *História da Rega em Portugal*. Lisboa: Instituto da Água.
- Raposo, J. R. (1996). *A Rega - dos primitivos regadios às modernas técnicas de rega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ratton, J. (1920). *Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

- Ratton, J. (2007). Recordações de Jacome Ratton sobre as ocorrências do seu tempo (4ª ed.). Lisboa: Fenda Edições. ISBN: ISBN 978-989-603-031-5.
- Rau, V. (1982). Feiras Medievais Portuguesas - subsídios para o seu estudo. Lisboa: Editorial Presença.
- Redol, A. (1965). Gaibéus. Lisboa: Europa-América.
- Redol, A. (2014). Avieiros: Romance (13ª ed.). Alfragide: Caminho.
- Reis, C. (1983). O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português. Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, R. M., & Gonçalves, M. Z. (1988). Caracterização climática da região agrícola do Ribatejo e Oeste. O clima de Portugal (32). Lisboa: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.
- Revész, L. (1977). A Reforma Agrária nos Países Comunistas. Lisboa: Edição Selecta- Literal.
- Ribeiro, A. (1958). Quando os Lobos Uivam. Lisboa: Bertrand.
- Ribeiro, O. (2011). Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa: Editora Letra Livre. ISBN 978-989-8268-10-5.
- Rodrigues, A. (1983). A lei e os campos envolventes ou afins da pecuária: breve recolha histórica. Lisboa: Direcção Geral de Pecuária.
- Rodrigues, A., Kastenzholz, E., & Morais, D. (2011). O Papel da Nostalgia para o Turista Norte-Americano no Espaço Rural Europeu. In Elisabete Figueiredo (Coord.), O Rural Plural - olhar o presente, imaginar o futuro (pp. 231-224). Castro Verde: Editora 100LUZ.
- Rossi, A. (2016). A Arquitectura da Cidade. Lisboa: Edições 70. ISBN: 978-972-44-1916-9
- Rousseau, J. J. (1988). Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes – Discours sur les sciences et les arts. Paris: Flammarion.
- Rudofsky, B. (1987). Architecture Without Architects. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Saldanha, J. L. P. (2002). Arquitectura Habitacional Dispersa no Olival do Alentejo Interior - "Montes" com Lagar na Província Transtagana (Tese de Doutoramento em Arquitectura, a Escola Técnica Superior de Arquitectura. Sevilha, Universidade de Sevilha, Espanha.
- Sampaio, A. (1979). Estudos históricos e económicos. As vilas do norte de Portugal. Lisboa.
- Séguier, J. (Dir.). (1977). Dicionário Prático Ilustrado: novo dicionário encyclopédico luso-brasileiro. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Santos, H. P. (2017). Portugal: Paisagem Rural. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, J. L. (2013). Agricultura e ambiente: papel da tecnologia e das políticas públicas. In José Lima Santos, Isabel do Carmo, Pedro Graça, & Isabel Ribeiro (Coords.), O Futuro da Alimentação: Ambiente Saúde e Economia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 978-972-31-1486-7.
- Serafim, T. (2019, Outubro 23). O que aconteceria se toda a agricultura fosse biológica? Jornal Público, p. 36.
- Sérgio, A. (1924). Antologia dos Economistas Portugueses. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Serrão, A. V. (Coord.). (2012). Filosofia e Arquitectura da Paisagem. Um Manual. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. ISBN: 978-989-8553-12-6.
- Serrão, J. F. (2007). A Agricultura Portuguesa no Século XVIII: progresso ou atraso? In Márcia Maria Mendes Motta (ed.), Terras Lusas. A questão agrária em Portugal (pp. 31-70). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

- Serrão, J. F. (2019). Uma história agrária em contexto: o passado e o futuro da disciplina. Poster apresentado no workshop A Construção do Mundo Rural no Portugal Contemporâneo (Séculos XIX-XX). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa.
- Serrão, J. V. (1989). A política Agrária Pombalina: alguns aspetos e problemas. In Costa, Fernando Marques da, Domingues, Francisco Contente, & Monteiro, Nuno Gonçalo (Eds.), *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850* (pp. 241-250). Lisboa: Vega. ISBN: 972-699-232-X.
- Severino, M. F. F. (2015). *A Água Como Sistema Estruturante no Projecto de Paisagem. Vale da Avenida da Liberdade* (Dissertação de Mestrado não editada, Arquitectura Paisagista, Instituto Superior de Agronomia). Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Shanin, T (1984). Marxism and the vernacular revolutionary traditions. In Shanin T. (Ed.), *Late Marx and the Russian Road. Marx and the Peripheries of Capitalism* (pp. 243-279). NYU Press. doi:10.2307/j.ctv12pnq1s.16.
- Silva, L. A. R. (1937). *A última corrida de touros em Salvaterra*. Porto: Editora Educação Nacional.
- Silva, L. M. (2014). *A Representação do Trabalho em Gaibéus de Alves Redol* (Dissertação de Mestrado não editada em Ensino do Português e das Línguas Clássicas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Silva, M. E. (2011). *A propriedade e os sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo* (Dissertação de Mestrado não editada em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas). Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Soares, R. (1947). *Por um Novo Humanismo*. Porto: Livraria Portugália.
- Sobral, J. M. (2002). A Etnografia de Aquilino Ribeiro. In *Revista Antropológica* (nº6, pp. 7-41).
- Soto, J. A. F. (2013). Pueblos de nueva fundación en la colonización de posguerra: comparación con las ciudades de la bonifica italiana del ventennio. In *Ciudad Y Territorio Estudios Territoriales (CyTET)*, 45 (178), 731-750.
- Sousa, E. (2013). A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do Iº milénio a.C. In Santos, D. (Coord.), *Cira Arqueologia Online. O Tejo, palco de interacções entre Indígenas e Fenícios* (vol. 2, pp. 103-117). Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.
- Stern, B. (1992). Historical and personal nostalgia in advertising text: the fin de siècle effect. In *Journal of Advertising*, 21 (4), pp. 11-22.
- Tavares, J. M. (2019, Abril 2). Assim não dá, senhores deputados. *Jornal Público*, p. 48.
- Telles, G. R. (1979, Janeiro 2). O Mundo Rural, Um Esquecido que Desperta. *Jornal A Capital*.
- Telles, G. R. (2016). *Textos Escolhidos* (Fernando Santos Pessoa, Org.) Lisboa: Argumentum.
- Torga, M. (2000). *Portugal. Alfragide: Dom Quixote*.
- Torres, A. P. (1983). *O Movimento Neo-Realista em Portugal na sua Primeira Fase*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Underwood, P. (1950). The Fountain of Life in Manuscripts of the Gospels. In: *Dumbarton Oaks papers* (vol. 5, pp. 41-138). Washington DC: Dumbarton Oaks.

Unwing, S. (1997). *Analysing Architecture*. London: Routledge.

Valente, V. P. (2004). *O Poder e o Povo*. Lisboa: Gradiva.

Valente, V. P. (2010). *O Poder e o Povo - Edição do Centenário da República*. Gaeiras: Alêtheia Editores.

Varela, J. A. S. (1992). *A Agricultura e o Espaço Rural*. Lisboa: Ministério da Agricultura.

Varela, J. A. S. (2007). *A Agricultura Portuguesa na PAC*. Coimbra: Edições Almedina.

Vasconcelos, J. L. (1897). *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Vasconcelos, J. L. (1936). *Etnografia Portuguesa (Vol. II)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Yepes, R, & Echevarria J. A. (1996). *Un ideal de la excelencia humana*. In *Fundamentos de Antropologia*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

Xenofonte (1970). *The Oeconomicus (Cames Lord, Trad.)*. London.

Anexo A. Ensaio: o Campo que se fez Cidade

A1.1. Introdução



Figura 180 - Vale de Santarém (Fotografia do Autor, 2015)

O *agrotech* vai da ordenha robótica aos tratores autoconduzidos operados por *GPS* ao drone que pulveriza a mistura química ou que monitoriza pragas ou ritmos de crescimento, ou a um exército crescente de sensores e algoritmos para traduzir tudo o que está no solo em dados e previsões. A Dow Chemical, a Bayer, a Syngenta, Monsanto, DuPont, Genus, Cargill, Cofco, Heinz, Nestlé, JBS, Unilever e outras muitas divindades poderosas puseram Ceres e Deméter a arder, a Arcádia na lista das terras indevidamente ocupadas e todos os faunos, pastores, flautas, rouxinóis e ovelhas tresmalhadas fora de campo. (Domingues, Jornal Público, 4 de Agosto de 2019)

É frequente o termo "*aldeia*" remeter-nos para um lugar perdido no espaço e no tempo. Mais do que um território geográfico, a consciência destaca ambientes imaginários que brotam da memória dos homens e da sua colectividade.

Nesse lugar mental revemos episódios da nossa infância, da infância dos nossos pais e dos nossos avós. Essa é a ficção que dá crédito à existência. Porém, não há nada de real numa lembrança. Talvez possa ter existido no passado, mas no presente ela é tão fictícia como o futuro.

A realidade histórica nasce assim do encontro dos factos com a percepção do sujeito que interpreta. Uma dialética onde o saber, na verdade não é mais do que um olhar. Alinhado com esta perspectiva, surge o seguinte ensaio que conta a história de uma aldeia imaginária, mas que podia ser Lisboa.

A1.2. O Berço da Origem

Chamavam aos habitantes desta aldeia excêntricos embora habitassem precisamente o centro do universo urbano. A sua origem é quase tão antiga como o rio que lhe toca os pés e por vezes a cabeça. Primeiro foi lugar de paragem para homens que vadiavam livres num mundo sem fronteiras políticas. Ali matavam a sede e caçavam a fauna selvagem que fazia exactamente o mesmo nas densas florestas que cobriam o território. A pequena praia que esteve na origem da nossa aldeia era o único lugar de acesso ao rio, pelo que aí se encontravam presas e predadores, grupos de vadios que desciam o rio e grupos que o subiam.

No decorrer dos séculos o aumento do trânsito alargou a pequena clareira destacando-a na paisagem natural. Provavelmente terá sido a primeira operação urbanística da região. Seja como for aquela margem seduziu os afectos dos homens vadios e eles desejaram permanecer. Pensamos que seja sempre assim, todos os vadios estão condenados à sedentarização.

Passo a passo edificaram-se pequenas cabanas e com engenhos rudimentares cultivaram-se cereais. Inesperadamente a insignificante comunidade prosperou e com o aumento da população verificou-se ser necessário definirem-se limites. Por um lado, as crias humanas tornaram-se alvo dos animais selvagens, por outro, novos grupos de vadios surgiram no horizonte cobiçando o seu progresso. Foi assim que nasceu o interior construído. Antes dele os homens apenas conheciam o interior das cavernas. Ousamos dizer que esta operação foi simultaneamente o início da segregação. A verdade é que depois da invenção do dentro e do fora, todos os contactos físicos e visuais com o exterior foram cortados.

O conforto e a segurança promoveram o crescimento da comunidade, abrindo o caminho a novas divisões espaciais, dogmas comportamentais e à convicção de que a privacidade é um direito individual e inalienável. Consequentemente, por deixarem de se encontrar na intimidade, os habitantes começaram a interrogar-se sobre qual seria a conduta mais apropriada a adoptar e para ultrapassar essa insegurança inventaram a intromissão da vida alheia, donde surgiram respectivamente os conceitos de Normalidade e Loucura. Ou seja, chamaram normais aos indivíduos que agiam segundo a Norma e Loucos aqueles que viviam fora dela.

Por fim, depois de muitas e muitas gerações a população esculpiu nesse pedaço de território uma densa e complexa rede de interiores e exteriores a que se chamou Aldeia.

Um tempo mais tarde, após a chegada de viajantes que faziam dos mares e rios a autoestrada da antiguidade, os habitantes da Aldeia alcançaram a vanguarda da tecnologia agrícola e a consciência do valor económico da paisagem natural. Logo depois iniciaram o arroteamento da floresta e o espaço agrícola surgiu no tímido horizonte dos aldeãos. Uma obra gigante havia começado, chamaram-lhe, Campo.

Todos sabemos como as conquistas financeiras são profundamente cobiçadas, pelo que não foi preciso esperar muito para surgirem no horizonte grupos rivais atrás do que fora amealhado. Porém, confiantes no seu poder económico, os habitantes não cuidaram de se precaver, acabando por perder a gestão do território para os recém-chegados.

A administração dos novos inquilinos tratou imediatamente de reconfigurar a imagem da Aldeia e no lugar da velha surgiu uma nova. Com excepção do pequeno bairro onde foram enfiados os sobreviventes, tudo

o resto foi destruído e refeito. E para não se confundir com a anterior, a área de ocupação cresceu, construíram-se novas muralhas e chamaram-lhe Vila.

Na prática para os habitantes primitivos a vida não sofreu grandes alterações. Ao contrário do que se passou com o resto do espaço urbano, o seu canto não beneficiou de melhorias sanitárias, equipamentos de lazer ou de educação, por isso continuaram sendo camponeses e pastores.

E porque a história dos homens nunca acrescenta nada de novo e se limita simplesmente a repetir indefinidamente os acontecimentos do passado, do mesmo modo que a Aldeia deu o lugar à Vila, em cima desta surgiu a Cidade. Segregação, destruição, reconstrução, nova imagem, expansão, tudo o que conhecemos da história anterior. O espaço urbano crescera muito desde o tempo da pequena clareira, agora para alcançar o Campo era preciso atravessar um emaranhado de edifícios que obrigavam à condução sinuosa e apertada do gado. O tempo da pressão urbanística chegara e os mesmos processos de ocupação e reocupação continuaram. É certo que se tornaram mais políticos e menos militares, porém não apagaram as barreiras que continuam separando os adeptos da Norma dos Excêntricos.

A1.3. O Mundo Metropolitano

Cinco mil anos depois de haver sido fundada, esquecida no interior profundo de algo a que chamou Região Metropolitana, a velha Aldeia permanecia tão arraigada às suas origens como sempre foi. Com o tempo ganhou fama de bairro marginal, reputação que adensou as dificuldades dos seus moradores, em si já debilitados pelos avanços da expansão urbana e pelo fim do mundo rural. Uma vez que os alimentos passaram a ser sintetizados em grandes parques industriais, o Campo, ou se preferirem o espaço entre cidades, deu lugar a uma amálgama de edifícios e redes viárias que tudo fizeram para absorver o lugar da velha Aldeia.

Marginalizados pela sociedade da Norma e sem alternativas no espaço agrícola, a fim de sobreviver os aldeãos viram-se forçados a aceitar os empregos mais humildes da Metrópole. Por conta disso todos os dias cruzavam os limites do seu mundo para ganhar a vida no espaço normativo, como varredores, copeiros, pedreiros entre outros. Pouco importavam as suas competências, era o certificado de residência que definia a categoria social dos habitantes, circunstância que colocou doutores a lavar loiça na copa dos restaurantes finos da Cidade e licenciados no pisa-pé do carro do lixo.

Não obstante esse ser o sentido usual do trânsito, sextas e o sábado à noite o trajecto invertia-se e as vielas do bairro antigo enchiam-se com a visita dos ilustres metropolitanos que aí se deslocavam em busca dos prazeres da droga, do álcool, das cartas e do sexo pago. Com efeito, a Aldeia transformara-se no ralo por onde escoavam os vícios da Cidade. A verdade é que os homens continuavam sendo homens e por mais civilizados e instruídos que fossem, perante a força do desejo, permaneciam tão vulneráveis como sempre foram.

A viagem do final de semana iniciava-se na praça da Liberdade, o único vazio urbano e cujo centro era marcado por uma estátua em memória do senhor Normal, respectivamente o pai dos bons costumes. Era ali que homens oriundos dos quatro cantos da Metrópole se reuniam para de seguida, agitados por fantasias que lhes consumiam os corpos e a mente, marcharem até à Aldeia. Fantasias essas só possíveis de realizar num mundo alheio à Norma.

Daí seguiam pela via rápida que rasgava a Cidade em toda a sua extensão e destapava as virtudes de um mundo regulamentado por arquitecturas uniformes e monótonas. Naturalmente, alinhadas pelas mesmas áreas, afastamentos e cércas. Do arquitecto esperava-se apenas que dominasse o marketing e fosse capaz de vender os empreendimentos.

Em romaria, os habitantes da metrópole cruzavam a ortogonalidade da malha urbana, que por ser totalmente contrária à natureza do lugar, os ribeiros haviam sido manilhados, as montanhas furadas e os vales aterrados. Nada se encontrava ao acaso, nem a vida, nem o lugar da vida. Sabia-se que a natureza humana era selvagem por isso optou-se por domestica-la e para enfrentar o tédio duma existência reprimida, a tutela incentivava a publicidade e a cultura pop.

A algazarra crescia à medida que as gentes urbanas se aproximavam da Aldeia fazendo tremer as casas que o tempo fustigara. Homens com rostos transfigurados pelo desejo empurravam-se num esforço

decidido a vencer o aperto das ruas que se afunilavam até ao infinito. Nem a calma da noite os apaziguava. Não eram animais, eram simplesmente Homens.

A1.4. A Reforma Agrária

Confrontados com a falta de emprego e perante uma situação de absoluta precariedade, tornou-se urgente encontrar soluções para enfrentar o perigo de insolvência que pequena comunidade rural enfrentava.

Uma vez que não era considerada parte integrante da Região Metropolitana a Aldeia não beneficiava de qualquer apoio ou subsídio estatal, situação que a deixava numa circunstância de grande vulnerabilidade. No entanto, atentos às tendências do mercado, um grupo de anciãos compreendeu o potencial das romarias de fim-de-semana e concluiu que a única maneira de vencerem a crise seria vendendo a sua própria singularidade. Eis o resumo do que se passou.

Todos os moradores eram donos de vontades únicas. Não é que os ilustres metropolitanos admirassem propriamente esse perfil, porém deslumbravam-se com o exotismo dos mundos esquecidos e com a possibilidade de se exibirem como exploradores nas redes sociais. Apoiados nessa vaidade e inspirados pela experiência de Coney Island, o concelho de anciãos encontrou aí a oportunidade que tanto procurava e decidiu converter o potencial agrário da Aldeia num produto de animação, transformando-a num gigantesco parque de diversões, destinado a satisfazer os prazeres e exotismos das gentes citadinas.

A1.5. O Manifesto

Depois de consultados os oráculos do mundo rural, foi redigido um manifesto intitulado “O CAMINHO DA SOBREVIVÊNCIA DOS POVOS ANTIGOS”, que dizia assim:

Este movimento cívico, votado pela unanimidade dos moradores da Aldeia propõe como alternativa à fome a encenação dos nossos próprios costumes. Ou seja, pede-se a cada morador que interprete o papel de si mesmo. Por exemplo, um pastor que deseje abrir uma casa de putas na loja da sua habitação deverá vestir as suas colaboradoras de ovelhinhas e chamar ao estabelecimento “O Curral”. Por questões de sustentabilidade financeira, o proprietário deverá ainda acumular a função de empregado de mesa, trajando as suas próprias vestes, nomeadamente safões, pelico e uma camisa perfumada com um misto de vinho e mijo.

O marketing a desenvolver, através de panfletos distribuídos nos cruzamentos da metrópole deverá transmitir o *slogan*: “Alimente-se de carne de ovelha. A forma mais sensual de se manter em forma”. Outros moradores por seu lado, poderão criar negócios de venda de maçãs podres. Como na metrópole a fruta é escolhida pelo estilo, a maioria dos moradores nunca viu uma maçã podre, pelo que pagarão o que lhes for pedido pela possibilidade de fazerem uma publicação comendo uma.

No caso das varinas basta que permaneçam tranquilamente sentadas nos degraus do mercado. Não faltarão certamente curiosos urbanos dispostos a pagar para se sentarem ao seu lado.

O presente manifesto reconhece que todas as soluções encontradas para sobreviver são legítimas e ainda que a actividade deverá ser alargada aos períodos de sábado e domingo à tarde, a fim de atrair o público feminino e infantil, a quem poderão ser vendidos passeios pelas origens do mundo primitivo.

Para finalizar, aproveitamos para honrar o *kitch* e o *pastiche*, pois sem eles nada disto seria possível. Viva o *Kitch*!

A1.6. Final da história

O plano para a recuperação financeira da Aldeia foi então colocado em marcha e com tanto sucesso que as suas vielas rapidamente se encheram de gente. Foi assim que o vernáculo encontrou o seu valor e os largos históricos se tornaram protagonistas de anúncios de televisão.

Paradoxalmente, nesse lugar extraordinário, pastores de verdade simulavam ser pastores, camponeses comportavam-se como camponeses, os patos esforçavam-se para ser patos e as ovelhas tentavam ser tão ovelhas quanto possível. Sem este exagero, havia o risco de se tornarem obsoletos num mundo ávido de novidade.

Ao fim de pouco tempo os rebocos encontravam-se todos recuperados e havia casas de banho móveis por toda a parte. Pintaram-se as pedras da calçada de cor-de-rosa e a Aldeia tornou-se palco dos grandes eventos da Metrópole. O *kitch* e o *pastiche* ocuparam os interstícios do lugar e os pastores imiscuiram-se com os turistas.

Naturalmente, atraídos por tanto sucesso, os espíritos engenhosos da Cidade, começaram a comprar as pequenas habitações da Aldeia e a convertê-las em lojas do mundo antigo, cadeias de restauração internacionais, hotéis de charme e uma parafernália de equipamentos prometendo experiências genuínas com o conforto dos tempos modernos. Em virtude disso, as ruas sinuosas que outrora evocavam a desordem de uma existência incerta, encheram-se de confiança.

Embora não tivesse sido demolido nenhum edifício, as ruas tornaram-se menos sinuosas e os moradores que ao longo de incontáveis gerações resistiram às ocupações de tiranos, caíram aos pés da globalização. Seduzidos pela esperança de uma vida melhor, venderam as casas e foram viver para a Metrópole. Aí, tornaram-se urbanos e aceites pelo mundo que os marginalizou. Depois da partida dos aldeãos a vida na aldeia desapareceu e tudo o que restou dela foi a sua representação. O mundo rural, se porventura alguma vez existiu, chegara assim ao fim.